

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria das Graças Santos Dias Magalhães

**Amazônia Brasileira: processo histórico
do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima**

Porto Alegre

2006

Maria das Graças Santos Dias Magalhães

**Amazônia Brasileira: processo histórico
do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima**

Tese de Doutorado submetida como
requisito parcial para a obtenção do grau
de DOUTOR em História das
Sociedades Ibero-Americanas.

Orientadora: Profa. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre

2006

Magalhães, Maria das Graças Santos Dias

Amazônia Brasileira: processo histórico do extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima/
Maria das Graças Santos Dias Magalhães; Orientadora Dra. Núncia Santoro de Constantino. Porto Alegre: 2006.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em História.

1. Extrativismo Vegetal. 2. Geopolítica. 3. Amazônia. 4. Roraima.

Maria das Graças Santos Dias Magalhães

Amazônia Brasileira: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima

Tese de Doutorado submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de DOUTOR em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Dia da aprovação: _____

Banca Examinadora:

_____ Orientadora

Prof^a. Dr^a. Núncia Santoro de Constantino

Doutora em História

Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Régis Alexandre Lahm

Prof. Dr. Earle Diniz Macarthy Moreira

Pro^a. Dr^a. Rejane da Silva Penna

Prof^a. Dr^a. Carla Monteiro de Souza

Dedicatória

Para meus pais (Nonato e Terezinha) pelo apoio incondicional.

Para meu filho, Viktor pelo amor e estímulo que me ofereceu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a colaboração de todas as pessoas que me ajudaram nesta árdua tarefa. Dentre estas pessoas, as quais registro eterno agradecimento, quero destacar: Prof^a. Dr^a. Núncia Santoro de Constantino, amiga, orientadora, crítica, que com sua flexibilidade, seu jeito carismático projeta-nos lá para frente e nos faz dialogar com a nossa própria trajetória; a Prof^a. Dr^a. Carla Monteiro de Souza, aos meus ex-orientadores Professores Dr. Dorivaldo Poletto e Dr. Earle Macarthy Moreira; a secretária do PPGH/PUCRS, Carla Helena Carvalho pelo seu apoio nas horas precisas; minha mãe, meu pai, meus irmãos e minhas cunhadas pelo apoio incondicional; meu filho Viktor que muitas vezes simplificou a vida com seu sorriso e brincadeiras; meu marido Paulo. As amigas e colaboradoras Elda Rufino e Tallita.

À UFRR, agradeço, ainda, à CAPES/PICDT pela concessão de bolsa, o Departamento de História pela liberação e aos colegas: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Fernandes, Prof. Carlos Alberto Cardoso, Prof^a. Dr^a. Cátia Wangler, Prof^a. Ms. Márcia D'Acampora, Prof. Dr. Nelvio dos Santos, Prof^a. Ms. Francilene dos Santos, Prof^a. Dr^a. Gersa Mourão, Prof. Dr. Carlos Cirino, e Prof. Ms. Cleber Batalha.

Por fim, professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/RS, e ao ex-coordenador Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar o processo histórico relacionado ao extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima. Apresenta-se inicialmente um pano de fundo da história da Amazônia, evidenciando a sua relação estreita com o extrativismo vegetal. A seguir, verifica-se as transformações políticas, econômicas e sociais que foi palco o Território Federal do Rio Branco – Roraima, resultante de um planejamento geopolítico e desenvolvimentista. Os resultados da pesquisa permitiram demonstrar que na mesorregião sul de Roraima houve uma mudança significativa do ponto de vista humano, físico-espacial, econômico e social. Destaca-se novas estruturas, aumento populacional, surgimento de várias cidades e vilarejos, passou-se do extrativismo da borracha para madeira. Deixou de existir a figura social do seringueiro e entrou em cena o colono como o novo fornecedor dos produtos florestais. Finalmente, foram discutidos os problemas relacionados às repercussões socioambientais, sendo o desmatamento apontado como o principal problema social. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável surge na prática como alternativa de viabilizar o desenvolvimento socioeconômico da referida mesorregião.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to analyse the vegetable extraction of the smaller regions in the south of Roraima, from a historical point of view. At the beginning, a background of Amazonian history and its close relationship with vegetable extraction is evidently noted. Next, we verify the political, economic and social changes that took place in the Federal Territory of the Rio Branco – Roraima, which was the result of a geopolitical and development programme. The results of this research showed that in the smaller areas in the south of Roraima, a significant change took place, from the human physical-spacial, economic and social aspects. Outstanding features were new building, increase in the population and the resurgence of cities and towns, the end of the rubber industry and the beginning of the timber industry. The rubber extractor gave way to the settler, as the new supplier of forest products. Finally, the problems regarding the repercussion, due to the social environment showing deforestation was the main social problem. In this context, a viable development plan emerged as the alternative for possible social and economic planning for the above mentioned region.

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Amazônia Brasileira.....	40
Figura 2 – Pan-Amazônia.....	41
Figura 3 – Pólos de Desenvolvimento.....	73
Figura 4 – Projeto Calha Norte.....	77
Figura 5 – PIN (Programa de Integração Nacional).....	88
Figura 6 – Estado de Roraima.....	107
Figura 7 – Hidrografia de Roraima.....	111
Figura 8 – Cobertura Vegetal de Roraima.....	113
Figura 9 – Fronteiras de Roraima: Venezuela-Guiana.....	122
Figura 10 – Situação Institucional das Terras em Roraima.....	150
Figura 11 – Extrativismo Vegetal em Roraima.....	152
Figura 12 – População Indígena em Roraima.....	161
Figura 13 – Mesorregião Sul de Roraima.....	168
Figura 14 – Grupos Climáticos de Roraima.....	170
Figura 15 – Áreas de Intercâmbio Fronteiriço.....	198
Figura 16 – BRs 174 – 210.....	201
Figura 17 - PAR (Projetos de Assentamentos Rápidos) –Jauperí e PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) Anauá e Jatapú.....	204
Gráfico 01 – Evolução da Área Desmatada na Amazônia.....	249
Gráfico 02 – Evolução da Taxa Média de Desflorestamento Bruto na Amazônia.....	250
Figura 18 – O Arco de Desflorestamento na Amazônia.....	251
Figura 19 – Proposta de Criação da RESEX (Reserva Extrativista) em Roraima.....	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imigração Estrangeira para a Amazônia no Quadrênio 1908-1911.....	20
Tabela 2 – Exportação de Borracha Silvestre Amazônica 1821-1947.....	27
Tabela 3 – Espécies Amazônicas de múltiplo uso para o manejo florestal.....	63
Tabela 4 – Situação Institucional das Terras de Roraima.....	112
Tabela 5 – Extração Vegetal no Estado de Roraima 1988-1990.....	114
Tabela 6 – População de Roraima 1950-1991.....	118
Tabela 7 – Densidade Demográfica (hab/Km ²).....	118
Tabela 8 – Exportação dos Produtos Vegetais 1943-1945.....	143
Tabela 9 – Território Federal do Rio Branco/Produção de Látex 1946-1950.....	152
Tabela 10 - Produção Extrativa Vegetal 1975/1988.....	169
Tabela 11 – Brasil e Região Amazônica/Produção de Madeira 1960-1987.....	172
Tabela 12 - Produção Extrativa Vegetal/Estado de Roraima 1991-2001.....	174

LISTA DE SIGLAS

ALCB - ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO DE BONFIM
ALCP - ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO DE PACARAIMA
ARENA - ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
BASA - BANCO DA AMAZÔNIA S/A
BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CAETA - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA
CCAW - COMISSÃO DE CONTROLE DOS ACORDOS DE WASHIGTON
CCIR - CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL
CIMA - COMISSÃO INTERMINISTERIAL BRASILEIRA PARA PREPARAÇÃO DA ECO - 92
CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CNUMAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
COOPEX/RR - COOPERATIVA DOS EXTRATIVISTAS
CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
CPRM - COMPANHIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS
CSN - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
CVRD - COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
DNER - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM
DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PESQUISAS MINERAIS
EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
ESG - ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
FAO - ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
FIER - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA
FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
GTI - GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA FLORESTAL

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ICM - IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INPA - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZÔNIA

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

IPI - IMPOSTO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

I PND - I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

II PND - II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

III PND - III PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

ITERAIMA - INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA

MERCONORTE - MERCADO COMUM DO CONE NORTE

NAEA - NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS DA AMAZÔNIA

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PAD - PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO

PAR - PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO

PCN - PROJETO CALHA NORTE

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PIC - PROJETO DE INTEGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PGC - PROJETO GRANDE CARAJÁS AGRÍCOLA

PIN - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

POLAMAZÔNIA - PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA

POLOCENTRO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS

POLONOROESTE - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS NO NOROESTE

POLORORAIMA - PÓLOS DE RORAIMA

PMDB - PARTIDO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PPG 7 - PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS

PROCEDER - PROGRAMA DE NIPO-BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO DO CERRADO

PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E EXPORTAÇÃO

PROTERRA - PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

PROVÁRZEAS - GERENCIAMENTOS DOS RECURSOS DAS ÁREAS DE VÁRZEAS DA AMAZÔNIA

PUC/RS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

RADAM - PROJETO RADARGRAMÉTICO DA AMAZÔNIA

RADAMBRASIL - PROJETO RADARGRAMÉTICO DO BRASIL

RDC - RUBBER DEVELOPMENT CORPORATION

RESEX - RESERVAS EXTRATIVISTAS

TCA - TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (PACTO AMAZÔNICO)

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SAVA - SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DO VALE AMAZÔNICO

SEMTA - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA

SEPLAN/RR - SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RORAIMA

SINDIMADEIRA/RR - SINDICADO DOS MADEIREIROS DE RORAIMA

SISNAMA - SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

SIVAM - SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

SUFRAMA - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

SPVEA - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Capítulo 1- Pano de Fundo: Processo Histórico da Amazônia Brasileira.....	35
1.1 O que é a Amazônia?.....	37
1.2 A Ocupação da Amazônia Colonial.....	43
1.2.1 Os efeitos da Administração Pombalina na Amazônia.....	48
1.3 O Extrativismo da Borracha.....	52
1.3.1 Os Migrantes.....	54
1.3.2 O Seringal.....	57
1.3.3 A Expansão da Produção da Borracha e a Concorrência Asiática.....	62
1.4 A Geopolítica Brasileira e as Transformações Recentes na Amazônia.....	68
1.4.1 Vargas e a Política de Ocupação para a Amazônia.....	80
1.4.2 A Política dos Governos Militares Pós-64 Amazônia.....	84
1.4.2.1 As Políticas de Integração Nacional e os PNDs.....	87
1.4.2.2 A Política de Colonização na Amazônia.....	94
1.4.3 O Extrativismo Vegetal em Questão.....	99
Capítulo 2- O Panorama da História Social, Política e Econômica de Roraima.....	106
2.1 Aspectos Físico-Geográficos.....	106
2.2 Antecedentes Históricos.....	114
2.3 Evolução Político-Administrativa.....	119
2.4 Roraima e as Fronteiras: Venezuela e Guiana.....	121
2.5 Território Federal do Rio Branco: Roraima.....	129
2.5.1 As Políticas Governamentais de Ocupação.....	130
2.5.2 Realidades Econômicas.....	144
2.5.2.1 Setor Primário.....	145
2.5.2.2 Setor Secundário.....	154
2.5.2.3 Setor Terciário.....	155
2.5.3 Aspectos Sócio-Demográficos.....	157
Capítulo 3- O Extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima.....	166
3.1 Sítio de Estudo.....	166
3.2 A Paisagem Física.....	167
3.3 A Geopolítica e os Municípios: Mucajaí, Caracaraí, São João da Baliza e São Luís.....	171
3.4 O Extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima.....	175

3.4.1 A “Batalha da Borracha” e o Território Federal do Rio Branco (Roraima).....	179
3.4.2 A Produção Extrativa Vegetal: Borracha , Castanha, Balata e Sorva.....	184
3.4.3 A Geopolítica Militar e o Extrativismo Vegetal Pós-70.....	195
3.4.3.1 A Colonização Recente no Sul de Roraima.....	199
3.4.3.2 O Extrativismo Vegetal: A Extração de Madeira.....	210
3.4.3.3 Programa de Integração Nacional: A BR 174 – Os Índios Waimiri-Atroari e Wai-Wai.....	216
3.4.3.4 O Extrativismo Vegetal como Estruturador das Relações Sociais.....	219

Capítulo 4- As Repercussões Socioambientais do Extrativismo Vegetal na Floresta Amazônica: A Mesorregião Sul de Roraima.....230

4.1 O Contexto Histórico.....	230
4.1.1 Desenvolvimento Sustentável.....	237
4.2 As Repercussões Socioambientais.....	241
4.2.1 A Problemática do Desmatamento.....	247
4.2.2 Manejo Florestal Sustentável.....	260
4.2.3 Reservas Extrativistas: Tendências Atuais.....	263

CONCLUSÃO.....	268
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	275
ANEXOS.....	303

INTRODUÇÃO

Esta tese se propõe analisar o processo histórico do extrativismo vegetal ocorrido na mesorregião sul de Roraima. Para tanto, foi definido um recorte temporal para balizar a investigação, que não constitui mera arbitrariedade, visto que recobre o período que se estende desde a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, até a sua transformação em Estado, ocorrida em 1988. Parte-se do pressuposto de que o marco referencial de 1943 a 1988 inscreve o período histórico em que o extrativismo vegetal foi desenvolvido como uma das principais alternativas econômicas do Território. Diante disso, impõe-se a obrigatoriedade de investigar as transformações por que passou o mundo nesse período e seu conseqüente significado para a Amazônia e, mais especificamente, para Roraima.

Acredita-se que a problemática do extrativismo vegetal precisa ser analisada a partir de uma perspectiva histórica que considere as questões sociais, geográficas, políticas, econômicas e ambientais. Com base nisso, foram estabelecidos, aprioristicamente, os seguintes aspectos a serem investigados: a) a expansão da frente pioneira, a partir da construção das BRs 174 e 210; b) as relações existentes entre o extrativismo vegetal e outras atividades econômicas que se estabeleceram na região; c) as repercussões socioambientais decorrente do extrativismo vegetal e, por fim, d) o modo por que se configuraram as relações sociais no âmbito do extrativismo vegetal.

Deve-se salientar que a atividade de extrativismo vegetal passou por transformações ao longo dos tempos e que sofreu influências da política de integração nacional, referenciada num projeto geopolítico, o que torna esse cenário bastante complexo.

Assim sendo, a análise se apoiará em diversos autores que se destacam por estudar a Amazônia e, particularmente, Roraima, dentre os quais Carlos de Meira Mattos, Otávio Guilherme Velho, Bertha Becker, Alfredo Kingo Oyama Homma, Nilson Cortez Crócia Barros, Warren Dean, Barbara Weinstein, Philip Fearnside, John Hemining, Clara Pandolfo, Paulo Choji Kitamura, Emílio Morán, Nádia Farage, dentre tantos outros.

Sobre a problemática do extrativismo vegetal na Amazônia, pode-se afirmar que a sua importância tem sido decrescente. Durante a época colonial, havia o claro interesse de ocupação e de coleta das “drogas do sertão”. Após o “boom” gumífero, em que se deu a predominância do desenvolvimento agrícola, entendia-se que a economia extrativista era um entrave ao desenvolvimento socioeconômico.

A partir da década de 70, por meios de programas de integração e colonização implantados na região, passou-se a dar maior incentivo à agricultura. A fase da política rodoviária, iniciada após a década de 50 do século XX, foi reforçada nas décadas seguintes e, conseqüentemente, permitiu acesso aos recursos naturais. A Amazônia passou, então, a ser encarada como uma “fronteira de recursos”, com amplas possibilidades econômicas. Eis a grande discussão do momento presente: encontrar modos de compatibilizar a exploração dos recursos naturais e a inclusão social, com a preservação ambiental.

Nesse sentido, a fronteira de recursos é concebida a partir de seu caráter econômico, ou seja, como dependente do tipo de produção ou do aproveitamento de recursos naturais. Como exemplo disso, cita-se as fronteiras dos recursos madeireiros como sucessora da fronteira de borracha; fronteira agrícola; fronteira mineral; fronteira pecuária e até mesmo fronteira energética. Todas essas fronteiras subentendem a mobilização de recursos e de população. No final configura-se em uma nova paisagem, transformada pelo homem. Sobre essa questão, Milton Santos afirma com muita propriedade que se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, contudo, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas, pois tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo desse modo, social. Assim, a paisagem é:

um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial¹.

Na escolha do tema, pesaram não simplesmente o estudo que vinha estabelecendo como professora universitária sobre a questão da região amazônica, mas fundamentalmente, uma forte herança familiar. Cresci ouvindo histórias engraçadas e curiosas do mundo dos seringais, que me pareciam, ao mesmo tempo, próximo e distante. Nunca morei na floresta. Nasci em Boa Vista. Vivi a vida inteira num mundo “urbano”. Sou uma amazônida, apaixonada pelas particularidades da região. Contudo, parte da minha educação familiar, foi herdada do mundo rural, que meu pai vivenciou. Mundo de íntima relação com a natureza e com a ordem imposta pelos seringalistas. Essas relações foram fundamentais para a escolha da temática que ora é apresentada. Por isso opta-se por um fragmento recortado no espaço e no tempo, desenhado pela lógica das ações vividas.

O grande desafio do trabalho reside na construção de um aparato teórico suficientemente denso para dar conta da discussão que a temática dessa tese suscita. Com isso, tem-se a pretensão de estar contribuindo um pouco mais para a produção da história de Roraima. Espera-se que os resultados da pesquisa possam ajudar a preencher lacunas significativas nessa área do conhecimento, no que diz respeito às condições em que se dá o processo histórico do extrativismo vegetal e à sua relação com a questão socioambiental. Trata-se de um tema emergente e de grande interesse, mas pouco explorado e, por isso, de fontes escassas e bastante fragmentadas, principalmente no que diz respeito ao período da história recente. Desse modo, acredito tratar-se de uma pesquisa pioneira.

Durante a realização dessa escrita da história, fui-me dando conta de algumas questões, como o correto emprego das palavras, com a palavra justa, com a forma do texto, com a maneira de usar a linguagem, dentre outras. Pôde-se perceber a necessidade de trabalhar numa perspectiva que possibilitasse desenvolver um estudo aberto, dando espaço à complexidade da vida real, que “abre para o pesquisador um campo muito vasto de

¹SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 65.

possibilidades”². Essa perspectiva caminha no sentido de captar o processo histórico, na busca do conhecimento do passado em movimento. Segundo Marrou, a compreensão do processo histórico envolve o conhecimento de inúmeros níveis da realidade, assim como das transformações que neles acontecem. É o historiador que busca o conhecimento do passado; a História é o resultado de um esforço, em sentido criador³.

O desafio aqui posto revela a certeza de que a História é sempre uma História total, indivisível e complexa, apenas explicada e elucidada através de instrumentos teóricos e bem definidos por categorias e conceitos que fornecem uma visão sistêmica dos fatos e de seus desdobramentos. Tem-se a certeza de poder dialogar com o passado através dos documentos e das fontes orais. Sob esta ótica, Lucien Febvre assim se manifestou:

Não há história econômica e social. Há simplesmente a história, na sua unidade. A história que é toda ela social, por definição. A história que considero o estudo, cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é o postulado da Sociologia), com as quais encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas⁴.

O tema investigado necessita que seja feita uma articulação teórica que interrelacione a história, o espaço e o meio ambiente. O trabalho em história dá explicações sobre o mundo e mantém vínculos diretos com outras áreas das ciências humanas. Nesse sentido, a História deixa de ser puro relato do que aconteceu e passa a abrir espaço para tratar de temas variados, empregando categorias conceituais forjadas em outras áreas das ciências sociais⁵. É dessa forma que se pretende abordar essa temática: ancorada na *Nova História*, ou seja, apoiada numa concepção de história que valoriza intensamente a *interdisciplinaridade* e que elege a *verdade* como um dos princípios fundamentais, algo que o historiador deveria sempre procurar identificar. Esses princípios são desafios para esta tese.

²VIEIRA, Peixoto e KHOURY, A. *A Pesquisa em História*. 1989. p. 8.

³MARROU, Henri-Iréné. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 45.

⁴FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editora Presença, 1985. p. 30.

⁵SEFFNER, Fernando. Teoria, Metodologia e Ensino de História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. et al. *Questões de Teoria e Metodologia de História*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000. p. 267.

Segundo Burke, vive-se numa era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era instigante e ao mesmo tempo confusa. Podem-se encontrar referências a Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Fernand Braudel, Norbert Elias, Michel Foucault e Clifford Geertz em trabalhos de arqueólogos, de geógrafos e de críticos literários, assim como de sociólogos e de historiadores. O surgimento de formações discursivas partilhadas por historiadores e sociólogos, arqueólogos e antropólogos e assim por diante, ganha espaço, em detrimento dos discursos comuns, produzido pelas ciências sociais puras, dentro dos limites estreitados de cada disciplina ou campo específico⁶. Desse modo, história pode se apropriar de uma série de conceitos e de princípios de outros campos de conhecimento.

Para Gomes, o historiador não é nem muito fiel e nem muito fértil, mas pode ser extremamente instigante, ao promover uma série de “encontros”. A autora cunha o conceito de “encontros amorosos” entre a História e outras disciplinas: a sociologia, a geografia, a antropologia, etc. Segundo ela, essa “falta de fidelidade” do historiador faz com que ele possa trabalhar com conceitos de mais de um desses saberes, o que possibilita também a aplicação dos conceitos de uma teoria sem uma adesão completa a ela. Operando com conceitos originários de campos diversos, o historiador promove “encontros significativos”, constitutivos mesmo da inteligibilidade do próprio sentido do tempo. O historiador precisaria do encontro com outras disciplinas para produzir os encontros que são próprios à sua disciplina. Ainda sobre essa questão Gomes afirma:

que para construir seus próprios achados e dar a seu ofício um alto sentido, Schorske é bastante corajoso, [...] , ao dizer claramente que, se num certo sentido, o historiador é menos um produtor do que um consumidor de teoria, ele não é, por isso, um produtor menor de reflexões teóricas e analíticas. Isso porque, ao tomar os conceitos de outras disciplinas em seu trabalho, em seu ofício específico, produz uma interpretação da realidade, que dá aos próprios conceitos um novo significado⁷.

⁶BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 37.

⁷GOMES, Angela Maria de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa história. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. et al. *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000. p. 21.

É importante ainda ressaltar que essa discussão sobre a interdisciplinaridade, não é nova. Ela remete-se ao primeiro grupo da *Revista dos Annales*, pois foi debatida por Lucien Febvre, que ao citar Marc Bloch, lembrou que o mesmo recusava-se a definir história, porque acreditava que toda definição é prisão. Assim, também as ciências como os homens precisariam de liberdade⁸.

As bases da Nova História já alcançavam nessa época outras áreas do conhecimento, assegurando a cooperação interdisciplinar, que confere à história uma posição hegemônica entre as ciências sociais. Segundo Constantino, para os historiadores contemporâneos tornou-se uma atitude que se traduz na busca de correlações, no estreitamento de acordos e de trocas com outras áreas do conhecimento. A busca de novas chaves que permitem interpretar a questão da interdisciplinaridade na produção histórica⁹.

Dessa forma a interdisciplinaridade, conforme Souza, é uma necessidade do trabalho historiográfico. A investigação histórica não pode estar enclausurada. A interlocução é a idéia que deve nortear as trocas realizadas com outras áreas do conhecimento, ou seja, a idéia de que essas trocas se realizam entre sujeitos que falam de “lugares” bem definidos, tanto por demarcações teóricas e metodológicas próprias a cada ciência, quanto pelas opções que esses sujeitos realizam no interior dessas demarcações, presentes nas leituras, nas reflexões e nas opções feitas. Deve-se ter a convicção que esses elementos, antes de tudo, relacionam-se com nossos interesses, com nossos princípios e com nossa visão de mundo¹⁰.

Sobre a interdisciplinaridade, lembra-se Braudel, quando afirma que, mesmo correndo o risco de ser taxado de liberal impenitente, acredita que “todas as portas parecem boas para transpor a soleira múltipla da história” e acrescenta que, infelizmente, ninguém poderia conhecer todas essas portas. Para ele, “o historiador deve abrir primeiro aquela porta que ele conhece melhor; depois, obrigatoriamente baterá em outra porta, depois em outra [...]” A cada vez que seria posta em discussão uma nova paisagem ou paisagem ligeiramente diferente. Para Braudel todo o historiador sabe justapor um certo número destas paisagens: cultural e social, cultural e política, social e econômicas, e políticas, etc. É a história que

⁸FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editora Presença, 1985. p. 246-247.

⁹CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades*. Estudos. Ibero – Americanos, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 1-200, junho 2002.p.188.

¹⁰SOUZA, Carla Monteiro. *Algumas Reflexões sobre o Relacionamento da História com outras Ciências*. Histórica. Porto Alegre, n. 2, 197. p. 75-76.

reúne todas, forma o conjunto dessas vizinhanças, dessas médias, dessas interações infinitas, e a História só pode ser concebida em “n” dimensões.¹¹

No que tange a questão ambiental, Leff faz abordagem de caráter eminentemente social: para ele a questão foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais. As atividades humanas parecem ser as causas mais comuns e imediatas dos problemas em análise. Na esfera ecológica, por exemplo, a excessiva produção de madeira e a expansão da fronteira agrícola têm levado ao desflorestamento, à alteração de *habitats* e à perda da biodiversidade. No entanto, as Ciências Sociais não transformaram seus conceitos e paradigmas teóricos para abordar as relações entre processos sociais e as mudanças ambientais emergentes. Tem-se afirmado que as Ciências Sociais têm sido resistentes à incorporação da “dimensão ambiental” aos seus paradigmas teóricos, bem como a seus objetos de conhecimentos e aos seus métodos de análise da realidade. Porém, é possível identificar algumas áreas nas quais o saber ambiental foi penetrando diferenciado e desigualmente. É o caso da antropologia, da economia e do direito, nas quais é possível identificar processos de “fertilização”, que resultaram no avanço no saber ambiental e em sua incorporação aos paradigmas das Ciências Sociais. Digna de menção é também a emergência de novas disciplinas como a ecogeografia e a ecologia política¹². No campo da história, pode-se falar de uma eco-história ou história ambiental, que se coloca como verdadeiro paradigma de saberes interdisciplinares. A análise ambiental está ligada a um aspecto interdisciplinar e globalizante, que acarreta um grande desafio para o campo do conhecimento.

Com base nisso, a presente pesquisa se apóia na interdisciplinaridade, mantendo relações com outros campos do saber, como a Geografia, a Sociologia, a Economia, a Política e a Ecologia. Estas áreas do conhecimento fornecem suporte para o historiador com uma série de elementos que permitem superar limitações teóricas e conceituais, assim como lacunas, imprecisões e carência documental e instrumental. Dessa perspectiva, a interdisciplinaridade é um elemento essencial na discussão da problemática em foco.

Não obstante, no Brasil há necessidade de se começar a fazer a história sistemática das idéias que regeram e regem as relações entre a(s) sociedades(s) e a natureza. Enquanto disciplina, a *história ecológica ou ambiental* surgiu nos anos 70 nos Estados Unidos, com os

¹¹BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p. 175-176.

¹²LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 111.

trabalhos de Richard White e R. Nash; na França, já existia desde a década de 30 e os trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch, publicados na revista *Annales*, e posteriormente, com a obra de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo, que será discutida *a posteriori*. No Brasil, há trabalhos como de Caio Prado Júnior (1990), sobre a relação entre os ciclos econômicos, sobretudo os de monocultura de exportação e a devastação das florestas, e o de Sérgio Buarque de Holanda (1969), que também analisa a relação entre a busca do paraíso terreno e a admiração pela natureza exuberante existente no Brasil na época da descoberta¹³.

Ainda neste sentido, destacam-se Warren Dean, com *A Luta pela Borracha no Brasil – Um Estudo da História Ecológica*, com a pretensão de contribuir para o domínio da história ambiental e ainda em obra mais recente *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*; e o historiador Victor Leonardi, com *Os Historiadores e os Rios*, ensaio que contribui para decifrar a intrincada história da Amazônia. Esse último incorporou, sem receio, variáveis ambientais ao estudo das sociedades humanas que habitaram o vale do rio Jaú, aproximando assim, a história ambiental da história social, em particular da história do trabalho extrativista.

Esta pesquisa se desenvolve a partir da visão da geohistória, que estuda precisamente a vida humana no seu relacionamento com o ambiente natural e com o espaço compreendido geograficamente. É com Fernand Braudel que este campo começa a se destacar, passando a se definir e a se encaixar nos estudos históricos de “longa duração”. Ao escrever uma história espacial (geohistória), permite-se não só a abordagem dos Estados, mas também de sua ação e de seu presente. Trata-se de uma abordagem que se propõe a enfrentar também os problemas humanos inscritos no passado. As temporalidades históricas rasgam e marcam os territórios e situam as possibilidades que os homens têm de ocupar o meio. E também as impossibilidades. Afinal, Braudel ensina: “De um lado, o obstáculo natural, de outro, o esforço dos homens que o contrabalança, mas se modela sobre ele”. Assim, os homens, em tempos aparentemente tão dispersos, repetem sem cessar atitudes, trabalhos, rotas, trocas, culturas, cultivos. Estas ações subjacentes às águas revoltas das mudanças políticas formam as permanências consideradas como longa duração¹⁴.

¹³DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O Mito da Natureza Intocada*. 3ª edição – São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras; USP, 2000. p. 111.

¹⁴BRAUDEL, Fernand. Geohistória. *Entre Passado e Futuro e revista de História Contemporânea*. São Paulo, N. 1- páginas1-136, maio, 2002.p.124.

Contudo, Lucien Febvre, reconhecendo que a história é total, também prestou atenção aos progressos das ciências humanas e seu interesse pela geografia fez com que levasse em conta a cultura material, a terra e a evolução humana, revelando-se como iniciador de uma história ligada ao solo, ao meio ambiente, aos homens. Essa articulação entre diferentes campos de conhecimento foi feita com grande propriedade por Braudel, que era versado em economia e geografia, na sua tese intitulada: *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época Felipe II*. Entretanto, Febvre, preferiu trabalhar com a abordagem “possibilista”, do geógrafo francês Vidal de la Blache, que abordava tudo que o meio ambiente possibilitava que os homens fizessem, e não o que o meio os impedia de fazer¹⁵.

Essa obra de Braudel é dividida em três partes, cada uma das quais, como o prefácio esclarece, exemplifica uma abordagem diferente do passado. Apesar disso, pretende dar explicação de conjunto. Sintetizando: a primeira trata de uma história quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia de lentas transformações. Surge, então, gradativamente, a história mutante da estrutura econômica, social e política e, finalmente, a da história tradicional, uma história de acontecimentos. O objetivo era demonstrar que todas as características geográficas têm a sua história e que, tanto as histórias dos acontecimentos quanto das tendências gerais, não podem ser compreendidas sem elas. Contudo, permanece uma conquista pessoal de Braudel combinar um estudo de longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos¹⁶. Fernand Braudel afirma que essa história profunda:

[...] é estrutura de tudo o que resiste ao tempo da história, o que dura e até perdura – logo, algo bem real, e não abstração da relação ou da equação matemática. Se eu tivesse de definir a história global para os leitores que tomaram conhecimento de meu livro sobre o Mediterrâneo, eu os aconselharia a ver o mundo atual com os mesmos preconceitos, com as mesmas problemáticas, a fim de distinguir o que sucede depressa do que sucede devagar, ou se eterniza ante nossos olhos¹⁷.

¹⁵BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 32.

¹⁶Idem. *A Escola dos Anales 1929 – 1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 46-55.

¹⁷BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 371.

Considera que a verdadeira matéria do estudo é essa história “do homem em relação ao seu meio”, uma espécie de geografia histórica ou, como o mesmo preferia denominar, uma “geohistória”. Convém ressaltar que a geohistória é o objeto da primeira parte do *Mediterrâneo*, para a qual devota quase trezentas páginas, descrevendo montanhas e planícies, litorais e ilhas, climas, rotas terrestres e marítimas. Esta parte do livro deve sua existência ao amor de Braudel pela região, demonstrado no enunciado que inicia o texto: “Amei o Mediterrâneo apaixonadamente, sem dúvida porque sou um homem do Norte” (nasceu em Lorraine ao norte da França). Segundo ele a contribuição especial do historiador às ciências sociais é a consciência de que todas as “estruturas” estão sujeitas as mudanças, mesmo que lentas. Era impaciente com fronteiras, separassem elas regiões ou ciências. Desejava ver as coisas em sua inteireza o econômico, o social, o político e o cultural na história “total”. “Um historiador fiel às ligações de Lucien Febvre e Marcel Mauss desejará sempre ver o todo, a totalidade do social”¹⁸.

Por outro lado, Jacques Le Goff afirma que as estruturas são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômico-sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de maneira quase imperceptível. As conjunturas são flutuações de amplitudes diversas, que se manifestam nesse quadro estrutural¹⁹.

Para Burke, é provável que no futuro o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita, pois na verdade sempre inspirou vários estudos. O *Mediterrâneo*, publicado em 1949, chamou atenção pela quantidade de espaço dedicado ao meio físico. Entretanto, atualmente, o quadro traçado por Braudel parece estático, uma vez que o autor não considerou de modo adequado as maneiras pelas quais o ambiente foi modificado pela presença do homem destruindo florestas, por exemplo, para construir as galerias que aparecem como destaque nas páginas de *O Mediterrâneo*²⁰.

Essa é a visão crítica de Burke. A perspectiva defendida nesse trabalho procura situar o processo histórico do extrativismo vegetal considerando as repercussões socioambientais,

¹⁸BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*; tradução de Nilo Odalia – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 55-56.

¹⁹LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 113.

²⁰BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 20.

principalmente o desmatamento, apontando aí, do ponto de vista histórico, um anacronismo. Busca-se apresentar a contemporaneidade da pesquisa e o dinamismo da questão ambiental. Ao final uma constatação aparentemente simples, as mudanças na historiografia não são decretadas e conservam sua parte de imprevisibilidade, pois mais do que nunca a história é filha do seu tempo. Assim, percebe-se que o campo da história está, antes de tudo, refazendo alguns caminhos, de forma que esses possam ainda ser trilhados nos novos tempos.

Fernand Braudel inspira exatamente porque oferece ponto de apoio para contrapor às simplificações e ao reducionismo que marcaram tantas gerações de pesquisadores. Acredita-se que cada realidade analisada é uma realidade única, onde os homens vivem experiências únicas, próprias daquilo que fazem e da maneira que fazem. Para Braudel, tudo tem uma história e se pode fazer história de tudo. Porém admite-se que o Braudel do estruturalismo geográfico ficou para trás.

Entende-se que metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Para Minayo, a metodologia ocupa um lugar no interior das teorias e está sempre referida a elas”. A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. No que concerne à abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas. Por sua vez, o conjunto de técnicas deve possuir um instrumental coerente, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. Contudo, a teoria e as técnicas são indispensáveis para a investigação social. A capacidade criadora e a experiência do pesquisador também desempenham um papel importante²¹.

Minayo também lembra que, para Dilthey, o método é necessário por causa da “mediocridade” do homem que precisa de parâmetros para caminhar no conhecimento. Entretanto, ainda que seja simples mortal, a criatividade é a sua “marca” em qualquer trabalho de pesquisa. Por pesquisa, entende-se a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É ela que alimenta atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo. Embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação²².

²¹MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994. p. 16.

²²Ibidem, p. 17.

Portanto, as questões da investigação estão relacionadas a interesses e a circunstâncias socialmente condicionadas.

A pesquisa em foco foi realizada através de um amplo levantamento de fontes documentais e bibliográficas, coletadas em diversas regiões do país, em bibliotecas públicas e privadas, dentre as quais se considera importante mencionar a Biblioteca da PUCRS, a Biblioteca da USP, a Biblioteca do Museu *Paraense* Emílio Goeldi, a Biblioteca da Universidade do Pará, a Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA²³, a Biblioteca do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP, a Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, a Biblioteca da Universidade do Amazonas, a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e os Arquivos da Imprensa Oficial do Amazonas.

Buscou-se colher dados também em arquivos menores do estado de Roraima, como a Biblioteca Pública do Estado de Roraima, a Biblioteca da Secretaria de Planejamento, a Biblioteca da Universidade Federal de Roraima, a Biblioteca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a Biblioteca do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Biblioteca do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Biblioteca Municipal da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES, a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e, ainda, nas bibliotecas municipais de Mucajaí, Caracaraí, São Luís e São João da Baliza.

Após uma ampla revisão de literatura sobre a temática, convém destacar o seguinte material coletado:

- ❖ Projeto RADAM/ Brasil -RR - 1976;
- ❖ Atlas de Roraima – IBGE - 1981;
- ❖ Diagnóstico Sócio-econômico dos Municípios de Mucajaí, Caracaraí, São Luis e São João da Baliza;
- ❖ Plano de Desenvolvimento da BR-174 - IBGE;
- ❖ Projeto de Colonização JATAPÚ/1983 (sul do Estado - INCRA);

²³Convém esclarecer que este núcleo desenvolve um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, em nível de Doutorado e Mestrado.

- ❖ Proposta de Expansão do PAD/ANAÚÁ –1985 (sul do Estado – INCRA);
- ❖ Programação Preliminar POLAMAZÔNIA/1983;
- ❖ Análise da Indústria Madeireira do Território de Roraima/1985 – Museu Integrado de Roraima.

É lamentável que, a despeito da farta documentação sobre a Amazônia, existam graves problemas na realização da pesquisa histórica, sobretudo, na área da geohistória, sobre Roraima. E o maior deles é a falta de informações. Entretanto, a ausência de documentação sobre economia, sociedade e meio ambiente de Roraima, relativos ao recorte temporal proposto neste estudo, pode ser explicada pela soma de diversos fatores, entre os quais a desorganização administrativa dos municípios envolvidos na realização dessa pesquisa. Contudo, admite-se que os referidos municípios foram recentemente criados estando ainda praticamente em fase de implantação. Outro fator constitui o fato da Universidade Federal de Roraima ter sido criada somente em 1990, quando começaram a surgir pesquisas vinculadas à história regional.

Destaca-se ainda, o descaso, o abandono de documentos imprescindíveis ao registro histórico do desenvolvimento do estado de Roraima, em arquivos de repartições públicas. Dessa forma, é possível entender as dificuldades na obtenção de documentação escrita, necessária à análise histórica. Todavia, essa circunstância não empobrece a presente pesquisa, tornando apenas mais problemática a utilização das fontes documentais.

Em razão disso, foram utilizadas as fontes orais que, além de contribuírem para preencher uma lacuna documental, enriquecem sobremaneira o texto com depoimentos inéditos e fundamentais sobre os tempos que retratam principalmente as experiências dos seringueiros na Amazônia e, conseqüentemente, na mesorregião sul de Roraima.

Ao se trabalhar com fontes orais, torna-se necessário lançar mão de metodologias criativas e aprofundadas; a análise de conteúdo se coloca como um procedimento fundamental adotado neste trabalho. Constantino afirma que, “o uso da análise de conteúdo apresenta-se como alternativa metodológica ao historiador”²⁴. O proveito de sua aplicação está em ampliar

²⁴CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p.1-200, junho 2002 p. 185.

e propiciar outros olhares, outras explicações e inferências que aprofundem o conhecimento histórico.

Segundo Moraes “a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além do comum”²⁵. A análise de conteúdo busca penetrar e captar o conteúdo de um texto em sua plenitude, com a intenção de produzir inferências.

Para Constantino produzir inferências ou desvelar significados é a razão de ser da análise de conteúdo. Fazem-se inferências a partir dos elementos básicos de um texto. Inferem-se ao tentar saber quem é o emissor, quais suas filiações teórico-ideológicas, quais suas concepções de mundo, seus interesses de classe ou de categoria social. Infere-se ao indagar sobre as características do próprio texto, tais como: por que foi produzido, para quem foi enviado, qual o efeito causado por ocasião da publicação²⁶. A análise de conteúdo, como metodologia de investigação, compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos (preparação das informações, unitarização, categorização, descrição e interpretação). Ainda para a referida autora, o material sob análise precisa ser lido para apreensão do todo, sem nunca perder de vista as partes; compreende-se o todo a partir de determinadas questões e com orientação definida. Tratando-se de fontes orais, o geral e o específico se confundem nas narrativas. A análise de conteúdo contribui para a leitura integral do texto oral, pois possibilita, ao mesmo tempo, a abordagem de aspectos que apontam para toda a experiência de vida do entrevistado, ou seja, sua relação com o extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima.

Segundo Constantino, os historiadores procuram descobrir a realidade do que aconteceu conscientes de que a narrativa deste passado será sempre fragmentária, nem sempre passível de comprovação e que será objeto de discussão²⁷. Neste sentido este trabalho é afinado com a idéia de que qualquer homem possa ser sujeito da história.

²⁵MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação*, Porto Alegre, ano XXII, n. 37, março 1999, p. 7-32. p. 9 .

²⁶CONSTANTINO, 2002. Op. cit. p. 185.

²⁷CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Sobre a atualidade de Vico. In: *Histórica: Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUCRS*, n. 4, 2000, Porto Alegre: APGH, PUCRS, 208p. p. 15.

Não obstante, a grande maioria dos trabalhadores que viveram e ainda vivem nessa mesorregião ou em outras localidades amazônicas não desenvolveram a habilidade de ler e de escrever. A esse respeito, Constantino explica que a história oral “ressurge, com caráter renovador porque aponta para a necessidade de um trabalho sistemático, derivado de um problema relevante, que freqüentemente diz respeito aos sem história”²⁸. Segundo Ginzburg, ainda hoje as culturas das classes subalternas é predominantemente oral.²⁹

Dessa forma, foi possível perceber que as lembranças do passado recuperaram modos de viver, indo ao encontro do que aponta Pierre Nora, quando diz que a memória “é, por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”³⁰. Ao entrar no acontecer das experiências desses trabalhadores da floresta, dialogando com os significados de suas práticas, em uma perspectiva que desafia as lógicas formais da historiografia tradicional, caminha-se no sentido da formulação de uma história em aberto, em construção, atenta à globalidade das ações humanas e à dinâmica das relações sociais. Comunga-se com Verena Alberti³¹ ao argumentar “que numa entrevista de história oral o que fascina é a possibilidade de vivenciar as experiências do outro”.

Concomitantemente às fontes primárias e secundárias escritas, foram utilizadas entrevistas gravadas com colonos, madeireiros e ex-seringueiros dos Municípios de Mucajaí, Caracaraí, São Luís e São João da Baliza. As fontes orais foram essenciais para a conclusão dos capítulos 2 e 3, considerando que existe uma grande lacuna documental sobre o objeto da pesquisa: o processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima. Impõe-se dessa forma, não apenas a necessidade de produção de uma nova documentação, mas a busca de novos enfoques ou de novas leituras históricas.

No que tange a escolha dos depoentes, manteve-se contatos prévios e, posteriormente, foram tomados os depoimentos de ex-seringueiros e de ex-seringalistas que atualmente vivem em Boa Vista e nos municípios já mencionados; os depoentes são homens que trabalharam fundamentalmente no corte da seringa e que mantinham tradicional relação

²⁸Idem. Narrativa e História Oral. In: *Humanas*. Volume 19/20, n.1/2 - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 1996/1997. p. 117.

²⁹GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17.

³⁰Pierre Nora. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, N. 10, 1993. p. 9, tradução de Yara Aun Khoury.

³¹ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 19.

com o barracão na extração de látex. Entrevistou-se também diversos colonos, uma migrante e um madeireiro.

Para realizar a pesquisa de campo, foram feitos deslocamentos pela BR-174, em direção ao sul de Roraima. Dentre os sete municípios, foram escolhidos quatro: primeiro, o município de Mucajaí, que dista 51 km. Ao chegar à área urbana, foram entrevistados os dois moradores mais antigos do município e um empresário do ramo madeireiro; na área rural, visitou-se um grupamento de colonos que trabalhavam exclusivamente com a agricultura.

Em Caracará, que fica 135 km de Boa Vista, foram colhidos depoimentos, com algumas dificuldades, pois os ex-trabalhadores da floresta não desejavam falar. Entretanto, dois falaram: um ex-seringueiro e uma senhora ex-proprietária de castanhal. As estradas vicinais, onde estão sendo extraídas madeiras e os outros produtos da floresta, foram percorridas. O extrativismo vegetal nesse município tem na madeira uma das principais fontes de receita, ocupando lugar de destaque na economia, com a extração de andiroba, louro preto, castanha-do-pará, pau-rosa³², etc.

Foi visitado o município de São Luís, que dista 305 km da capital e fica às margens da BR 210; possuindo ampla floresta densa. Apesar de percorrer diversas serrarias, não foi possível tomar nenhum depoimento, pois os gerentes esquivavam-se, talvez receosos com a fiscalização do IBAMA. Prosseguindo a viagem, foi visitado o município de São João da Baliza, a 346 km da capital. O acesso se dá pelas rodovias BR 174 e 210. Nesse município existe uma Cooperativa dos Extrativistas - COOPEX. O presidente da referida cooperativa concedeu entrevista, bem como diversos colonos.

Para realizar essas entrevistas, foram feitas quatro viagens ao município de Mucajaí. Aos demais municípios foram feitas três, uma para manter contato prévio e observações no processo de trabalho das empresas, e as outras para realização das entrevistas.

A fonte oral cabe ressaltar, não é algo que se encontra pronta, como um dado em si mesma. As dificuldades para se chegar aos locais de moradia desses atores sociais, obriga o pesquisador a viajar pelo menos seis horas de carro; em muitos casos, segue a viagem a pé

³²Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia do Estado de Roraima. *O Brasil do Hemisfério Norte*. Manaus, 1994. p. 110.

pelos vicinais e varadouros. Muitas vezes encontra desconfiança dos entrevistados quanto aos reais interesses da pesquisa. Outro grande desafio é trabalhar com a subjetividade, pois existe a necessidade de superar as limitações e aprender a dialogar com outras formas de linguagem e, em particular, com os silêncios. Além do mais, é preciso estar atento para o que alerta Teresa Caldeira, ao apontar a ineficácia de um relato oral que, se não for acompanhado da vivência e observação, não deixa entrar no cotidiano das pessoas; “[...] Sem os dados da observação e da vivência não se consegue interpretar bem as entrevistas”³³.

Através da oralidade, o interesse é analisar essa problemática do extrativismo vegetal, trazendo a fala dos homens que vivem e que viveram nestes municípios. Com isso se estará ampliando a questão e, quem sabe, contribuindo para novas possibilidades de interpretações e de novos olhares. Ao trabalhar com os depoimentos orais nesta pesquisa, tem-se a consciência de que algumas questões de método se impõem, pois não é possível abordar os depoimentos orais da mesma forma que se abordam os documentos escritos. A história oral é utilizada como metodologia nesta tese. Trata-se de focalizar os depoimentos como ponto principal das análises. Todas as fitas gravadas foram, posteriormente, transcritas e arquivadas.

As falas dos diversos atores sociais na mesorregião sul permitiram dialogar com o universo de suas vidas. É possível compreender os múltiplos sentidos que dão as suas experiências, reconstruindo o passado de acordo com o que vivem no presente. Nesse sentido, a fonte oral pode dar respostas às indagações. Entretanto, as respostas “ao que” e “da forma” como se pergunta, dependem também da percepção dos significados que os depoentes atribuem à própria fala.

Ao trabalhar com a fonte oral deve-se permitir que ela se manifeste como uma descoberta infinita, aberta ao passado. Ressalte-se a importância das pesquisas bibliográficas que antecederam as entrevistas. A concordância de algum depoimento com o registro em documentos oficiais era motivo de grande satisfação para o depoente, que tratava de completar a informação constante naquele documento. A principal virtude do depoimento oral é a sua riqueza, a sua pluralidade, as imensas possibilidades que oferece ao pesquisador, pois apresenta uma característica ímpar, que permite incorporar a dimensão do vivido, além de

³³CALDEIRA, Teresa. Memória e Relato: A Escuta do Outro. In: *Revista do Arquivo Municipal*, 200, DPH do Município de São Paulo, 1992. p. 70.

elementos que escapam aos registros formais. Essas questões estão presentes nas narrativas dos trabalhadores extrativistas.

Thompson afirma que toda a fonte histórica deriva da percepção humana, subjetiva; mas apenas a fonte oral permite desafiar essa subjetividade: “deslocar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”³⁴. Ao incluir a História Oral como metodologia, essa tese pretende chegar a essa verdade oculta que está na memória dos depoentes, ao dialogar com as partes das vivências dos extratores da mesorregião sul de Roraima. Principalmente, percebe-se essa questão no depoimento prestado pela senhora Alvacyr de Paula Souza Matos.

A partir destes pressupostos, o trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, para consolidar esta temática, houve a preocupação de analisar os antecedentes históricos da região Amazônia, pela necessidade de compreender as raízes históricas da ocupação e das atividades econômicas aí desenvolvidas. Nesse capítulo, procura-se analisar o processo histórico relacionado à política de ocupação e ao desenvolvimento do extrativismo vegetal na formação socioeconômica da Amazônia. Trata-se de traçar um panorama que se estende do período colonial até os dias atuais, procurando situar Roraima na dinâmica da história dessa região.

No segundo capítulo, *Roraima: transformações político-econômicas e sociais* serão apresentadas as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas em Roraima no período de 1943-1988. Destaca-se, principalmente, uma análise da política de ocupação conduzida pelo estado, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco e, posteriormente, com as políticas de integração nacional do período pós-64. Nesse ínterim, será feita a caracterização da economia de Roraima, com assente nos aspectos gerais do extrativismo vegetal.

No terceiro capítulo, analisar-se-á o extrativismo da borracha, da castanha, da sorva, da balata e da madeira. Em foco, principalmente, as transformações sentidas com as construções das BRs 174 e 210. A partir daí a madeira reina como o principal produto, considerando o grande mercado interno e externo. Será verificada, também, a expansão da

³⁴THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 197.

frente pioneira no pós-70, política adotada pelo INCRA, a fim de ocupar os espaços vazios através dos projetos de colonização.

O último capítulo tratará especificamente das repercussões socioambientais do extrativismo vegetal na floresta Amazônica: a mesorregião sul de Roraima. Serão abordadas questões relativas ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, e a inserção do desmatamento como consequência dessas atividades e serão apontadas, ainda, as estratégias de manejo florestal sustentável e as tendências atuais das reservas extrativistas – RESEX.

Na conclusão, são apresentadas considerações que constituem evidências, tentativas de se aproximar da verdade histórica fornecida pelos dados que foram analisados. Foi investigado o efeito das políticas públicas do Estado brasileiro na Amazônia e consequentemente em Roraima, que visavam promover uma ação mais efetiva, cuja finalidade era tanto de ocupar os espaços vazios, quanto desenvolver as atividades econômicas, dentre as quais destaca-se o extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima.

Capítulo 1

Pano de Fundo: A Amazônia Brasileira

Neste capítulo, busca-se analisar o processo histórico relacionado à geopolítica da região, evidenciando o papel do Estado. No contexto, destaca-se o desempenho do extrativismo vegetal na formação socioeconômica da Amazônia. Para tanto, será traçado um panorama que se estende desde o período colonial até os dias atuais. Ao realizar uma síntese sobre a Amazônia, procura-se situar Roraima na dinâmica histórica da região.

Uma das dificuldades próprias do campo das ciências sociais nasce em razão de se trabalhar, habitualmente, com conceitos e categorias polivalentes, fluídos ou não claramente definidos, como é o caso do conceito de região. São várias e contraditórias as acepções de diferentes autores, que têm passado, em razão disso, por transformações profundas, oriundas sobretudo, da área da Geografia. Muitos geógrafos têm abandonado a antiga e difundida concepção determinista do conceito como sinônimo de região natural, aquela em que região é um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, tais como: clima, relevo, vegetação, hidrografia, etc, cuja influência se sobrepõe à ação humana e até mesmo a determina¹.

Convém ressaltar que muitos geógrafos também têm rejeitado o uso do conceito para designar um espaço composto por um conjunto de indicadores selecionados previamente pelo pesquisador (tais que índices de produção agropecuária e industrial, níveis de renda, etc; para configurar regiões econômicas; ou número de habitantes, taxa de natalidade e mortalidade, etc; para configurar regiões demográficas). A seleção de índices para compor a região constitui também um critério subjetivo, afirmam. Assim, esta acepção de região apresenta-se incapaz de apreender a historicidade e as contradições sociais que impregnam um determinado espaço².

¹AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos. (Org.). *República em Migalhas – História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 8.

²Idem, *ibidem*.

A idéia de região relaciona-se basicamente com a noção de espaço. O conceito de região surgiu com a necessidade de o homem entender e ordenar as diferenças constatadas no espaço terrestre. Desde então, vem-se procurando compreender a relação existente entre cada época histórica e a diversidade espacial do planeta. Os geógrafos ligados à “geografia crítica” têm proposto um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e as contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço. Em geral, definem região “como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade, assim, a região configura um espaço particular dentro de uma organização social mais ampla, com a qual se articula”³. Portanto, esta nova concepção tem a vantagem de atualizar o conceito de região por meio da anulação da influência de correntes de pensamentos anacrônicos, como a do determinismo naturalista.

Constata-se a tendência de alguns autores não ligados ao campo da geografia em usar esse novo conceito de região. Estes autores concentram seus estudos nos aspectos históricos, sócio-econômicos, políticos ou ideológicos de uma região, sem relacioná-los com a questão espacial, isto é, sem explicar como todos esses aspectos analisados interferem na configuração, na transformação e na representação social do espaço estudado. Entretanto, no uso do novo conceito de região, não se pode desprezar os conhecimentos acumulados sobre hidrografia, solo, vegetação e demais fatores ambientais, bem como todos os estudos realizados a respeito do espaço. O que confere interesse ao conceito de região e o distingue de todos os outros é exatamente o fato de conter em seu núcleo a noção de espaço, uma das mais antigas, permanentes e importantes da história da humanidade⁴.

A região deve ser concebida também como um território contínuo, dentro do qual ocorrem processos de produção (bens e serviços) e de reprodução de um modelo determinado de convivência social. Assim, a região pode coincidir ou não com fronteiras politicamente estabelecidas, como são as fronteiras entre Estados Nacionais ou fronteiras entre os estados membros de uma federação. As regiões se distinguem pela disponibilidade de recursos econômicos, pelos atrativos que oferecem à sua ocupação produtiva, pela qualidade de seus

³AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em Migalhas – História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 8.

⁴Idem, p. 11.

habitantes e pela predisposição social e cultural à modernização. Distingue-se também pelo grau de importância geopolítica⁵.

Conforme Iná Castro⁶, o espaço vem sendo criado pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta. O território é um condicionante dessas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente da dimensão social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa. Dessa forma, o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. A autora acrescenta ainda que a região é uma fração estruturada do território e que por constituir uma estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. A região é, por fim concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço é dinâmica, historicamente construída e interage com o modo social e territorial. A região é o espaço vivido, ou seja, o espaço das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural; é ainda um objeto específico, com significação própria.

Para Silveira⁷, Milton Santos foi um dos geógrafos que mais aprofundou, em nível teórico e prático, a vertente crítica da geografia brasileira, conceituar o Espaço como um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga da sua historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida em que é instância de determinação no movimento do real, de transformação deste último. Estão presentes nessa reconceitualização da problemática espacial, dois elementos fundamentais da História: a ação humana e a idéia de movimento, não no sentido linear, mas numa acepção dialética. O espaço relaciona-se à incorporação do trabalho humano na superfície terrestre. É a partir dessa concepção que será analisada a história da Amazônia, na seção que segue.

1.1 O que é a Amazônia?

Não é fácil definir a Amazônia, apesar de, às vezes, ser simplesmente referida como “vale amazônico” ou “bacia do rio Amazonas e seus afluentes”. Há, porém, definições

⁵SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 45.

⁶CASTRO, Iná Elias. *O Mito da Necessidade: o discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1982. p. 32-33.

⁷SILVEIRA, Maria Rosa Godoy. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos (Org.): *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 28.

político-econômicas como a de Amazônia Legal. Grosso modo, a Amazônia tem sido confundida com a “região norte do Brasil”.

A respeito da questão, em primeiro lugar, a região Norte do Brasil tem origem numa divisão político-administrativa para fins censitários, enquanto o conceito de Amazônia está fortemente ligado à imensa floresta latifoliada equatorial que vai além da região Norte, invadindo parte de Mato Grosso, Goiás e Maranhão. O Brasil possui 3,5 milhões de km² da Amazônia Continental (Pan-Amazônica) que se estende desde Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A Amazônia Continental ocupa o quinto lugar de superfície da América Latina, com 6,5 milhões de km², que representa um quinto de disponibilidade de água doce do planeta. Em contraste, esta imensidão de terras, águas e floresta abrigam dois milésimos da população mundial⁸.

O Brasil, por sua vez, para direcionar e coordenar os Planos Governamentais da região criou através da Lei nº 1806, de 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. No entanto, coube ao Governo Castelo Branco, em 1966, a tarefa de transformá-la em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, criando, para efeito de ação governamental, a chamada Amazônia Legal. O Artigo 2º dessa Lei também definiu a composição territorial da Amazônia Legal, que somava 3,5 milhões de km², estendendo-se do paralelo 16ºS do estado de Mato Grosso e do paralelo 13º do estado de Goiás, além da área a oeste do meridiano 44ºW do estado do Maranhão. Isto significou a incorporação de mais de 1,4 milhões de km², elevando a área total para cerca de 5 milhões de km². Cabe esclarecer que, com a divisão do estado de Mato Grosso (Lei de 1977, implantada a partir de 1979), a parte mato-grossense na Amazônia Legal foi alterada, passando a englobar toda superfície do novo Estado⁹.

O Território Federal de Guaporé foi criado pelo Decreto-lei nº 5892, de 13 de setembro de 1943, sendo que, em 1956, passou a ser denominado Rondônia. Os Territórios Federais do Acre e de Rondônia foram transformados em Estados em 12 de junho de 1962 e 22 de dezembro de 1981, respectivamente. Os Territórios de Roraima e do Amapá só passaram a ser Estados com a Constituição de 1988, que também criou o estado do Tocantins,

⁸MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. *Políticas de Desenvolvimento da Amazônia Brasileira -1964/1985*. Dissertação de Mestrado. Universidad Católica Andrés Bello. Caracas – Venezuela. 1995. p. 18.

⁹OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987. p. 11.

fazendo parte também da Amazônia Legal. Com esta composição territorial surgiu outra denominação para região, que é a de Amazônia Constitucional¹⁰.

Hoje, a Amazônia Legal é composta pela superfície total dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Roraima, Amapá e Tocantins, mais a porção ao norte do paralelo 13° do estado de Goiás e a porção oeste do meridiano 44°W do estado do Maranhão. Como se pode verificar, isso perfaz cerca de 5 milhões de km² (4.978.247 km²), uma superfície que abrange 60% da área total do Brasil¹¹, com uma população estimada em 17.676.781 habitantes, de acordo como o censo populacional do IBGE de 2000 (Figura 1)

A Pan-Amazônia ou Amazônia Continental impressiona pelos números que caracterizam a sua expressão geográfica (Figura 2). Samuel Benchimol assevera que a grande região amazônica seria vista com a seguinte representatividade: “vigésima parte da superfície terrestre, quatro décimos da América do Sul, três quintos do Brasil, um quinto da disponibilidade mundial de água doce, um terço de reservas mundiais de florestas latifoliadas”. A grande planície Pan-Amazônica, abrindo-se em leque de leste para oeste, circundada ao norte pelas vertentes do maciço das Guianas, ao sul pelos degraus descendentes do planalto central brasileiro e a oeste pelos peneplanos da cordilheira andina, forma uma verdadeira macro unidade, onde se integram espaços geográficos, condições climáticas, província botânica, bacia hidrográfica e características sócio-econômicas¹².

Não obstante, o que realmente a individualiza é a sua bacia hidrográfica, que totalizam 6,5 milhões de km² que lhe asseguram superioridade sobre as do Congo, do Nilo, do Mississipi-Missouri e do Paraná-Paraguai, superando-os também, em facilidades de acesso e navegabilidade. Os cursos d’água são constituídos por furos e igarapés possuindo água de qualidade variável, algumas límpidas e outras barrentas. A floresta latifoliada tropical, do tipo hiléia, de grande extensão e homogeneidade panorâmica, cobre 70% de toda a região. O restante da cobertura vegetal é composto por florestas mistas de transição, cerrados e savanas¹³.

¹⁰MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. *Políticas de Desenvolvimento da Amazônia Brasileira -1964/1985*. Dissertação de Mestrado. Universidad Católica Andrés Bello. Caracas – Venezuela. 1995. p. 19.

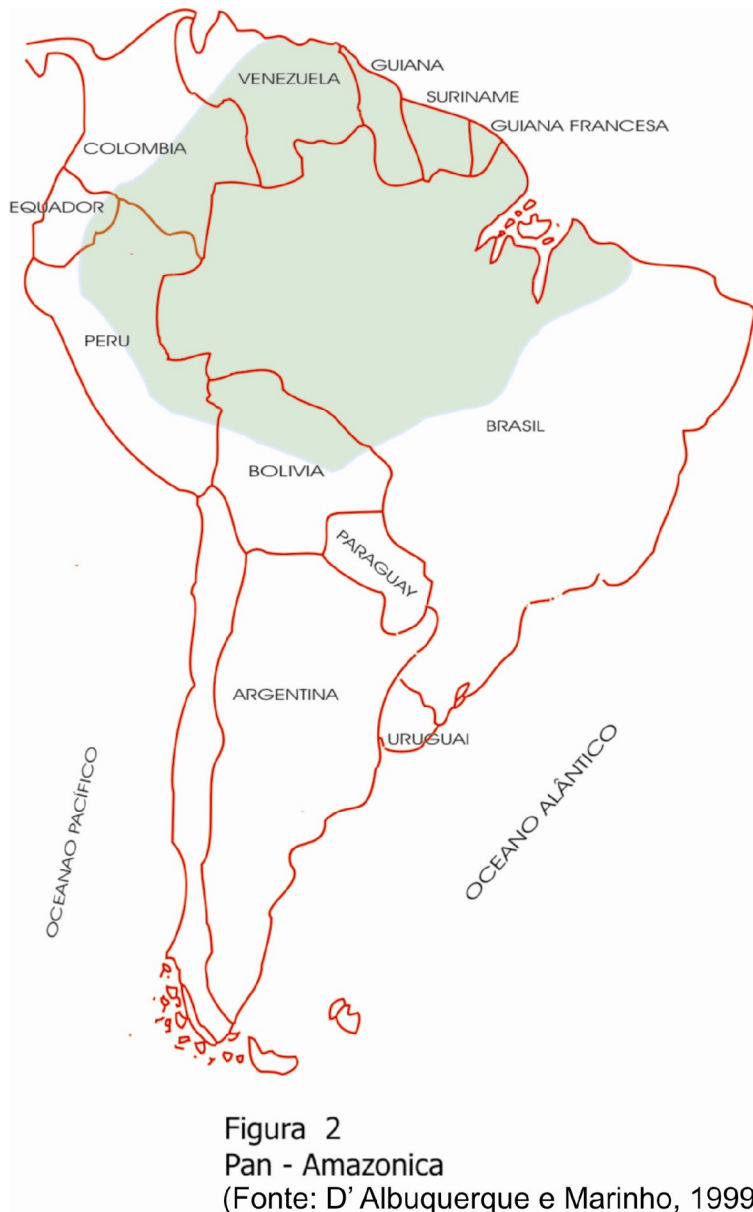
¹¹SOMBRA, Raimundo Nascimento. *Fundamentos de História e Geografia do Amazonas*. Manaus: Prisma, 1994. p. 2.

¹²BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia um Pouco-antes e Além-depois*. Manaus: Calderaro, 1977. p. 552.

¹³MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 23.



Figura 1
AMAZÔNIA LEGAL
(Fonte: D'Albuquerque e Marinho, 1999)



A região amazônica é possuidora da maior biodiversidade do planeta. É um imenso patrimônio biológico em que muitas espécies nem sequer são conhecidas ou catalogadas. Calcula-se que hoje existem na região 300 espécies de mamíferos, 2,3 milhões de espécies de artrópodes, cerca de 2 mil variedades de peixes e mais de 60 mil espécies de plantas. Dessas, cerca de 3 mil têm utilização pelo homem, sendo 400 comestíveis em forma de flor, fruto, folha, raiz e caule. Para alguns, a Amazônia é o Inferno Verde, cheio de pântanos traiçoeiros, animais ferozes, moscas e mosquitos que espalham febres e doenças tornando ali a vida humana quase impossível. Por outro lado, alguns têm uma visão edênica, que a compara ao Paraíso Terrestre, onde o homem pode ter uma vida pura e sem pecados, em uma sociedade perfeita. É, ainda, parte integrante do imenso mundo tropical, caracterizada por uma floresta densa, exuberante de alta pluviosidade e de clima quente e úmido¹⁴.

Mattos (1980), comentando a interpretação da ecologista Betty Meggers, da Universidade da Califórnia, de Los Angeles, afirma que “a julgar pelo critério da novidade, a Amazônia é um lugar ideal para os pesquisadores da zona temperada, a fim de estudarem a adaptação cultural. O labirinto fluvial e a mata virgem inspiram um mistério que nada perdeu de seu encanto através dos séculos, desde a sua descoberta pelos exploradores europeus”¹⁵. As Amazônias também diferem muito com relação à questão cultural. Quanto ao uso da língua: fala-se português, espanhol, holandês, inglês, francês, além de dezenas de línguas indígenas. Étnica e culturalmente, portanto, as antigas colônias da Inglaterra, da Holanda e da França, são as mais distantes do restante da Pan-Amazônia, embora nela figurem com 100% de seu território. No tocante à economia vigente na Amazônia Continental, existe um ponto em comum a existência predominante do extrativismo vegetal ou mineral, que em cada região toma o seu aspecto próprio, embora existam zonas agrícolas (como em Bragantina no Pará, na costa da Guiana e no Suriname) e pastoril (como a ilha de Marajó no Pará, no norte de Mato Grosso e nos campos de Roraima)¹⁶.

Uma outra perspectiva de análise está na diversidade: longe de ser homogênea, a região é extremamente complexa e diversificada. Etnicamente, a variedade é grande. Nos países andinos, mais especificamente Bolívia, Peru e Equador, a presença do índio é predominante, e no Brasil ela vem-se diluindo, através das sucessivas gerações de mestiços.

¹⁴ESTEVES, Antônio. *A Ocupação da Amazônia*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 9.

¹⁵MATTOS, 1980, op. cit., p. 27.

¹⁶BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976. p. 32-33.

Nas Guianas os negros apresentam uma grande contribuição e no Suriname os descendentes dos indianos representam mais de 50% da população¹⁷.

1.2 A Ocupação da Amazônia Colonial

A ocupação da região amazônica é um processo antigo. Quando os europeus chegaram no século XVI, a região já era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, os povos indígenas, de alta densidade demográfica. Para os portugueses o problema de seu domínio geopolítico sempre foi destaque. Por ser um grande território, as políticas de sua ocupação sempre procuraram combinar as estratégias geopolíticas com a exploração econômica.

Historicamente, a origem e o desenvolvimento da Amazônia lusitana estão assentados geopoliticamente no Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, fundado em 1616, assinalando a partir dessa data a presença de Portugal e dando início ao núcleo urbano, que viria a ser a cidade de Santa Maria de Belém. Neste sentido, os portugueses não se limitaram apenas a espalhar feitorias e missões, mas também estabeleceram uma luta para expulsar os invasores (ingleses, irlandeses, franceses e holandeses), a fim de garantir a posse do território. Os portugueses, que já possuíam vivência colonial formada na África e Índia, passaram, então, a dominar os povos indígenas, fracamente organizados em termos de unidade política¹⁸.

Não obstante, a priori, não foi encontrado na Amazônia, nem ouro e nem prata, e a forma utilizada para obter lucro fácil foi a exploração da força do trabalho indígena (ouro vermelho). Ao ocupar a Amazônia, Portugal enquadrou-a no sistema legal de organização do trabalho indígena vigente na época, o dos Capitães de Aldeia (1616-1686). O início do projeto de colonização da Amazônia dá-se sob a vigência da Carta de Lei de 10 de setembro de 1611. Segundo essa Lei, cada povoado deveria possuir um capitão de aldeia, o qual seria responsável por várias tarefas, dentre as quais convém destacar: “representar e fazer cumprir as atribuições impostas pela Coroa portuguesa à aldeia; comandar as formas de recrutamento e escravização de mão-de-obra indígena; empreender a distribuição e aluguel dos índios entre os colonos, missionários e o serviço real da Coroa portuguesa; atuar como juiz, civil e

¹⁷BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976. p. 33.

¹⁸SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 52-53.

criminal, julgando e estabelecendo penas; fiscalizar o pagamento dos salários aos índios, a fim de impedir que esses fossem enganados pelos colonos”¹⁹.

A Lei de 1611 também estabelecia que o capitão de aldeia deveria ser um morador, colono de bons costumes, o que certamente era muito difícil de existir, pois a grande maioria dos colonos que vieram para a Amazônia eram soldados, marinheiros, corsários, mercadores e, em grande número, degredados punidos com o exílio por terem cometido algum crime em Portugal ou em outras terras coloniais que pertenciam a esse país. Pelo sistema de capitães de aldeia, os índios eram recrutados de diversas formas²⁰ para servirem como mão-de-obra aos colonos, entre os quais eram repartidos, visando a satisfazer as exigências do projeto colonizador mercantilista da Coroa portuguesa.

Em 1621, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, como unidade administrativa separada do Brasil e subordinada à cidade de Lisboa. Justificava-se essa estrutura pelas dificuldades de comunicação e de transporte marítimo com a sede do Governo Geral do Brasil. A priori, esta separação foi meramente administrativa, mas com o decorrer dos anos, veio a se configurar uma profunda diferença entre as duas regiões, no âmbito político-econômico. A atenção dessa abordagem recai basicamente sobre o Grão-Pará. Esta província, que se manteve unida administrativamente ao Maranhão até meados do século XVIII, dele se diferenciou economicamente no decorrer dos anos; no Maranhão predominou a cultura do algodão, diferente do extrativismo reinante no Pará²¹.

O sistema de *plantation*, não se reproduziu na base da economia colonial da Amazônia, em decorrência de dificuldades como o isolamento geográfico, da falta de capital e investimentos da metrópole. Mas, foram com a descoberta das drogas do sertão²² e de outras

¹⁹FREIRE, Bessa. *A Amazônia Colonial (1616-11798)*. Manaus: Metro Cúbico, 1991. p. 31.

²⁰As formas de recrutamento da mão-de-obra indígena enquadravam-se nas seguintes categorias: **descimentos** – eram expedições com o objetivo de convencer os índios a descerem para as aldeias de repartição de onde seriam distribuídos entre os colonos, missionários e o Serviço Real da Coroa Portuguesa; **resgates** – eram expedições que visavam estabelecer trocas comerciais entre os colonos portugueses e as tribos aliadas. Os objetos de trocas visados pelos colonos eram os índios aprisionados pelo inimigo durante as guerras intertribais. Os portugueses davam quinquilharias e ferramentas, em troca obtinham o índio aprisionado, antes destinado a ser eliminado pela própria tribo; **guerras justas** – eram expedições militares realizada por tropa de guerra que invadiam as povoações e territórios indígenas, aprisionando-os e levando-os ao mercado de escravos. In: FREIRE, José Bessa. *Amazônia Colonial (1616-1798)*, Manaus: Metro Cúbico, 1991. p. 43.

²¹ FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 23.

²²Segundo Djalma Batista em seu livro *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976. p. 101-106, considera-se como drogas do sertão, as seguintes especiarias:

Alimentos

especiarias tropicais que Portugal viu suscitadas suas esperanças de que poderia substituir as especiarias das Índias e promover sua recuperação econômica.

A Coroa portuguesa organizou então inúmeras expedições, ora lideradas por sertanistas, ora militares, utilizando a mão-de-obra indígena, em meio à selva, para extrair produtos que interessavam ao mercado europeu. As espécies florestais, principalmente o cacau (*Theobroma cacao*), deram origem ao comércio do Pará com Lisboa. Entretanto, dentre as espécies silvestres extraídas, a canela (*Cyrtanotum zeylanicum* Nees) e o cravo (*Dicypellium caryophyllum* Nees) eram as mais apreciadas das especiarias, descoberta nas margens do rio Tocantins teve sua cultura incentivada pela Coroa Portuguesa²³. A euforia inicial, gerada com as drogas do sertão, foi o ponto de partida para Portugal iniciar o seu projeto econômico colonialista na região.

Convém mencionar que no contexto da economia colonial amazônica, a produção natural do rio Branco (Roraima) prestava-se também à atividade extrativista: madeiras, resinas, baunilha (*Vainilla aromática*), cacau (*Theobroma cacao*) e salsaparrilha

1) Mixira de peixe-boi (*Trichecus inunguis* Natterer, 1883). De tartaruga (*Podocnemis expansa* Schweigger, 1812) e de vários peixes, consistindo no cozimento da carne na gordura do próprio animal. As diversas formas de mixira sempre foram das mais requintadas especialidades amazônicas.

2) Gordura de tartaruga (também chamada de “manteiga”, segundo José Veríssimo com o significado de “todo óleo espesso ou banha”), extraída dos ovos de quelônio. Importante também para a iluminação.

3) Cacau (*Theobroma cacao* L., Esterculiácea), fonte do chocolate e da “manteiga do cacau”, usada para fins medicinais.

4) Castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K., Lecitidácea), rica em proteínas, gorduras, sais minerais e vitaminas, e de sabor muito apreciado. (A Amazônia produz ainda outros tipos de “castanhas” que serão referidos, embora sem importância comercial.)

Condimentos

5) Pimentas, nas suas diversas variedades: malagueta, olho-de-peixe, pimente-de-cheiro, josefa murupi, camapu, cajurana, caçari, murici, olho-de-pombo, pacova e comarim, todas classificadas como *Capsicum brazilianum* Clus., Solanácea.

6) Baunilha, produzida por 4 Orquidáceas, do mesmo gênero; *Vanilla aromática* Seartz: *V. guyanensis* L., *V. dukei* Hub. e *V. planifolia* Andr. Var. *gigantea* Hoehne. Cheiro e gosto especiais, de uso especialmente na doçaria.

7) Pau-cravo (que é o “cravo” da América), *Dicypellium caryophyllum* Nees, Laurácea. Usado como tempero e também na medicina e perfumaria.

8) Canela, originária da Índia (*Cinnamomum zeylanicum* Nees, Laurácea). Todas as referências à existência da canela na Amazônia não correspondem à realidade: aqui, o que se chamava de “canela” é a casca preciosa, que figura entre as plantas medicamentosas.

Gomas elásticas e não-elásticas

9) Caúcho (*Castilla ulei* Warb., Morácea): Goma de menos elasticidade que a borracha recolhida intensamente no início do século XX.

10) Borracha (do gênero da *Hevea brasiliensis*).

11) Sorva, matéria-prima da goma de mascar.

12) Massaranduba (*Manilkara huberi* Ducke), também usada na fabricação da goma de mascar etc.

²³FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos – Editora, 1998. p.43.

(*Zarzaparrilla*), itens importantes da exportação do Grão-Pará. A extração do cacau (*Thebroma cacao*), era a mais significativa, pois ele crescia às margens do Baixo Rio Branco. Em 1736, chegavam a Belém os “produtos naturais” do rio Branco. No entanto, por mais expressiva que fosse a produção, sobressaíram-se outros dois fatores para sua ocupação: o fato de ser zona de suprimento de mão-de-obra indígena e a sua posição estratégica para a defesa da Amazônia de possíveis vizinhos invasores²⁴.

No que tange às expedições militares e sertanistas, ambas eram de domínio do colonizador português. Todavia, uma distinguia-se da outra em função de seus objetivos imediatos. As operações militares pretendiam encontrar e aprisionar índios para serem escravizados e, sobretudo, capturar e punir índios fugitivos. Na realidade, os indígenas constituíam sua maior riqueza, pois todos os trabalhos deviam ser feitos por eles, que era a fonte de lucro para o colonizador que os utilizavam como escravos no trabalho agrícola, extrativista ou meramente doméstico. Já as expedições sertanistas possuíam como meta maior penetrar na floresta amazônica em busca das drogas do sertão, uma vez que estas haviam se tornado um produto de grande interesse do colonizador português, por sua ampla aceitação nos mercados europeus²⁵.

Convém ressaltar que os conflitos eram de diversas ordens pelo domínio da mão-de-obra indígena. Entre os missionários havia uma disputa pelo controle da área de maior concentração de índios. Desse modo, a margem direita do rio Amazonas e, a margem esquerda, entre os rios Negro e Içá, foi concedida pela Coroa aos Jesuítas, por meio das Cartas Régias de 1693 e 1694, o que desagradou às demais ordens – capuchinhos, mercedários e carmelitas. Ocorreram, em decorrência disso, conflitos armados entre os jesuítas e outras ordens. Não obstante, os jesuítas mantiveram a hegemonia sob a região e a mão-de-obra indígena, tornando-se os colonos mais poderosos da Amazônia²⁶. O espaço amazônico

²⁴FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 55.

²⁵Em razão disso, muitas foram as expedições que percorreram o imenso vale amazônico. Os sertanistas passavam meses no interior da selva, avançando por todas as direções, rios, lagos, igarapés e campos, conforme fosse o produto a ser extraído. As expedições tiveram grande relevância na exploração, na ocupação e na posse da terra, assegurando o domínio português. Do ponto de vista da manutenção dos povos da floresta, essas operações tiveram implicações, muitas vezes catastróficas: “promoveram o extermínio de milhares de índios; serviram também para escravizar os índios; impulsionaram a fundação de fortes e feitorias; possibilitaram um maior domínio, reconhecimento e ocupação da região por parte do colonizador português; contribuíram para o saqueamento e a exploração, em larga escala, dos recursos ambientais e ainda forçaram a migração dos povos indígenas para regiões mais afastadas e de difícil acesso”. In: PONTES FILHO. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Valer, 2000. p. 67- 68.

²⁶ REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 72-73.

colonial foi loteado entre as ordens religiosas, não foi, contudo suficiente para estabelecer a paz almejada, uma vez que os conflitos continuaram na região.

Para Reis, a idéia de que os missionários ocupavam-se na região apenas com a evangelização dos povos indígenas deve, portanto, ser abandonada, pois, na realidade, eles exerceram importante papel econômico a serviço do Mercantilismo português. Esses missionários desenvolveram suas funções até 1757, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal²⁷. Enquanto estiveram aqui, acumularam grandes riquezas, extraídas da região amazônica, apoiados na força do trabalho escravo indígena.

Por fim, disso tudo restou que as drogas do sertão não constituíram um elemento suficientemente capaz de substituir as especiarias provindas das Índias e nem de colaborar com o restabelecimento da prosperidade econômica de Portugal. No entanto, foi a atividade extrativa vegetal que estimulou a penetração do colonizador nas áreas de difícil acesso da Amazônia, assegurando desse modo, a posse e aos poucos, a ocupação do território pelos conquistadores portugueses. O termo extrativismo, aplicado a essas atividades de coleta, caracterizou bem a relação de pilhagem que o colonizador português mantinha sobre os recursos naturais. Ilustra aí a ação de extrair até o esgotamento, sem que haja preocupação de conservação. Nesse contexto, a exploração das drogas do sertão estava associada à esperança de um enriquecimento rápido, à caça aos índios, à conquista do território.

Convém ressaltar que a atividade extrativista desempenhou uma importância histórica significativa para o Brasil, cujo nome advém exatamente de um produto vegetal, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), que foi o primeiro produto extrativo a ser explorado pelos europeus recém-chegados nestas terras. O extrativismo, porém não constitui uma atividade restrita a história do Brasil, uma vez que esteve presente também em outras partes da América, da África e da Ásia²⁸.

²⁷REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 75.

²⁸MEIRA, Márcio. Os Índios do rio Xié e a Fibra da Floresta. In: AUBERTIN, Catherine. et al. *A Floresta em Jogo - O Extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 31.

1.2.1 Os Efeitos da Administração Pombalina na Amazônia

A Amazônia de então estava inserida num processo de reorganização econômica e política do sistema colonial, que se desenvolveu em Portugal no decorrer do século XVIII, e que teve como pano de fundo as transformações em curso na Europa, com a Revolução Industrial e a crise do Absolutismo Monárquico. Portugal, unificado e centralizado enquanto unidade nacional tornou-se importante no cenário europeu, partindo à frente na conquista marítima. Como se percebe, tratava-se de período de *boom*, alimentado pela produção aurífera e pela cultura do açúcar nordestino. Como metrópole, passava a depender da riqueza produzida na colônia²⁹.

A reordenação política colonial portuguesa para a Amazônia trouxe profundas alterações no seu espaço físico e na sua configuração histórica. O momento foi de transformação da região, de transmutação de mera unidade territorial em unidade política da metrópole. A caracterização regional, geográfica, econômica e política foram delineadas conforme as intenções e as ações do reformismo português. A partir daí, uma nova fase (1757) começou para a colônia, com a administração do Marquês de Pombal. O Estado do Maranhão e do Grão-Pará foi privilegiado pelo ministério pombalino, que nomeou para governá-lo o seu irmão, Francisco de Mendonça Furtado³⁰.

A razão da atenção especial que recebeu, foi a então recente assinatura do Tratado de Madri (1750) para a demarcação das terras de Portugal e Espanha, na América. Com esse Tratado, Portugal obteve uma expansão territorial dos seus limites, maior ao norte que ao sul. Com base no direito de soberania sobre as áreas definitivamente ocupadas, os portugueses fixaram fronteiras próximas das atuais. Esses limites seriam reiterados no Tratado de Santo Idelfonso, de 1777³¹. Nesse sentido, os portugueses pensaram numa alternativa econômica fixadora, que garantisse uma sociedade com características definidas. Conforme atesta Magalhães (1997, p. 36-37), Pombal tomou várias medidas para promover o desenvolvimento da Amazônia, dentre as quais se destacam:

²⁹SILVA, Marilene Corrêa. A Construção da Amazônia Lusitana. In: *Amazônia em Cadernos*. Museu Amazônico da Universidade do Amazonas. volume 1, nº1.dez, 1992. p.16.

³⁰MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. Fundamentos da Ocupação da Amazônia Colonial. In: *Revista Textos e Debates*. Publicação do Centro de Ciências Sociais e Geociências da Universidade Federal de Roraima nº5, 1997. p. 36.

³¹FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 34.

1. a drástica modificação da política relativa a mão de obra indígena (liberdade para os índios com posterior criação de Diretórios);
2. expulsão, confisco e redistribuição das propriedades pertencentes aos jesuítas;
3. incentivo ao desenvolvimento agrícola com o incremento do povoamento, através de imigração de casais açorianos e negros trazidos da África;
4. instituição de uma companhia de comércio monopolizado e com proteção real;
5. reformulação e ampliação da incipiente máquina administrativa local e a transformação das antigas missões em vilas e lugares com novas denominações lusitanas;
6. Incentivo à miscigenação. Por lei de 1755, quem se casasse com uma índia teria benefícios, além de ficar livre de qualquer infâmia;
7. Maior integração com o Mato Grosso, garantindo a proteção à fronteira sul. Desde que, no século anterior, bandeirantes paulistas, à procura de ouro, por lá chegaram subindo afluentes do Amazonas mantinham-se estreitas relações com essa região. Por ali saía o ouro de Cuiabá e do Tocantins e passavam os soldados que se dirigiam aos fortes de Príncipe da Beira e de Vila Bela, no Guaporé. Uma das formas de alcançar a Capitania de Mato Grosso, desmembrada de São Paulo em 1748, era através do Madeira e do Tapajós. O mesmo acontecia com Goiás, que podia ser atingida pelo Tocantins. Era necessário garantir a presença portuguesa nesse território, rico em ouro e pedras preciosas;
8. Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 31 de julho de 1751, com sede em Belém, sem qualquer vínculo com o vice-rei do Brasil a fim de demarcar com mais rapidez e segurança as fronteiras portuguesas;
9. A criação da capitania do São José do Rio Negro, em 03 de março de 1755. Subordinada ao Governo do Pará, teve como primeira sede a missão de Mariuá, depois chamada de Vila de Barcelos, sua instalação ocorreu em 07 de maio de 1758, teve seu primeiro governador Joaquim de Melo e Povoas, sobrinho de Mendonça Furtado.

Evidentemente que as reformas aplicadas no Maranhão e Grão-Pará visavam a integrar a região com a economia colonial. Não obstante, interpretando a política indigenista adotada por Pombal, parecem ter sido razões de outra ordem, haja vista que apresentam um viés notadamente político. Os índios elevados à condição de colonos, passaram a ser concebidos como mão-de-obra domesticada e politicamente eficaz na garantia da precária posse da colônia. Afinal, Portugal não possuía documentos para reclamá-la para si.

Foi o Tratado de Madri que delimitou formalmente as fronteiras luso-espanholas e que estabeleceu que cada uma das partes ficasse com os territórios que até então haviam ocupado e povoado. Tratava-se, nesse momento de povoar todas as terras possíveis, o que indiscutivelmente envolvia população indígena da colônia (fronteira viva). O objetivo de tal política foi de inserir os índios na sociedade local e ainda criar vilas e povoados com nomes portugueses. Dessa forma, surgiram várias vilas, dentre elas Macapá e Manaus. Este Tratado pôs fim, também, aos conflitos da fronteira amazônica entre espanhóis e portugueses. A imposição da posse portuguesa pela supremacia militar ficou evidenciada nas medidas de

fortificações e nas preocupações estratégicas com as áreas fronteiriças, centrais e litorâneas do rio Amazonas e de seus principais afluentes³².

No que concerne à demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha, Mendonça Furtado recebeu do seu irmão, o Marquês de Pombal, instruções que fixaram claramente os objetivos geopolíticos da expedição, aqui reproduzidas:

Quero que o novo governo do Rio Negro, o qual agora bem vereis, que deve ser promovido com o maior cuidado pela indispensável necessidade de se povoar essa fronteira ocidental e segurarmos com ela a navegação do rio Madeira para o Mato Grosso e a passagem daquelas Minas para o Cuiabá; ainda mais escuso de vos lembrar que muito se faz necessário separar os padres jesuítas (que já claramente estão fazendo esta guerra) da fronteira da Espanha, valendo-nos para isto de todos os possíveis pretextos, visto que com esta Potência Eclesiástica nos achamos em tão dura e custosa guerra; completar o aparelhamento defensivo do Império na orla fronteiriça, iniciada em Mato Grosso e prosseguindo com o governo de São Pedro no Rio Grande do Sul (MATTOS, 1980. p. 38).

Após a gestão de Mendonça Furtado à frente da comissão demarcadora de limites e também da administração portuguesa no alto rio Negro, essas funções passaram a ser exercidas pelo administrador, o engenheiro-militar Lobo d'Almada, que veio com a função de ser comandante da Fortaleza de Macapá. A fim de prosseguir os trabalhos da comissão de limites, Lobo d'Almada instalou a sede de sua administração no Forte de São Gabriel. Reorganizou o dispositivo militar da região, composto essencialmente pelos Fortes de São José do Rio Negro ou da Barra (hoje Manaus), São Gabriel e São José de Marabitanas. Completou o efetivo dos mesmos com tropas de linha de regimento do Pará. Continuou a fazer os reconhecimentos do rio Negro e realizou a exploração do rio Branco e ainda procedeu a um minucioso levantamento cartográfico da bacia do rio Negro. Foi nomeado governador da Capitania de São José do rio Negro (1787) e concluiu os trabalhos demarcatórios da fronteira, transferindo a capital da Capitânia do Vale de Barcelos para o Forte da Barra (Manaus)³³.

Manoel da Gama Lobo d'Almada foi quem introduziu a pecuária nos campos gerais do rio Branco (Roraima) com vistas a fixar colonos e abastecer de carne e couro o mercado interno da referida Capitânia, dessa forma contribuiu também para assegurar o território para

³²MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. Fundamentos da Ocupação da Amazônia Colonial. In: *Revista Textos e Debates*. Publicação do Centro de Ciências Sociais e Geociências da Universidade Federal de Roraima nº5, 1997. p. 37-38.

³³REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 119-120.

a Coroa Portuguesa. Ao contrário de outros lugares, a pecuária não foi empreendida por colonos civis, sua implementação nos fins do século XVIII foi uma iniciativa oficial. É mister salientar que a construção do Forte São Joaquim (1775) sobreveio na administração de Pombal³⁴.

Como se percebe por esse breve panorama aqui apresentado, a época pombalina na Amazônia deixou marcas importantes e até fundamentais na caracterização da sociedade colonial da região, onde os traços do ideário econômico e político do pombalismo, seja como exaltação da pessoa, seja como momentos do processo de ocupação lusitana, são registrados. A política de valorização regional da Amazônia do período pombalino fez com que:

A emergência do “ciclo” agrícola na Amazônia ocorreu no século XVIII. Produzia-se cacau, café, algodão, etc. em 1710 tinham-se introduzido arados no Xingu, técnica também adotada depois no Marajó. (...) Porém, a Amazônia permaneceu uma economia praticamente sem contato com os grandes mercados. Um ou dois navios por ano tocavam o porto de Belém, (...) o transporte de cargas pagava fretes escorchantes, (...) mas, só quando o cacau se tornou, um produto expressivo em termos de peso é que se começou a verificar maior regularidade no transporte marítimo, (...) impulso de demanda externa transmitiu-se na Amazônia. Já em 1730, graças ao trabalho dos missionários e dos colonos [e diríamos da mão-de-obra indígena] a exportação do produto (...) representava em valor de mais de 99% das exportações regionais. A queda da exportação ocorrida entre 1750 a 1754 parece ter mostrado, no entanto, que a região carecia de um reforço oficial à sua atividade. Esse reforço sobreveio na época de Pombal, com a instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) (SANTOS, 1980. p. 16-17).

A política agrícola e comercial portuguesa para a Amazônia aproveitou as bases concretas existentes e as solicitações externas do mercado internacional (especialmente por cacau) articulando-as ao projeto de equacionamento dos problemas econômicos e políticos da Metrópole. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão foi o instrumento do Estado Mercantil por excelência de viabilização desse projeto, quando buscava a independência portuguesa diante da Inglaterra e justificava o caráter civilizatório, abolicionista e progressista da Companhia. A intensificação da agricultura e do extrativismo (drogas do sertão), constantes no plano agropecuário português, correspondia, em grande medida, à articulação do trabalho escravo do negro com a submissão dos povos indígenas da Amazônia, até então forçados ao trabalho compulsório escravo, semi-escravo e servil. Além disso, condicionava as

³⁴SANTILLI, Paulo. *As Fronteiras da República – história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: Lis Gráfica e Editora- NHII-USP(Núcleo de História Indígena e do Indegenismo), 1994. p.18.

medidas econômicas às necessidades estratégicas de asseguramento do território³⁵. Em 1777 encerrava-se na Europa e na Amazônia, a fase de Pombal. Contudo, o processo de instauração e de desenvolvimento do reformismo português prosseguiu em ambas, sob os reinados de D. Maria I e do príncipe D. João.

Convém aqui fazer uma avaliação sobre a mudança da política econômica da região amazônica a partir dos meados do século XVIII. Para Cardoso Pombal fracassou na sua principal finalidade que era libertar Portugal da dependência estreita da Inglaterra, mediante a implantação da política mercantilista. No Pará, na segunda metade do século XVIII, competiam duas modalidades de economia: a extrativa, baseada na coleta das drogas do sertão, e a agrícola, de moderado desenvolvimento³⁶.

Em tese, predominou o interesse de Portugal em estender o domínio de suas fronteiras, resultando na conquista definitiva da região, marcando aí uma intervenção do Estado, evidenciando a nítida estratégia geopolítica de Portugal. Não obstante, a Amazônia continuou com a base econômica apoiada no extrativismo das drogas do sertão, apesar do período pombalino ter marcado o início do ciclo agrícola.

1.3 O Extrativismo da Borracha

Foi ainda no contexto do extrativismo vegetal que surgiu o ciclo da borracha, com a expansão da exploração do látex (*Hevea brasiliensis*) decorrente da grande demanda externa, a partir da segunda metade do século XIX. Isso fez com que se processasse um surto de crescimento econômico. Foi sem dúvida o chamado ciclo da borracha o fenômeno sócio-econômico mais expressivo da Amazônia, do final do século XIX e início do XX.

O uso da borracha foi registrado pela primeira vez entre os índios do Haiti e do México, que com látex extraído das árvores preparavam bolas para jogos, sapatos, capas e couraças. Na Amazônia, era utilizada pelos índios Cambebas ou Anáguas, habitantes da área do Solimões-Marañon. Chamavam de Hevea³⁷, uma matéria flexível, fabricada a partir da

³⁵SILVA, Marilene Corrêa. A Construção da Amazônia Lusitana. In: *Amazônia em Cadernos*. Museu Amazônico da Universidade do Amazonas. volume 1, nº1.dez, 1992. p. 22.

³⁶CARDOSO, Ciro Flamarión. *Economia e Sociedades em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 108.

³⁷O nome da *borracha* recobre um sem-número de látices provenientes das mais variadas espécies vegetais, que se distribuem por extensas quantidades de gêneros, classificados em cinco famílias: (1) *Euforbiáceas*; entre as quais as seringueiras (*Hevea brasiliensis*, *Hevea guyanensis*, etc.), as maniçobas (v.g., *Manihot dichotoma*, *Manihot glaziovii*) e a murupita (*Sapium biflandulosum*); (2) *Moráceas*, compreendendo os cauchos (*Castillo*

coagulação do leite de uma árvore. Convém registrar que a *Hevea brasiliensis* da Amazônia era a espécie que produzia a melhor qualidade da borracha³⁸.

Nos Estados Unidos as amostras do látex, sob a forma de botelhas manufaturadas pelos nativos amazônicos, ganharam um lugar de destaque nos planos comerciais. Uma importação regular de sapatos de borracha teve início, em 1820, chegando a primeira partida ao porto de Boston, onde venderam um simples par de sapato ao preço de cinco dólares. Dez anos mais tarde, os sapatos chegavam em grande quantidades, adquiridos por diversas firmas. Os periódicos de Boston, em 1823, anunciavam venda de 25.000 pares³⁹. De 1830 em diante, a exportação de sapatos da Amazônia dominou o tráfego marítimo entre a América do Norte e a região, bem como entre esta e a Europa.

Os efeitos das exportações da goma elástica, seja em pequenas manufaturas, seja o produto em si, foi considerável, preparando terreno para as futuras conquistas da ciência e de novas técnicas. Mas não foi fácil chegar ao ponto ideal de uso da borracha, já que os cientistas e experimentadores não conseguiam dar a este produto a elasticidade e a impermeabilidade que lhe confeririam uma posição ímpar para os mil artefatos industriais a que estava destinada. Uma solução satisfatória para o problema somente foi conseguida em 1839, quando o inventor americano Charles Goodyear descobriu o processo de vulcanização, abrindo os caminhos para o desenvolvimento da indústria da borracha. A introdução da vulcanização, em ambos os lados do Atlântico, foi seguida de uma rápida e bem sucedida aplicação dessa matéria-prima em todos os seus usos modernos: mangueiras, correias, calçados, pisos, artigos esportivos, equipamentos cirúrgicos⁴⁰, etc. Não obstante, foram a invenção do pneumático, por Dunlop, em 1888, bem como o aparecimento do automóvel, em 1895, e a massificação do uso da bicicleta como veículo de transporte, os responsáveis pelo surto da borracha nos

elastica, *Castilloa ulei*), o assam (*Ficus elastica*) e outras espécies; (3) *Apocináceas*, entre as quais a sorva (*Couma guyanensis*), a mangabeira (*Hancornia speciosa*), o chicle (*Zschokkea lactescens*), o jelutongue (*Dyrea costulata*), a liane gohine (*Landolphia ovariensis*); (4) *Saponáceas*, distinguindo-se o chicle (*Chrisophillum*), a balata (*Mimusops bidentata*), a guta-percha (*Payena leeri*) e a coquirana (*Lacuna gutta*); (5) *Compostas*, entre as quais o guayaule (*Parthenium argentatum*) e a kok-saghiz (*Taraxacum kok-saghiz*). In: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz. 1980. p. 229.

³⁸PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 288.

³⁹TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971. p. 87.

⁴⁰PRADO e CAPELATO, op.cit., p. 288-289.

mercados mundiais, fazendo com que assumissem o papel de matéria-prima cada vez mais importante, na rápida expansão da indústria⁴¹.

Segundo Reis, a Amazônia era a região dos cacauais, dos cafezais, dos engenhos, das lavouras e do pastoreio, passa a ser daí por diante a região das heveas, do ouro negro, dos pioneiros, dos seringueiros, dos patrões, dos aviadores, de um mecanismo novo na conjuntura nacional, diferente, portanto, na paisagem social brasileira. Dessa forma, estavam criadas as condições para uma grande corrida às fontes abastecedoras dessa matéria-prima⁴². Ainda a esse respeito, Vianna Moog mencionou que a valorização da borracha desmantelou a organização agrícola vigente e propiciou uma desenfreada corrida aos seringais, com o respectivo abandono das oficinas e dos rebanhos⁴³.

No tocante ao início da exploração, no Pará os seringais se localizavam principalmente na região das ilhas de Marajó e ao longo dos sistemas fluviais do Xingu e do Tapajós. As bacias do Tocantins e do Guamá, às quais se chega facilmente a partir da cidade de Belém também continham áreas de seringueiras, que embora fossem de qualidade e quantidade inferior às das outras áreas mencionadas, se esgotaram rapidamente e após 1900, produziram principalmente o látex sernambi⁴⁴. Não obstante, as seringueiras logo foram sendo destruídas em virtude das técnicas utilizadas na extração chamada arrocho⁴⁵. A partir daí, os seringueiros penetravam na floresta ocupando os mangues dos rios Madeira, Purus e Juruá.

1.3.1 Os Migrantes

No que concerne ao contingente populacional da região amazônica, pode-se afirmar que era insuficiente para responder à crescente demanda internacional pelo látex. A borracha impôs a ampliação da área de exploração dos seringais, bem como a mobilização de braços para a sua exploração.

⁴¹INTERNATIONAL INSTITUTE OF SYNTHETIC PRODUCERS INC., *Borracha Sintética: a história de uma Indústria*, New York, 1973. p. 14-16.

⁴²REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 113.

⁴³VIANNA MOOG, C. *O Ciclo do Ouro Negro, Impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936. p. 24.

⁴⁴WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 57.

⁴⁵O arrocho consistia em ferir a seringueira de alto a baixo e, em seguida, amarrá-la fortemente com cipós, visando extrair todo o látex de uma só vez. In: PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000. p. 131.

Cabe aqui destacar o papel dos migrantes na região amazônica. As dificuldades de penetração e a inexistência de um atrativo econômico fizeram com que o contingente de população branca fosse irrisório, fazendo com que o colono português buscasse outros territórios. O censo populacional de 1799 registrava 83.510 habitantes; o de 1832, 149.854; e o de 1862, 272.014. O pequeno número de açorianos, chineses, europeus e sul-americanos que se dirigiram para a região, tiveram pouca significação no povoamento da Amazônia. A presença dos negros na Amazônia não se revestiu da mesma importância que teve em outras regiões do Brasil. Essa mão-de-obra era empregada especialmente na lavoura. O trabalho do índio e do mestiço se adaptava melhor às condições econômicas da região⁴⁶. Não obstante, a população deu um grande salto demográfico no fim do século XIX e início do XX de acordo com os dados em análise, em 1900, 695.000 e, 1910, 1.217.000⁴⁷.

Os governadores da Amazônia, com o deslanchar da borracha, foram obrigados a mobilizar populações de outras regiões do país. Para este fim, organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para os gastos com transporte e adiantamento em dinheiro para as primeiras necessidades dos migrantes. Os nordestinos, acometidos pela violenta seca que se abateu sobre os diversos estados daquela região, viram-se forçados a emigrar para a Amazônia. Calcula-se que cerca de 350 mil migraram entre 1850 a 1915, em diferentes momentos. Os dados sobre migração são, contudo, bastante falhos. Benchimol, grosso modo, estima que, desde o início do ciclo da borracha até 1960, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram fazer a “Amazônia”, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira, superado somente pela migração para São Paulo⁴⁸.

Com os migrantes nordestinos, intensificou-se a ocupação humana da região, embora esta se fizesse dispersamente tendo em vista a floresta e os rios. Essa ocupação alargou-se com a incorporação do Território do Acre, sob a liderança do gaúcho Plácido de Castro, comandando um exército de seringueiros e seringalistas, ao final ratificado pelo Tratado de Petrópolis, de 1903⁴⁹.

⁴⁶PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 289.

⁴⁷PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Valer, 2000. p. 132.

⁴⁸BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia um Pouco-antes e Além-depois*. Manaus: Calderaro, 1977.p. 251.

⁴⁹LOUREIRO, Antônio. *Amazônia 10.000 anos*. Manaus: Metro Cúbico, 1982. p. 179.

Muitos estrangeiros de diversas procedências conforme a tabela 1 imigraram para a Amazônia em busca de riqueza. Os sírios e libaneses começaram a chegar em 1872, trazendo consigo suas famílias. Inicialmente, dedicaram-se às atividades de mascate, regatão e varejo fixo.

Tabela 1
Imigração estrangeira para a Amazônia no quadriênio 1908- 1911

Nacionalidade	Imigrantes	%
Portugueses.....	9.008	46,3
Espanhóis.....	2.809	14,4
Inglêses.....	1.294	6,6
Turco-árabes.....	974	5,0
Franceses e alemães.....	907	4,7
Italianos.....	830	4,3
Norte-americanos.....	564	2,9
Outros.....	3.081	15,8
Total.....	19.467	100,0

Dados brutos – Anuário Estatístico do Brasil, 1º Ano (1908-1912),
Tipografia Estatística, Rio, 1916.

Há razões para crer que essa imigração, bastante expressiva, fosse espontânea e tivesse por motivação, de um lado, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, e de outro, o atrativo do crescimento econômico regional. Em 1912, a fonte estatística já não registrou a entrada de estrangeiros no porto de Belém. Foi a partir de 1900 que o governo paraense não fez mais contrato algum para a introdução de imigrantes⁵⁰.

Por outro lado é importante mencionar que alguns desses imigrantes, localizados principalmente nas regiões próximas a Belém e Manaus destinaram-se a outras formas de ocupação, indo estabelecer-se em colônias agrícolas organizadas pelo poder público, objetivando a produção local de alimentos e o conseqüente povoamento, dando ao

⁵⁰PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Valer, 2000. p. 134.

extrativismo gumífero um cunho complementar em sua economia. Entretanto, as maiorias dos povoamentos fracassaram⁵¹.

Com relação ainda ao povoamento da Amazônia, Reis assim se manifestou: “o povoamento da Amazônia, não se processou dentro de um planejamento como sucedeu com a colonização do sul onde os estabelecimentos montados para receber os contingentes europeus foram selecionados, os grupos foram localizados sob a garantia e as atenções oficiais. Na Amazônia os nordestinos chegaram para uma empresa que se caracterizava pelo aventureirismo. Eles significam mão-de-obra necessária. Não havia um propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demográfica e politicamente o futuro”⁵².

1.3.2 O Seringal

Nos fins do século XIX e começo do XX, deslocou-se para a Amazônia o centro da economia brasileira e o cenário das modificações sociais. O seringal tornou-se a expressão sócio-econômica não só da Amazônia, mas da nova fase do processo histórico da economia brasileira como um todo.

A ocupação do espaço amazônico processou-se, desde as origens, sem uma disciplina conveniente. A exploração da floresta, base maior da atividade econômica local, impunha a dispersão. Esse fato levava a não-sedentarização do homem, pois no início da exploração do látex, não se formou propriedade fundiária. Os extratores atiravam-se na floresta em atividades predatórias e como as zonas de coleta logo empobreciam, não havia um interesse em ter o domínio permanente sobre a terra, pois a exploração era passageira. Com o *boom* da borracha, a situação modificou-se. O abandono do sistema predatório de aniquilamento das árvores e o início da concorrência entre os que viviam da nova empresa tornaram necessária a ocupação permanente da terra. A legalização das posses e a formação da propriedade conforme os textos jurídicos foram decorrências das novas condições de vida que exigiram a delimitação dos seringais⁵³.

⁵¹PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967. p. 196-197.

⁵²REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Americana, 1972. p. 225-226.

⁵³PRADO, e Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 291.

O seringal representou o núcleo da estrutura sócio-econômica da região amazônica no período da borracha. A localização do seringal era feita de imediato. A experiência que foi sendo adquirida estabeleceu normas precisas. O que importava num seringal não era a extensão da terra, mas a quantidade de árvores que produziam a borracha. Como as árvores se distanciavam a dezenas de metros, a grande propriedade acabou por se impor na Amazônia. Assim, o latifúndio passou a ser uma das características do seringal. A legislação, nesse particular, depois das tentativas fracassadas de 1860 e 1874, cedeu à realidade e abandonou a finalidade agrária, aceitando o imperativo econômico, autorizando o latifúndio⁵⁴. O seringal dividia-se em a Margem e o Centro⁵⁵. Subindo os rios, na busca às árvores gumíferas, os grupos de futuros seringueiros situavam-se aqui e ali, assentando os fundamentos dos seringais.

A localização do seringal deveria ser feita à margem do rio principal e em terra firme⁵⁶. No entanto, nem sempre era possível ocupar a terra firme. Impunha-se encontrar um meio de escapar aos perigos das cheias. A solução era construir as habitações, os armazéns, todo o casario do vilarejo, de modo a evitar que as águas o atingissem. E isso se conseguia com as edificações levantadas sobre barrotes de boa madeira, à prova d'água. As tais construções eram o barracão central e os barracões menores. O barracão central servia, nos primeiros momentos, para residência do seringalista, depósito de mercadorias e escritório. Geralmente as construções eram feitas de madeira com a cobertura de telha de zinco ou cavaco. E os barracões menores serviam de abrigo para o seringueiro e para a defumação do látex.

Com o ciclo da borracha, as atividades agrícolas entraram em franco declínio, com o direcionamento da população para esta atividade econômica. A partir daí, montou-se um sistema para suprir de produtos básicos os trabalhadores da região, concomitantemente com a comercialização do látex extraído. Tal sistema, que compreendia vários agentes, era chamado

⁵⁴PRADO, e Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 292.

⁵⁵A margem de um seringal servia para facilitar a comunicação com Belém e Manaus, os dois maiores centros exportadores, e, também, a segurança em face às enchentes dos rios; indicaram que a localização devia ser feita à margem do rio principal, em terra firme; e centro era o local distante dos rios e das áreas de residência, situado no interior das matas, onde são explorados os produtos extrativistas. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2ª ed. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 1977. p. 149-150.

⁵⁶Convém esclarecer que os ecossistemas amazônicos são classificados, em geral, como terra firme ou várzea. No primeiro caso trata-se de interflúvios, menos inundados, enquanto os ecossistemas de várzea são periodicamente inundados. In: AUBERTIN, Catherine. et al. *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 209.

de sistema de aviação. Cabe aqui asseverar que o aviação foi a instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetarizado, o capitalismo industrial europeu. A instituição tenderá a repetir-se em toda área econômica na qual as seguintes características estejam presentes:

(a) base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; (b) atraso das técnicas de produção; (c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; (d) presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las; (e) ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; (f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área (SANTOS, 1980. p. 155).

Na ocorrência dessas condições, parecia impor-se uma verdadeira imperatividade técnica do aviação, levando as lideranças mercantis locais a se aliarem aos interesses do mercado externo, gratificando-se duplamente – com os preços que cobravam fora e com o peculiar sistema de exploração de mão-de-obra. Aumentava o índice de monetização das trocas na área, mas o escambo continuou a dominar, porque ainda era a melhor modalidade de disfarçar a usura⁵⁷.

Por fim, as casas aviadoras eram estabelecimentos comerciais que abasteciam o seringal, dele recebendo a borracha ali produzida. Encarregavam-se ainda do transporte e da distribuição dos nordestinos que iam trabalhar nos seringais. Financiavam também expedições exploratórias da borracha e ainda atuavam como representantes de ricos clientes no exterior. Na realidade, o mais comum era a casa aviadora servir como representante de grandes companhias compradoras de borracha de Liverpool ou de Nova Iorque⁵⁸. Algumas, no entanto, não trabalhavam com nenhuma representação, atuando independentemente.

Toda a despesa necessária à instalação do seringal e a sua manutenção posterior era financiada também pela casa aviadora que, pela transação, cobrava juros e comissões. No inverno, recebia a borracha em seus armazéns onde era pesada e classificada. Nesse período, os seringalistas vinham às capitais saldar as suas contas, fazer novos pedidos e receber o saldo que possuíam; este, em geral, permanecia na casa aviadora para a realização de negócios

⁵⁷SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 155-156.

⁵⁸PRADO Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 293.

futuros. A elas, muitas vezes, associavam-se os donos dos seringais cujos negócios iam bem. Os aviamentos, que consistiam em utensílios para a extração, vestuários, alimentação, remédios etc., eram vendidos a crédito ao seringalista e transportados ao seringal pelas gaiolas⁵⁹ que as próprias casas aviadoras possuíam. O ônus do avião era, também, debitado na conta do seringalista. Essas casas aviadoras localizavam-se em Belém ou Manaus, capitais dos dois maiores Estados da região da época⁶⁰.

Em síntese, este sistema denominado de avião pode ser assim reconstituído, na base encontrava-se o seringueiro – extrator, o único produtor da matéria prima vegetal; em seguida havia o seringalista – proprietário e patrão do seringal; acima destes vinham às casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que abasteciam os seringais. Por último às casas exportadoras que, com a negativa dos bancos em financiar a produção, constituíam-se nas verdadeiras financiadoras de todo o sistema produtivo⁶¹.

Diversos tipos sociais marcaram o seringal: o seringalista atuava como a autoridade máxima, civil e militar. Impunha-se pela força, perseguia e punia brutalmente aqueles que o ofendiam, sobretudo os trabalhadores da coleta do látex. Pela hierarquia, após o seringalista, tem-se o gerente que fazia as vezes do patrão. Para isso, recebia os necessários poderes, sobretudo na ausência do proprietário do seringal. O guarda-livros era responsável pela segurança da escrita e assim, ordenava o seringal, uma vez que era baseada nela a movimentação dos trabalhadores para as explorações e os aviamentos. Os caixeiros tinham a seu cargo os depósitos de víveres, os barracões de borracha, bem como a responsabilidade pela pesagem do produto e pelo o abastecimento dos centros. Os comboeiros eram encarregados de levar aos centros, por terra, semanal ou mensalmente, os comboios, isto é, os lotes de burros que conduziam a carga de víveres e utensílios para os seringueiros, bem como

⁵⁹Os gaiolas são embarcações a vapor, apropriados aos rigores da região. Possuem sempre dois andares ou conveses. Para a nossa discussão é interessante informar que nos corredores externos, como no andar inferior, armavam-se, à noite, redes umas por cima das outras. O navio dá, em conseqüência, a impressão de uma gaiola, daí surge o nome que lhe puseram. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 1977. p.198.

⁶⁰REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 155-158.

⁶¹O sistema de avião funcionava baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro em relação ao patrão seringalista. Esta dependência do extrator tinha início logo que ele era contratado em sua terra natal, quando lhe eram feitos os primeiros adiantamentos para a viagem, agravando-se quando já no barracão recebia os utensílios e gêneros para a coleta, geralmente estimados para os três primeiros meses de trabalho. Com este sistema era praticamente impossível o seringueiro libertar-se do patrão, transformando-se num prisioneiro do próprio trabalho. Sua condição social, portanto, era ambígua e mesmo paradoxal: socialmente era livre, mas sua condição real era de escravo. Escravizado pela dívida, pelo isolamento e solidão, pela rotina de trabalho e de vida na floresta. In: SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 100.

a borracha produzida no centro para a margem. Os mateiros, quase sempre filhos da terra, eram habituados e identificados com as peculiaridades da selva. Eles procediam ao reconhecimento preliminar das árvores para corte. Os toqueiros completavam a tarefa dos mateiros abrindo as estradas. Os caçadores, os canoieiros e os pescadores entregavam-se às tarefas sazonais e geralmente eram amazônidas⁶².

Havia ainda dois outros tipos significativos na paisagem social do seringal. O brabo e o seringueiro. O primeiro, era o nordestino novato nas operações de extração do látex. Chegando ao seringal, desconhece as técnicas de trabalho e os segredos da mata. Era um estranho ao meio físico e ao meio sócio-econômico. Vencida essa fase de experiência, de tomada de contato, deixava de ser um brabo e atingia a condição de seringueiro. O segundo, era o trabalhador que se inseria na floresta para extrair o látex e produzir a borracha. Seu melhor retrato era o nordestino despossuído e fugitivo da seca daqueles sertões. Trabalhava dezesseis horas por dia, em média. Acordava cedo, erguia-se para seguir uma das duas ou três trilhas, nas quais trabalhava em dias alternados. A cada seringueira que encontrava fazia um talhe, deixando uma tigela para posterior coleta do látex. De volta para casa, fazia a primeira refeição ao meio-dia e uma breve sesta. Em seguida, retomava o percurso, coletando o líquido acumulado na tigela e retornando à cabana para iniciar a etapa final do longo trabalho diário: a coagulação do látex⁶³.

O seringal não podia deixar de ser localizado à margem de um rio. Nos tempos iniciais da exploração do látex, o acesso ao seringal processava-se pela utilização de embarcação ligeira ou não, de porte e tonelagem pequena ou não, de origem e técnica indígena. Era a igarité⁶⁴ ou a coberta. Foi com a introdução do navio a vapor, por Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que a rede de transporte na Amazônia se modernizou⁶⁵. O desenvolvimento da extração do látex encontrou no barco à vapor um incentivo, uma força impulsionadora.

Dentro de um seringal, pois, a existência se processa igualmente em função do maior ou menor volume de águas que nele circule. Não se entra e nem se sai dos seringais a não ser

⁶²REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.p. 224-226.

⁶³Idem, p. 226-227.

⁶⁴Igarité é um tipo de embarcação leve, rápida que o amazônida tripulava para todos os lugares. In: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 1977, p. 196.

⁶⁵REIS, 1997, op.cit. , p. 197.

pelos rios. A frota que se construiu para atender a esse imperativo dos meios, seja dos pequenos transportes ou de maior porte, constituiu parte importante do mecanismo que pôs em funcionamento a vida local.

1.3.3 A Expansão da Produção da Borracha e a Concorrência Asiática

A expansão da produção da borracha deu origem a um sistema econômico e a um comércio exportador de grandes proporções regionais. A descoberta do método de vulcanização, em 1839, já mencionado anteriormente nesta pesquisa, impulsionou o uso da borracha para fins industriais. Diante da crescente demanda externa, as exportações e o preço da borracha elevaram-se significativamente. Contudo, a produção só cresceu quando passou a ser indispensável para a fabricação de pneus. O volume das exportações crescia consideravelmente a cada década. Pela tabela 2, que apresenta a exportação de borracha, pode-se analisar a contribuição deste produto para a economia brasileira. O apogeu da produção foi alcançado em 1912, com 42.286 toneladas. Não obstante, no contexto da economia extrativa da região amazônica, no final do século XIX, registrou-se no Rio Branco (Roraima) a coleta do látex e da castanha⁶⁶.

⁶⁶RICE, Hamilton. *Exploração da Guiana Brasileira*. São Paulo: EDIUSP, 1978. p. 24.

Tabela 2
Exportação de Borracha Silvestre Amazônica, 1821- 1947

Ano	Quant. (t)	Libra / t	Ano	Quant. (t)	Libra / t
1821/1830..	329	67	1921	17.493	72
1831/1840..	2.314	72	1922	19.855	72
1841/1850..	4.693	45	1923	17.995	100
1851/1860..	19.383	116	1924	21.568	90
1861/1870..	37.166	116	1925	23.537	206
1871/1880..	60.225	183	1926	23.263	145
1881/1890..	110.048	152	1927	26.162	107
1891/1900..	213.755	209	1928	18.826	76
1901.....	30.241	283	1929	19.861	75
1902.....	28.632	256	1930	14.138	54
1903.....	31.717	308	1931	12.623	32
1904.....	31.866	350	1932	6.224	34
1905.....	35.393	420	1933	9.453	43
1906.....	34.960	401	1934	11.150	50
1907.....	36.490	374	1935	12.370	50
1908.....	38.206	308	1936	13.247	88
1909.....	39.027	484	1937	14.792	90
1910.....	38.547	655	1938	12.064	44
1911.....	36.547	412	1939	11.805	63
1912.....	42.286	380	1940	11.835	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914.....	33.531	206	1942	12.204	179
1915.....	35.165	200	1943	14.575	191
1916.....	31.495	240	1944	21.192	255
1917.....	33.998	224	1945	18.887	270
1918.....	22.662	174	1946	18.159	190
1919.....	33.252	188	1947	14.510	186
1920.....	23.587	106	-	-	-

Fonte: Samuel Benchimol, *Amazônia: um pouco antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 252.

No tocante à participação de outros produtos na pauta das exportações nacionais, Loureiro (1982, p. 176) afirma que, em 1910, o café representava 43,31% das exportações e a borracha 39,09%. Reproduzem-se aqui os valores expressos:

	Café		Borracha
1906	418.399 contos		210.284 contos
1907	453.754 ”		217.504 ”
1908	368.385 ”		188.357 ”
1909	533.869 ”		301.937 ”
1910	385.493 ”		376.971 ”

A mono-extração da borracha, dada a sua forma de trabalho adotada, num contexto de um ciclo econômico, de relativa curta duração, produziu apenas uma pequena camada social que vivia da intermediação. Não ocorreram na Amazônia as profundas alterações de que foi palco o centro-sul do país com a produção do café, baseada nas relações de produção do tipo salarial, das quais resultaram maior divisão social do trabalho e a expansão do próprio mercado interno⁶⁷.

Por pouco tempo a borracha se tornara o ouro e a Amazônia, o Eldorado. O ciclo da borracha ainda iniciava sua fase de progressiva expansão, quando uma medida decisiva aniquilava a economia da região. Era o contrabando de sementes de seringueira para a Inglaterra e, daí, para suas colônias na Ásia, onde foram cultivadas. Tal proeza foi concebida e realizada pelo botânico inglês Sir Henry Wickham, que embarcou clandestinamente cerca de 70 mil sementes para a Inglaterra, onde foram cultivadas experimentalmente em estufa. Dentre essas, vingaram 7.000 mudas, as quais foram transportadas para o Ceilão e, posteriormente, para a Malásia, Samatra, Bornéu e outras colônias britânicas e holandesas, nas quais se desenvolveram, passando a produzir uma seringa de melhor qualidade e menor custo, o que provocou a queda dos preços das borrachas e fez com que o monopólio brasileiro desmoronasse. Em 1900, as colônias britânicas da Ásia disputavam o mercado com uma modesta oferta de 4 toneladas. Porém suas exportações cresciam abruptamente. Em 1913, a produção asiática já superava a produção brasileira com 47.000 toneladas⁶⁸.

A partir de então, a produção de seringa brasileira passou a despencar vertiginosamente, sobretudo face à queda dos preços da borracha no mercado internacional, que inviabilizava cada vez mais a atividade extrativa na região amazônica em função do seu custo. Na Ásia, como já foi afirmado, a borracha era de boa qualidade e a um custo baixo, o que levou o capital estrangeiro, ligado ao comércio e à distribuição do produto brasileiro no exterior, a abandonar o vale do Amazonas, visando lucros seguros no Oriente.

Não obstante a perda da supremacia brasileira deveu-se fundamentalmente a ausência do progresso técnico no extrativismo, ao sistema arcaico empregado na extração do látex com baixa produtividade do trabalho e, por conseguinte, elevados custos da produção.

⁶⁷CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 25.

⁶⁸PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985. p. 301.

Uma atividade produtiva que só se tornou possível em condições de monopólio e que, subvertida a concorrência, seria fatalmente suplantada.

Com o fim da “era do ouro”, foi instituído o Plano de Defesa da Borracha, pela Lei 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912, no governo do Marechal Hermes da Fonseca com propósitos imediatos de “aumentar a produção através do plantio racional de seringueiras, inovar os métodos de corte e fabrico, diminuir o custo da mão-de-obra, baratear os gêneros alimentícios que seriam cultivados na própria zona extratora, reduzir os impostos de exportação, promover a vinda de imigrantes chineses, estabelecer fábricas locais para o consumo da goma elástica, e ainda outros pontos correlatos”⁶⁹.

Tal política foi conduzida nos limites estreitos do localismo e do interesse pessoal, que prejudicaram a execução do Plano, por si já demais grandioso, modificando a estrutura primitiva para incluir outras regiões que não eram produtoras de hevea, justificadas pela presença de árvores de maniçobas (*Manihot glasiouii*) e de mangabeiras (*Hancornia speciosa*), que pouco pesavam na balança comercial do Brasil. Todavia, esse Plano se tornou oneroso. Postergaram realizações úteis e de alcance imediato a favor de outras, para satisfazer interesses particulares. Afora medidas dispersas e a instalação de um escritório Superintendente distante do lugar a ser beneficiado, em plena capital da República, nada mais foi feito até liquidar o Plano por medida de economia preconizada pelo próprio Ministério da Agricultura.

Ao entrar em colapso o extrativismo da borracha, entrou em crise também o sistema de aviação que organizava as forças produtivas. Isso significava que entrou em colapso o sistema de suprimento de armas, ferramentas, utensílios domésticos, medicamentos, bebidas, vários outros produtos inclusive os de gêneros alimentícios. Assim, o retrocesso e a estagnação das atividades econômicas e sociais na Amazônia foram acompanhados por um rearranjo geral das forças produtivas. Sucedeu ao mono-extrativismo da borracha uma economia diversificada. Culturas de subsistência surgiram nas várzeas onde a mandioca, o arroz, o feijão e o milho se achavam sempre presentes. Colônias agrícolas foram fundadas ao redor das cidades, a maioria um aglomerado de agricultores sem organização⁷⁰.

⁶⁹SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 57.

⁷⁰IANNI, Octávio. *A Luta Pela Terra*. São Paulo: Vozes, 1978. p. 67.

O seringueiro já familiarizado com a floresta e acostumado, no inverno, período de entressafra a coletar ouriços nos castanhais, demonstrou maior interesse pela exploração da *bertholletia excelsa*. A castanha foi, de fato, em certas áreas, a atividade que mais contribuiu para a sustentação da economia amazônica, quando ocorreu o fim do monopólio da borracha. Diferentemente da borracha cuja extração e defumação eram feitas principalmente por homens, a castanha envolvia em grande parte o trabalho de mulheres e até de crianças, principalmente na operação da quebra⁷¹.

É mister salientar que as madeiras e as oleaginosas também ajudaram a manter as finanças da população na época da depressão. Sem capital, sem técnica, sem base industrial, a exploração da madeira para as pequenas usinas de beneficiamento operante na época tornava-se, cara e incapaz de competir, em preços, em mercados externos, e mesmo nos nacionais. As madeiras principais eram o mogno (*Swietenia macrophylla*) e o cedro (*Cedrella fissilis*). A extração era feita por turmas de madeireiros e roladores em ranchos nômades. As toras eram arrastadas por engenhocas primitivas até os igarapés ou rios, por onde desciam em balsas até Manaus. Assim a extração das madeiras não se realizava, via de regra, dentro da unidade familiar do seringueiro. Os seringalistas podiam ganhar algum lucro pela venda da madeira, mas, na verdade, quem se beneficiava mais eram os madeireiros e os intermediários, atuavam em áreas remotas onde não havia seringueiras⁷².

O aproveitamento de plantas odoríferas, como o pau-rosa (*Aniba rosaedora*) atraiu um número elevado de trabalhadores. Mas o primitivismo com que se processava a exploração, implicando no sacrifício das árvores, determinou o deslocamento constante dos extratores para novas áreas de reservas e a conseqüente transferência das destilarias. De qualquer forma a sua essência teve uma produção expressiva na época, usado na confecção de perfumes, representou uma outra opção de ocupação na Amazônia. Outras atividades como a pecuária e a exploração da maçaranduba (*Manilkara huberi*), sorva (*Couma utilis* Muell. Arg.), balata (*Mimusopis amazonica* Mart.) e timbó (*Tephrosia nitens*), passaram a dar com mais freqüência, ocupação à população amazônica, contribuindo para minorar os efeitos da crise⁷³.

⁷¹ALMEIDA, Rômulo. O Acre na Economia Amazônica. In: *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio*. Abril, 1942. p. 169-170.

⁷²CEDEPLAR, (UFMG). Migrações Internas na Região Norte – o Caso do Acre. In: *Relatório de Pesquisa*, Belo Horizonte, 1979. p. 48.

⁷³PETEY, Beatriz Célia. Aspectos da Economia Amazônica à Época da Depressão. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 1972. Jun/Agost. p. 116.

O desenvolvimento do extrativismo limitou a expansão da agricultura por mais de um século. Segundo Lima após profunda análise da economia Amazônica chegou a conclusão que o grande mal da região era a borracha porque “monopolizava todo o trabalho, desviava da agricultura e das outras fontes de vida todos os braços e todas as aspirações, porque atrai os mínguaos recursos monetários para a mono-extração; porque interrompe os cursos das outras atividades já bem encaminhadas, seduzindo os que a esta se entregam e arrebatando-os na sua voragem; porque se oferece em dados momentos como uma fascinação aos que trabalham e porque, principalmente, é uma ocupação extrativa instável e sobretudo, destruidora que não fixa o homem e não lhe firma os vínculos da vida social, forçando-o a saquear e esgotar os seringais”⁷⁴.

Não obstante, na Amazônia foram realizadas várias tentativas de colonização agrícola. Entretanto, os colonos logo abandonavam a agricultura para se dedicar à coleta do látex. Na década de 20, mais uma grande experiência pioneira no campo da heveicultura amazônica terminou sem sucesso. A agressividade do meio natural desfazia a esperança do homem. A poderosíssima Ford, empresa norte-americana resolveu implantar um projeto de grandes plantações da hevea no rio Tapajós, nas regiões de Belterra e Fordlândia. Apesar do vulto do investimento inicial, de 10 milhões de dólares, esse empreendimento terminou em fracasso, resultante de uma praga (*Dothidela ulei*) que atacou as folhas da seringueira⁷⁵. Segundo Warren Dean, os seringais da Ford, permaneceram como o único intento significativo de cultivo da seringueira no Brasil. Entretanto, mais recursos eram canalizados para a Amazônia, com a finalidade de preservar os seringais da Ford e ainda intensificar a busca de soluções para o problema do mal-das-flohas, já mencionado⁷⁶. A presença da Ford na Amazônia não iria perdurar além da Batalha da Borracha. A falta de produtividade das produções estava nitidamente clara para a companhia. A empresa explicou aos seus funcionários, que os seringais foram “estabelecidos como estações experimentais, nas quais se realizaria o trabalho pioneiro de desenvolver seringueiras produtivas e resistentes à doenças”⁷⁷, a fim de ocultar as dificuldades encontradas no plantio.

⁷⁴LIMA, Araújo José F. A Exploração Amazônica. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE. jun/set, 1943. p. 405.

⁷⁵MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 92.

⁷⁶DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989. p.130.

⁷⁷Ibidem. p.153.

Em termos geopolíticos, como resultado dessa era, pode-se considerar o surgimento de duas grandes cidades: Manaus e Belém, que funcionaram como bases logísticas para apoiar qualquer iniciativa de progresso ou de defesa da bacia Amazônica; a aceleração do povoamento, base para implementar qualquer tipo de economia em área de difícil fixação do homem à região e a consolidação pela intensa navegação nos rios e seus afluentes de nossa soberania sobre a região⁷⁸.

Por esse breve panorama aqui esboçado pode-se constatar que a história da Amazônia está vinculada a história do extrativismo⁷⁹. Com o fim do ciclo da borracha, apesar de mais fraco, continuou a existir mercado para outros produtos da floresta, tais como a castanha, a madeira, o pau-rosa, etc. já referido, assegurando aos coletores fontes de recursos. A atividade agrícola passou a ocupar, a partir daí, uma posição mais importante.

1.4 A Geopolítica Brasileira e as Transformações Recentes na Amazônia

Ao iniciar essa seção, será analisada brevemente os principais geopolíticos brasileiros, com seus respectivos ideais, procurando evidenciar sua importância histórica para o país. Na década de 30, dois geopolíticos brasileiros se destacaram, Mário Travassos e Everardo Backheuser. Mário Travassos traçou grandes diretrizes de uma política nacional destinada a levar o Brasil à posição de maior potência sul-americana. O professor Everardo Backheuser foi um grande teórico da geopolítica brasileira. O seu pensamento foi expresso no estudo sobre Política de Fronteiras contido no livro *Geopolítica Geral e do Brasil*; trabalhou essencialmente na revisão e reformulação da política de fronteira brasileira⁸⁰.

Nas décadas de 40 e 50, o Brigadeiro Lysias Rodrigues se destacou com importante estudo sobre o papel presente e futuro da aviação para o desenvolvimento das áreas longínquas e despovoadas de nosso território, em particular das fronteiras terrestres. Mostrava-se preocupado também com o futuro das fronteiras norte do Brasil, na área de confinamento com os países europeus (França, Holanda e Inglaterra). Defende com

⁷⁸MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 91.

⁷⁹O extrativismo agrupa todas as atividades de extração sobre os ecossistemas quer se trate de produtos vegetais, animais ou minerais, referindo-se, porém, mais freqüentemente aos produtos de origem vegetal. O extrativismo refere-se aos produtos de origem não cultivada, destinados a uma economia de mercado, local ou internacional, e não ao uso doméstico. In: AUBERTIN, Catherine, PINTON, Florence. *Extrativismo e Desenvolvimento Regional*. In: *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 208.

⁸⁰MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - Editora José Olympio, 1975. p. 53.

entusiasmo uma política de interiorização, de mudança da Capital e redivisão territorial. Sobre a interiorização assegura:

“O deslocamento do homem brasileiro para o sertão é um problema de economia dirigida, dando-se a ele e a sua família o transporte até o local, fixando-se a gleba que lhe toca, fornecendo-lhe as ferramentas, as sementes e o financiamento para sua alimentação e instalação, até que possa dar-lhe compensações. É o que se faz com o imigrante. E o imigrante não é em nada superior ao homem brasileiro, balanceados qualidades e qualidades, defeitos e defeitos. Agir de outra forma é condenar à inutilidade qualquer esforço” (MATTOS, 2002. p. 66).

Convém asseverar que ainda na década de 40, o poeta Cassiano Ricardo trouxe contribuição para a geopolítica brasileira com sua obra “Marcha para Oeste”, que representou sem dúvida um poderoso estímulo à interiorização no Brasil. Na década de 50, desponta o General Golbery de Couto e Silva no horizonte da geopolítica brasileira, que direciona as suas idéias para o projeto desenvolvimentista e faz uma radiografia do Brasil contemporâneo e sugere ações políticas. O mesmo assevera: “na verdade, o Brasil é bem um império, vasto império compacto, de ampla frente marítima e dilatada fronteira continental equidistantes quase em torno do eixo de simetria Norte-Sul, que vai do Cabo Orange à Barra do Chuy”⁸¹.

Em 1959, o General Carlos de Meira Mattos, foi considerado como um dos geopolíticos que mais se interessou pela região Amazônica, publicou o seu primeiro livro intitulado “Projeção Mundial do Brasil”. Na década de 70, surge nos estudos da geopolítica brasileira Therezinha de Castro, destacando-se na geoestratégia do Atlântico Sul, com estudos sobre a importância estratégica da ocupação da Antártica, integração do Cone-sul, Bacia do Caribe e problemas amazônicos⁸².

É importante ressaltar o papel desempenhado pela Escola Superior de Guerra – ESG, fundada em 1949, no governo de Eurico Gaspar Dutra⁸³. A Escola formulou a doutrina de Segurança Nacional⁸⁴ e pesquisou profundamente no campo do desenvolvimento. Formou elites civis e militares aptas a pensarem sobre o Brasil com objetividade, como um todo, e a se

⁸¹MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: ed. Biblioteca do Exército, 2002. p. 66-67.

⁸²Idem, p. 71.

⁸³Convém lembrar que o Presidente Dutra era pró- E.U.A. e anticomunista, no tempo de plena Guerra Fria.

⁸⁴Vale ressaltar a dilatação do conceito de Segurança Nacional, bastante diferenciado hoje do conceito de Defesa Nacional, que enfatiza sobre os aspectos militares de segurança e correlatamente aos problemas de agressão externa. Já a noção de Segurança Nacional é mais abrangente. Compreende a defesa global das instituições e incorpora aspectos psicológicos, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna. In: MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2002. p. 70.

exercitarem na formulação de um método visando à aplicação do poder nacional para a segurança.

A ESG assentou premissas básicas, ou seja, idéias que deveriam inspirar a sua criação, tais como: “o surgimento de um conceito de Segurança em substituição ao de Defesa (ensinamento que se evidenciou durante a Segunda Guerra Mundial e no período imediato do pós-guerra); a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência; a crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamentais; a necessidade de elaborar um método de formulação da política nacional”⁸⁵.

O binômio Segurança e Desenvolvimento marcaram os governos militares pós-64. Quando veio o golpe, a doutrina da ESG já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais ou escolares. O presidente Castelo Branco foi o mais entusiasta expositor desta doutrina, juntamente com seus principais assessores Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora e Cordeiro de Farias, todos ex-militares participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois afinal haviam pertencido aos quadros da ESG, e transferiram para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte de São João⁸⁶.

No discurso do Presidente Castelo Branco, durante a aula inaugural da Escola Superior de Guerra, no ano letivo de 1967, estava explícita esta doutrina: “a escola que hoje está entregue a vossa inteligência e conhecimento não se imobilizou, sempre se atualizou, e é, no meio cultural do Brasil, um exemplo de antecipação de idéias. O tema escolhido – Segurança e Desenvolvimento⁸⁷ – é o assunto dominante no vosso programa doutrinário, nos

⁸⁵MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. p. 60.

⁸⁶Idem, p. 69-70.

⁸⁷Segurança e Desenvolvimento, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico porque o poder militar está também essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do País. Social, porque mesmo um desenvolvimento social satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime. Já por outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições. É importante mencionar que a doutrina de Segurança Nacional, não constitui um corpo rígido de princípios, visto comportar influências geográficas, ideológicas, tecnológicas e econômicas. In: MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 62.

vossos estudos e hoje já integrado, em essência, na nova Constituição Brasileira e leis modernas”⁸⁸.

No que diz respeito a geopolítica da Amazônia, o General Carlos de Meira Mattos, considera como uma das regiões principais da geopolítica brasileira, a que merece maior atenção. A princípio identifica como um “problema amazônico” a cobiça da área por parte e de outras nações ou organizações internacionais, em função de sua escassa população e a inexplorada riqueza ecológica e mineral. Atesta que:

Seria perigoso deixar a vasta Bacia Amazônica despovoada e subdesenvolvida, quando há áreas sofrendo graves problemas de superpopulação – Bangladesh, Indochina e Japão [...] Não seria desejável para os países amazônicos perder sua soberania sobre esta inexplorada região sob o pretexto de sua incapacidade para explorá-la. [...] preocupantes também são os fatores de rebelião interna e bloqueio militar de centros costeiros e da foz do Amazonas, que apresentam perigos estratégicos adicionais para o Brasil e permitem que ele se desenvolva no interior [...] os problemas de segurança interna que surgem da própria região Amazônica: o inimigo está agora localizado dentro do Brasil, não é uma ameaça de ataque direto através de nossas fronteiras [...]. A verdadeira ameaça internacional é a guerra revolucionária. A fim de conter essa força centrífuga, a fronteira amazônica, segundo recomenda o general, a ser desenvolvida e integrada com a costa [...] e com o Pacífico Andino, o imenso interior seria capaz de resolver algumas das dificuldades de rebelião e ataques estrangeiros; as perspectivas de grandes riquezas amazônicas aguçam igualmente o interesse de Meira Mattos. Citando recentes descobertas de manganês, minério de ferro, cobre, bauxita e urânio, ele acredita que o desenvolvimento do interior propiciara a descoberta de novas riquezas, a amplificação de um potencial nem sequer suspeitado e sua transformação em poder. Significaria a conquista do espaço interior, e sua utilidade seria amplamente explorada. Tais benefícios se estenderiam também a todos os países com território na Amazônia [...]. E por fim, Meira Mattos imagina a Bacia Amazônica como a área do coração da América do Sul [...]. A esse respeito ele também sustenta que o Brasil está em uma posição privilegiada antes os demais possuidores da Bacia Amazônica, pelo fato de que a maior parte do nosso território é adjacente ao curso da saída para o Oceano [...]. Em consequência, o desenvolvimento da Amazônia representa a chave não apenas para o do Brasil, mas também do progresso da América do Sul [...]. Para este desenvolvimento continental do interior da América do Sul, o General sustenta que a orientação do Brasil é de fraternal intercâmbio, sem isolar-se de seus vizinhos de idioma espanhol nem hostilizá-los [...] através de uma política diplomática [...]. Iniciamos em curtíssimo espaço de tempo a mobilização das principais nações da Bacia Amazônica para um Tratado de Cooperação [...] (MATTOS, 2002. p. 125-128).

Na busca do desenvolvimento programado e sistematizado, pelos países possuidores de imensos territórios, após a Segunda Guerra Mundial houve um incremento maior, quando se começou a aplicar ao espaço as teorias de planejamento desenvolvidas por escolas européias e norte-americanas. Na tentativa de resolver os problemas decorrentes de

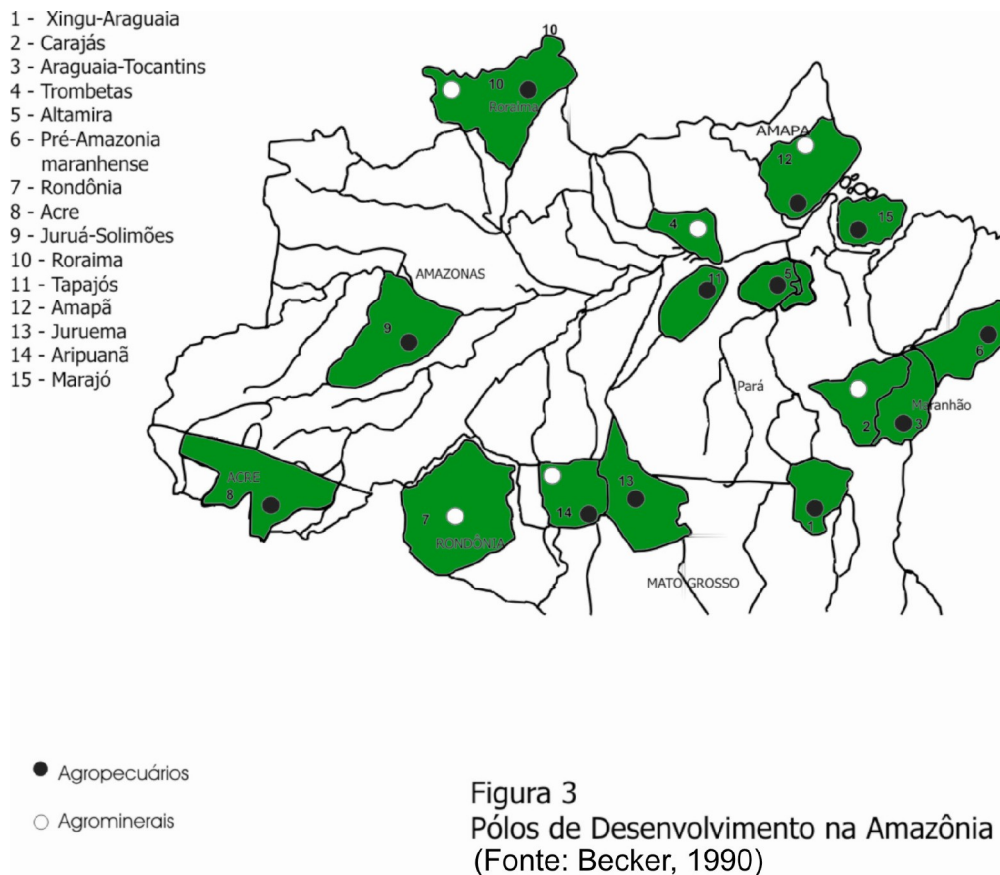
⁸⁸MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2002. p. 70.

desequilíbrios espaciais, as escolas européias e em particular a francesa desenvolveram teorias que consistem na concentração de recursos em pontos selecionados – são os pólos de desenvolvimento, mais tarde denominados pólo de força motriz, conceituando-se o pólo de desenvolvimento como uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades, num determinado espaço sócio-econômico. O campo experimental dos europeus para suas teorias foram os territórios de suas colônias ou ex-colônias africanas. O professor François Perroux é um dos especialistas em desenvolvimento pelo processo da polarização⁸⁹. Foi com base nessa teoria que criaram o POLAMAZÔNIA e posteriormente o POLORORAIMA.

Utilizando ainda o conceito de “pólos de desenvolvimento” ou projetos “pólo-amazônicos” (Figura 3), segundo Meira Mattos existem três zonas polares intermutáveis, ligadas ao platô central e à capital Brasília por um novo sistema rodoferroviário: 1) A área norte de acesso à Guiana, Suriname, Venezuela e Colômbia, por Boa Vista (Roraima); 2) A passagem ocidental para o Peru e o Equador por Iquito e Letícia; 3) O canal de sudoeste para o Peru e Bolívia, via Rio Branco. Novas minas, fazendas e estabelecimentos industriais surgirão nessas zonas, desde que o Governo providencie meios de transporte e de telecomunicação, energia, recursos administrativos e assistência. Estas estações serão círculos concêntricos de desenvolvimento, irradiando-se para o exterior, visando desta forma estimular o progresso continental, previsto no Pacto Amazônico. O mesmo autor ainda assegura que o Brasil possui a determinação, a estratégia, a capacidade e a continuidade para ser realizada esta transformação. Com o apoio da análise do planejamento geopolítico, a projeção bem orientada da atuação brasileira na Bacia Amazônica, assim como no Atlântico Sul, proporcionará ao País seu destino nacional, a obtenção do *status* de potência mundial dentro das próximas décadas⁹⁰.

⁸⁹MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 116.

⁹⁰Idem. *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2002. p. 128-129.



No contexto de interesse da geopolítica brasileira convém destacar, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) ou Pacto Amazônico, assinado em Brasília, no dia 3 de julho de 1978, (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). Representou a união de alentado esforço diplomático, num propósito de desenvolvimento internacional, com as nações participantes da imensa Bacia Amazônica. Seu principal objetivo foi instituir um mecanismo permanente que regularize e intensifique os contatos entre os governos e setores técnicos dessa região, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado até o momento⁹¹. A meta-síntese do Tratado é a aproximação entre os dirigentes e as populações da Amazônia. Os princípios do Pacto são formados por 28 artigos, dentre os quais se podem distingüir-se os cinco fundamentais:

- 1) a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- 2) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- 3) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- 4) o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica;
- 5) absoluta igualdade entre todos os parceiros (MATTOS, 1980. p.122).

Uma das características primordiais do Tratado de Cooperação Amazônica é a sensibilidade dos países quanto a consciência ecológica. Neste sentido, o Pacto Amazônico é o primeiro acordo dessa dimensão internacional a acolher a moderna tese da preservação ecológica.

É importante mencionar que para efetivação desse Tratado a iniciativa foi brasileira, ao tomar conhecimento de que as universidades norte-americanas se encontravam elaborando desde 1976 um projeto para apresentar a ONU (Organização das Nações Unidas), com a inabilidade de colocar sob sua proteção toda a região amazônica (Pan-Amazônica). Falava-se que por ser um território tão importante para o futuro da humanidade, havia a necessidade de proteger o meio ambiente e ainda defendiam a tese que esta região deveria pertencer a todo o mundo e não a um determinado país. O Tratado de Cooperação Amazônica foi a resposta do Brasil às pretensões dos Estados Unidos⁹².

⁹¹MATTOS, 1980. op. cit. p. 120-122.

⁹²PORTILLO, Júlio. *Venezuela/Brasil: Relações Diplomáticas, 1942/1982*. Caracas: editora Arte, 1983.p.119-120.

Inicialmente, o Brasil submeteu à apreciação de um anteprojeto a seus vizinhos, que a princípio suspeitaram que o mesmo queria consolidar sua hegemonia na região. Assim, o Brasil foi acusado de estar executando seus “sonhos de expansão”, contidos em muitos dos textos militares, no sentido de ter uma saída para o Oceano Pacífico, através dos territórios equatorianos, peruanos e bolivianos. No primeiro momento, a Venezuela se mostrava pouco disposta a participar das reuniões sobre o Pacto. A sua mudança de atitude veio com a visita do Presidente Carlos Andrés Pérez à Brasília, em face dos interesses empresariais entre Brasil e Venezuela, no sentido de acelerar os planos de integração regional. Os projetos binacionais de infra-estrutura, de exploração de recursos naturais e os programas de desenvolvimento industrial faziam prever um intenso movimento de colonização em direção ao centro do continente, configurando um novo elemento destinado a modificar a concepção geopolítica da América Latina. O Brasil ficaria no centro de dois grandes projetos, o Tratado da Bacia do Prata em direção ao sul e o Tratado da Bacia Amazônica, ao norte do continente⁹³.

Do Tratado, observa-se que o êxito da iniciativa brasileira se deve à diminuição gradual dos alcances deste Acordo, que inicialmente previa integração econômica com o estabelecimento de zonas de livre comércio e agora consiste num esquema de “cooperação” para investigar e explorar recursos da costa Amazônica, que somente podem dar frutos a longo prazo. Positivamente o Tratado de Cooperação Amazônica nasceu de uma compreensão das necessidades regionais de política externa. O intercâmbio de conhecimentos e a dinamização de informações das respectivas Amazônia, que são unidas geograficamente e afastadas politicamente, o TCA propõe racionalidade na utilização dos recursos naturais, que pode ser entendida como a necessidade de se preservar o meio ambiente através da vontade política⁹⁴.

Sobre a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, algumas opiniões destacaram-se: como por exemplo, de Rafael Caldera, ex-presidente da Venezuela, que em 1976, disse “integração latino-americana é reconhecida a cada dia como o objetivo central de nossa geração [...] necessitamos da integração para o desenvolvimento [...]”⁹⁵.

Ainda da Venezuela, país que se afigurava reticente a idéia da formulação de uma política regional pan-amazônica, vem-nos, duas opiniões de maior importância: do ex-

⁹³SILVEIRA, Ênio, et al., *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1979. p. 83.

⁹⁴MIRANDA NETO. *O Enigma da Amazônia: Desafio ao Futuro*. Belém: CEJUP, 1981. p. 93.

⁹⁵MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 129.

presidente Carlos Andrés Pérez e do chanceler José Alberto Zambrano. Sobre o Pacto Amazônico, assim se expressou Carlos Andrés Pérez: “o pacto amazônico é a formulação de nobres e belíssimos propósitos que nos temos proposto materializar um conjunto de países que, por sua localização geográfica, conforme os limites dessa virgem selva conhecida como Amazônia”. Mais adiante diz Andrés Pérez: “a presença da Venezuela, Suriname, Colômbia, Guiana, Equador, Peru e Bolívia, junto ao Brasil, constitui um dos fatos históricos mais importantes do momento, porque obriga o Brasil a vincular-se mais a nós, e nos obriga a olhar o Brasil sem receios”⁹⁶.

José Alberto Zambrano aborda a geopolítica continental com o seguinte conceito: “pode-se afirmar em síntese, que as características fundamentais do processo geopolítico sul-americano incide, como é natural, sobre a tendência dos Estados a possuir várias saídas a diferentes mares, sobre a possibilidade de exercer o domínio na totalidade das costas hidrográficas e a estender suas influências até onde o tráfico seja capaz de levá-los”⁹⁷. Sobre o plano rodoviário brasileiro para a Amazônia, ainda o chanceler comenta: “essa política vial de nítido caráter geopolítico se repete nas fronteiras centrais e no sul do Brasil. Essas estradas em uma orientação legítima e nacionalista [...], podem servir ao Brasil em sua luta pela integração de seu espaço nacional”⁹⁸.

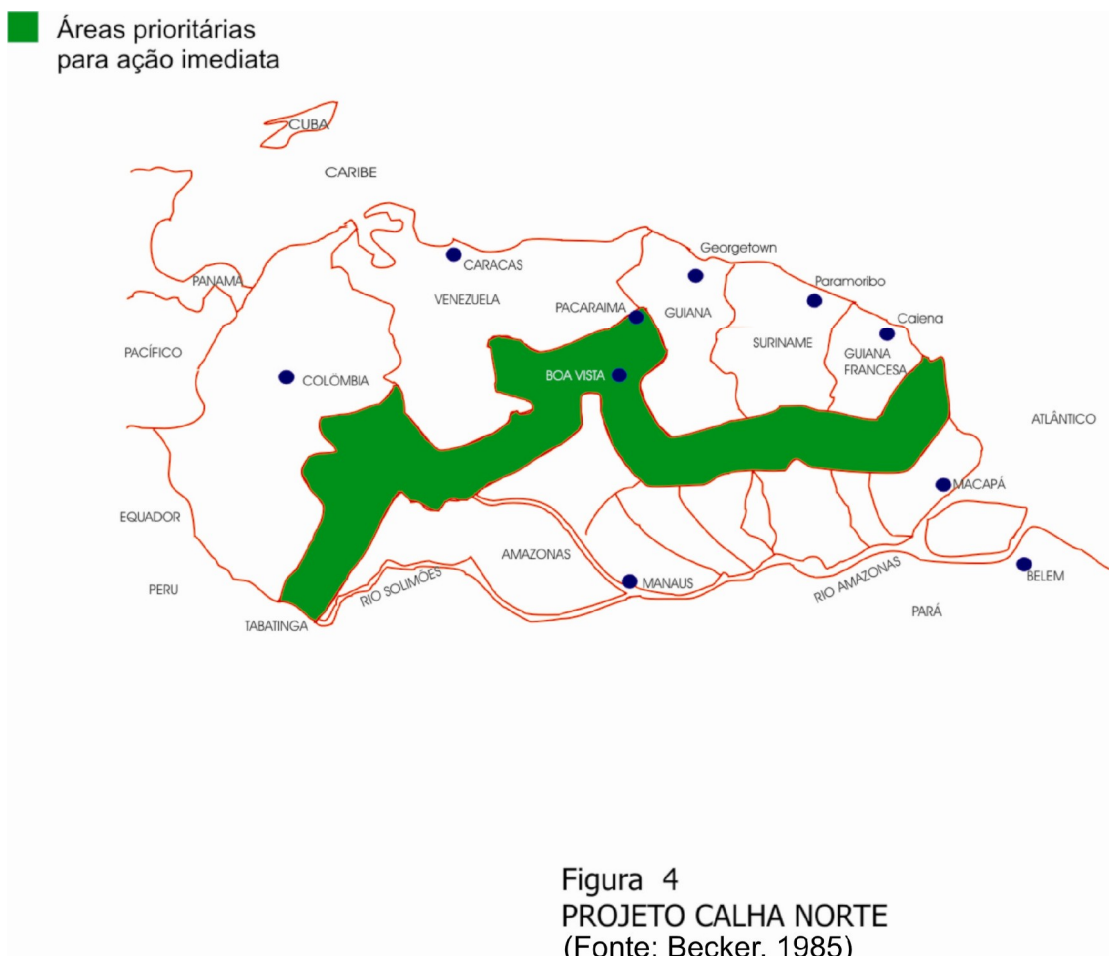
Na opinião de Mattos (1980), ante as manifestações de cobiça estrangeira e os perigos de internacionalização sob o pretexto do patrocínio de uma organização mundial, cabe às nações amazônicas buscarem, em conjunto, uma solução que retire essa área do pauperismo e do atraso. Entretanto, não resta dúvida que o TCA abriu caminho para uma visão mais ampla da importância da integração das nações ao norte do continente sulamericano.

É mister salientar que, no âmbito da política de Segurança Nacional, foi instituído o Projeto Calha Norte, em 1985. Considerado como um projeto de “Desenvolvimento e Segurança Nacional” constitui uma iniciativa da política governamental, com a finalidade da ocupação sistemática de áreas estratégicas ao norte dos rios Amazonas e Solimões (figura 4).

⁹⁶MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980 . p. 130.

⁹⁷Ibidem. p. 135.

⁹⁸Idem, Ibidem.



O programa foi criado por um grupo interministerial de estudos, sob a direção do General Rubens Bayma Denys, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), com o controle direto do Presidente da República. O projeto alcança uma área de 6.500 km ao longo das fronteiras do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, ou seja, 14% do território brasileiro e 24% da Amazônia Legal. Tem como objetivo estabelecer presença militar permanente nas fronteiras; melhorar as relações bilaterais com os países vizinhos; definir novas políticas em relação aos índios e criar pólos de desenvolvimento, com ênfase nas rodovias e hidrelétricas⁹⁹.

Convém ressaltar que, a princípio, o Projeto Calha Norte tinha caráter confidencial, considerando as expectativas internas e os temores infundados dos países limítrofes. Observa-se que os temas inseridos no projeto, como as políticas indigenistas e a demarcação de fronteiras, requeriam tratamentos sigilosos, pelo menos na etapa inicial, pois consideravam de alta sensibilidade política. Não obstante, foi sob o enfoque de “Desenvolvimento e Segurança” que o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) identificou, na região do Calha Norte, três espaços diferenciados: a faixa de fronteira, o “hiterland” ou núcleo e a zona ribeirinha, adjacente às costa do Solimões, do Amazonas e dos demais rios. Elegeu-se assim, a faixa de fronteira como área prioritária e preferencial para fins de programação e de ação imediata. Nessa faixa, na qual se confrontam cinco países, foram selecionados seis trechos preferenciais de atenção, dando-se maior prioridade aos quatro primeiros, quais sejam¹⁰⁰:

- 1) Trecho caracterizado pela presença dos índios Ianomâmi, ao nordeste de Roraima e ao norte do estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela;
- 2) Trecho do Alto rio Negro, ao nordeste do Amazonas na fronteira com a Venezuela e Colômbia;
- 3) Trecho ao norte e ao leste de Roraima, fronteira com a Venezuela e com a Guiana;
- 4) Trecho ao Alto Solimões e Alto Traíra, fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia;
- 5) Trecho do Tumucumaque, fronteira norte do estado do Pará com o Suriname; e o
- 6) Trecho ao norte do Território do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa.

⁹⁹MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. Fundamentos da Ocupação da Amazônia Colonial. In: *Revista Textos e Debates*. Publicação do Centro de Ciências Sociais e Geociências da Universidade Federal de Roraima nº5, 1997.p. 78.

¹⁰⁰PCN – Projeto Calha Norte – Brasília, 1985. p. 2-6.

A principal orientação do Calha Norte é tanto garantir a presença estratégica e a movimentação tática das Forças Armadas no controle sócio-econômico-militar da região, quanto apaziguar os diversos tipos de conflitos¹⁰¹. A título de exemplo de conflitos, na área Ianomâmi (900 Km da fronteira com a Venezuela, onde vivem cerca de 10 mil índios) localiza-se uma reserva de cassiterita, na Serra de Surucucus, além de reservas de ouro, urânio e de pedras preciosas¹⁰². Com a demarcação desta reserva, na década de 90, e com a constante presença militar, pressupõe-se que este tipo de conflito tenha sido solucionado. Não obstante o referido Projeto é composto de diversos projetos especiais, menciona-se:

1- Projetos Especiais para o Incremento das Relações Bilaterais; 2 - Projeto Especial para o Aumento da Presença Militar na Área (Setor do Exército – Força Terrestre, o Setor da Aeronáutica – Força Aérea e Setor da Marinha – Força Marítima); 3 - Projeto Especiais para Intensificação de Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes; 4 - Projetos Especiais para o Incremento de Ação da Fundação Nacional do Índio na Faixa de Fronteira¹⁰³.

Em síntese pode-se avaliar, em linhas gerais, como aceitável, o Projeto Calha Norte, que surgiu na década de 80 com grande influência sobre a política oficial para a Amazônia. Mostra-se envolvente e intervencionista quanto a alguns aspectos, em especial no que refere às comunidades indígenas da região. Quanto ao papel das Forças Armadas, de defender as fronteiras e desenvolver suas funções institucionais, representa um avanço. Convém mencionar ainda que o referido projeto também sofreu diversas reações da Igreja Católica e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), que acusavam de ter caráter sigiloso e de invadir as terras indígenas, o que conseqüentemente retardaria a sua demarcação, assim como foi criticado por promover a descaracterização da identidade indígena. O Calha Norte apresenta características geoeconômicas, geoestratégicas e sociais. Consubstancia, enfim, a forma atual de intervenção do Estado que, através de uma concepção de desenvolvimento geopolítico, conferiu aos processos sociais, desencadeados com a sua implantação, um caráter aparentemente moderno (principalmente em nível de saúde e educação).

¹⁰¹Os conflitos que se pretende apaziguar são de ordens diversas – contrabando do ouro; convulsões políticas nos países vizinhos e na América Central; conflito entre garimpeiros, índios, empresas mineradoras e missões religiosas transnacionais. In: BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1980. p. 81-82.

¹⁰²BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1980. p. 82.

¹⁰³PCN – Projeto Calha Norte – Brasília, 1985. p. 7-33.

De acordo com Santos, atualmente observa-se que o papel atribuído ao PCN é muito mais amplo do que suas possibilidades e recursos. Os tempos pós-regime militar impuseram situações diferentes da época em que os projetos geopolíticos foram elaborados. Convém mencionar aí a Constituição de 1988 e a nova estrutura das Forças Armadas reunidas no Ministério da Defesa. O PCN está vinculado ao Departamento de Política e Estratégia, da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, a falta de recursos financeiros é um assunto comum nos seminários realizados hoje na região Amazônica¹⁰⁴.

1.4.1 Vargas e a Política de Ocupação para a Amazônia

O Presidente Getúlio Vargas nos dois períodos em que governou o país (1930-1945 e 1951-1954) procurou fortalecer as funções do governo central. Elaborou e executou diversos programas de desenvolvimento nacional. Entre as regiões alvo estava a Amazônia, concebida como um problema para sua administração.

O Presidente ao visitar o norte do país, examinou os problemas *in loco* da região. Na sua visão, a solução dos problemas dependia da exploração das riquezas regionais. Os problemas levantados foram a falta de colonização, saneamento, crédito, transporte e organização do trabalho. O Governo do Estado Novo, em obediência ao programa de dilatar as fronteiras econômicas, desenvolveu um Plano com vistas a sanar tais problemas. Em 10 de outubro de 1940, no discurso conhecido como *Rio Amazonas* (ver anexo A), Vargas afirmou que faria da região um poderoso e formidável centro de engrandecimento nacional e que a chave da ação estava no binômio: povoamento e fixação do homem à terra, considerada, por ele, como deserta, desconhecida e isolada¹⁰⁵. Esta exortação despertou a consciência nacional para a esquecida Amazônia, mergulhada numa profunda depressão econômica. Em 1941, o Presidente estabeleceu a “Marcha para o Oeste”, um poderoso estímulo a política de interiorização.

A fim de equacionar os problemas da Amazônia Vargas tentou executar algumas políticas desenvolvimentistas, que já se evidenciavam na expansão do Ministério da Agricultura em 1939, com as propostas de instalação de:

¹⁰⁴SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima Entre 1970-2000* – Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004. p. 242.

¹⁰⁵Boletim da Associação Comercial do Amazonas. *Ressurgimento da Amazônia*. Manaus, nº17. Dez/42. p.13

a) um Instituto Agronômico em Belém (PA), cuja finalidade seria tanto o estudo de plantas que produzissem a goma elástica como de outras espécies nativas, peculiares a região; b) grandes colônias nacionais na região Norte do Brasil, que seriam criadas no Amazonas e no Pará; c) entrepostos fiscais de pesca, como parte do programa de fomento à pesca, em Manaus (AM) e Maracanã (PA) e de diversos postos indígenas, como estratégia de fronteira¹⁰⁶.

Todavia, Getúlio Vargas necessitava de recursos financeiros para executar sua política de desenvolvimento regional. Em razão da ocupação dos seringais malaios terem sido tomados pelos japoneses, os americanos ficaram sem as fontes de suprimento de látex, pois afinal a borracha, devido aos seus múltiplos usos, era o verdadeiro nervo da guerra. Vargas firmou, em 1942, com o governo americano os *Acordos de Washington*, que visava à ampliação da produção gumífera, com vistas a atender às necessidades de borracha das forças aliadas, além de propiciar uma reativação dos seringais, no entender do Governo Federal brasileiro, era a oportunidade para o desenvolvimento da economia amazônica. O acordo incluiu cláusulas cujas finalidades eram o desenvolvimento em longo prazo da produção da borracha e o financiamento a programas de transporte e pesquisa pelo Instituto Agronômico do Norte. Em função desses Acordos, da Batalha da Borracha e da necessidade de povoar a Amazônia, segundo Oliveira (1983: 264-265), criou-se e instalou-se, durante o Estado Novo, o seguinte aparato institucional:

- a) *Banco de Crédito da Borracha* (BCB), criado em agosto de 1942 com a finalidade de fomentar a produção gumífera. Ele assumiu o lugar que antes competia às casas aviadoras e exportadoras. Ao ser instalado possuía 40% de capital estrangeiro, norte-americano. Posteriormente, em 1947, os Estados Unidos não consideraram apropriada sua representação nos interesses do Banco de Crédito da Borracha e o acordo foi desfeito. Em agosto de 1950 ele foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) e, atualmente, é o Banco da Amazônia S.A. (BASA).
- b) *Serviço Especial de Saúde Pública* (SESP), criado em 1942 e mantido pela fundação Rockefeller com o objetivo de dar assistência médica aos produtores de matérias-primas estratégicas. Era encarregado de saneamento básico.
- c) *Rubber Reserve Company*, posteriormente transformada na *Rubber Development Corporation* (RDC), agência norte-americana cuja finalidade era o transporte e o suprimento de bens para os seringueiros, além do transporte de passageiros no interior e da borracha para os Estados Unidos.
- d) *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia* (SEMTA), os quais tinham por objetivos recrutar, hospedar e providenciar a colocação dos nordestinos em seringais.
- e) *Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico* (SAVA), com a finalidade de promover o abastecimento de gêneros e fazer seu racionamento, face ao bloqueio marítimo.

¹⁰⁶OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 264.

f) *Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios*, sob a presidência da Divisão de Fomento de Produção Vegetal, com o objetivo de incrementar a produção agropastoril no trecho compreendido da Bahia ao Acre, a fim de atender às necessidades tanto de civis quanto de militares, uma vez que a situação de transporte havia se agravado pela falta de combustíveis líquidos.

g) *Colônia Agrícola Nacional do Amazonas*, instalada em 1941 à margem esquerda do rio Solimões, em Boa Vista, e *Colônia Agrícola Nacional do Pará*, criada em 1942 no Município de Monte Alegre, no distrito Inglês de Souza. Possuíam o objetivo de fixar proprietários rurais, o que redundaria em colonização e povoamento de cada uma das regiões, e deveriam contribuir para a redução de tensões sociais através do deslocamento da fronteira agrícola.

h) *Aeroporto de Ponta Pelada*, construído em Manaus (AM), com a finalidade de fomentar o transporte. Nessa mesma época e com o mesmo objetivo, ampliou-se o aeroporto de *Val-de-Cans*, em Belém (PA) e passou a constituir a frota do SNAPP (*Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará*), sob o controle federal.

Após a guerra ficou evidenciado o fracasso da “Batalha da Borracha”¹⁰⁷ como opção de desenvolvimento agrícola. O aumento da produção deveu-se ao crescimento de coletores, uma vez que a tecnologia empregada na extração sofreu poucas modificações nesse período de trinta anos, considerando o primeiro surto da borracha no período de 1860/1915¹⁰⁸.

No tocante à extensão territorial da Amazônia, as sedes municipais possuíam jurisdição sobre áreas maiores que alguns países europeus. O despovoamento e as fronteiras com os países vizinhos, como no caso do Amapá, do rio Branco, do rio Negro, do rio Solimões e do rio Madeira, chamaram à atenção de Getúlio Vargas¹⁰⁹. Em 1943 o referido Presidente criou três Territórios Federais na Amazônia: o do Amapá, o do Rio Branco (atual Roraima), objeto de análise do capítulo 2, e o do Guaporé (atual Rondônia), que iriam propiciar uma nova tomada de posição para enfrentar o problema amazônico, sob novas dimensões no pós-guerra¹¹⁰. Essa reorganização do espaço político e econômico da região amazônica, retirando as áreas limítrofes da administração estadual, propiciou, ao Governo Central uma atuação mais direta sobre essa região. É mister salientar que a criação dos Territórios na faixa de fronteira de intercâmbio internacional era uma velha reivindicação dos

¹⁰⁷Samuel Benchimol observou que o quadro humano de Batalha da Borracha, foi de fome, tristeza e desilusão. Calcula-se em 40 mil o número de mortos, que em geral, eram nordestinos que haviam se deslocado para a Amazônia entre 1942-1945, atendendo aos apelos do Governo. Mais uma vez foi posta em confronto nossa capacidade de organização para um empreendimento em grande escala. O fracasso foi pela incapacidade de organização em escala, de uma estrutura sistêmica harmonizando os objetivos e o funcionamento dos diferentes órgãos. No dizer de Benchimol, mil organizações, falando línguas diferentes, formavam verdadeira Babel. In: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: editora Umberto Caldero, 1977, p. 209.

¹⁰⁸Convém apresentar os fracos resultados da produção da borracha no período em análise: 1941- 10.734 ton.; 1942- 12.204 ton.; 1943 - 14.575 ton.; 1944 - 21.192 ton.; 1945 - 18.887 ton. In: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: editora Umberto Caldero, 1977, p. 209.

¹⁰⁹OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 264.

¹¹⁰BENCHIMOL, 1977, op.cit., p. 209.

geopolíticos brasileiros tais como Everardo Backheuser, Mário Travassos e Lysias Rodrigues, que logo após a Revolução de 30 procuraram influenciar os novos dirigentes. Sua consecução respondia a interesses políticos, econômicos e de segurança nacional.

Contudo, somente em 1953, é que foi disciplinado o artigo 199 da Constituição de 1946, através da Lei nº. 1806, a qual definiu a Amazônia Legal e conceituou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia como um esforço nacional de ocupação da região. A SPVEA deveria elaborar um primeiro Plano Quinquenal, cujos pontos fundamentais deveriam prever o desenvolvimento da produção agrícola e animal, bem como a melhoria do sistema de transportes, de comunicação, de energia, de saúde, de aproveitamento dos recursos minerais e, ainda, o aumento demográfico e o desenvolvimento do crédito bancário, a pesquisa e a preparação de pessoal técnico da região¹¹¹.

Homma lembra que houve demora na implantação da SPVEA e que, em razão disso, as oligarquias regionais detentoras do poder político passaram a recear que o incentivo à agricultura e à instituição das pequenas e médias propriedades, romperiam com o complexo lucrativo do seringal composto pelo binômio – casas aviadoras e firmas exportadoras. Dessa forma, a SPVEA constituiu-se num órgão de caráter paternalista, cuja ação estava voltada para propiciar subsídios ao extrativismo. Convém ainda mencionar que o I Plano Quinquenal, 1955/1959, deu prioridade nos seus últimos anos, ao desenvolvimento agrícola, com vistas a tornar a região auto-suficiente em produtos alimentares. A juta e a pimenta-do-reino foram colocadas em destaque¹¹².

A SPVEA marcou o início do planejamento da região amazônica em termos globais. O projeto mais importante realizado sob a sua administração foi, sem dúvida, a rodovia Belém-Brasília, na gestão do presidente Kubitschek, que interligou, a partir de 1960, a Amazônia ao centro-sul do país. O irrestrito apoio ao extrativismo da borracha, passou a ser questionado com a instalação da SPVEA. De modo concorrente a instabilidade da economia da borracha fez com que se expandissem a agricultura e a pecuária, que passaram a receber maiores atenções. O sucesso do crescimento da cultura da juta e da pimenta-do-reino

¹¹¹OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 269.

¹¹²HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA, 1993. p. 84.

constituiu justificativa para essa opção. A abertura de rodovias favoreceu o fluxo migratório e a consequente expansão das culturas temporárias em solos de terra firme¹¹³.

Por fim poder-se-ia fechar essa seção afirmando que a política de valorização da Amazônia, estabelecida pela Lei nº. 1806 de 1953, prevaleceu até 1966 e ficou aquém dos resultados esperados. A imensidão de problemas a resolver, os poucos recursos de que se dispunha e as pressões por parte de setores conservadores, tanto fora quanto dentro da região, não permitiram que se alcançasse o desenvolvimento econômico esperado. Apesar de todos os percalços que a SPVEA enfrentou, pode-se afirmar que foi o presidente Getúlio Vargas quem primeiro definiu e implantou uma política efetiva de ocupação e valorização na região Amazônica.

1.4.2 A Política dos Governos Militares Pós-64 na Amazônia

A ocupação da Amazônia, após o Golpe de 1964, se torna a prioridade máxima, fundamentada na doutrina de Segurança Nacional, já mencionada. O objetivo básico do governo militar, torna-se a implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do País, incluindo a redistribuição territorial de investimentos de mão-de-obra, sob forte controle social.

A partir daí, a Amazônia assume posição-chave frente às prioridades econômicas e geopolíticas de ordens externa e interna. No plano interno, é vista como capaz de promover uma solução para os problemas de tensão social do Nordeste e ainda para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste. Já as implicações geopolíticas de ordem externa incluíam a vulnerabilidade da extensa e isolada região quanto à organização de focos revolucionários. Nesse passo vale lembrar que, nos países vizinhos, havia um dinamismo interno de investimento e de população para suas amazônias, que são mais próximas dos respectivos centros vitais. Acrescenta-se a isso também a necessidade da presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana. A missão de incorporar terras, defender fronteiras e preservar riquezas não deixou de ser levado em consideração¹¹⁴. As políticas territoriais dos governos militares para a Amazônia foram claramente formuladas pelo General Golbery do Couto e Silva, cuja estratégia era:

¹¹³HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA, 1993. p. 84.

¹¹⁴BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1980. p. 12-13.

1º - articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;

2º - impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central – a atual região nuclear do país –, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; e

3º - inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão leste-oeste, segundo o eixo do grande rio (SILVA, 1981. p. 66).

Tratam-se de idéias que, de certa forma, terão sua concretização iniciada ainda na década de 50. A construção de Brasília, base de penetração a partir do Centro-Oeste, e a Belém-Brasília tornar-se-ão elementos fundamentais para a interiorização do imenso território setentrional do país¹¹⁵. A Belém-Brasília rompeu o isolamento da região amazônica frente ao resto do país e transformou o caráter das suas terras adjacentes, pois lhes atribuiu valor. Isto canalizou o fluxo migratório de camponeses sem terra. Desse modo, ao inserir esta região no processo da expansão da fronteira agrícola, a rodovia provocou de fato uma integração. O desenvolvimento da produção campesina na fronteira agrícola foi o principal desdobramento deste primeiro esforço de integração.

As novas políticas e estratégias concebidas pelo Governo militar foram implementadas através de várias Leis. No governo Castelo Branco, convém ressaltar que houve uma redefinição dos principais objetivos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia de Getúlio Vargas, de 1953. Foi extinta a SPVEA e, em sua substituição, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com o objetivo de planejar e controlar a ação federal na região. De acordo com Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, deveriam ser disciplinados e ampliados os incentivos fiscais e creditícios às novas indústrias e aos projetos agropecuários instalados na região¹¹⁶.

A fim de implementar essas idéias desenvolvimentistas, a SUDAM elaborou o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), que reconhecia um dualismo na economia da Amazônia. Esse dualismo implicava a coexistência de dois sistemas distintos: um de baixa produtividade, o extrativismo, sobretudo nas zonas rurais, e outro nas áreas

¹¹⁵SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 66.

¹¹⁶CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 115-116.

urbanas e zonas rurais, de maior densidade demográfica e maior capital social, que utilizavam tecnologia pouco avançada na agricultura, na indústria e nos serviços. A fim de liberar a Amazônia da dependência histórica do extrativismo, foi dada prioridade, dentre os setores produtivos, à agricultura, à pecuária e à indústria ¹¹⁷.

Para a iniciativa privada, foram resguardadas as atividades rentáveis (indústrias agrícolas, agropecuárias, etc.). Não obstante, a infraestrutura, o planejamento e as pesquisas ficaram a cargo do Governo, bem como a seleção de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento. A esse último aspecto cabia tanto a função de estimular a formação de grupos populacionais estáveis quanto a responsabilidade pela adoção de políticas migratórias, com o aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões, com vistas a fixar as pessoas nas zonas fronteiriças da Amazônia.

O BASA (Banco da Amazônia) e a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) constituíram órgãos de vanguarda na região e tiveram suas propostas baseadas em leis, planos e programas específicos que atuaram incentivando os projetos industriais, pecuários e agrícolas. Menciona-se, ainda o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). O INCRA tem como objetivos principais a realização da reforma agrária, a promoção da colonização particular e a execução da colonização oficial e, ainda, o desenvolvimento do campo, através do cooperativismo e da eletrificação rural; mantém, todavia, um serviço de Cadastramento de Imóveis Rurais, de arrendatários, de parceiros e de terras públicas, alimentando, através de levantamentos periódicos, inquéritos e pesquisas de documentação, o fornecimento de dados indispensáveis à caracterização das propriedades, como forma de ocupação e exploração ¹¹⁸.

A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) foi criada em 1967, como o órgão responsável por administrar a Zona Franca de Manaus. O objetivo principal era integrar a Amazônia ocidental ao resto do país, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário ¹¹⁹. Para isto, estabeleceu condições fiscais especiais (isenção de IPI e de ICM)

¹¹⁷HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA, 1993. p. 86.

¹¹⁸CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 119-125.

¹¹⁹Convém esclarecer que o advento da Zona Franca de Manaus criou um vigoroso pólo de atração de mão-de-obra, na medida em que se somava o progressivo declínio do extrativismo, dando início a um forte exôdo rural.

buscando facilitar o comércio tanto para o exterior quanto para o sul do país¹²⁰. Representou assim, como a anterior transferência da Capital para Brasília, um artifício geopolítico visando a acelerar o processo de interiorização do território, a responder aos apelos de política de continentalidade. A Zona Franca de Manaus, em proporções regionais, deveria ser o pólo acelerador do desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Mendonça Furtado ex-governador da Amazônia colonial, já havia considerado Manaus o epicentro da região amazônica¹²¹.

1.4.2.1 As Políticas de Integração Nacional e os PNDs

O período 1970/75 caracterizou-se pelo aumento expressivo da importância do papel do Governo Federal na Amazônia. Nesses anos, o tema dominante foi a “integração nacional”, objetivo que seria atingido através de um grande programa de construção rodoviária, em conjunto com assentamentos de patrocínio oficial ao longo das vias principais. Das políticas de integração nacional, a Transamazônica foi a mais notável: pela primeira vez na história seriam ligados por via terrestre o Nordeste, densamente povoado, e o Norte, esparsamente povoado, incentivando a migração interna por esta rodovia e aliviando as pressões demográficas do Nordeste e, concomitantemente, obter-se-ia a ocupação produtiva da Amazônia¹²².

Convém ressaltar que o governo Médici, considerado o mais autoritário do período militar, foi o que mais se preocupou com a Amazônia e com os problemas sociais do Nordeste. A título de exemplo, deve-se lembrar que o Nordeste sofreu uma grande seca e que, por esse motivo, o presidente decidiu que essas duas regiões deveriam ser tratadas como um só problema. Talvez esse seja o mais importante motivo isolado para a criação do PIN (Programa de Integração Nacional) (Figura 5). Os homens sem terra seriam levados para a região amazônica, atraídos pelas terras férteis e baratas do Programa. Médici chamou à atenção para a solução dos dois problemas com sua célebre frase: *homens sem terra do Nordeste e terras sem homens na Amazônia*¹²³.

Pode-se afirmar que depois do ciclo da borracha, é o ciclo industrial que determina o ritmo de crescimento da cidade até os dias atuais.

¹²⁰CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo, op.cit.,119-125.

¹²¹MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 98.

¹²²MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. p. 32.

¹²³SKIMDORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964/1983*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 288-290.

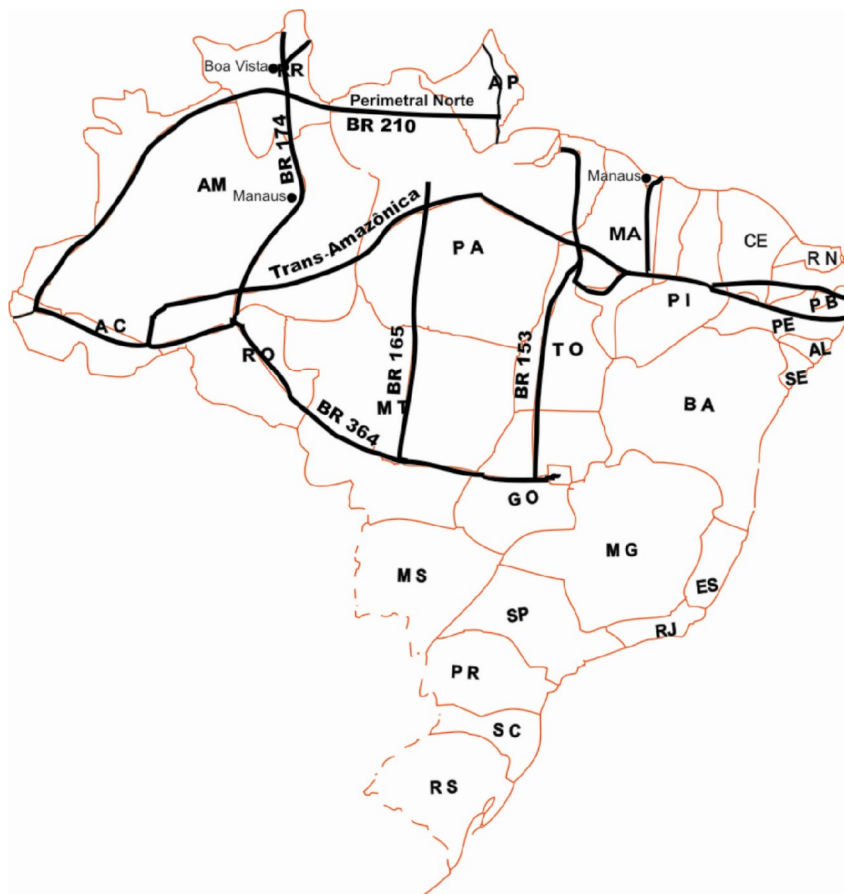


Figura 5
PIN- PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
RODOVIAS NA AMAZÔNIA
(Fonte: Oliveira, 1991)

Considera-se que outro motivo para a criação do PIN envolvia considerações de segurança nacional e ameaça de dominação estrangeira na região. Ocupar o território amazônico era prioridade, já que os militares tinham receio de perder a região por falta de colonização. Gerações de Cadetes do Exército Brasileiro foram conscientizados sobre a importância geopolítica da região. Esta preocupação aumentou quando sua extraordinária riqueza, especialmente as jazidas de ferro, foram descobertas pelo RADAM – Radar da Amazônia¹²⁴.

Historicamente, em 16 de junho de 1970, o Presidente baixou o Decreto-lei nº 1.106, criando o Programa de Integração Nacional (PIN). O Governo Federal tinha por objetivos:

1) promover a ocupação efetiva, a organização agrícola e a exploração mineral de amplas áreas da Amazônia, a fim de incorporá-las ao espaço econômico-social brasileiro; 2) orientar e fomentar, por um lado, a migração de nordestinos para a Amazônia, e, por outro, fixar agricultores no próprio Nordeste, em lavouras irrigadas. Buscava-se assim, com o mesmo Programa, resolver também o problema agrário dessa macrorregião¹²⁵.

Empenharam-se profundamente na concretização das iniciativas previstas no PIN, vários órgãos do governo: o Ministério dos Transportes, sobretudo através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); o Ministério da Agricultura, por intermédio principalmente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o Ministério do Interior, mobilizando entre outros órgãos, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Vários outros ministérios atuaram coordenadamente, por diferentes agências. Esse foi, talvez, o maior “mutirão” interadministrativo jamais efetuado no País. Nele foram investidos, segundo especificou o citado Decreto-lei, dois bilhões de cruzeiros¹²⁶.

Ainda no Governo do presidente Médici surgiram os seguintes projetos rodoviários, além da Transamazônica: “Cuiabá-Santarém; Porto Velho-Manaus; Manaus-Boa Vista (Roraima), na região fronteira com a República de Guiana e Venezuela; Rio Branco (Acre)-

¹²⁴MAHAR, op.cit. p. 32.

¹²⁵IBGE. *A Organização do Espaço na Faixa Transamazônica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 1.

¹²⁶Idem, *ibidem*.

Cruzeiro do Sul, na região fronteira com o Peru; Perimetral Norte, ligando no sentido este-oeste as áreas fronteiriças da fronteira norte, com a Guiana Francesa, Suriname, República de Guiana, Venezuela e Colômbia”¹²⁷.

Foi lançado também o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), criado pelo Decreto-lei nº 1.178, de 1º de junho de 1971. O programa tinha como objetivo facilitar a aquisição da terra, melhorar as condições do trabalhador rural e promover a agro-indústria na Amazônia e no Nordeste. Ao anunciar este programa o Presidente Médici criticou o sistema de incentivos fiscais e sua excessiva concentração no setor industrial (afirmou que as vantagens desse sistema, haviam se confinado a áreas urbanas, sendo, ignorado mais da metade da população da Amazônia e do Nordeste). O PROTERRA corrigiria o problema ao atacar as principais fontes de pobreza rural: a desigual distribuição da propriedade da terra e sua ineficaz utilização. O mesmo foi lançado com a finalidade de complementar o PIN. O lema *integrar para desenvolver* já fazia parte dos planos de desenvolvimento do governo Médici, que através dos dois programas promoveram a política de integração nacional¹²⁸.

Foi com os Planos de Desenvolvimento que no Brasil, começou a aumentar a participação das empresas estrangeiras na conquista do mercado brasileiro, as quais passaram a buscar associação com as empresas nacionais. A política econômica brasileira conseguia empréstimos com relativa facilidade junto ao mercado financeiro internacional, ficando evidente o interesse das empresas estrangeiras em investir na Amazônia.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), 1972/1974, concedeu grande ênfase aos objetivos implícitos no PIN e no PROTERRA. Textualmente, as metas nacionais para a Amazônia eram: “A estratégia para a Amazônia, que é de integrar, para desenvolver, assentará duas linhas mestras: Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira, e ocupação econômica e desenvolvimento econômico”. Mais adiante, o I PND preconizava que esta Integração Nacional se realizaria com a construção das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém; com uma rede de aeroportos de função estratégica; com medidas para integrar bacias fluviais da região com as bacias do centro-sul; com a instalação

¹²⁷MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p. 149.

¹²⁸MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. p. 33-34.

de dois sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do país; com a abertura da Amazônia pela radiodifusão e com a nova infraestrutura das Forças Armadas na região¹²⁹.

Segundo o I PND, o desenvolvimento da Amazônia deveria realizar-se com base nos incentivos fiscais e de isenção por conta da SUDAM e da SUFRAMA, nas seguintes linhas: “seleção de pólos de desenvolvimento e de integração, analisando prioridades regionais para a concentração de aplicações; definições de prioridades setoriais, para concentração de aplicações em setores dinâmicos, prioritários e para atividades de exportação, industrialização dos pólos de Belém e de Manaus, tirando proveito das isenções da Zona Franca de Manaus; exportação de madeiras, mineração e programa de pecuária em áreas selecionadas; programas de colonização, principalmente para a região Transamazônica”¹³⁰.

Em síntese, as linhas mestras das políticas definidas para a Amazônia pelo I PND era *ocupar, desenvolver e integrar*. Esse Plano também reconhecia a permanência da estrutura arcaica do extrativismo vegetal, que se refletia na redução constante de seu crescimento. O referido Plano propunha ainda a transformação gradativa da coleta vegetal numa atividade permanente e racionalizada, a qual deveria proporcionar a estabilização do homem rural, o aumento dos índices de produtividade e a elevação do nível de vida dessas populações.

Com o governo do General Geisel foi elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período de 1975/79 – II PND. Basicamente, esse documento continua a enfatizar a filosofia de “integração nacional” do I PND. Sem fugir do dogmatismo da Segurança Nacional, esse plano trouxe diretrizes mais específicas para a Amazônia, dentro do trinômio de *Ocupação, Desenvolvimento e Integração*. Diferentemente do I PND, que elegeu a seleção de terras, o II PND, as definiu claramente, nos seguintes termos: “Os eixos de penetração na Amazônia, ou seja, os vales, as estradas e as terras mais férteis, com prioridade para as Zonas de Fronteiras”. Para essas áreas definidas, o II PND também orientou as prioridades de investimentos para os programas setoriais: pecuária de corte, mineração, plantação de caráter comercial, pesca empresarial e turismo. Também definiu como prioritárias as atividades ligadas ao setor de exportação¹³¹. No tocante às políticas de crédito rural, foram facilitadas a expansão de certas lavouras como as de pimenta-do-reino,

¹²⁹FREITAS, Luis Aimberê Soares. *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: ed. Boa Vista, 1991. p. 87-89.

¹³⁰Ibidem.

¹³¹FREITAS, 1991, op cit. p. 90-91.

guaraná, café, arroz durante a década de 70. As políticas favoráveis à agricultura, à pecuária e à indústria receberam grande estímulo através dos incentivos fiscais e creditícios. O extrativismo passou a ser concebido como um setor atrasado, dando-se, a partir daí, sua gradativa substituição¹³².

Dentro das políticas territoriais do Governo do General Geisel, nasceu o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrados (Decreto nº. 75.320-29/01/75), direcionado, sobretudo, à região de Goiânia e Mato Grosso coberta pelos cerrados (tipo de vegetação). O programa se fundamentou na teoria dos Pólos de Desenvolvimento descontínuo. Dentre eles destaca-se o POLAMAZÔNIA. Criado pelo Decreto nº 74.607, o Programa de Pólos Agropecuários da Amazônia, tinha por finalidade “promover o aproveitamento integral das potencialidades agropecuárias, agroindustrial, florestais e minerais, em áreas produtoras da Amazônia,” tais como: I- Xingu; II- Carajás; III- Araguaia – Tocantins; IV- Trombetas; V- Altamira; VI- Pré-Amazônia Maranhense; VII- Rondônia; VIII- Acre; IX- Juruá – Solimões; X- Roraima; XI- Tapajós; XII- Amapá; XIII- Jurena; XIV- Aripuanã; XV- Marajó¹³³.

O II PND previa também a implantação do Complexo Mineiro-metalúrgico da Amazônia Ocidental, compreendendo o esquema integrado Carajás-Itaqui (minas de ferro e Siderúrgica), o conjunto bauxita-alumina-alumínio (Trombetas – Belém) e inúmeros outros empreendimentos de potencial hidrelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí). Fazia parte do II PND a chamada Política de Desenvolvimento dos Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia, objetivando a transformar a exploração madeireira em uma atividade planejada, institucionalizada e permanente. Este programa, cujo objetivo era a instalação na região de obras de infraestrutura, principalmente de armazéns e de estradas, tinha também a finalidade de promover pesquisas para a plantação de soja no cerrado. O POLOCENTRO também funcionava com uma espécie de alternativa geopolítica da necessidade de aliviar as tensões na estrutura fundiária do sul do país¹³⁴.

Em 1976, durante o governo do General Geisel, foi firmado o PROCEDER – Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do

¹³²HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA, 1993. p. 88.

¹³³BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento, Brasília: Imprensa Nacional, 1974.

¹³⁴OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991. p. 93-94.

Cerrado – cujo objetivo foi a produção de arroz e soja, voltado para a exportação, tendo como principal mercado importador o Japão. Outro projeto implantado na Amazônia foi o POLONOROESTE, concebido como de desenvolvimento regional integrado para ser implantado nas áreas cortadas pela BR-364 – Cuiabá-Porto Velho. Este programa visava à abertura da estrada para alimentar programas de colonização, em Rondônia e em Mato Grosso¹³⁵. Ao ser concluído o II PND, constata-se que o programa aprofundou a noção da Amazônia como fronteira de recursos e enfatizou que a região, no futuro, deveria melhorar a balança comercial do país.

Os principais objetivos do governo João Figueiredo foram expressos no III Plano de Desenvolvimento 1980/1985 - III PND. As linhas básicas deste Plano que interessam a região Amazônica estão contidas na parte que trata das Políticas Regionais e Urbanas que podem ser definidas com relação “a questão migratória, desconcentração industrial, reformulação e intensificação do desenvolvimento agrícola, a política energética, a política dos setores sociais e a descentralização administrativa para fortalecer os órgãos regionais e urbanos, os governos estaduais e municipais”¹³⁶.

Por esse modo de conceber o processo urbano-rural brasileiro, são fundamentais: a) o desenvolvimento da agropecuária para atenuar o processo de hipertrofia urbana e, particularmente, metropolitana, com a redução do êxodo rural; b) o melhor equilíbrio da disponibilidade de infraestrutura econômica e social entre as regiões e a melhor adequação das cidades de pequenos e médios portes e da periferia das metrópoles¹³⁷.

A política de desenvolvimento urbano e regional do III PND foi esquematizada da seguinte forma: “ênfase à integração nacional e melhor equilíbrio espacial brasileiro de desenvolvimento e redução das disparidades e de qualidade de vida entre as regiões do país e dentro delas”¹³⁸. Ainda de acordo com o III PND, o desenvolvimento da região amazônica se apoiou na gradual ocupação e integração das áreas. Contudo, sem respeitar muitas vezes suas características e vocações com uma exploração predatória de seus recursos naturais¹³⁹.

¹³⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991. p. 93-94.

¹³⁶ MIRANDA NETO. *O Dilema da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1986. p. 89.

¹³⁷ Idem, *O Enigma da Amazônia: Desafio ao Futuro*. Belém: CEJUP, 1981. p. 80.

¹³⁸ Idem, 1986, op. cit., p. 90.

¹³⁹ Idem, 1981, op. cit., p. 81.

Observa-se que a ação governamental do PIN e do POLAMAZÔNIA não foram concluídos, em face a crise do petróleo e, conseqüentemente, por falta de recursos financeiros. Entretanto, a Amazônia atualmente apresenta uma ocupação populacional com uma melhor distribuição. A partir desses programas inúmeras cidades surgiram ao longo das estradas que foram construídas e estimuladas pelos planos de colonização. O atual estado de Roraima não fugiu desse contexto.

1.4.2.2 A Política de Colonização na Amazônia

O marco inicial da ocupação dirigida deu-se a partir da segunda metade do século XVIII, com a chegada dos açorianos para ocupar o litoral Sul do país. A partir daí, diferentes movimentos migratórios se concretizaram. Convém ressaltar que, até 1930, o Governo Central, provincial e os particulares, promoveram no Brasil uma política que incentivou a entrada de imigrantes estrangeiros para colonizar as terras desocupadas. A partir de 1930, houve uma troca nas diretrizes dessa política que se voltou para os nacionais, que limitava a entrada dos estrangeiros, em decorrência da crise interna de empregos. Contudo, foi com a mencionada “Marcha para o Oeste” que se instaurou o novo momento da colonização oficial, atendendo não só aos objetivos de ocupação do território, mas também aos sociais e aos econômicos. O novo período histórico da colonização brasileira pode ser dividido em três fases, que se voltaram respectivamente para: a) atender trabalhadores nacionais; b) responder, política e ideologicamente, às lutas sociais, e c) efetivar a ocupação controlada das novas terras, principalmente na Amazônia¹⁴⁰.

Já sob os auspícios do regime militar, a colonização foi efetuada através do Decreto 59.428, de 27/10/1966, que definiu: “colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e promover o aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou de parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos”¹⁴¹. É mister salientar que a expansão da fronteira amazônica, representa um processo específico de ocupação de novas terras, em que interesses sociais diferentes se colocam frente a frente a ação do Estado, assumindo feições contraditórias. A colonização dirigida como uma dessas

¹⁴⁰MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In: BECKER, Berta K., MACHADO, Lia O., et al (orgs). *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: ed. da UNB; Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 1990. p. 65.

¹⁴¹Idem, *ibidem*.

formas específicas adquire aí uma própria feição diferente de experiências similares de outras áreas, considerando o ritmo da ocupação e o grau de interferência do Estado¹⁴².

Nesse contexto o Estado tomou para si, todas as responsabilidades até o momento em que, desejando criar condições para a expansão do capital e a acumulação na fronteira, passou a apoiar a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo aos projetos privados e às cooperativas¹⁴³. Na verdade, o Estado passou a distribuir terras sob seu controle, estimulando e orientando os movimentos espontâneos de povoamento. A colonização é compreendida, nesse sentido, como sendo capaz de aliviar ou solucionar tensões demográficas de outras áreas do país, haja vista que absorve produtores sem terras e povoa fronteiras em locais estratégicos, ao mesmo tempo em que fortalece a mão-de-obra local.

A região amazônica passou por um intenso processo de ocupação, nas últimas décadas, e a colonização surgiu aí como uma das formas mais significativas. Duas categorias de projetos, representando aspectos diferentes de uma mesma política governamental, expressam o acesso à terra via colonização: primeiro os oficiais, executados pelo governo e, segundo, os de colonização, de iniciativa particular. No Brasil, toda essa prática de colonização contém marcas dos acertos e desacertos econômicos e políticos que vêm acompanhados de discussões sobre seus fracassos e êxitos. Contudo, os recentes projetos de colonização oficial iniciaram com o PIN (Programa de Integração Nacional), vários tipos de projetos foram utilizados¹⁴⁴.

¹⁴²MIRANDA, Mariana. O Papel da Colonização Dirigida na Expansão da Fronteira na Amazônia. In: BECKER, Berta K., MACHADO, Lia O., et al (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: ed. da UNB; Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 1990. p. 47.

¹⁴³MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In: BECKER, Berta K., MACHADO, Lia O., et al (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: ed. da UNB; Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 1990. p. 65.

¹⁴⁴Convém destacar os diversos tipos de projetos: 1- Projeto Integrado de Colonização– PIC– Quando o INCRA assume a responsabilidade da organização territorial. Realiza o assentamento e a titulação das parcelas, assim como promover de forma indireta, a assistência técnica, a educação, a saúde, a habitação rural, o armazenamento e a comercialização da produção.

2 - Projeto de Assentamento Dirigido - PAD – Quando o INCRA assume a responsabilidade da organização territorial, implantação da estrutura física, seleção e assentamento dos beneficiados. Os parceiros desses projetos devem possuir conhecimento agrícola dirigido para uma exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário.

3 - Projeto de Assentamento/Projeto de Colonização – PA/PC – Obedecem a mesma metodologia do PIC. Buscam agilizar suas várias fases de desenvolvimento, utilizando uma infraestrutura já existente de modo a permitir uma rápida integração na região onde se localizam e permitir a emancipação do projeto a curto prazo.

4 - Projeto de Assentamento Rápido – PAR – Quando o INCRA assume a responsabilidade total da demarcação e titulação de suas parcelas. Essa ação geralmente é programada visando eliminar rapidamente os focos de tensão social e deve ser implantado em áreas que já dispõem de um mínimo de infraestrutura.

O PIC (Projeto de Integração e Colonização) de Altamira no Pará, constituiu o principal projeto de viabilização da política de colonização governamental para a expansão da fronteira agrícola. Teve o objetivo de implantar um novo sistema urbano-rural em áreas de vazio demográfico, seguindo as diretrizes de urbanização rural definidas pelo INCRA. Estabeleceu-se uma sistemática de operacionalização que envolveu as organizações fundiárias e a promoção agrária, visando a criar condições para a fixação dos trabalhadores rurais e de suas famílias, sob o ponto de vista econômico e social.

Obedecendo ao padrão estabelecido para a colonização por pequenos proprietários na faixa da estrada, as terras que seriam ocupadas foram divididas em lotes (parcelas) de aproximadamente 100 ha. Esses lotes se destinavam aos chamados colonos ou parceiros e, como regra geral, eram vendidos pelo INCRA, com um prazo para pagamento de vinte anos. Para permitir a interiorização do colono, a infraestrutura e o escoamento da produção, o projeto previa a abertura de vicinais a cada 5 km na estrada principal¹⁴⁵. Com relação à atividade agrícola, foi previsto o incremento dos cultivos comerciais que deveriam ser o cacau, a cana, a pimenta-do-reino, de acordo com as melhores áreas: as zonas de terra-preta foram reservadas para a cana-de-açúcar e ao cacau. Em sua fase urbana, o projeto adotou três tipos – agrovila, agrópole e rurópole, formando uma hierarquia urbanística, segundo a infraestrutura social e econômica, tendo cada uma a sua função específica¹⁴⁶.

5 - Projeto de Ação Conjunta – PAC – É o resultado de uma ação conjunta entre o INCRA e uma cooperativa. Cabe ao INCRA a responsabilidade da implantação da infraestrutura física e a titulação dos parceiros. A cooperativa assume a administração e a manutenção do projeto.

6 - Projeto Especial de Colonização/ Projeto Especial de Assentamento – PEC/PEA – São semelhantes ao Projeto Integrado de Colonização, quanto ao seu desenvolvimento, diferindo, apenas no que se refere a urgência de sua criação. São geralmente destinados a atender populações que devem ser removidas urgentemente pelo governo.

7 - Núcleo de Colonização – NC – Terminologia utilizada para indicar a unidade básica que se caracteriza por um conjunto de parcelas integradas por uma seção administrativa e serviços técnicos comunitários. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo: Papirus, 1987, p. 24.

¹⁴⁵MIRANDA, Mariana. Colonização Oficial na Amazônia: O caso de Altamira. In: BECKER, Berta K., MACHADO, Lia O., et al (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: ed. da UNB; Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 1990. p. 38.

¹⁴⁶A agrovila representava a menor unidade, destinada como moradia urbana dos colonos que possuíam um lote rural. Oferecia serviços básicos de apoio para a comunidade como escola, posto de saúde, pequeno comércio, diversão e administração. Compõem-se, em média, de 50 famílias e os lotes rurais situados ao redor das agrovilas, obedecem às dimensões de 100 hectares. A distância dos lotes para a vila varia de 500m a 5 km. A agrópole constituiu um pequeno centro urbano agroindustrial, cultural e administrativo de segunda grandeza, destinado a dar apoio ao meio rural. Foram formadas, ao redor, 20 agrovilas (1.000 famílias). A rurópole é o centro principal de integração microregional de uma comunidade rural constituída de agrópoles e de agrovilas, tendo funções diversificadas, que compreendem comércio, indústria, serviço social, culturais, religiosos e administrativos, para que sirvam não apenas à comunidade local mas, sobretudo, a sua área de influência. MIRANDA, Mariana. Colonização Oficial na Amazônia: O caso de Altamira. In: BECKER, Berta K., MACHADO, Lia O., et al (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: ed. da UNB; Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 1990. p. 39.

Com base nestas diretrizes e sob o controle administrativo do INCRA, a colonização se desenvolveu na região. A partir de 1970, começou a concretizar-se o processo de colonização oficial na área de Altamira, através do PIN. Esse processo deu-se em duas etapas: a primeira corresponde ao período que se estende de 1971 a 1974, quando o Estado, por meio do INCRA, criou condições para a instalação dos primeiros colonos na área¹⁴⁷.

A segunda etapa, que ocorreu de 1974 em diante, se caracterizou pela queda no ritmo com que vinham se desenvolvendo os trabalhos de demarcação de terras e de assentamentos dos colonos, e, principalmente, pelo fato de que a vinda dos colonos passou a ser espontânea. O INCRA, já não tinha mais o interesse de promover a vinda dos colonos. Essa diretriz refletia na mudança da política governamental que, no fim da colonização dirigida, passou a privilegiar a colonização particular, limitando-se a considerar somente os projetos já iniciados. Esse dado é indicativo de que a busca por terras havia ultrapassado a capacidade de um processo seletivo dirigido¹⁴⁸. Desse modo, o fluxo espontâneo se dirigiu para a ocupação de lotes demarcados ou por demarcar, na faixa de colonização, associado ao processo de penetração como invasão e posse. Verificou-se nesta fase o alargamento das vicinais e o extravasamento da ocupação, que foi além da faixa de colonização do PIC-Altamira.

A ação dos grileiros começou, então, a expandir-se, sobretudo nas áreas mais afastadas do projeto em Altamira. Convém, nesse passo, ressaltar que os grileiros são agentes que, para obterem grandes extensões de terras, utilizam a falsificação de documentos de todo tipo. As colonizações desenvolvidas no estado de Mato Grosso, de caráter particular, não tinham somente como objetivo a atividade extrativa e a venda especulativa de terras, mas ainda o desenvolvimento de projetos de ocupação, representando investimentos em longo prazo relacionados com o controle do mercado de terras e de produção agrícola¹⁴⁹.

Deve-se considerar que os planos de colonização não configuravam ainda uma efetiva ocupação produtiva de terras, apesar de terem conduzido os procesos de colonização dirigida e particular. Entretanto, a colonização oficial, não constituiu um absoluto fracasso, como os colonizadores crêem, mas também não representa o êxito, por muitos apontados. É entre essas duas situações extremas que aparecem materializadas, no espaço da fronteira

¹⁴⁷MIRANDA, Mariana. Colonização Oficial na Amazônia: O caso de Altamira. In: BECKER, Berta K., MACHADO, Lia O., et al (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: ed. da UNB; Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 1990. p. 40.

¹⁴⁸Idem, ibidem.

¹⁴⁹Idem, p. 41.

amazônica, as relações que se processam via colonização. Ao lado da política de colonização da Amazônia, o Governo Federal dispôs de uma política de estradas para a ocupação da região. O primeiro projeto de impacto para a penetração na selva amazônica foi a Belém-Brasília. A Transamazônica¹⁵⁰ foi a via de penetração mais importante da política de estradas já mencionada. Para as autoridades encarregadas da segurança territorial, essas eram as principais medidas para povoar a região. A Transamazônica foi transformada pelo governo em vital para o desenvolvimento e segurança de uma vasta região brasileira que estava praticamente isolada. Entretanto, no eixo que cruza a Transamazônica com a Belém-Brasília criou-se um importante pólo econômico e ao mesmo tempo focos de conflitos pela posse da terra, em suma, uma contradição.

Convém destacar que o novo estilo de ocupação econômica na Amazônia caracterizou-se pela intervenção estatal na busca da integração através dos Grandes Projetos de Mineração. O Programa Grande Carajás, lançado pelo Decreto-Lei nº 1.813, de 24/11/1980, tem na extração de minérios o seu principal componente. Abrangeu uma área de aproximadamente 900 mil quilômetros quadrados, estendendo-se pelos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, com vistas a explorar o potencial mineral e as riquezas de bauxita, manganês, ouro, ferro, caulim, cobre, argila, madeira e carvão, dentre outros produtos disponíveis na área do Programa¹⁵¹.

O Programa é constituído por três grandes segmentos: a) o minero-metalúrgico, que incluiu os grandes projetos – Ferro Carajás, Alunorte, Albrás, Alumar; além de médios e pequenos projetos sidero-metalúrgicos; b) o agropecuário e florestal, que criou o Programa Carajás Agrícola (PGC-Agrícola), previa empreendimentos de soja mecanizada para uma área total de 238.000 ha; c) o de infra-estrutura, que inclui a infra-estrutura existente e a implantação (ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, hidrelétrica de Tucuruí, etc) com a ampliação de núcleos urbanos e distritos industriais. Muito do que foi previsto pelo PGC ainda não se efetivou¹⁵².

¹⁵⁰Projeta e executada como estrada transversal, que cruzaria toda a região, era considerada a maior obra posta em prática, com uma extensão de mais de 6 mil km. A estrada se compõe de dois eixos: Cuiabá-Santarém e a Transamazônica, que liga o Nordeste (saindo de Picos, no Piauí) e aos estados do Maranhão (onde encontra Belém-Brasília) Pará, Amazonas e Acre, na fronteira com o Peru. In: CARDOSO e MÜLLER, *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 168.

¹⁵¹BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1994. p. 67-73.

¹⁵²Idem, *ibidem*.

O governo brasileiro concedeu vantagens aos empreendimentos estabelecidos na área alcançada pelo PGC. Facilidades que incluíram infra-estrutura, isenção de impostos e concessão de créditos especiais, que facilitaram novos investimentos. O Programa Grande Carajás foi alvo da crítica nacional. Fundamentalmente, três pontos foram contestados: a forma autoritária no que tange ao planejamento e à execução; o modelo econômico-exportador e a relação com o meio ambiente. Afinal, na Amazônia já vinha ocorrendo o desmatamento pela abertura de rodovias, pelo avanço da fronteira agrícola e sobretudo pela implantação dos grandes projetos agropecuários. Não se levou em conta a peculiaridade da floresta amazônica.

Por fim, percebe-se que a Amazônia passou por transformações à luz da geopolítica dos governos militares, principalmente sob a égide da integração nacional e a ocupação do vazio demográfico que transforma o espaço natural em espaço sócio-econômico incorporando-se a comunidade nacional. Não obstante, atualmente a região ainda permanece carente de investimentos patrocinados pelo Estado na busca de seu desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. Convém registrar que os recursos naturais explorados na Amazônia não promoveram o desenvolvimento econômico esperado, porque boa parte dos lucros é canalizado para fora da região. Elites locais, empresas do sul e estrangeiras exportam as matérias-primas e concentram os lucros e os prejuízos sobram à população amazônica. É mister salientar que a exploração desses recursos, cuja natureza mudou ao longo do tempo segundo a demanda dos mercados consumidores estruturou, de modo durável, o território amazônico e as relações sociais. O extrativismo perdeu atualmente seu caráter de atividade arcaica e ressurgiu como uma atividade que garante a conservação da biodiversidade e que forma uma base para o desenvolvimento da biotecnologia.

1.4.3 O Extrativismo Vegetal em Questão

A década de 80 foi marcada pela conscientização da necessidade da preservação ambiental, em consequência do fracasso ecológico e social das grandes políticas de desenvolvimento da Amazônia. A intensidade dos desmatamentos acumulados ao longo das décadas de 80 e 90, passou a ser questionado em relação ao uso dos recursos florestais. Para muitos estudiosos, o extrativismo vegetal pode ser considerado como modelo de desenvolvimento adequado para a Amazônia, por apresentar alta sustentabilidade do ponto de vista agrônomo e ecológico, caso por exemplo, das Reservas Extrativistas – RESEX. A

reserva extrativista, constitui uma forma jurídica que possibilita a exploração regular e a comercialização de um ou de vários produtos naturais, através de um manejo do território controlado pelas populações locais. Em associação com o IBAMA é estabelecido um plano de manejo, no qual as comunidades envolvidas têm o direito de uso. O funcionamento da reserva é regulado por uma relação contratual entre o poder público e as comunidades reconhecidas como guardiãs de um patrimônio natural. A experiência das reservas extrativistas propiciou a reflexão sobre o desenvolvimento regional¹⁵³.

É sobre esses novos postulados que repousa a existência das reservas extrativistas. Diferentemente das políticas clássicas de ocupação da Amazônia, são apontadas atualmente novas relações entre a sociedade e seus territórios, fora do contexto de uma história do extrativismo que se apoia na sujeição dos coletores aos seus patrões por meio do aviamento e da predatória exploração dos recursos naturais.

Entretanto, tem havido discordância quanto à criação dessas reservas. Pandolfo afirma que esse modelo de desenvolvimento, apoiado no extrativismo de coleta florestal (principalmente de borracha e de castanha) representa o estágio mais atrasado da economia. Considerando a experiência histórica da Amazônia o processo é caracterizado como uma atividade retrógrada, representativa de um estágio tecnológico arcaico e obsoleto, de baixa produtividade, que se impõe substituir por uma etapa superior de produção. As reservas extrativistas – RESEX – mostram sua inviabilidade quanto à sua sustentação econômica a médios e longos prazos. Apontada pelo seu imenso potencial de recursos naturais, a Amazônia só alcançará a projeção econômica apoiada no extrativismo tecnificado com base no conhecimento científico¹⁵⁴.

Como fica patente, é nesse cenário que as políticas de desenvolvimento para a Amazônia refletem certa oscilação entre suas “aptidões” extrativas ou agrárias. Tal oscilação, longe de estar esgotada, se renova constantemente em diferentes medidas adotadas pelo Governo Federal. O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário aprovou, através da Portaria 627, de 30 de julho de 1987, o “Projeto de Assentamento Extrativista”, dentro do âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária. A aprovação dessa proposta se deu em

¹⁵³AUBERTIN, Catherine e PINTON, Florence. Extrativismo e Desenvolvimento Regional. In: *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 151.

¹⁵⁴PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994. p. 144-145.

decorrência de movimentos de seringueiros autônomos apoiados pelas ONGs para assegurar áreas de extração, contra os excessos de expansão da fronteira agrícola. A partir de 1990, as reservas extrativistas passaram a fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, tendo sido regulamentada através do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. O assentamento extrativista é tido como assentamento humano através da garantia de posse de áreas próprias para o extrativismo, sem a adoção do loteamento convencional até então empregado na colonização¹⁵⁵, ou seja, denomina-se reserva extrativista uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferida pelo estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação.

Em síntese, dada a quantidade de recursos naturais, a região amazônica apresenta ainda hoje uma pauta extensa dos produtos extrativos. A biodiversidade das florestas fornece matéria-prima para muitas indústrias, como por exemplo, as de madeiras e seus derivados, as de produtos farmacêuticos e de cosméticos, bem como para as usinas de beneficiamento de outros produtos florestais não-madeireiros como borracha, resinas e óleos para perfumaria. Convém aqui elencar as espécies de múltiplos usos presente atualmente no mercado para servirem de componentes de sistemas agroflorestais, ou manejo florestal, (tabela 3):

¹⁵⁵HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA, 1993. p. 94.

Tabela 3

Espécies amazônicas de múltiplo uso com potencial de mercado presente e futuro para servirem como componentes de sistemas agroflorestais ou de manejo florestal.

Nome vulgar e científico	Produtividade ^a	Utilização ^b	Mercados ^c
Açaí (<i>Euterpe oleracea</i>).....	24F; O, 1P	F, B, P, A	F, L, N, I
Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>).....	200F	F, B, A	F, L
Patauá (<i>Jessenia bataua</i>).....	16F; 1,3 OI	F, B, A, OI	F, L
Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>).....	15F; 0,2P	F, B, P, OI	F, L, N, I
Piquiá (<i>Caryocar villosum</i>).....	60F; 1,8C; 2 OI	F, M, IO, C, Ca	F, L
Cast-do-Pará (<i>Bertholletia excelsa</i>).....	50C	C, M, Ca, IO,	F, L, N, I
Cast.-pêndula (<i>Couepia longipendula</i>)..	§	C, OI	F
Bacuri (<i>Platonia insignis</i>).....	93F; 16C§	F, C§,M, Ca	F, L
Camu-camu (<i>Myciaria dubia</i>).....	12F	F	F, L, N, I
Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>).....	16F; 1,4 IO; 2S	F, Co, S, OI	F, L, R, N, I
Copaíba (<i>Copaifera multijuga</i>).....	0,5-1 IO	R, Me, P	F, L, R, I
Jatobá (<i>Hymenaea courbaril</i>).....	<15R	F, R, M, Ca	F
Andiroba (<i>Carapa guianensis</i>).....	90 IO	Me, M, OI	F, L, R, N
Babaçu (<i>Orbignya phalerata</i>).....	1 IO	Ca, OI	F, L, R, N
Ucuúba (<i>Virola surinamensis</i>).....	42 IO	IO, M	I
Cumaru (<i>Dipteryx odorata</i>).....	<0,5 IO	E, Pe, M	F, L, I
Pau-rosa (<i>Aniba duckei</i>).....	9 IO	E, Pe, M, A	R, I
Sacaca (<i>Croton cajuçara</i>).....	0,1 IO	E, Me	F, L, R
Jarina (<i>Phytelphas macrocarpa</i>).....	15S	S, A	I

Fonte: CLAY, et alii. Biodiversidade Amazônica. Manaus: Programa de Desenvolvimento Tecnológico, 2000. p. 33.

a- Produtividade em Kg/plantas (de plantas sem melhoramento nem fertilizantes): F - Fruta; C - Castanha; OI - Óleo; P - Palmito; R - Resina; S - Semente seco.

b- Utilização: A- Artesanato; B- bebida; C- Castanha; Ca- Carvão; Co- Cosmético; E- Óleo Essencial; F- Fruta; M- Madeira; Me- Medicinal; OI- Óleo; Pe- Perfume; P- Palmito; R- Resina; S- Semente seca e fermentada.

c- Mercados atuais: F- Familiar; L- Local; R- Regional; N- Nacional; I- Internacional.

As principais espécies apresentadas na tabela 3 provêm aqui de informações básicas. Segundo Clay, Sampaio e Clemente (2000, p.71-264), a maioria apresenta múltiplos usos. A seguir, descrevem-se as espécies de maior valor econômico:

Açaí (*Euterpe oleracea mart*). O seu uso principal é na preparação de um líquido grosso, de cor roxo escura, obtido através da maceração da polpa dos frutos, chamado de vinho do açaí. Outro produto derivado de *E. oleracea* é o palmito. Embora com consumo regional limitado, é utilizado com regularidade no mercado interno brasileiro, especialmente nos estados do Sul.

Buriti (*Mauritia flexuosa*). A polpa do fruto é a parte mais utilizada do buriti, preparam-se dela uma bebida, conhecida como vinho de buriti. Também é utilizado na preparação de doces e sorvetes As folhas dessa palmeira são usadas para cobrir casas, fabricar chapéus, cordas e redes.

Patauá (*Jessenia Bataua*). É consumido em forma de um suco grosso, preparado do mesocarpo amassado com água. É conhecido como vinho de bacaba. Seu uso principal é na produção de óleo e é quase idêntico ao óleo de oliva.

Pupunha (*Bactris gasipaes Kunth*). Seu uso principal é o fruto cozido para consumo humano direto. Também podemos usar o fruto na fabricação de ração animal. No entanto, é o palmito a principal razão por que a pupunha está sendo plantada em larga escala atualmente.

Piquiá (*Caryocar villosum*). O principal uso comercial é a sua madeira. É excelente para a construção de navios, construção civil e carpintaria em geral.

Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*). É consumida crua, tostada, salgada ou em sorvetes. De uso secundário, temos a madeira.

Bacuri (*Platonia insignis Martins*). O fruto do bacuri é um dos mais populares nos mercados de Belém. Durante a última década, diversas pequenas indústrias de Belém comercializaram fatias enlatadas do fruto, purês, geléias e sorvetes.

Camu-camu (*Myrciaria dubia*). O fruto é consumido fresco ou em preparações caseiras ou comerciais tais como néctar, compota, geléia, licor, vinho, conhaques ou vinagre. O potencial do camu-camu é como fonte orgânica de vitamina C. Esse produto pode produzir até 2,99 g dessa vitamina por 100g de fruto fresco. Esse valor é 60 vezes superior ao limão (*Citrus limon*, que contém somente 44 mg/100g).

Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). É um dos frutos mais populares da Amazônia. Está começando a se desenvolver um mercado externo, abastecido com polpa congelada obtida em Manaus ou Belém. A polpa é o componente mais importante do fruto. Na Amazônia é utilizada na preparação de sucos, sorvetes e compotas.

Taperebá (*Spondias monbim L.*). Os frutos frescos são comercializados em saquinho de 500g ou 1kg. São usados principalmente para fazer sucos.

Copaíba (*Copaifera multijuga Hayne*). É uma árvore de cujo tronco, galhos e folhas se extrai uma resina oleosa, que possui forte demanda nos mercados brasileiros e internacional. Essa resina oleosa é popularmente usada na Amazônia como antiinflamatório (é comercializada na forma de cápsulas para tratar infecções).

Sorva (*Couma utilis Muell. Arg.*). O seu uso principal é o látex extraído do tronco e dos ramos das plantas silvestres, que constitui uma importante fonte de matéria-prima para fabricação de goma de mascar.

Andiroba (*Carapa guianensis*). O uso principal dessa espécie é a madeira. O Óleo é obtido das sementes, com usos medicinais.

Babaçu (*Orbignya phalerata Martius*). Durante o século XX, o babaçu tem-se tornado um importante recurso de subsistência ao sul meridional da Amazônia, especialmente no Maranhão e Piauí. No Maranhão, cerca de 300.000 famílias coletam o babaçu, cuja grande

maioria depende unicamente dessa planta para sua sobrevivência econômica. A amêndoa do babaçu contém 70% de um óleo rico em ácido láurico, similar ao óleo de côco.

Ucuúba (*Virola surianamensis*). Essa espécie produz um óleo rico em trinitristina, uma substância utilizada na fabricação de perfumes, cremes de barbear, sabonetes, bem como na indústria de confeitaria e na indústria de laminados.

Pau-rosa (*Aniba rosaeodora*). O seu uso principal é o óleo, na extração do linalol, um produto de grande demanda no mercado nacional e internacional devido ao seu uso como fixador na indústria de perfumes.

Sacaca (*Croton cajucara Benth*). Entre as plantas com atributos medicinais, ela destaca-se como planta da moda em Belém. A casca do tronco e as folhas são utilizadas para a preparação de chá (diabetes, vesícula, colesterol alto). Em Manaus e Belém são vendidos nas farmácias em cápsula de gelatina como produto natural.

No tocante à exploração de madeira, de acordo com Clay, Sampaio e Clemente (2000, p. 317-368) são dignos de menção:

- 1- Amapá-amargoso (*Parahaucornia amapa*).
- 2- Jatobá (*Hymenaea courbaril l.*).
- 3- Maçaranduba (*Manilkara huberi*).
- 4- Cumaru (*Coumarouna odorata*).
- 5- Preciosa (*Aniba canelilla*).
- 6- Acapu (*Vouacapoua americana Aubl.*).
- 7- Caroba (*Jacaranda copaia*).
- 8- Cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*).
- 9- Jarina (*Phytelephas aequatorialis Spruce*).
- 10- Castanha-de-Macaco (*Cariniana micrantha Ducke.*).
- 11- Sumaúma (*Ceiba pentandra (L.) Gaertn.*).
- 12- Tauari (*Couratari guianensis Aublet.*).

É importante relatar que no setor da indústria extrativa vegetal da região, exceto as madeiras a borracha e as essências naturais, novos produtos surgiram nos últimos anos, a título de exemplo, a extração de babaçu¹⁵⁶. Em Roraima, particularmente, as madeiras ao contrário dos demais produtos extrativos passaram a empolgar esse ramo da economia, em

¹⁵⁶MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980.. p. 106.

atividade exportadora para a Venezuela, a partir da década de 70 com a construção da BR 174.

Comunga-se com Caio Prado que defende que a maior importância da indústria extrativa não é o seu valor como riqueza. O seu papel aí é secundário. Na verdade ela surge como base exclusiva da vida humana em uma região que é a maior do país, determinando nela caracteres tão próprios ou exclusivos que não se podem assimilar a nada que se passa em outras regiões. A colonização da região amazônica não se compreende sem a análise principal e quase única que se pratica a colheita natural dos frutos da floresta e dos rios. Daí a originalidade da região amazônica, que será um exemplo singular; um outro Brasil¹⁵⁷.

Como bem disse Milton Santos, estudar uma região (Amazônia) significa penetrar no mar de relações, formas, funções, organizações, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição¹⁵⁸. Não obstante, no âmbito da discussão deste capítulo, buscou-se observar com mais nitidez as diferenças e contradições da Amazônia, considerando que é um território complexo e heterogêneo com zonas bem diferenciadas dentro de cada Estado, uma região singular. Dentre as diversas transformações de que foi palco, duas merecem destaque especial, o extrativismo da borracha e as políticas públicas implementadas a partir de 1964, levando em conta o preexistente e o novo, a fim de captar o elenco de causas e conseqüências dos fenômenos nela observados.

¹⁵⁷PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: brasiliense, 1976. p. 211-212.

¹⁵⁸SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 46.

Capítulo 2

Roraima: Transformações Político-Econômicas e Sociais

O presente capítulo tem o objetivo de analisar as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas em Roraima, no período de 1943 a 1988. Inicia-se com a apresentação dos principais acontecimentos históricos, dentre os quais ressalta-se, no âmbito político-administrativo, a criação do Território Federal do Rio Branco. Será feita, nesse passo, uma análise da política de ocupação conduzida pelo Estado, à luz das preocupações geopolíticas do período pós-64. Finalmente, ao caracterizar a economia de Roraima, procura-se destacar os aspectos gerais do extrativismo vegetal na sua interface sócio-política.

2.1 Aspectos Físico-Geográficos

Roraima abrange uma extensão territorial de 225.116 km², localizados a maior parte no Hemisfério Norte. Isso equivale a 2,66% da superfície total do Brasil e a 5,81% da região Norte. Ao sul, o estado é cortado pela linha do Equador. Tem limites comuns, ao norte, com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana; ao sul, com o estado do Amazonas; a leste, com a República Cooperativista da Guiana e com o estado do Pará; a oeste, com o estado do Amazonas e com a Venezuela. Roraima possui cerca de 964 km de linha de fronteira com a Venezuela e 958 km com a Guiana¹(figura 6).

¹SILVA J.R, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 27.



Para o geógrafo Antônio Teixeira Guerra (1994, p. 316-318), a paisagem física de Roraima pode ser classificada em três regiões:

- 1) Região do Baixo Rio Branco – caracterizada por apresentar terrenos geologicamente recentes e topografia monótona. A cobertura vegetal dessa região é de densa floresta do tipo hileiano. Aliás, essa é a única área de Roraima que possui os mesmos caracteres da Amazônia, uma vez que é um prolongamento da planície no sentido norte. Trata-se de uma área de extração vegetal.
- 2) Região do Alto rio Branco – compreendendo as terras do vasto peneplano que está coberto com a vegetação de campos. Essa é a área onde se desenvolve a pecuária. A topografia também é monótona, não apresentando grandes contrastes de altitude.
- 3) Região Montanhosa – constituída pelas serras do sistema Parima-Pacaraima, isto é, pelas serras que existem ao longo da fronteira com a Venezuela e com a Guiana. Não constitui área muito extensa, porém economicamente é muito importante, por conter diamantes e ouro. O ponto extremo norte do Brasil está justamente nessa área: o monte Caburáí. É ainda nessa área que se localiza o Monte Roraima, no ponto de trijunção: Brasil, Venezuela e Guiana, com 2.875m de altitude, formando o segundo pico do Brasil. Indiscutivelmente essa é a área mais acidentada da Amazônia.

No que diz respeito ao clima, o de Roraima é classificado como tropical úmido e equatorial subúmido, com temperatura regular anual oscilando entre a média mínima, que é de 20^o, e máxima, em torno de 38^o graus. A maior parte do território é situada abaixo do nível do mar. Uma parcela dessa extensão territorial é situada em níveis mais elevados, entre 800 a 1000m e apresenta uma temperatura mais amena, com médias inferiores a 18^o. Nas localidades de altitudes acima de 1100m, como o Monte Roraima, Caburáí e em toda a fronteira setentrional, a mínima noturna chega próximo aos 6^o e as diurnas são inferiores a 20^o, em qualquer época do ano. Há duas estações climáticas bem definidas: o inverno (ou período de chuvas), que se estende de abril a setembro, e o verão (seca), que vai de outubro a março².

²SILVA JR, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 49.

Buscando apoio na classificação de Köppen, podemos afirmar que em Roraima ocorre o grupo climático “A” (tropical úmido) com os tipos: Af – correspondente ao clima das florestas, que é constantemente úmido, com pluviosidade e temperaturas elevadas; Aw - verão úmido e inverno seco; Am – chuvas do tipo de monção e intermediário dos tipos anteriores, parecendo-se com o primeiro quanto ao regime das temperaturas e com o segundo, quanto às chuvas. O clima do município de Boa Vista é do tipo Aw, com período seco bem definido³.

Com relação à pluviosidade, o regime de chuvas assume importância fundamental em todos os estudos geoambientais da Região Norte e, em especial de Roraima, uma vez que a maior parte das atividades desse Estado está direcionada para a agropecuária. Na parte central, no leste e no nordeste de Roraima, na microrregião conhecida como “lavrado de Roraima”, há muitas semelhanças com o planalto central do Brasil. Roraima é o único estado do norte com um clima tropical caracterizado por períodos de chuvas e de secas bem definidas, apresentando anualmente déficit pluviométrico. O período da chuva compreende os meses de abril a setembro, alcançando até 350 mm. De outubro a março são registradas deficiências hídricas, com taxas mensais inferiores a até 50 mm. Verificam-se índices baixíssimos de retenção de umidade do solo. Isso provoca consequência negativa às atividades agropecuárias⁴.

Desse modo, como consequência da deficiência da água, observa-se a necessidade de irrigação mecânica, ainda mais quando se considera o desaparecimento de alguns lagos e igarapés que habitualmente serviam como reserva para essas atividades. Essa microrregião contraria o padrão climático típico da Amazônia. Já no sul, no oeste e no extremo norte, verifica-se a diferenciação climática, ocorrendo precipitação de até 600mm mensais, em época chuvosas, e mais de 150mm, em período seco, caracterizando, assim, o domínio do clima equatorial úmido⁵.

No que tange aos tipos de solo, é digno de consideração o levantamento realizado pelo Projeto RADAM Brasil – 1975. Ao sintetizar a pedologia de Roraima convém dividi-la em quatro grupos:

³SILVA JR, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 50.

⁴Idem, p. 54.

⁵Idem, p. 55.

Grupo I – Com elevada aptidão agrícola e distribuição restrita, constituído de Terra Roxa Estruturada e Latossolo Roxo; ocupa uma área em torno de 275.000ha, que ocorrem em áreas com vegetação do tipo cerrado.

Grupo II – Em termos gerais, podem ser considerados como terrenos de média a boa aptidão agrícola, sendo o grupo de maior distribuição dentro do Território, ocupando 16.800.000ha, ou seja, 65% da área total de Roraima. Esta unidade predomina na região de floresta (Latossolo amarelo, Latossolo vermelho e Podzólico Vermelho Amarelo).

Grupo III – Unidade constituída de solos litólicos e Aluvião, cuja aptidão agrícola é localizada e/ou restrita, ocupando uma área estimada de 4.100.000 ha; ocorrendo com maior frequência nas fronteiras com a República da Guiana e Venezuela.

Grupo IV – Representado por solos de baixa ou nenhuma aptidão agrícola, sendo o grupo de maior diversificação, onde se encontram solos tais que Hidromórfico Glyzados; Laterita Hidromórfica; Concessionário Laterítico; Areias Quartzosa; Rocha Fresca; Planossolo e Hidromórfico Cinzento. Abrange terrenos cuja área é estimada em 1.825.000ha.

No tocante à hidrografia, Roraima é drenado pela bacia do rio Branco, maior afluente da margem esquerda do rio Negro (figura 7). Os rios formadores do Branco são Uraricoera e Tacutu. Esses rios, com seus afluentes e subafluentes, têm origem nas serras Parima e Pacaraima. Nos limites orientais e ocidentais de Roraima, na área do Baixo Rio Branco há dois rios – Jufari e Jauaperi, que são afluentes do rio Negro, não pertencendo a bacia do rio Branco⁶.

O rio Branco tem 584 km de extensão a partir da confluência do rio Uraricoera com o Tacutu, até a desembocadura no rio Negro. O rio Branco pode ter seu curso dividido em três seguimentos: alto rio Branco, com 172 km, que vai da confluência do rio Uraricoera e Tacutu até a cachoeira do Bem-Querer; o médio rio Branco, com 24 km, da cachoeira do Bem-querer até Vista Alegre, abaixo de Caracará, e o baixo rio Branco, com 388 km, de Vista Alegre até sua desembocadura no rio Negro⁷.

⁶GUERRA, Antonio Teixeira. Aspectos Geográficos do Território do Rio Branco. In: GUERRA, Antonio Teixeira. (Org.). *Coletânea de Textos Geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1994. p. 322.

⁷Idem, p. 323.

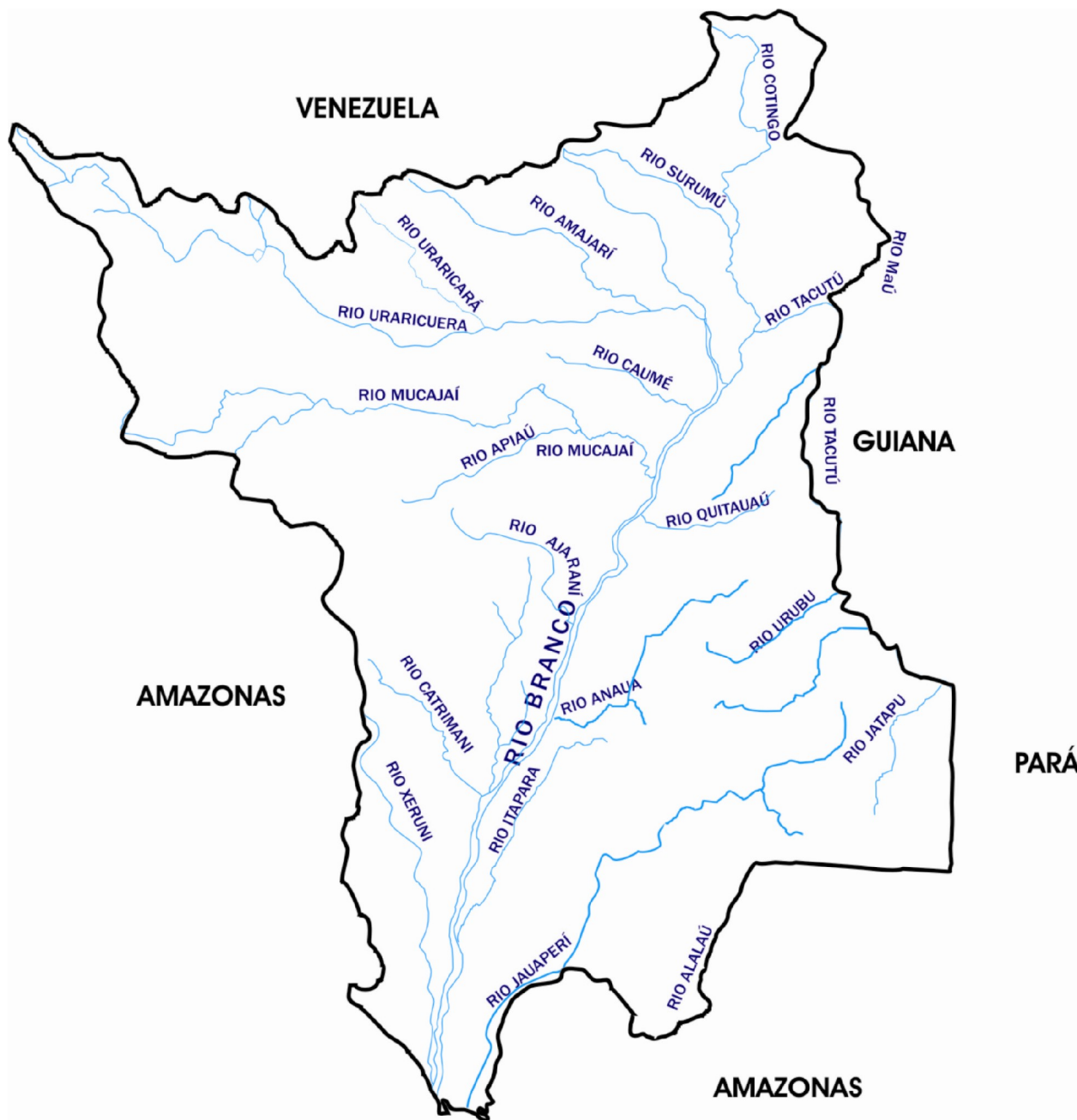


Figura 7
 Hidrografia - Rios principais de Roraima
 (Fonte: IBGE, Atlas de Roraima, 1981)

O rio Uraricoera tem aproximadamente 700 Km de extensão. Ele nasce no divisor de águas entre as bacias do Orinoco e do Amazonas; é o rio que, em Roraima, delimita geograficamente as terras brasileiras. É encaichoerado em grande parte de sua extensão. A sua parte superior é intrafegável. No Brasil, é o rio Tacutu que limita o Brasil com a Guiana. Recebe pela margem direita, o rio Maú e o rio Surumu. E pela margem esquerda, totalmente brasileira, recebe os rios Jacamim, Urubu e Arraia. O rio Cotingo é o mais importante sub-tributário do Tacutu. Esse rio nasce no Monte Roraima e tem em seu leito os garimpos de ouro e diamantes mais atraentes da região Norte⁸.

Sob outro aspecto, o geógrafo Nilson Crócia Barros (1995) classifica a cobertura vegetal de Roraima em dois grupos (figura 8): a floresta e as savanas e campos. Estes grupos podem ser subdivididos em sub-grupos. A extensão de terra mais importante é a florestal, recobrando cerca de 80% de todo o Estado. Este grupo divide-se em: a Floresta Tropical Densa e a Campirana. A Floresta Tropical Densa ocupa as porções oeste e sudeste de Roraima. Para oeste, estende-se para além dos divisores de água do rio Branco com o Orinoco, em direção à Venezuela. Cabe registrar que a presença de pioneiros na parte oeste, de forma mais intensa, é recente, tendo-se iniciado em meados dos anos de 1980, com o garimpo. No sudeste de Roraima, o povoamento através da colonização e exploração de madeira começou nos anos de 1970. A Floresta Tropical Densa é uma cobertura vegetal sempre verde, com árvores de 25 a 50m de altura. Nas terras altas do Planalto Amazonas/Orinoco, no extremo norte e no oeste de Roraima, a floresta assume formas alto-montanhosas e montanhosas; no sudeste, nas elevações dos Planaltos Residuais, nascem os rios Anauá, Jauaperi e Jatapu no lado do Brasil, e Essequibo/Rupununi, na Guiana⁹.

Em Roraima, a Floresta Tropical Densa possui uma cobertura vegetal de natureza amazônica ocupando a região de melhor drenagem e de mais altas precipitações pluviométricas e umidade do Estado. No Baixo Rio Branco, que é uma região de precipitações mais altas e de mais elevada umidade, porém afetada por inundações, desenvolve-se uma vegetação florestal baixa (floresta inundável), denominada de Campirana. Com solos periodicamente encharcados, esta cobertura é também sempre verde, mas as árvores atingem apenas 15 ou 20 metros de altura.

⁸LUCKMANN, Donato. *História e Geografia do Município de Boa Vista*. Brasília: Lasercor, 1989. p. 23.

⁹BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 20.

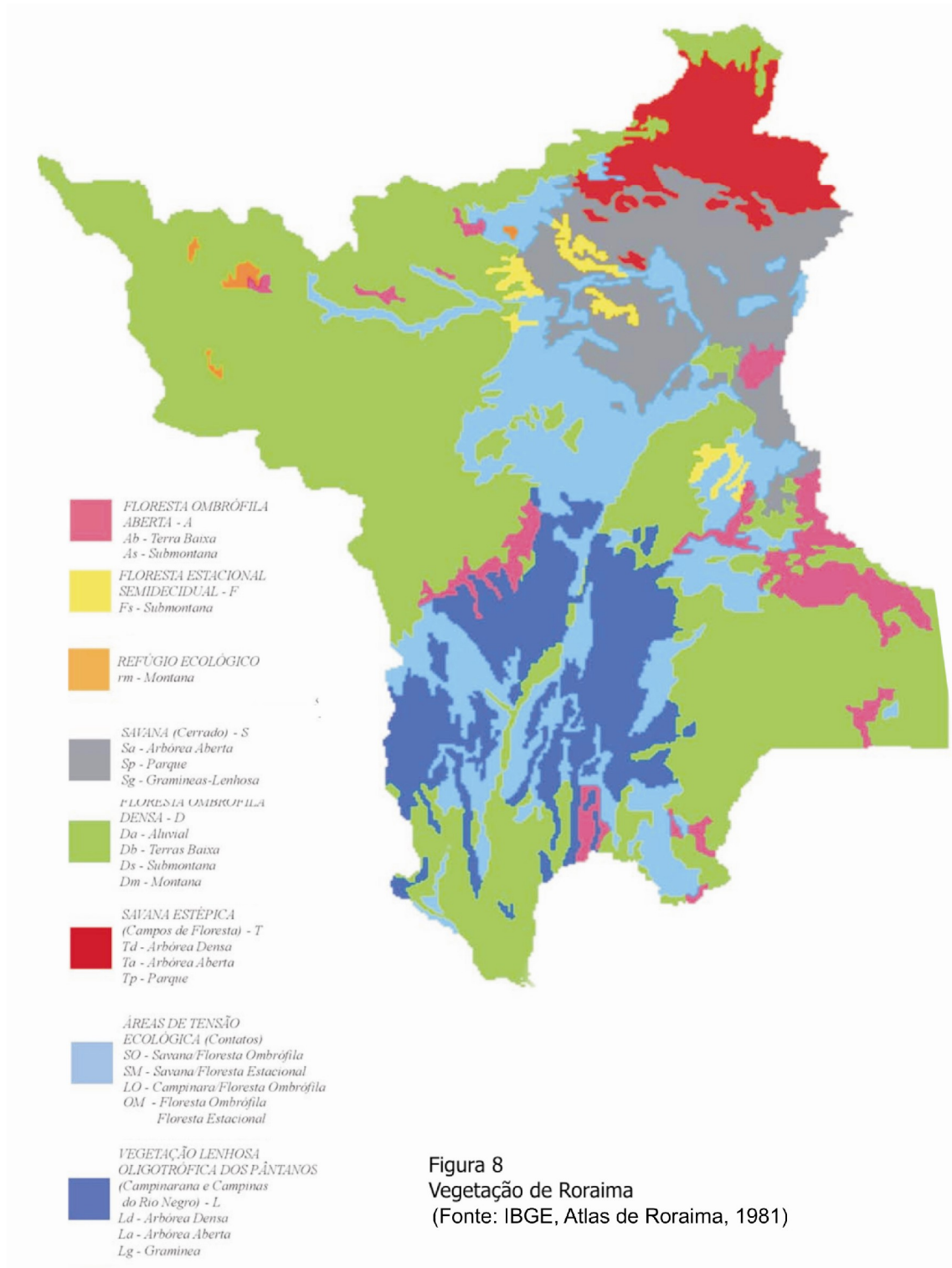


Figura 8
 Vegetação de Roraima
 (Fonte: IBGE, Atlas de Roraima, 1981)

Pois trata-se de uma região pouco ocupada por pioneiros, apesar de estar localizada próxima ao rio Branco. Em suas margens, no baixo curso, foram instalados quase somente postos de coleta florestal. Os seus solos são considerados extremamente pobres, sendo rejeitados pela ocupação agropecuária¹⁰. É mister informar que, no capítulo 3, será ampliada a discussão sobre a floresta tropical, haja vista que é parte integrante do objeto de estudo.

O outro grupo de vegetação é representado pelas savanas e pelos campos, que cobrem o nordeste de Roraima e se prolongam continuamente para a Guiana (Savanas do Rupununi, tal como são denominadas localmente), e para a Venezuela, após a intersecção da floresta/montanha na serra de Pacaraima (localmente denominada de Gran Sabana). É tradicional a ocupação da pecuária nesta microrregião desde os séculos XVIII e XIX, marcada por relevos aplainados ou suavemente ondulados. A estação seca pode-se estender por até 07 meses. Este grupo de vegetação pode ser dividido em dois subgrupos, na bacia do rio Branco: a Savana (cerrado), e a Savana Estépica (campos de Roraima). A Savana estende-se, na parte nordeste, com altitudes entre 100 e 160 metros, de Mucajaí para o norte, até pouco acima da cidade de Boa Vista; estende-se também para leste, transpondo o rio Tacutu (Savanas do Rupununi). Para o extremo nordeste, com a elevação do relevo, que alcança latitudes entre 200-600 metros, e com a conseqüente maior eficiência e velocidade do escoamento superficial das águas das chuvas, nas bacias dos rios Cotingo e Maú, a Savana assume forma Estépica. Por fim entre os paralelos de Mucajaí e Caracará, domina uma cobertura vegetal de transição entre a Savana e a Floresta (tensão ecológica). Trata-se de uma faixa de degradação das condições de pluviosidade equatoriais, em direção à área tropical com 6 a 7 meses secos do nordeste de Roraima¹¹.

2.2 Antecedentes Históricos

Desde o século XVII, os portugueses, senhores oficiais das terras do rio Branco, realizavam explorações na região, tendo sido uma das mais importantes a que foi comandada por Pedro Teixeira¹². Farage, ao corroborar as informações de Magalhães, atesta que, em geral, os historiadores do rio Branco localizam o avanço de desbravadores na região nas

¹⁰BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 20. .

¹¹Idem, p. 22-23.

¹²MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro: Graphos, 1986. p.138.

últimas décadas do século XVII, como consequência da expansão portuguesa para o rio Negro¹³. Nesse século, os portugueses já freqüentavam o Baixo Rio Branco, onde existiam alguns sítios, roças e pesqueiros (como eram chamadas as salgas de peixe). Além da grande variedade de peixes, o rio Branco era abundante em tartarugas, cujos ovos eram utilizados para o fabrico de manteiga. Esses pequenos “postos” abasteciam as missões jesuíticas estabelecidas no rio Negro¹⁴.

Não obstante, na fase inicial da ocupação portuguesa no rio Branco, a principal exploração empreendida estava ligada ao extrativismo das “drogas do sertão” e ao apresamento de índios por particulares. Destacaram-se nesta atividade o comerciante Francisco Ferreira e o Frei carmelita Jerônimo Coelho, que realizaram longas incursões de captura de índios e de coleta das drogas¹⁵. Em 1736, foi registrada no rio Branco a primeira tropa de resgate oficial, comandada por Cristovão Ayres Botelho. Neste mesmo ano, chegaram a Belém os primeiros carregamentos de produtos naturais oriundos do rio Branco (cacau, salsaparrilha, madeiras, cravo e outros gêneros de extração), itens importantes na exportação do Grão-Pará¹⁶.

Entretanto, por mais expressiva que fosse a produção extrativa, sobressaíram dois outros motivos fundamentais para conferir o reconhecimento estratégico do rio Branco: sua importância para o mercado interno colonial, como zona de suprimentos de escravos índios, e sua posição estratégica. Essa situação impingia a necessidade de estabelecimento de uma política oficial do Estado para defender a Amazônia dos vizinhos expansionistas, particularmente espanhóis e holandeses. Nesse sentido, a ocupação colonial portuguesa no rio Branco foi fruto de uma estratégia militar, cujo intuito primeiro era o de impedir as invasões nos domínios do vale amazônico. Outra não era a intenção quando se decidiu pela construção do Forte São Joaquim, em 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutú, formadores do

¹³FARAGE, Nádía. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. p. 55.

¹⁴ATLAS DE RORAIMA. IBGE: Rio de Janeiro, 1981. p. 8.

¹⁵FARAGE, Nádía. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991 p. 56.

¹⁶Idem, p. 68.

rio Branco, via de acesso às bacias dos rios Orinoco (atual Venezuela) e Essequibo (atual Guiana)¹⁷.

Paralelamente a esta empreitada do Forte de São Joaquim, outra estratégia utilizada para assegurar a posse do rio Branco foi o estabelecimento de cinco aldeamentos: Nossa Senhora da Conceição, no rio Uraricoera; São Felipe, no rio Tacutu; Nossa Senhora do Carmo, no Baixo rio Branco; Santa Bárbara e Santa Isabel, também no rio Branco¹⁸. Para os portugueses, a consolidação do povoamento colonial no rio Branco estava assentado na sedentarização da população indígena e na organização da produção. Entretanto, a escassez no suprimento alimentar representou um empecilho fundamental à estruturação desses aldeamentos. Ao final do século XVIII, a expansão colonial portuguesa na região do rio Branco estava destinada ao fracasso, pois todas as tentativas de ocupação resumiam-se a uma única guarnição militar (o Forte). A experiência dos aldeamentos não se repetiria, pois a Carta Régia de 08 de maio de 1798 aboliu o Diretório de Pombal¹⁹.

Uma nova opção dos portugueses para ocupação e povoamento do vale do rio Branco passou a ser a pecuária. Os historiadores regionais, dentre os quais, Arthur César Ferreira Reis, apontam que o Coronel Lobo D'Almada, Governador da Capitania São José do Rio Negro, trouxe para o rio Branco as primeiras cabeças de gado, em 1787, haja vista a caracterização de “campos gerais”, existentes no rio Branco “propícios ao criatório”²⁰.

A nova atividade econômica tinha por finalidade abastecer o mercado interno de carnes e de couros e de tornar a região um pólo de atração e fixação de colonos. Mas a pecuária não foi uma empreitada de civis: ao contrário, tratou-se de uma iniciativa oficial, visando a integrar o vale do rio Branco ao mercado interno colonial. Em fins do século XVIII, no alto rio Branco, região de campos e savanas, foram instaladas três fazendas Reais: São Marcos, São Bento e São José, localizadas nas proximidades do Forte de São Joaquim²¹. Somente em 1830, foi fundada a primeira fazenda particular, com o nome de “Boa Vista”. Situava-se às margens do rio Branco, de propriedade do capitão Inácio Lopes de Magalhães,

¹⁷SANTILLI, Paulo. *As Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: Lis Gráfica/Núcleo de História Indígena e do Indigenismo-USP, 1994. p. 17.

¹⁸FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. p. 123-124.

¹⁹Idem, p.168-169.

²⁰MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro: Graphos, 1986. p.138.

²¹SANTILLI, op. cit., p. 18.

ex-comandante do Forte de São Joaquim. Na década de 1840, foi fundada outra fazenda próxima a Caracaraí, de propriedade do coronel Bento Brasil²².

Convém registrar que a atividade pecuária foi incentivada a partir de 1861 pelo Presidente da Província do Amazonas, Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, que comunicava, naquele ano, aos parlamentares amazonenses: “a criação de gado no rio Branco não se achava em bom pé”, pois as maiores fazendas são as nacionais. Como se percebe, não havia interesse dos particulares nessa atividade. Ainda em 1870, o Governador, Dr. João de Mattos, informava ao seu sucessor que o Governo Imperial teria mandado conceder terras para a criação de gado, mas que os resultados ainda eram nulos. Naquele mesmo ano, não apareceu nenhum interessado no contrato, ofertado pelo governo da Província, para o fornecimento de carnes para Manaus. A despeito, a população de colonos civis no vale do rio Branco estava voltada para a extração de balata e de borracha, em fins do século XIX e início do XX²³.

Com o sucesso das primeiras fazendas particulares, outras foram sendo criadas no século XIX. Desse modo, o crescimento da pecuária no rio Branco ocorreu de modo semelhante ao de outras regiões do país: através do sistema de relações de “sorte” ou “quarta”²⁴. A ascensão da pecuária, no vale do Rio Branco, deu-se simultaneamente à coleta da borracha, nos vales dos rios amazônicos, haja vista que os seringais dedicavam-se essencialmente à coleta, criando assim um mercado de alimento, estimulando aí o mercado de carne necessário para a sua expansão. É somente a partir desse período que a pecuária começou a constituir uma atividade marginal dentro da economia extrativista da Amazônia²⁵.

Com a criação do Município de Boa Vista (1890) e a nomeação do Superintendente (Prefeito) João Capistrano da Silva Mota reforçando o poder local, a pecuária praticamente passou a ocupar todos os “Campos Gerais”. A Constituição Brasileira de 1891 trouxe a implantação do sistema federativo. Esse novo regime iniciou-se no momento em que a nação enfrentava profundas transformações, resultantes não apenas da Proclamação da República,

²²LUCKMANN, Donato. *História e Geografia do Município de Boa Vista*. Vol.1. Boa Vista: 1989. p. 8.

²³SANTILLI, Paulo. *As Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: Lis Gráfica/Núcleo de História Indígena e do Indigenismo-USP, 1994. p. 20.

²⁴As modalidades “sorte” ou “quarta” consistem em contrato orais, em que o dono de um rebanho entrega um lote de gado para um vaqueiro que tem o direito a uma de quatro cria nascida durante um determinado período de tempo. In: SANTILLI, Paulo. *As Fronteiras da República: história e política entre os macuxi no vale do Rio Branco*. São Paulo: Lis Gráfica, 1994. p. 21.

²⁵SANTILLI, op. cit., p. 20.

mas, sobretudo da Abolição da Escravatura, ocorrida um ano antes, e que gerou sérias mudanças no país, provocando uma certa instabilidade política.

Com o regime federativo, as províncias, transformadas em estados autônomos, organizaram seus próprios governos, o que nem sempre se deu com sucesso. Em geral, no período anterior, as pessoas designadas para ocupar os postos mais importantes nas províncias nem sempre faziam parte da população local, uma vez que eram quase sempre altos funcionários da Coroa. Na realidade, a excessiva centralização do regime na época do Império, dificultava a formação de uma elite local capaz de assumir a direção política na maioria das províncias²⁶.

Como não poderia deixar de ser, a implantação do sistema federativo teve seus reflexos no povoamento do Rio Branco. Não obstante, convém salientar que esse povoamento teve início na região ribeirinha do Baixo Rio Branco, que era a região mais habitada e transitada até o final do século XIX. Aí, os sertanistas dedicavam-se ao extrativismo vegetal e animal. A partir daí, com a ascensão da pecuária como primeira atividade da região, houve um incremento populacional modesto, começando a surgir novos núcleos populacionais. Segundo Rice, até 1917 Boa Vista era considerada o único povoado, com 49 casas e barracas. Contava, então, com uma população aproximada de 500 habitantes. Já em 1924, eram 164 casas e a população era estimada em 1.200 habitantes²⁷. O povoamento do Rio Branco foi constituído por militares, fazendeiros, padres, índios e por coletores. Mais tarde, contou com novos elementos: os garimpeiros, os colonos e os funcionários públicos.

Os primeiros sinais de garimpagem de ouro e diamante datam de 1917, nos rios Maú e Cotingo, ao norte de Boa Vista. Por volta dos anos 30, se expandiu essa produção nos rios Suapi, Quinô, além da Serra do Tepequém. Porém, não há indicação de que tenha ocorrido um movimento migratório de maiores proporções até a criação do Território Federal, na década de 40. A crise da borracha, ocorrida em torno de 1920, desestabilizou a economia amazônica e, conseqüentemente, a pecuária do alto rio Branco perdeu estímulo e mercado. A mineração, então, passa a ser o setor econômico responsável pela relação do rio Branco com o exterior.

²⁶ ANDRADE, Manuel Correia e ANDRADE, Sandra Maria. *A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 51.

²⁷ RICE, Hamilton. *Exploração da Guiana Brasileira*. São Paulo: EDIUSP, 1978. p.25.

Em 1943, a produção de diamante representou 59,6% do valor total da produção do rio Branco²⁸.

Em 1943, no ano em que foi criado o Território Federal do Rio Branco, sua população estava assim distribuída: Boa Vista – 2.000 habitantes; Campos Gerais (pecuária) – 10.400 habitantes; Região Montanhosa (garimpo) – 1.500 habitantes e Caracará e outras vilas (extrativismo) – 1.090 habitantes²⁹. Nesse contexto, dado o contingente populacional, observa-se que a área de pecuária no alto rio Branco concentrava cerca de 80% da população do Território, dentre os quais estavam incluídos os habitantes de Boa Vista.

A área coletora, do Baixo Rio Branco, correspondia a outros 10%, e a montanhosa/mineira, os restantes 10% do total da população³⁰. No que tange ao extrativismo vegetal nesse período, persistiam a coleta da seringa e da castanha, como nos primeiros tempos, produtos a serem comercializados com os regatões. A coleta da borracha se intensificou, assim como em toda a Amazônia no período da Segunda Guerra Mundial, em função dos Acordos de Washington.

2.3 Evolução Político-Administrativa

A evolução da divisão político-administrativa de Roraima teve início com a criação da Freguesia Nossa Senhora do Carmo, através da Lei Provincial de 09 de novembro de 1858. A Freguesia localizava-se próximo à foz do rio Catrimani e foi estabelecida no povoado denominado Boa Vista, onde desde 1830 estava instalada a fazenda de criação de gado do Capitão Inácio Lopes de Magalhães. Em 29 de junho de 1865, pela Lei nº 132, toda a região compreendida “das corredeiras do rio Branco (atual município de Caracará) para o Norte” passou a fazer parte da Freguesia Nossa Senhora do Carmo, vinculada à Província do Amazonas³¹.

O Decreto Estadual nº 49, de 9 de julho de 1890, criou o município de Boa Vista do Rio Branco, com terras desmembradas do município de Moura do estado do Amazonas. O mesmo Decreto erigiu à categoria de Vila, a antiga Freguesia, com o mesmo nome dado ao

²⁸BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p.55- 56.

²⁹LUCKMANN, Donato. *História e Geografia do Município de Boa Vista*. Brasília: Lasercom, 1989. p. 15.

³⁰CAVALCANTI, Araújo. Valorização Econômica da Amazônia. In: *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora e Obras Gráficas, 1945. p. 39-42.

³¹LUCKMANN, op. cit., 1989. p. 8.

município: Vila de Boa Vista do Rio Branco. A Superintendência coube, primeiramente, ao Coronel João Capristano da Silva Mota. Na mesma data foram aclamados ao cargo de Intendente (vereador) os senhores Francisco Coelho e José Joaquim de Souza Júnior³².

Em 27 de agosto de 1926, pela Lei nº 1262, o Governador do estado do Amazonas elevou a vila de Boa Vista à condição de cidade. Com o Estado Novo veio, em 1938, uma nova divisão administrativa do estado do Amazonas, o Município teve sua denominação reduzida para Boa Vista, passando a ter três distritos: Boa Vista (sede), Caracará e Murupu³³.

Em 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco, desmembrado de terras pertencentes ao estado do Amazonas (município de Boa Vista e parte dos municípios de Moura e Barcelos). O novo arranjo geográfico foi dividido, então, em dois municípios: de Boa Vista e de Catrimani. Foi fixada em Boa Vista a capital do Território. O município de Catrimani não foi efetivado³⁴.

Em maio de 1955, já com *status* de Território Federal, a Lei nº 2.495 estabeleceu outra divisão política: foi extinto o município de Catrimani e foi criado o município de Caracará. Os municípios de Boa Vista e Caracará, por força da Lei, passaram a ter os seguintes distritos respectivamente: Boa Vista (sede municipal), Uraricoera, Depósito, Conceição do Maú e Caracará (sede municipal), São José do Anauá, Santa Maria do Boiaçu³⁵. O município de Caracará desfruta de uma posição estratégica, pois localiza-se na rota de ligação entre Manaus e Boa Vista. A sede do Município foi implantada à margem do rio Branco, no mesmo local, onde foi erguido o antigo curral de reembarque de bois, destinados à cidade de Manaus, de propriedade do Coronel Bento Brasil. A sua localização favoreceu o aparecimento de povoados e o conseqüente crescimento demográfico. O referido Município destaca-se ainda como cidade-porto³⁶.

Em 1962, foi trocado o nome de Território Federal do Rio Branco para Roraima. Entretanto, não foi alterada sua estrutura política, permanecendo com dois municípios: Boa Vista e Caracará. A nova divisão foi efetivada por meio da Lei Federal nº 7.009, de 1º de julho de 1962, que criou os municípios de Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz, com terras

³²SOUZA, Antônio Ferreira. *Roraima: Fatos e Lendas*. Boa Vista, 1976. p. 31.

³³LUCKMANN, Donato. *História e Geografia do Município de Boa Vista*. Brasília: Lasercom, 1989. p. 9.

³⁴SILVA JR, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 32.

³⁵ATLAS DE RORAIMA. IBGE: Rio de Janeiro, 1981. p. 8.

³⁶SOUZA, 1976, op. cit., p. 36

desmembradas dos municípios de Caracará. Do município de Boa Vista, foram desmembradas as terras para a criação dos municípios de Bonfim, Alto Alegre e Normandia. Em 1º de julho de 1988, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou a proposta que transformou os territórios federais de Roraima e Amapá em estados federativos da União. Em 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Carta Magna, esses dois territórios passaram à condição de Estado. Em 03 de outubro de 1990, ocorreu a primeira eleição para governadores e deputados estaduais. Em 1991, assumiu o primeiro Governador eleito³⁷.

2.4 Fronteiras: Venezuela e Guiana

Roraima possui uma posição geográfica estratégica, considerando que faz fronteira política com a Venezuela e Guiana (figura 9). Em geral sobre fronteiras, identificamos dois aspectos conceitualmente diferenciados, mas não excludentes. O primeiro é o “formal ou linear” e o segundo é a “zona de contato”³⁸, esta conhecida também como “zonalidade”.

Nesse passo, Marcano define a “fronteira linear” ou “fronteira política” como, geralmente, produto de um tratado internacional entre países vizinhos que se concretiza através de demarcação³⁹. Já para Pujol, a noção de fronteira é espacial, significando uma faixa de território sem limite geográfico, que se define mais por seus atributos sócio-econômicos que por sua realidade física⁴⁰.

Tradicionalmente, considera-se a fronteira como conceito associado ao Estado, como expressão de soberania. Guichonnet e Raffestin⁴¹ explicam que existe a necessidade de se saber até onde se estende essa soberania imposta pela linearidade da fronteira. Opõe-se a ela, a zona de fronteira, dentro da qual se manifestam forças organizacionais, como as populações migrantes, indígenas ou não.

³⁷SILVA JR, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 32.

³⁸O conceito “zona de contato” é uma tentativa de se inovar a presença espacial e temporal conjunta dos sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas e cujas trajetórias agora se cruzam. Uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas relações uns com os outros. In: PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*. Tradução Hernani Bonfim Gutierrez. Editora da Universidade Sagrado Coração – EDUSC. p. 32.

³⁹MARCANO, Elvia Elena Jiménez. *La Construcion de Espacios Sociales Transfroteirizos entre Santa Elena de Uairen – Venezuela e Vila Pacaraima / Brasil*. Tese de Doutorado. Programa Conjunto de Doutorado Sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília – UNB, 1996. p. 26.

⁴⁰PUJOL, Davila José. *Sistema e Poder Geopolítico*. Buenos Aires: Corregidor. 1985. p. 37.

⁴¹GUICHONNET, Paul y RAFFESTIN, Claude. *Géographie des Frontières*. Paris. Presses Uinversitaires de France, 1974. p. 42.



Figura 9
Fronteiras de Roraima - Venezuela e Guiana
(Fonte: Freitas, 1998)

Não obstante, a linearidade depende de uma autoridade central, o Estado, que mantém e assegura seu controle e vigilância. Por outro lado, se considera a zonalidade como uma zona em movimento, flutuante, a qual tem como consequência integrar diferentes unidades culturais. Esse aspecto marca um novo enfoque sobre a questão da fronteira.

A fronteira, em seu caráter de espaço ou zonalidade, constitui um campo em que se desenvolvem processos econômicos, sociais, tecnológicos, culturais e políticos, que criam e fortalecem categorias que dão um sentido diversificado ao termo “fronteira”. Esta diversidade é de interesse cada vez maior da literatura recente. Em função das diferentes categorias analíticas que se pode aplicar para defini-la, podemos nos deparar com “fronteiras culturais, fronteiras tecnológicas, fronteiras de integração, e fronteiras de caráter econômico”⁴².

Constata-se, desse modo, uma evolução no conceito de fronteira, não só em sentido estrito, mas em função de sua aplicação a fenômenos tipicamente contemporâneos. Assim é que o aumento do conhecimento humano acumulado e sua detenção dão margem à criação de teorias sobre as novas fronteiras tecnológicas que se estabelecem. No tocante à Amazônia brasileira (fronteira interna), Bertha Becker, em seus trabalhos sobre a região, propõe uma “fronteira tecnológica” estruturalmente vinculada ao Estado a quem corresponde o papel de reorganizador e produtor de seu próprio espaço⁴³. A título de exemplo, pode-se mencionar a expansão da fronteira agrícola, vinculada à colonização dirigida.

Sob outra perspectiva, Martins considera a fronteira como um lugar privilegiado para observação sociológica a fim de que se possa conhecer melhor os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da História. Afinal, é na fronteira que se pode melhor observar como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. Segundo o mesmo autor, a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica⁴⁴.

Cabe considerar que o mundo de hoje é caracterizado por processos de globalização da economia, pela cooperação internacional e por uma surpreendente velocidade que transforma o mundo de muitas maneiras. Desse modo, não é de surpreender que, no plano

⁴²MARCANO, Elvia Elena Jiménez. *La Construcion de Espacios Sociales Transfroteirizos entre Santa Elena de Uairen – Venezuela e Vila Pacaraima / Brasil*. Tese de Doutorado. Programa Conjunto de Doutorado Sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília – UNB, 1996. p. 34.

⁴³BECKER, Bertha. *Amazônia*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 83.

⁴⁴MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 12-13.

territorial, o estudo de áreas de fronteira assumam novas dimensões. Em razão disso, a abordagem do conceito de fronteira exige uma preocupação interdisciplinar para uma melhor compreensão dos processos fronteiriços contemporâneos. A título de exemplo, nota-se que a Sociologia e a Antropologia têm-se preocupado também com o estudo de fronteira como “zonas de contatos” entre grupos de culturas diferentes; a geografia, por sua vez, se volta para discutir a dimensão espacial das zonas fronteiriças. Por outro lado, é na História que se pode encontrar o suporte que permite conhecer a formação e a ocupação das fronteiras de um Estado⁴⁵. Como consequência, o diálogo entre estas disciplinas torna-se útil e necessário para a compreensão da evolução e da discussão sobre os fenômenos fronteiriços.

Não obstante, muito se tem criticado as áreas ou disciplinas que tratam da questão das fronteiras enquanto meros fenômenos de separação, sem a devida preocupação em compreender os fenômenos sociais da fronteira como lugar ou zona de contato. Surgem, também, nesse contexto categorias de análise que se centram na análise das relações do Estado fronteiriço/sociedade local, privilegiando a cooperação e a integração, bilateral ou multilateral, para o desenvolvimento das regiões fronteiriças. Nesse contexto, aparecem as categorias de cooperação e de integração fronteiriça⁴⁶. Desse modo, têm-se a opinião de que se faz necessário proceder uma observação histórica sobre as localidades situadas na faixa fronteiriça de Roraima, assinalando os pontos de contato, de intercâmbio, de cooperação e de integração com os vizinhos.

O estado Bolívar é o território venezuelano limítrofe a Roraima, ou seja, a unidade administrativa mais próxima. A cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén faz limite com o município de Pacaraima, no Brasil. A ocupação humana da fronteira Brasil/Venezuela é um processo antigo. Contudo, os brasileiros que vivem na fronteira não conseguiram construir uma identidade. Os principais conflitos vividos pelos brasileiros da fronteira estão relacionados com a ilegalidade de sua permanência em Santa Elena do Uairén ou em outras regiões, ao sul da Venezuela; razão pela qual muitos são expulsos de onde trabalham, principalmente na extração de minérios. O município de Pacaraima é ligado a Boa Vista pela rodovia BR 174 até Santa Elena do Uairén, que se liga a Caracas por estrada de rodagem.

⁴⁵LACASSE, Jean Paul. Les Nouvelles Perspectives de l'étude de Frontières Politique: Revue de Quelques Contributions Recentes. En *Cahiers de Géographie de Québec*. S. I. V. 18, 1974. p. 190.

⁴⁶ALZATE, Beatriz. Humanización conceptual de la frontera: El caso amazónico. En *Revista de Antropología*. vol. N.1-2. Departamento de Antropología Universidad de los Andes. Bogotá, 1989. p. 218.

No tocante ao relacionamento comercial de Roraima com a Venezuela, pode-se afirmar que data do início do século XX e que não se restringe apenas ao comércio formiga⁴⁷. Os comerciantes brasileiros de Pacaraima ofertam gêneros de primeira necessidade, dentre os quais destacam a carne bovina, os produtos de vestuário, chocolates, etc. Em Santa Elena do Uairén, são ofertados, dentre outros diversos produtos, cerveja, leite em pó e mariscos. As atividades comerciais mais importantes e expressivas são as vendas de ouro e diamante, além de cimento e de fertilizantes⁴⁸. Entre 1974 e 1982, a madeira local passou a ser o principal produto exportado para a Venezuela, além das máquinas⁴⁹ e sementes de capim⁵⁰. No entanto, o fator que geralmente tem maior influência nas relações comerciais entre cidades de fronteira, resultando em movimento de expansão ou retração é a paridade cambial.

Em Santa Elena do Uairén, sempre existiu uma tendência dos fronteirizos para se expressarem com interposições de palavras em português. Em Pacaraima, os brasileiros costumam expressar-se em espanhol ou “portunhol”. Com isso conclui-se que os dois idiomas contemplam o intercâmbio cultural como instrumentos unilaterais. Na prática, as escolas não participam do processo de integração humano-cultural dessas populações, uma vez que não ofertam cursos em português e espanhol. Em razão disso, há uma tendência em se considerar que a escola deve ter um programa mais flexível e deve humanizar-se com elementos da experiência local, deixando de trabalhar inconscientemente a favor da fragmentação. É importante mencionar que há alunos venezuelanos que atravessam diariamente a fronteira para estudar do lado brasileiro, assim como também há filhos de brasileiros residentes na fronteira venezuelana que estudam em Pacaraima⁵¹. Verifica-se aí, a existência de uma fronteira aberta, onde o estudo não deve basear-se apenas nas diferenças, mas também no que há de híbrido, dada a complexidade da questão fronteiriça.

⁴⁷Comércio formiga: é uma forma cotidiana de intercâmbio comercial, no qual as pessoas abastecem-se de produtos da dieta básica, fenômeno que ocorre entre as localidades limítrofes, é um comércio incipiente.

⁴⁸MARCANO, Elvia Elena Jiménez. *La Construcion de Espacios Sociales Transfroteirizos entre Santa Elena de Uairen – Venezuela e Vila Pacaraima / Brasil*. Tese de Doutorado. Programa Conjunto de Doutorado Sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília – UNB, 1996. p.186.

⁴⁹As máquinas (ônibus, chassis para ônibus, máquinas para serrarias e caminhões) são trazidas do sudeste do Brasil.

⁵⁰*Revista Integração*. Boa Vista-RR, nº 7. Set, 1993. p. 9.

⁵¹MARCANO, op. cit., p.199.

Com relação à ação de programas integrados com a Venezuela, em 1982, foi assinado, pelos Chanceleres José Alberto Zambrano e Ramiro Saraiva Guerreiro, na cidade de Caracas, o “Convênio de Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga” e o “Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça” entre os dois Governos. Em 1987, os presidentes do Brasil e da Venezuela iniciaram a exploração de fórmulas institucionais para a cooperação fronteiriça diante do potencial das cidades de Boa Vista e de Santa Elena do Uairén. Na “Declaração Conjunta” firmada, os Chefes de Estado compartilharam do interesse recíproco de promover o desenvolvimento socioeconômico das regiões fronteiriças, dando ênfase ao melhoramento das condições de vida e do transporte de pessoas e bens; e ainda examinar os meios adequados para incrementar o comércio na região. Desse acordo de cooperação, saiu a pavimentação da BR 174, ao norte de Boa Vista, até o marco BV-8, na fronteira⁵².

No tocante à República Cooperativista da Guiana, a cidade de Lethem marca o limite fronteiriço com a cidade do Bonfim, do lado brasileiro. Ambas as localidades tiveram um surto de desenvolvimento nos últimos anos. Cabe registrar que a ocupação do território da Guiana (ex-britânica) foi orientada para exportações de produtos primários (plantations) e que constituiu um sistema de povoamento dependente do Atlântico para a sua sobrevivência, totalmente desvinculado do sistema português, estabelecido no alto rio Branco⁵³. A reorganização da sociedade guianense e sua conseqüente integração à economia de mercado somente veio acontecer no final dos anos 80. A partir daí, vem-se estimulando as tentativas de trocas com o Brasil. A estrada que liga Boa Vista a Bonfim, a BR 410, foi melhorada nos anos de 1990, pelo Governo do Estado de Roraima, e isso estimulou os comerciantes de Boa Vista interessados nas trocas com a Guiana.

A fim de efetivar esse comércio, o governo brasileiro financiou a construção da estrada Lethem/Georgetown, ligando o norte ao sul da Guiana⁵⁴. Também faz parte do acordo, a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu⁵⁵ que ligaria a cidade de Bonfim a Lethem e proporcionaria também um acesso fácil de Boa Vista aos portos atlânticos de Georgetown, liberando Roraima da dependência do porto de Manaus.

⁵²PINTO COELHO, Pedro Mota. *Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992. p. 129-130.

⁵³BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 186.

⁵⁴Em 1982, os Chanceleres do Brasil e da Guiana celebraram o *Memorandum*.

⁵⁵O rio Tacutu (Roraima) é a área limítrofe com a cidade Guiana de Lethem, atualmente se atravessa o referido rio em balsas.

Trata-se, na verdade, de uma importante iniciativa política, considerando que projetaria ainda os seguintes fatores:

a) a ampliação da fronteira agrícola e das áreas de pastagens da Guiana, com o acesso a grandes regiões de terras aráveis no Território do Rupununi; b) redução de gastos com fretes; c) exploração racional de regiões florestais na Guiana, em área superior a 70.000 milhas quadradas na qual crescem mais de 400 espécies diferentes de madeira comerciável; d) acesso a região com potencial de petróleo e ricas em outros minérios; e) para a Guiana a estrada representaria um eixo importante de integração territorial interconectando a faixa costeira com o “hinterland desabitado. A estrada de Boa Vista a Georgetown dista 616 km⁵⁶.

O comércio formiga da fronteira Lethem/Bonfim, sempre existiu através de alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados e medicamentos. Os fronteiriços estão acostumados a viverem dependentes do câmbio, não apenas do seu próprio país, mas também do país vizinho. Dos produtos passíveis de grande demanda no mercado guianense figuram as máquinas pesadas, os pneus e o material elétrico. A Guiana é, ainda, potencialmente, exportadora de peixes, camarões e açúcar⁵⁷. Atualmente esta integração econômica está dependente da integração física, ou seja, da pavimentação da estrada. Não obstante, segue-se com a incerteza dessa integração econômica.

No tocante à educação, é importante ressaltar que na rede municipal de Bonfim figuram alunos guianenses, que também utilizam os serviços médico-odontológico daquele município brasileiro. Observa-se que nas cidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), não são oferecidos cursos de português e nem de inglês, havendo, pois uma lacuna fundamental à integração cultural. As referidas cidades são produtoras de relações formais e informais entre seus habitantes. Aí, as sociedades se formam e se tornam híbridas, adquirindo características próprias.

Em resumo, no que tange ao “comércio formiga”, é importante ressaltar que as populações fronteiriças (Brasil/Venezuela/Guiana) percebem uma maior presença do Estado na fronteira. Com o decorrer dos anos o Estado se transforma, se retira da função de proteção e reaparece em seu papel de controlador e regulamentador das relações. A bem da verdade,

⁵⁶PINTO COELHO, Pedro Mota. *Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992. p. 130.

⁵⁷*Revista Integração Venezuela/Brasil/Guiana*, nº 02. Boa Vista: Editora Integração Ltda., 1991. p.17.

trata-se, antes, de uma mudança de um modo de territorialização por outro. Na década de 40, o Deputado Federal Antônio Martins já defendia que o Território do Rio Branco não poderia se desenvolver isoladamente, mas em conjunto, em harmonia de interesses e em vivo intercâmbio com os seus vizinhos geo-políticos. Clamava o político por uma nova política internacional, baseada na franquia de certos portos e de certos núcleos de fronteira, visando a irradiar a riqueza do Rio Branco, tanto para Manaus quanto para os portos marítimos mais próximos, principalmente Georgetown. Segundo seu entendimento, por essa via, o Território Federal do Rio Branco alcançaria rapidamente o seu desenvolvimento e serviria ao abastecimento dos mercados estrangeiros vizinhos.

Sob esse ponto de vista da geopolítica não se pode ir de encontro às realidades geográficas. O Rio Branco deve ser o abastecedor de Manaus e de outras cidades, no que diz respeito ao gado e produtos derivados. Mas geográfica e economicamente o futuro do Território do Rio Branco está intimamente ligado às necessidades dos mercados limítrofes⁵⁸. Percebe-se nesse sentido que a integração física de Roraima com o centro-sul do Brasil e com os países vizinhos já fazia parte da geopolítica do país e que os administradores, na década de 40, já refletiam sobre a questão. Não obstante, existiu a continuidade e o recrudescimento dessa ideologia durante o regime militar pós-64, quando os fatores geopolíticos foram considerados fundamentais e prioritários para o desenvolvimento e a segurança nacional.

Com relação à integração fronteiriça, Boa Vista, capital do Estado surge como um ponto estratégico de conexão, via terrestre, com Manaus, Lethem, na República da Guiana e Santa Elena, na Venezuela. Esse triângulo Boa Vista-Santa Elena-Lethem deverá ter seu progresso incentivado pelos três países, transformando-se, quiçá, numa área fronteiriça de intercâmbios, verdadeiro pólo de relações com dimensões internacionais, irradiando desenvolvimento de ordem econômica e social às regiões adjacentes.

Convém ressaltar que foi sancionada, em 1991, a Lei nº 8.256, que criou as Áreas de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP) e de Bonfim (ALCB), a fim de assegurar um incremento econômico para Roraima⁵⁹. Entretanto, até o momento as referidas áreas ainda não foram implantadas. Ainda no que diz respeito à integração, foi estabelecido, em Boa

⁵⁸MARTINS, Antônio. *O Território Federal do Rio Branco*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, no dia 07/10/1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p.16.

⁵⁹*Revista Integração Venezuela/Brasil/Guiana*, nº05. Boa Vista: Editora Integração-Ltda. março de 1992. p. 10

Vista, um movimento visando à integração comercial Roraima/Venezuela/Guiana, cujos resultados já são visíveis em alguns setores ou seguimentos da economia regional⁶⁰. Trata-se de uma nova zona de comércio, poder-se-ia falar num novo mercado: o MERCNORTE⁶¹.

Nos dias atuais, seguindo sua política de integração com a Venezuela e a Guiana, o Brasil co-assinou a “Aliança Pragmática”, ou “Aliança Estratégica” com a Venezuela, que consta de uma série de acordos comerciais em áreas prioritárias dos dois países: infraestrutura, mineração, siderurgia, comércio, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário (agroindústria), dentre outros⁶². Esta aliança com a Venezuela é vista pelo Governo brasileiro, como um ponto importante na integração comercial entre os dois países. Esta referida aliança possui um cunho mais prático e capitalista. Marcará, por exemplo, a liberação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Financiamento e Exportação (PROEX) para as obras na Venezuela que serão tocadas por empresas e que utilizarem produtos do Brasil. Já com a Guiana a cooperação bilateral será prioritariamente na área de saúde, educação, pesquisa agrícola e combate aos ilícitos transnacionais⁶³.

2.5 O Território Federal do Rio Branco: Roraima

Em 1943, foi criado, por Vargas, o Território Federal do Rio Branco, juntamente com os territórios do Amapá, Rondônia, Ponta-Porã e Iguaçú, através do Decreto-lei nº 5.912, de 13 de setembro. Embora criado em 1943, a instalação do Território do Rio Branco somente foi efetivada em 20 de junho de 1944. A criação dos territórios teve como fatores determinantes além das questões de limites territoriais recém-resolvidas⁶⁴, o advento da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de povoar estes referidos territórios. Vargas definiu que os verdadeiros fins da administração direta dos Territórios, dentro da própria ordem dos

⁶⁰TELES, João Agostinho. A Bandeira do Merconorte. In: *Coletânea de Artigos nº 03 Aspectos Sócio-econômicos e Desenvolvimento de Roraima*. Superintendência Nacional do Abastecimento – Delegacia de Roraima, Boa Vista-RR, 1993. p. 11

⁶¹O MERCNORTE, seguirá os caminhos do MERCOSUL. Evidentemente que, por suas dimensões e potencialidades no contexto sulamericano, o Brasil certamente será a força aglutinadora deste lado da América. A vasta extensão de suas fronteiras exigem que se costure outros contornos germinadores de mercados. In: TELES, João Agostinho. A Bandeira do Merconorte. In: *Coletânea de Artigos nº 03 Aspectos Sócio-econômicos e Desenvolvimento de Roraima*. Superintendência Nacional do Abastecimento – Delegacia de Roraima, Boa Vista-RR. p. 11.

⁶²Brasil e Venezuela farão “aliança pragmática”. Folha de Boa Vista/RR, 11 de fevereiro de 2005. p. 05/b.

⁶³Lula inicia viagem a três países da América do Sul – Folha de Boa Vista/RR, 14 de fevereiro de 2005. p. 05/b.

⁶⁴Da questão com a França, resultou a criação do Território do Amapá; da questão com a Inglaterra, o Território Federal do Rio Branco; com a Bolívia, o Território Federal do Acre e de Rondônia; a questão com a Argentina e a guerra com o Paraguai, os Territórios Federais de Ponta-Porã e de Iguaçú. In: FREITAS, Aimerê. *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: ed. Boa Vista, 1991. p. 21.

problemas fundamentais do país, seriam: “colonizar, sanear e educar”. Foi movido pelo interesse da “defesa nacional” que o poder central se inspirou para proceder ao desmembramento dos Territórios Federais da jurisdição dos estados a que estavam vinculados ⁶⁵.

2. 5. 1 As Políticas Governamentais de Ocupação

Enquanto estratégia de ocupação do Governo Federal, os territórios passaram por três fases. A primeira delas, conhecida como fase do Território Federal do Rio Branco, depois chamado de Roraima⁶⁶, vai de sua criação, em 1943, até 1964.

As autoridades federais sentiam a necessidade de se implantar uma infraestrutura básica administrativa no Território Federal de Rio Branco, pois eram precários os núcleos administrativos existentes. Era preciso começar a fazer tudo numa escala de obediência, na qual os problemas iam desde o recrutamento de técnicos, até a preparação do meio para formar os ambientes de trabalho, sem contar com as precárias condições sócio-econômicas. Considerando essas dificuldades, foi elaborado um “Plano de Recuperação e Desenvolvimento Administrativo do Território Federal do Rio Branco”, consubstanciada na seguinte estrutura⁶⁷:

- a) Governador;
- b) 01 Departamento de Serviço Público;
- c) 06 Divisões (Saúde, Educação, Assistência e Proteção à Infância e Juventude, Produção, Obras e Serviços Industriais, Segurança);
- d) Parque Nacional da Ilha de Maracá.

⁶⁵FREITAS, Aimberê. *A História Política e Administrativa de Roraima, 1943-1945*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. p.30.

⁶⁶A mudança de nome do Território ocorreu devido à identidade toponímica entre este Território e a capital acreana. A Lei nº 4.182 de 13.12.1962 mudou para Território de Roraima o antigo nome Território Federal do Rio Branco In: SOUZA, Antonio Ferreira. *Roraima: Fatos e Lendas*. Boa Vista, 1976. p. 6.

⁶⁷*Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. vol. 3. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. Rodrigues & Cia., 1949. p. 195.

Osório Nunes⁶⁸, ao abordar a recém criada organização territorial do Território, corrobora as dificuldades encontradas por Ene Garcez dos Reis, que assim se manifestou:

[...] A situação encontrada pelo primeiro Governador do Território do Rio Branco era: insuficiência tributária, rarefação demográfica, ausência de núcleos administrativos, capital humano e financeiro, pela ausência da soberania nacional nos pontos mais avançados da região, incentivando e orientando racionalmente as iniciativas privadas, regulando o comércio, exercendo a polícia de fronteiras e repressão ao contrabando ou proporcionando aos habitantes os elementos de assistência social de que carecem.[...] Torna-se preciso criar tudo nesse mundo selvagem e esquecido, dar-lhes meio de se por em contato com a civilização. Constituíam o ponto de partida de um trabalho difícil. [...] Aproxima-se, pois a entidade Território dos pontos frisados pelo Sr. Océlio de Medeiros, em livro editado em 1945: maior presença do Estado em regiões onde os governos estaduais e municipais se revelaram incapazes e incompetentes para fiscalizá-las, administrá-las, fazê-las progredir e prosperar [...];

Ainda sobre os Territórios, o Presidente da República⁶⁹, em sua mensagem de abertura da sessão legislativa de 1948, acentuou o cuidado com que acompanhava a evolução dessa nova forma de direito interno, assim se pronunciando:

O problema do restabelecimento e da instituição de Territórios Federais está diretamente ligado ao da ocupação efetiva, nacionalização e vitalização de determinadas áreas do país, principalmente as situadas na faixa de fronteira. E para acentuar o empenho do Governo central, demonstra que no ano passado, o vulto das dotações que foram atribuídas aos Territórios atingiu à importância substancial de 102 milhões de cruzeiros em números redondos[...]. A União retira esse capital das avenidas do sul, onde se sentiria tão bem, e vai investi-lo nas regiões mais abandonadas do Brasil [...] e a União estará apta a realizar através dos 4 territórios continentais, uma política-piloto de valorização do grande vale, como emprego de medidas que serviriam de base para uma política territorial brasileira. Essas medidas, entre outras, devem ser maiores recursos; ação planejada; redivisão territorial, imigração e colonização; cinto econômica atuante e esclarecida ao longo das fronteiras; compensação e interligação econômica com as áreas internacionais vizinhas; efetivo domínio e recuperação das áreas mortas; formação de administradores territoriais; preparação de núcleos civilizadores que mantenham os atuais limites e preparem as populações que se encontraram com os grupos vindos do litoral na ocupação dos desertos da periferia. [...] E os Territórios desempenharão papel surpreendente no futuro do Brasil como povo, como organização nacional enquanto se modela a organização territorial, passo a passo com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia os preparadores da grande inversão de recursos nacionais tenho em mente a advertência do primeiro magistrado de que os Territórios existentes, com exceção de Fernando de Noronha, ocupam posições avançadas na bacia Amazônica e, desse modo, não podem objetivar apenas os problemas de ocupação da faixa limdeira, mas sobretudo o de aproveitamento econômico do maior espaço inaproveitado do país”.

⁶⁸NUNES, Osório. O Território do Rio Branco e a Valorização da Amazônia. In: *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. volume 3. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio Rodrigues & Cia., 1949. p. 322-323.

⁶⁹Presidente Eurico Gaspar Dutra. In: *Mensagem Apresentada no Congresso Nacional*, 1948. p. 31.

Cavalcanti⁷⁰, por seu turno, expressou uma preocupação maior com os problemas sócio-econômicos que assolavam os Territórios:

[...] que ninguém se iluda: os maiores inimigos da nossa imensa hinterlândia ainda são os velhos males a que se referia o primeiro Governador da Amazônia no século passado, Tenreiro Aranha: analfabetismo, doenças, pobreza, desorganização, insulamento, – para só citar os que ressaltam logo à vista e ainda hoje, depois de tantos anos, chumbam as massas rurais à miséria. Somos de parecer que a criação dos Territórios deve objetivar, não uma defesa hipotética contra inimigos imaginários, mas, antes de tudo, o progresso sócio-econômico das regiões desertas para o engrandecimento e “posse efetiva” da terra; o povoamento, a imigração e a colonização dessas vastas áreas vazias; a exploração de novas riquezas; a industrialização para aumento da capacidade aquisitiva da população; em síntese, a melhoria do padrão de vida das populações marginais por meio de medidas práticas de organização da produção e de grandes obras públicas (engenharia sanitária, estradas, construção em massa de casas baratas, centros de saúde, escolas técnico-profissionais, montagem de indústrias básicas, entre outras).

Não obstante, em referência ao posicionamento das idéias citadas, percebe-se claramente o pensamento geopolítico. Seu suporte conceitual está contido em ocupar “espaços vazios” e conduzir o “desenvolvimento”. Para isso era vital ocupar e desenvolver economicamente os espaços vazios, não apenas para obter um aumento da produção, mas como elemento básico da estratégia de defesa do país, considerando que os Territórios estão localizados em áreas de fronteira.

Após a aprovação da organização administrativa proposta, o primeiro Governador do Território, Capitão Ene Garcez, elaborou um “Plano Quinquenal de Desenvolvimento” – 1945/1949, que priorizou o setor de transporte e o setor de produção, eixos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico. O isolamento constituía, pois, o grande entrave ao desenvolvimento, pois sua principal via de acesso era o rio Branco, que não oferecia navegabilidade o ano inteiro, haja vista as vazantes do verão. Foi iniciada, então, a construção da estrada que liga Boa Vista a Caracará, sendo concluída em 1948⁷¹. Outro obstáculo apontado foi a inexistência de braços.

Entre os territórios federais situados na bacia Amazônica, o Território do Rio Branco, era o que possuía o menor contingente populacional, com uma densidade

⁷⁰CAVALCANTI, Araújo. *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio e Cia., 1949. p.143.

⁷¹FREITAS, Aimerê. *A História Política e Administrativa de Roraima, 1943-1945*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. p. 38.

demográfica 0,07 habitantes/km². Na verdade, no discurso proferido por Antônio Martins⁷², na Câmara dos Deputados, fica evidenciada a preocupação com a rarefação demográfica existente, como atesta o trecho que segue:

Já é tempo, porém, de se substituir, no Território do Rio Branco, o atual regime de ocupação aleatória, resultante das repetidas incursões, por um adequado sistema de colonização dirigida, baseada na imigração selecionada, de elementos nacionais e estrangeiros, e no povoamento racional. Para esse fim, torna-se imperioso executar, quanto antes, um sério trabalho de levantamento, com objetivos de zoneamento e planejamento econômico, a fim de que sejam eleitas as áreas mais propícias à imigração dirigida [...] e que imigrantes europeus, podem dar-se tão bem no Rio Branco nos seus 50.000 km², campos gerais, semelhantes aos pampas gaúchos como no Estado do Rio Grande do Sul, onde imigrantes europeus criaram uma civilização pastoril e agrária numa fronteira [...] insisto senhores, na necessidade da execução, de uma política de colonização dirigida no Território Federal do Rio Branco, não só por estar ao mesmo tempo praticamente despovoado, mas também pela oportunidade que ora se nos oferece de recrutar contingente de populações da Europa.

Por fim, a colonização dirigida foi a solução encontrada para a ocupação da região e para o abastecimento do mercado da capital de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros. As primeiras colônias foram localizadas nas cercanias da cidade de Boa Vista, ponto de maior concentração populacional e, conseqüentemente, de maior demanda por alimentos. Inicialmente, três colônias agrícolas foram planejadas e implantadas: Fernando Costa, localizada à margem direita do rio Mucajaí, foi a primeira colônia a ser criada, em 1944, localizada a 54 Km ao sul de Boa Vista (atual município do Mucajaí). Vieram 150 famílias riograndenses, cearenses e, a maior parte, de maranhenses⁷³. A colônia desenvolveu uma agricultura de subsistência com a comercialização do excedente. Convém salientar que o Baixo Rio Branco ficou fora do planejamento e das soluções de abastecimento de Roraima, pois o papel do extrativismo vegetal era atender principalmente o mercado externo.

Sobre a colonização do Território Federal do Rio Branco, o Governador Ene Garcez assim se manifestou: “a colonização do Território é impraticável sem o aparelhamento preliminar dos meios de transporte, o loteamento das terras, a preparação dos locais de recepções, assistência e encaminhamento dos colonos. Colonização pressupõe saneamento e instrução”⁷⁴. Com esse entendimento da questão, o governador revelou que tinha consciência dos percalços da colonização dirigida, pois as condições de acessibilidade a essas colônias

⁷²MARTINS, Antônio. *O Território Federal do Rio Branco* – Discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 07 de Outubro de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 15.

⁷³SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. In: *Boletim Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropológica, 1988. p. 48.

⁷⁴FREITAS, Aimerê. *Geografia e História de Roraima*. 5ª ed. Manaus: Gráfica Belvedere, 1997. p. 109.

eram extremamente precárias, o que dificultou, de certa forma, a viabilização destes empreendimentos em curto espaço de tempo. Nota-se, também, a grande incidência de malária. Tudo isso fez com que a maioria dos colonos assentados abandonasse os lotes.

No que diz respeito a primeira colônia implantada no Território, Fernando Costa, a título de exemplo mencionam-se os trechos mais relevantes do depoimento de uma migrante⁷⁵ do Município:

Cheguei na colônia em 19 de março de 1945 [...] esse governo Ene Garcez dos Reis assinou contrato com todos aqueles colonos que vieram, mas voltaram tudinho. Só ficou aqui meu pai. Vim do Rio Grande do Norte [...] para chegar aqui vim de canoa; meu pai trabalhava na agricultura: milho, arroz, feijão, banana, abacaxi, batata, mandioca [...] Teve um Governador [...] que dizia que Roraima não precisava de colonização e acabou com a colonização. Depois foi que começou a chegar a segunda colonização e na terceira aí continuou [a colonização de] Mucajaí [...] quando chegamos aqui era mata virgem, isso aqui era mata de árvores grossas. Graças a Deus tinha muita caça [...], também tinha muita febre amarela, morreu muita gente. E muita gente foi embora apavorada [...] estávamos morando no Piauí só sofrendo. Aí, viemos [...] para Belém, passamos dois meses na hospedaria, lá perdi duas irmãs. Na enfermaria [da hospedaria], eu via as pessoas com as pernas inchadas, outras morrendo. Aí eu dizia: “Papai não vamos para esse Acre não, vamos ficar em Manaus, porque num adianta seguir, as pessoas que retornam estão quase todas morrendo”. Morria muita gente! Ave Maria! Só sabe o que é a vida quem conviveu e viu. [...] Meu pai veio para cá como soldado da borracha. Mas quando chegou em Manaus ele desviou de ir para o Acre e veio para cá. [...] Chegamos [em Manaus] no dia em que os soldados estavam indo para a guerra naquele navio [...] 1945. Todo mundo chorando se despedindo. Foi naquela hora, [que] o nosso navio atracou. Nós assistimos, eu me lembro, era novinha [14 para 15 anos] ainda, o pessoal todo chorando, aquela coisa. O papai conversando com as pessoas que tinham estado aqui no Rio Branco, não quis mais ir pro Acre [...], aí o papai disse: “eu não vou mais para o Acre, vou embora para o Rio Branco”. Nós pegamos o motor “João”. Ao chegar [em Boa Vista] papai soube que o Capitão Ene Garcez tinha chegado, aí ele foi logo se alistar para essa colônia. Nós nunca tivemos glória [...] Vimos muitos casos pesados de doenças também. [Aqui] teve muitos casos de febre amarela e malária. [...] Meu pai nunca trabalhou com essas coisas [a balata, a sorva ou a borracha], já de Caracará para frente, já trabalhava. Mas aqui mesmo, nesse pedaço [Mucajaí], não tem nem pé de balata por aqui [...].

Pode-se observar, nesse depoimento, a forte presença do Estado recrutando mão-de-obra no nordeste para explorar na atividade de extração da borracha, na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial (tal fato fazia parte dos Acordos de Washington, tratados no capítulo 1).

No Território Federal do Rio Branco, a colonização foi patrocinada pelo Governador. Conforme consta no Contrato (ver anexo B), nas cláusulas 4ª, 5ª e 6ª, havia uma ajuda de

⁷⁵Depoimento gravado em 16 de outubro de 2004, com Maria Batista de Almeida, no Município de Mucajaí.

custo por 150 dias, incluindo assistência médica. No entanto, este depoimento retrata as condições de insalubridade da região, tendo como consequência a morte de vários nordestinos, acometidos principalmente pelas doenças tropicais (febre amarela, malária e beriberi). Aí se encontra uma das dificuldades de fixação dos migrantes na Amazônia (caso da colônia Fernando Costa). É mister salientar nesse contexto que não havia na referida colônia o extrativismo vegetal da borracha, diferenciando-se de outras áreas produtoras de látex, localizadas ao sul do Território. Praticava-se somente a agricultura. Tal prática pode ser justificada se considerando que a cláusula 9ª do Contrato proibia o trabalho em indústrias extrativas vegetais, exceto lenha e carvão. A partir da década de 70, o município passou a trabalhar com a extração de madeira, atualmente Mucajaí (ex-colônia Fernando Costa), destaca-se como um dos principais produtores de madeira.

No tocante à colônia Coronel Mota (atual Taiano), localizada a 93 Km de Boa Vista, pode-se afirmar que foi fundada em 1953. Trata-se de uma tentativa de colonização com imigrantes estrangeiros, com 20 famílias japonesas, a fim de produzirem pimenta-do-reino e hortaliças. Com eles encontravam-se, também, nordestinos, com destaque para os paraibanos, com a cultura do tabaco. A respeito da colônia Braz de Aguiar (atual município do Cantá), localizada a 30 Km a sudoeste de Boa Vista, é mister salientar que em 1957 tinha 58 famílias assentadas e que produzia arroz e mandioca⁷⁶. Considera-se essa a primeira fase dos projetos de colonização em Roraima. Após a instalação das referidas colônias, o processo ficou paralisado, no Território, para a abertura de novas colônias. Essa situação só vai se transformar a partir da construção das BRs 174 e 210, na década de 70.

Convém ressaltar que, de 1944 a 1964, houve uma forte descontinuidade administrativa, com mudança constante dos governadores e que isso refletia diretamente no desenvolvimento das atividades planejadas para Roraima. A título de exemplo, ao completar dez anos de sua criação, já havia passado oito governadores titulares e treze secretário-gerais pela administração do Território Federal do Rio Branco. Alguns respondiam pelo exercício de poder por vários meses na condição de governadores interinos. Nesta fase, o Senador maranhense Vitorino Freire exerceu grande influência nas nomeações dos governadores do Território. E foi somente após a criação do Território Federal do Rio Branco que a sociedade

⁷⁶SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. In: *Boletim Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropológica, 1988. p. 49.

roraimense elegeu pela primeira vez seu representante para a Câmara Federal: o eleito foi o senhor Antônio Martins, com base na Constituição Federal de 1946⁷⁷.

A segunda fase teve início com o regime militar, em 1964, e continuou até o final de 1985, quando foi nomeado o primeiro governador civil. Nesta fase, o Território passou a ser governado pela Aeronáutica. Sob a doutrina da Segurança Nacional, cujo lema era “Ocupar, Desenvolver e Integrar”, é que vão se destacar os governantes militares na integração de Roraima ao resto do país. Para desenvolver as regiões, principalmente a Amazônia, fez-se necessário incorporar vastas áreas e populações marginalizadas no processo de desenvolvimento do norte, nordeste, centro-oeste e centro-sul⁷⁸.

Durante a gestão da Aeronáutica, o Território passou por mudanças significativas. A principal foi a permanência dos governadores por um período mais longo. A partir daí, os mesmos tinham um tempo maior para organizar, planejar e executar suas atividades. Historicamente, dentre os nove governadores da segunda fase, três se destacaram: Hélio da Costa Campos, Fernando Ramos Pereira e Ottomar de Souza Pinto. Nesta fase, os Territórios passaram a ter dois Deputados Federais, a partir de 1978 e quatro Deputados a partir de 1982. Além da relativa autonomia de suas decisões, é importante notar que se dispunha de um montante maior de recursos financeiros⁷⁹. Conforme Santos⁸⁰, trabalhou-se pela busca do desenvolvimento, mas a essência da administração era de ordem geopolítica, considerando o avanço da ideologia socialista de Cuba e as relações tensas com a Venezuela⁸¹.

No que diz respeito ao governo do tenente-coronel Hélio da Costa Campos, ele foi nomeado Governador do Território em 1967, pelo Presidente Costa e Silva. Campos governou até 1969. O seu segundo governo foi de 1970-1974. Com base ainda em Santos, pode-se afirmar que dois fatos marcaram profundamente sua gestão em Roraima: a instável

⁷⁷FREITAS, Aimberê. *Estudos Sociais: Roraima (Geografia e História)*. São Paulo: Corprint, 1998. p. 77.

⁷⁸RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém - Pará, 1996. p. 10.

⁷⁹Com as reformas, os Territórios passaram a receber repasses do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes. Para se ter uma idéia, o orçamento do Território saltou de 3 milhões de cruzeiros, em 1967, para 81 milhões, em 1968. In: OLIVEIRA, Laucides. O Estado. *Revista Diretrizes*. Boa Vista:/Roraima. Ano I, nº2,Jan./Fev.1991. p. 18. (Edição Histórica).

⁸⁰SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém - Pará, 2004. p. 138.

⁸¹Cabe esclarecer que havia uma justificativa para a preocupação política em Roraima nesse período, pois alguns países da América Latina tentavam formar uma aliança anti-brasileira. A Venezuela tentava liderar esse movimento aproximando-se da Argentina, entretanto, o Presidente Caldera, em vista do insucesso da Aliança pretendida, preferiu aproximar-se posteriormente do Brasil, considerando que o fator determinante nessa decisão foi a construção da BR 174. In: SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2004. p. 141.

situação política da Guiana e do Caribe e o que se denominou “milagre brasileiro”⁸². Com o aumento dos recursos financeiros foi possível realizar diversos projetos, principalmente no que tange à estrutura física de Roraima. Para a construção de rodovias, contava com o apoio do Ministro dos Transportes, Mário Andreazza⁸³. Ainda criou as empresas de economia mista dos serviços de telefones, água, luz e o Banco de Roraima.

No governo Costa e Silva, uma das estratégias mais importantes para a Amazônia e, conseqüentemente, para Roraima, foi a transferência da sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus. A transferência implicou o deslocamento o pólo de ação governamental militar para a Amazônia ocidental. Novo esforço de cooperação para o desenvolvimento foi acrescentado com os batalhões de engenharia de construção, os agrupamentos de engenharia e novas colônias militares destinadas, inclusive, a fixar o homem nas regiões fronteiriças. Ainda a cargo da engenharia militar, várias rodovias foram construídas, dentre as quais menciona-se Porto Velho-Rio Branco, Rio Branco-Cruzeiro do Sul, Manaus-Caracará-Boa Vista e Cuiabá-Santarém⁸⁴.

Foi com o lema “Integrar para não Entregar”, do Presidente Costa e Silva, que o Projeto Rondon iniciou suas atividades em Roraima. A organização era de *campi* avançado, de universidades que mantinham em localidade previamente escolhida, um grupo de alunos, sob a tutela de um professor. Os acadêmicos participavam diretamente da vida da comunidade, tentando ajudá-la a se desenvolver. Os professores e universitários dos grandes centros deslocavam-se para o interior do país, principalmente para a Amazônia. Em Boa Vista, o *campi* ficou a cargo da Universidade Federal de Santa Maria – RS. Com o final do Programa dezesseis participantes gaúchos se fixaram definitivamente em Roraima. Digno de menção também é que a PUC/RS atuou no Alto Solimões – Amazonas⁸⁵.

⁸²A expressão milagre econômico era utilizada para referir-se ao rápido crescimento da economia brasileira no início da década de 70. Na esteira deste processo, expandiam-se as cidades, o mercado interno, a construção civil, as estradas e hidrelétricas. O Ministro da Fazenda, no período do “milagre”, foi Delfim Neto. In: HABERT, Nadine. *A Década de 70 – Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira*. São Paulo: Ática, 2001. p.13-15.

⁸³SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém - Pará, 2004. p. 139.

⁸⁴MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p.99.

⁸⁵BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976. p. 273-275.

Quando a década de 70 começou, o Brasil vivia o período mais duro da ditadura militar. Eram os anos do governo Médici (1969-1974). Sob esse regime, acelerou-se o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em todos os campos. Foi com o apoio do Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, que Hélio Campos conseguiu sua nomeação para o seu segundo mandato em Roraima. O mesmo apoiou-se em dois nomes locais para sua administração: Francisco das Chagas Duarte e Valdir Abdala. Santos argumenta que o coronel “era o homem certo para o projeto geopolítico desenhado para a região, e que sabia articular com a sociedade política local”⁸⁶.

No seu segundo governo, Hélio Campos (1970-1974) já apresentava mudanças visíveis. Roraima era um “canteiro de obras”. Chegavam muitos migrantes, vindos de todas as partes do Brasil, em busca de uma vida melhor. Boa Vista já possuía água, luz, telefone, transporte urbano, asfalto, ou seja, havia melhorado a infraestrutura básica da capital⁸⁷. Na verdade, neste segundo mandato, Campos continuou a usufruir do “milagre brasileiro”. Todavia não se descuidou da segurança e da informação, criando um jornal para o governo (Jornal Boa Vista), e ainda construiu as instalações para as estações de rádio-comunicação em diversas localidades, principalmente junto às fronteiras da Venezuela e da Guiana. Além disso, reformou e ampliou o aeroporto da capital e os quartéis de fronteira⁸⁸.

É importante mencionar que em 1º de janeiro de 1969, em face da revolução na Guiana, foram destacados soldados para Bonfim, Normandia e Surumú, dando origem, respectivamente aos 1º, 2º e 3º Pelotões Especiais de Fronteira. Com a abertura da BR 174, que liga Boa Vista a Pacaraima, o destacamento de Surumú foi transferido para a localidade da fronteira com a Venezuela⁸⁹.

Sob o contexto da integração, é importante mencionar a atuação do PIN – Programa de Integração Nacional, já referido, em Roraima. O Programa destaca dois objetivos fundamentais: o primeiro consistia na construção da infra-estrutura básica de transportes e de comunicações. Nesse contexto, a construção das rodovias federais era primordial como forma de interligar a Amazônia ao nordeste, ao centro-sul e ao sistema rodoviário interamericano. O

⁸⁶SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2004. p. 139.

⁸⁷FREITAS, Aimberê. *A História Política e Administrativa de Roraima, 1943-1945*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. 1993. p. 175.

⁸⁸SANTOS, 2004, op. cit., p. 139.

⁸⁹SILVA JR, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 283.

segundo visava ao direcionamento do fluxo migratório ao longo das rodovias. Em Roraima, os efeitos do Programa foram a construção da BR 174 (Manaus-Boa Vista-Venezuela), da BR 401 (Boa Vista-Normandia na fronteira com a Guiana) e da BR 210 ou Perimetral Norte (Pará-Roraima-Manaus), não concluída⁹⁰.

Os projetos de colonização só se efetivariam a partir da construção dessas rodovias federais, o que marca o início de uma segunda fase. É importante mencionar que a construção das referidas estradas atraiu para Roraima um grande contingente de migrantes, oriundos sobretudo do nordeste, atraídos pela oferta de trabalho advindas com a construção da estrada e com a possibilidade de adquirirem lotes ao longo da rodovia.

Em 1974, foi criado o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos de Desenvolvimento através dos Pólos Agropecuários e Agrominerais), que incluía Roraima. Era previsto abranger 53,2%, da superfície do Território. Em consonância com este programa, foram elaboradas diversas propostas com ênfase na agricultura, habitação, urbanismo, colonização, implantação de estradas, desenvolvimento da pecuária, pesquisa de recursos minerais e expansão do comércio com a Guiana⁹¹. No período de 1975/1979, foram aplicados recursos deste programa através do sub-programa POLORORAIMA, sobretudo na criação de colônias agrícolas, com a finalidade de promover a expansão da fronteira e dinamização da rede viária interna e externa⁹².

Em resumo, pode-se afirmar que o segundo governo de Hélio Campos foi mais eficiente, considerando que completou as obras iniciadas no mandato anterior. A estrutura básica criada por ele chegou a dar a Boa Vista um *status* de capital de Estado. Foi um governador que praticou a descentralização e alguns princípios democráticos. Na verdade, Campos após seus mandatos abraçou a carreira política em Roraima, elegeu-se duas vezes Deputado Federal e uma vez para o Senado.

O governo Geisel (1974-1978) se associa ao início da abertura política que o próprio General Presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberação do regime, chamada a princípio de distensão, seguia um caminho difícil, com avanços e recuos. Em abril

⁹⁰RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém, 1996. p.11.

⁹¹SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. In: *Boletim Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropológica, 1988. p. 51.

⁹²Governo de Roraima. Secretaria de Planejamento e Coordenação – SEPLAN. Programação Preliminar. POLAMAZÔNIA/83. Perfis dos Projetos. p. 9.

de 1974 teve início, em Roraima o governo do coronel Fernando Ramos Pereira, que permaneceu até 1979. Pereira trabalhou como entusiasta da política desenvolvimentista contida no II PND e no POLAMAZÔNIA, seu governo foi marcado por um forte autoritarismo. Elaborou o Programa de Ação para o Território de Roraima (1974/1979), que tinha por meta básica a *ocupação* do Território, como premissa de *desenvolvimento* da região, visando finalmente, a *integração territorial* ao resto do país. Dentre as diretrizes globais destinada a promover o crescimento harmônico dos setores econômicos e sociais no período 1975/1979, destacam-se: o aperfeiçoamento do sistema de comunicações interligando ao sistema nacional; a conclusão das vias rodoviárias de acesso à região; a implantação do sistema hidroenergético; oportunamente, a colonização dos eixos formados pelas rodovias Boa Vista Fronteira-Guiana; Boa Vista Fronteira-Venezuela e Perimetral Norte (na faixa compreendida no Território)⁹³.

Para Santos⁹⁴, o Plano de Ação do governo de Ramos Pereira é um documento de planejamento que trata o espaço geográfico do Território como área a ser ocupada, com exceção apenas para uma pequena porcentagem “reclamada pela FUNAI”. Era uma visão burocrática e autoritária, dentro do contexto do pensamento geopolítico governamental da época, considerando que aí não há espaço para outras racionalidades ou para as culturas indígenas.

É mister salientar que das várias frentes de trabalho do seu governo, concretizou-se a rodovia Caracará-Manaus, BR 174, sendo inaugurada em 1977. A referida BR é de importância fundamental para o fim do isolamento desta área, bem como no âmbito internacional, por ser uma rodovia que liga o Brasil diretamente ao contexto das Américas. Destaca-se também a rodovia BR 401, Boa Vista-Bonfim-Normandia, inaugurada em 1978. O trecho Bonfim–Normandia liga a Boa Vista a fronteira com a Guiana.

Em 1975, o Presidente Geisel, inaugurou a Ponte dos Macuxi⁹⁵ sobre o rio Branco, iniciada em 1972. O governo de Ramos Pereira, apesar de seu autoritarismo concluiu as obras

⁹³PEREIRA, Fernando Ramos. *Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima-1975/1979*. Palestra Proferida pelo Governador durante a realização da 9ª Reunião da CCMI. Brasília, 14 de fevereiro de 1976. p. 1-2.

⁹⁴SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém - Pará, 2004. p. 134.

⁹⁵A ponte dos “Macuxi”, sobre o rio Branco, foi construída, não em função de sua importância econômica para Roraima, mas sim pela sua posição estratégica quanto à Segurança Nacional. Para sua construção, foi

de infraestrutura deixadas por seu antecessor e foi fiel ao II PND no que diz respeito a política de colonização⁹⁶. Convém mencionar que o projeto de ocupação seguia o modelo da grande empresa agroindustrial, não contemplando o modelo de pequena propriedade familiar.

O Presidente Geisel conseguiu fazer seu sucessor. Foi eleito o General João Batista Figueiredo. O mesmo fora chefe do Gabinete Militar no período Médici e chefe do SNI (Sistema Nacional de Informação) no Governo Geisel. Entretanto, Geisel desempenhara um papel crucial em desarmar a linha dura e dirigiu uma transição extremamente delicada para a volta da democracia eleitoral⁹⁷.

O período Figueiredo combinou dois traços que muita gente considerava de convivência impossível: a ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica. Porém, como um todo, a abertura seguiu seu curso, em meio a um quadro econômico muito desfavorável⁹⁸. O processo de transição para o governo foi lento “1974/1985”, forçou a reacomodação das elites regionais, que buscavam novos mecanismos políticos para garantir seu poder, o “clientelismo”. É o instrumento para obter votos através da troca de favores e bens públicos, atingiu níveis sem precedentes na história política brasileira⁹⁹.

Em Roraima, com o fim do mandato de Ramos Pereira, assume o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto (1979-1983). O mesmo passou a administrar o Território de acordo com a nova realidade da política nacional. O seu governo contrastou com o de seu antecessor. Segundo Freitas, foi considerado o “Governador da Paz”. No Território havia duas correntes

considerada a revolução da Guiana, ocorrida em 1969. Cabe esclarecer que a independência desse país em relação à Inglaterra ocorreu em 1966. A partir de então, a Guiana entrou em um processo violento de discussão interna quanto à Proclamação de sua Independência. Eram muitas facções participando do debate. A revolução guianense, liderada pelo ex-senador Teddy Melville, foi rechaçada pelas forças leais ao governo de Georgetown e os líderes da revolução fugiram para o Brasil, atravessando o rio Tacutu. Nessa época, a fronteira com a Guiana, assim como a da Venezuela, eram muito desguarnecidas. O Exército brasileiro tinha, em Boa Vista, apenas a 9ª Cia. de Fronteiras e estava sem meios para deslocar soldados brasileiros para a margem do rio Tacutu. Na verdade não existia estrada, não havia caminhões para o transporte de tropas, o que tornava necessário, enfim, manter a soberania nacional. É mister mencionar que houve uma verdadeira invasão de guianenses fugitivos em Roraima. A partir de então, o Exército criou o Batalhão Especial de Fronteiras e deslocou o 6º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção para Boa Vista e, ainda, espalhou unidades militares ao longo das fronteiras. In: FREITAS, Aimerê. *A História Política e Administrativa de Roraima*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. p. 175-176.

⁹⁶ FREITAS, Aimerê. *A História Política e Administrativa de Roraima*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. p. 191-194.

⁹⁷ SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.259.

⁹⁸ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995. p. 501.

⁹⁹ BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 223. Ver também Peter Burke. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002. p.106.

políticas opostas, de um lado os partidários de Hélio Campos, eleito pela ARENA, com os votos de oposição de Ramos Pereira; e de outro Júlio Martins, também eleito pela ARENA, mas com os votos dos amigos de Ramos Pereira¹⁰⁰. O seu governo destacou-se principalmente quanto à política de colonização. No discurso de posse, o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto afirmava:

No espaço físico deste Território, existe abundância de recursos naturais, que se oferecem com sofreguidão àqueles que para cá demandarem, com seu talento e com seu trabalho, a fim de se engajarem na grande luta que se desenvolverá nas imensas planícies do centro e leste, nas montanhas do norte, e nas florestas do sul [...] que venham logo, sem demora, nossos irmãos do centro-sul e do nordeste. Que tragam seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo [...] que farão crescer e crescer muito o bolo de nossa economia (FREITAS, 1993. p. 196).

Com esse discurso o governador convidou novos migrantes para Roraima a fim de promover o desenvolvimento econômico. Ao efetivar a política de colonização, abriram-se novas frentes de trabalho. O incremento na política de colonização refletiu diretamente na formação de sua base eleitoral, principalmente com os novos migrantes nordestinos. Sua atuação foi fundamental no aumento populacional na década de 80. Foi sintomático em Roraima a atuação da máquina político-administrativa patrocinando a vinda de migrantes, formulando o início de uma política populista. Com assente ainda em Freitas, as lideranças locais ficaram chocadas com o número cada vez maior de migrantes e conseqüentemente com o aumento do contingente eleitoral e com a liderança do governo. É mister salientar que a capital teve uma expansão maior ao sul com a implantação de vários bairros populares, dentre eles o Pintolândia, em alusão ao seu nome. Em 1982, no Território foram criados seis novos municípios e conseqüentemente novas estradas e vicinais.

Na seqüência da construção das BRs 174 e 210, o Governos Federal iniciou projetos de colonização ao longo das estradas, principalmente entre o final dos anos 70 e início dos anos 80. A base desses assentamentos no Território foi a colônia de Projeto de Assentamento Rápido – PAR, Alto Alegre, Apiaú e Baraúna, próximas a capital de Boa Vista e, ao sul, Projeto de Assentamento Dirigido – PAD, Anauá, Jatapu e o PAR Jauaperi. A partir desses núcleos, várias vilas agrícolas foram se formando, tais que São João da Baliza, São Luiz e Rorainópolis, as chamadas cidades pioneiras¹⁰¹. Observa-se, a partir dessa segunda fase de

¹⁰⁰FREITAS, Aimberê. *A História Política e administrativa de Roraima*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. p. 195.

¹⁰¹BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de Desenvolvimento e o Crescimento Desordenado. In: *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, série antropológica. 9 (2), 1993. p. 183.

colonização, uma mudança nos produtos cultivados, centrados principalmente na exploração madeireira e na formação de pastos para pecuária.

Convém esclarecer que as colônias variam muito em termos de tamanho e de capacidade de assentamento, mas no geral são construídas a partir das estradas principais. Os lotes são localizados ao longo das estradas principais e vicinais. Os tamanhos variam de 50, 60 e 100 hectares. A colonização recente¹⁰² ocupou o sul e o sudeste de Roraima. Destaca-se aí o maior número de assentamentos. Coube ao INCRA promover os assentamentos. Com a criação do Estado, o ITERAIMA (Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima) também passou a realizar assentamentos.

Roraima praticamente não foi contemplado com incentivos fiscais para agropecuária pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. O maior número de projetos aprovados ficou concentrado nos estados de Mato Grosso, Pará e Goiás. Em 1985, Roraima teve apenas seis projetos sancionados¹⁰³. Essa falta de investimento refletiu diretamente na pecuária do atual estado de Roraima, se comparado com os outros da região amazônica, que tiveram um aumento considerável na produção agropecuária.

Não obstante, convém mencionar a trajetória política de Ottomar de Souza Pinto em Roraima: com o fim do seu primeiro mandato, retornou para a política de Roraima em 1986, eleito Deputado Federal; em 1988, Prefeito do município de Boa Vista; em 1990 vence as eleições para Governador do Estado e em 2002 perdeu as eleições. Apesar disso, foi empossado em 2004, após liminar concedida pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

A dupla Tancredo Neves e José Sarney em 15 de janeiro de 1985, obteve uma grande vitória no Colégio Eleitoral. Por caminhos complicados utilizando-se do sistema e eleito pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder. Entretanto, com a eleição de Tancredo Neves a transição para o regime democrático não terminou e estaria sujeita ainda a imprevistos, como ocorreu com a sua morte. José Sarney tomou posse em lugar do Presidente

¹⁰²Faz-se uma classificação das colônias agrícolas baseada na distância entre as mesmas e o mercado de Boa Vista. As colônias ditas “próximas” são geralmente de fácil acesso aos colonos, que deslocam-se com menor custo e maior frequência para a capital. Estas colônias estão num raio de 60 a 100 quilômetros de Boa Vista. Os projetos ditos “longínquos”, distam 300 quilômetros ou mais do mercado de Boa Vista e oscilam entre o mercado de Manaus e a capital de Roraima. Estes projetos possuem dificuldades em termos de transportes, ficando isolado, muitas vezes, durante o período de chuvas. In: BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: editora Universitária da UFPE, 1995. p.90-91.

¹⁰³OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*. Campinas – São Paulo: Papirus, 1990. p. 81.

eleito¹⁰⁴. Era o início da “Nova República”. Em Roraima iniciou-se a disputa pelo Governo. O PMDB e o PFL queriam indicar o novo Governador, seria o primeiro civil após a ditadura militar. Firmaram a “Aliança Democrática” indicando o Governador e o candidato do governo para concorrer a primeira eleição para o cargo de Prefeito do Município de Boa Vista¹⁰⁵. Nesse período (1985 - 1990), Roraima possuiu quatro governadores.

A maior parte da classe política local defendia a criação do novo Estado. Percebe-se no discurso do Major Dalcín, governante entre 1969/70, que a reivindicação era antiga, a esse respeito afirmava: “o desenvolvimento do Território, para colimar com seu objetivo maior seria sua transformação em Estado”. Os políticos interessados nessa transformação e que desejavam participar do futuro político do Estado empenharam-se em garantir recursos federais e consequentemente fomentar o povoamento”¹⁰⁶. Esta terceira fase foi marcada pela descontinuidade administrativa: os governadores nomeados não possuíam um mandato definido anteriormente. Situação que vai se alterar a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que criou os Estados de Roraima, Amapá e Tocantins. Com base nessa Constituição, foi estabelecido o interstício de dois anos para a implantação dos novos Estados. Contudo, em 1990 aconteceu a primeira eleição direta para Governador. Em 1º de janeiro de 1991, tomou posse o Governador, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

2. 5. 2 Realidades Econômicas

O Território Federal do Rio Branco, criado em 1943, teve como esteio principal três atividades econômicas. Estas atividades se desenvolveram em três regiões fisiográficas diversas, que determinaram diferentes tipos de exploração econômica: o **Alto Rio Branco**, que era a região de maior concentração demográfica do Território, com 80% dos habitantes se encontrando aí fixados em terras firmes e férteis, praticando a agropecuária; a **Região Montanhosa**, situada na faixa de fronteira ao norte de Roraima. Os núcleos de população desta região constituem 10% da população. Eram, em sua maioria aventureiros, atraídos pela fascinação das jazidas de ouro e diamantes. Nessa região não havia agricultura e nem pecuária, só a extração de minérios e por fim, o **Baixo Rio Branco**, que apresenta todas as

¹⁰⁴FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995. p. 512-514.

¹⁰⁵O Governador indicado foi Getúlio Alberto de Souza Cruz (PFL), e o candidato à Prefeitura de Boa Vista, Sílvio Leite (PMDB). Com o assassinato do Prefeito Sílvio Leite, em 09 de outubro de 1987, a aliança se desfez. Para substituir Getúlio Cruz no governo veio o General Roberto Pinheiro Klein, quando Roraima passou novamente a ser administrado por um militar. OLIVEIRA, Laucides. In: *Revista Diretrizes*- nº02. Boa Vista, 1991. p.28.

¹⁰⁶SOUZA, Carla Monteiro. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2001. p. 80-81.

características fundamentais da hiléia amazônica, as chamadas florestas densas. Esta região concentrava 10% da população. Os habitantes viviam da coleta dos produtos nativos de valor econômico, tais como: borracha (*Hevea brasiliensis*), balata (*Mimusops bidentata*), sorva (*Couma guianensis*), castanha (*Bertholletia excelsa*), madeira, etc., além da pesca de pirarucu, tartaruga, tracajá e de peixes em gerais¹⁰⁷, objeto de análise do capítulo 4.

A exploração dos recursos existentes em Roraima foi considerada rudimentar. A título de exemplo, tomando-se como base para esse estudo o ano de 1943, verifica-se que, no total de uma produção calculada em Cr\$ 11.887.082,45: a) a produção extrativa mineral – diamantes contribuiu com 59,6%, ou seja, Cr\$ 7.085.117,70, b) a pecuária contribuiu com 26,8% ou seja, Cr\$ 3.185.765,75; c) o extrativismo vegetal contribuiu com 8% ou seja, aproximadamente Cr\$ 952.341,05; d) a agricultura apareceu no conjunto com apenas 3,7% do total do valor de Cr\$ 446.654,00; e finalmente as peles de animais silvestres produziram 1,2% ou seja, Cr\$ 143.203,95. A pequena indústria deu 0,7%, quantia insignificante de Cr\$ 74.000,00¹⁰⁸. O extrativismo vegetal obtinha o terceiro lugar no total da produção.

Neste trabalho, foram considerados os dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da SEPLAN-RR (Secretaria de Estado do Planejamento Indústria e Comércio de Roraima) e da FIER (Federação das Indústrias do Estado de Roraima)¹⁰⁹.

2.5.2.1 Setor Primário

No tocante à pecuária, esta atividade foi uma grande fonte renda pelo idos de 1920. O número estimado em Roraima era de 300.000 cabeças de bovinos. A partir de 1940, sua redução é significativa: em 1940 – 120.247 reses; 1941 – 180.000 reses; 1942 – 216.000 reses; 1943 – 118.341 reses. Diversos fatores foram apontados pela queda desta atividade, tais

¹⁰⁷ *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. volume 3. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio Rodrigues & Cia., 1949. p. 153-154.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 155.

¹⁰⁹ Convém esclarecer o conceito dos seguintes setores: setor primário: é aquele que engloba as atividades de lavoura, horticultura, floricultura, produção animal e seus derivados, ainda o extrativismo vegetal e animal. O setor secundário: compreende a indústria de transformação, de construção civil e de serviços industriais e de utilidade pública. Este setor envolve produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e abastecimento de água. É ainda subdividido em: 1) - indústrias extrativas minerais e vegetais. 2) indústrias de transformação, que incluem vários sub-setores: indústria de minerais não-metálicos, indústria mecânica, metalúrgica, química, etc. E por fim, há o setor terciário ou de serviços, que compreende as empresas produtoras de serviços tais que, comércio, transporte, comunicação, educação, saúde, administração pública, etc. In: BASTOS, Vânia Lomônaco. e SILVA, Maria Luiza. *Para Entender as Economias do 3º Mundo*. Brasília: UNB, 1995. p. 21.

como pastagens empobrecidas pela falta de sais de cálcio e fósforo; criação extensiva, gado pé-duro ou crioulo e também pela falta de instrução zootécnica. Pode-se também relacionar a essa queda da pecuária a outros fatores como a sedução dos fazendeiros pela garimpagem e a inexistência de legislação específica determinando a obrigatoriedade da vacinação periódica¹¹⁰.

As primeiras alterações no campo econômico, deram-se a partir do crescimento da mineração, que apresentou um aumento significativo de produção, até o final da década de 40, entrando em declínio a partir daí. A pecuária começou a se recuperar apresentando crescimento no rebanho bovino a partir da década de 50. Considerando que parte dos recursos da mineração foram transferidos para investimento na pecuária.

Nota-se a evolução do rebanho bovino a partir de 1960, que situava-se em torno de 166.759 cabeças; 1970 – 235.901; 1975 – 242.711; 1980 – 299.987; 1985 – 269.647; 1990 – 369.010¹¹¹. A partir de 1995 com 417.442 cabeças, a pecuária vem obtendo uma sensível melhora nos índices de produtividade. Considere-se, também, aí o melhoramento genético das matrizes e dos reprodutores. Muitas fazendas passaram a se modernizar, adotando criatórios para corte, pastagens cultivadas, suplementação alimentar e tratos sanitários¹¹².

A criação de bovinos em Roraima voltou-se predominantemente para a pecuária de corte. As raças predominantes são nelore, guzerá, tabapuã e gir. A criação extensiva representa 90% dos criatórios e semi-extensivas em grandes projetos agropecuários, 10%. Atualmente a população bovina concentra-se a maior parte na região norte-centro (80%) e ao sul (20%)¹¹³. Ela se desenvolve em estabelecimentos de todos os tamanhos, mas com nítida concentração nos médios e grandes.

No tocante às atividades agrícolas, destacam-se atualmente em Roraima a produção de arroz irrigado, banana, mandioca e milho. Dentre estes produtos, o arroz irrigado¹¹⁴ se

¹¹⁰*Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. volume 3. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio Rodrigues & Cia., 1949. p. 161.

¹¹¹BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 99.

¹¹²Informação obtida na EMBRAPA/Roraima – com o técnico Ramayana Menezes Braga.

¹¹³Convém mencionar que a partir da construção das BRs 174 e 210, parte da pecuária (20%) transferiu-se dos “campos naturais” para os “pastos cultivados” ao sul de Roraima. Atribui-se a transferência do rebanho às demarcações de diversos territórios indígenas, que coincide com a área geográfica da pecuária (setentrional).

¹¹⁴Comparando a produção de arroz em Roraima com a dos Pampas Gaúchos, Roraima produz 20% a mais, ou seja os gaúchos colhem 100 sacas do produto por hectare plantada, em Roraima a média é de 120 sacas por

consolidou. Com o advento do PROVÁRZEAS, a partir de 1981/82 as várzeas passaram a ser usadas para a produção de arroz em escala empresarial¹¹⁵. A partir da década de 90 é considerado como o principal produto da agricultura roraimense, possuindo a maior área plantada, juntamente com o milho. A produção de arroz abastece o mercado interno e o excedente é comercializado para outros estados da região amazônica. Assim convém ressaltar que esta cultura apresenta o melhor nível de tecnologia e com o maior emprego de capital. Trata-se de uma iniciativa predominantemente de migrantes sulistas, ao contrário de outras culturas que apresentam baixo padrão tecnológico¹¹⁶.

A agricultura de Roraima produz basicamente para o mercado interno e, ainda assim, necessita de complementação tendo que importar produtos como: tomate, abacate, laranja, batata inglesa, trigo, etc. Uma característica desta agricultura, mão-de-obra familiar, com exceção da produção do arroz.

No que diz respeito a mineração em Roraima, é constatada a existência, na região montanhosa, de diversos garimpos. Esta região corresponde aos altos cursos dos afluentes do rio Branco que descem da Serra do Roraima e do Parima. O maior garimpo nessa região é o Tepequém, localizado na serra do mesmo nome, descoberto em 1937. Adolpho Brasil, em 1948, requereu a posse dos garimpos no Tepequém e fundou “a empresa de mineração Tepequém”, a primeira empresa de mineração do Território Federal do Rio Branco. Em 1952, a empresa foi vendida a José Rellings, um belga que fugiu após a morte de seu filho por um garimpeiro em 1956¹¹⁷.

O ciclo de mineração, que iniciou com as primeiras descobertas de garimpo, atingiu seu ápice em 1944, quando foram extraídos 28.723 quilates de diamantes. Em 1946 o extrativismo mineral foi responsável por mais de 75% de toda a produção do Território. A maior pedra encontrada foi em 1953 e tinha 21 quilates e 75 pontos (diamante industrial)¹¹⁸. A produção começou a declinar no início da década de 50 e prosseguiu até meados da década de

hectares. Em quilos colhidos, esta diferença é de 2 mil hectares. In: *Roraima Economia e Mercado* - Federação do Comércio do Estado de Roraima. Boa Vista: Fecomércio-RR, 2003. p. 75.

¹¹⁵BRAGA, Ramayana Menezes. *A Agropecuária em Roraima – considerações históricas, de produção e geração de conhecimentos*. Documento nº 01. EMBRAPA/Roraima, 1998. p. 16-17.

¹¹⁶*Economia e Finanças Públicas do Estado de Roraima-1991/1997*. SEPLAN-RR. p. 25.

¹¹⁷RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpando a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém, 1996. p.18.

¹¹⁸GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE,1952. p. 205.

60. Este declínio é atribuído aos métodos rudimentares da extração de minérios, alto custo de vida nos garimpos e as dificuldades de transporte.

Os processos utilizados na garimpagem são os mesmos que se observa em Minas Gerais, Mato Grosso e etc. Inicialmente se destrói a floresta e depois começa o desmonte da terra com pás e picaretas. Ao alcançarem o cascalho vão “sacando” isto é, tirando o cascalho e os blocos e depositando em um lugar fácil de ser peneirado. Terminando o desmonte começam a lavagem e peneiragem do cascalho que havia sido sacado com uma peneira. O garimpo era abastecido por “comboios”¹¹⁹ que levavam quase a totalidade dos produtos consumidos.

De 1966 a 1979, as atividades de mineração foram desenvolvidas nos rios Quinô, Cotingo, Maú, Tepequém e na Serra do Surucucu. Este último surgiu em 1975 com a extração do minério cassiterita. Essa nova frente de mineração durou apenas oito meses: os garimpeiros foram retirados da Terra Indígena yanomami, pela Polícia Federal. Nos demais garimpos, o produto predominante extraído era o diamante, mas passaram a extrair também o ouro como subproduto do diamante, a partir da adaptação dos equipamentos surgidos neste período¹²⁰.

O garimpo Santa Rosa, em fins de 1979, marcou o início do período dourado de Roraima. Em 1980, a população desse garimpo era de 5.000 homens extraíndo ouro¹²¹. Neste período foram introduzidas as primeiras balsas e dragas¹²² nos leitos dos rios. Os garimpos dessa microregião eram localizados nos rios: Uraricoera, Apiaú, Mucajaí, Serra Couto de Magalhães, Serra do Surucucu, Santa Rosa, Catrimani, Paapiú, Palimuí, Ericó, Deminí, Jundiá e Auari. O “boom” da produção destes garimpos ocorreu entre 1988 e 1989. A produção do ouro em 1988 foi de 4 toneladas. Em 1989 a produção foi de 8 toneladas, em 1990 foi de 5,7 toneladas¹²³. A partir daí a produção começou a declinar, relaciona-se diretamente com a demarcação das áreas indígenas yanomâmi em 1991, pelo Presidente Fernando Collor de Mello e, conseqüentemente, com a destruição das pistas de pouso e a retirada dos garimpeiros.

¹¹⁹São lotes de 20 a 30 bois que são conduzidos por um comboeiro ou boiadeiro.

¹²⁰RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpando a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém, 1996, p. 21.

¹²¹Idem, p. 24.

¹²²O que diferencia a balsa da draga é a potência do motor das mesmas.

¹²³Departamento Nacional de Pesquisa Minerais – DNPM, 1984. p.16.

O extrativismo mineral em Roraima já teve seu *boom* de ouro e diamantes. Após o fechamento dos garimpos, em fins de 1990, a atividade continuou ativa, embora de forma clandestina. Consiste em uma atividade tipicamente informal, de difícil controle e de elevado índice de evasão. Não há, por isso, informações confiáveis sobre a quantidade extraída e o valor da produção. A maior parte das ocorrências minerais conhecidas no Estado coincide com as reservas indígenas¹²⁴. Como já foi mencionado, Roraima possui uma grande quantidade de recursos minerais, dentre as quais se destacam: barita, bauxita, calcário, cassiterita, cobre, diamante, diatomito, ferro, manganês, minerais radioativos, molibdênio, nióbio, tântalo, ouro, turfa e zinco. O ouro e o diamante são considerados os minerais mais abundantes¹²⁵.

No rio Maú, a nordeste de Roraima, a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM, estima a existência de quatro toneladas de ouro e 1,5 milhões de quilates de diamantes. Quanto à cassiterita, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, estimou apenas nas serra do Surucucus, a nordeste, em cerca de 15 mil toneladas¹²⁶. As explorações dos recursos minerais em Roraima, apesar de existir os impedimentos legais, têm despertado grande interesse das empresas privadas, que requerem junto ao DNPM (Departamento Nacional de Pesquisas Minerais) as concessões necessária de lavra. No entanto, o estado necessita de uma solução para a questão institucional de suas terras.

A situação das terras de Roraima ainda é indefinida, a tabela 4 reflete a problemática, que urge por uma solução. Tal questão é considerada um entrave ao desenvolvimento socioeconômico (figura 10). Roraima por ter sido um Território Federal, o domínio de suas terras, segundo a Constituição pertencia a União. Ao ser transformado em estado, em 1988, a Carta Magna em seu artigo 14, assegura seu direito sobre as terras públicas “disponíveis”. Em 1995 foi criado o ITERAIMA – Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima, a fim de proceder a transferência das terras da União para o referido estado. Contudo, até o presente, talvez pela burocracia federal as terras continuam sob o domínio da União através do INCRA.

¹²⁴RORAIMA. *Perfil do Estado de Roraima*, 1998/1999. p. 65.

¹²⁵Idem, p. 60.

¹²⁶Idem, *ibidem*.

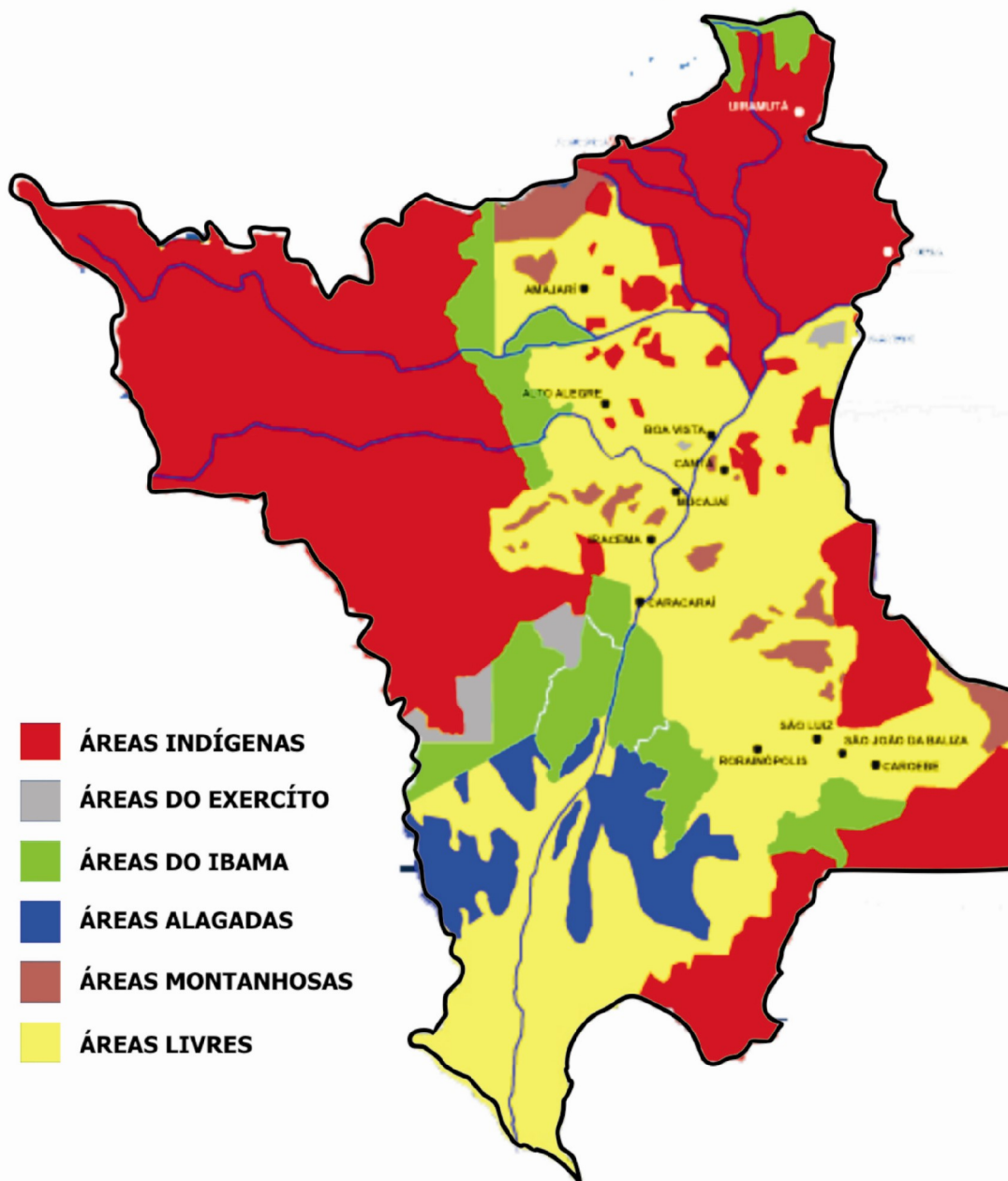


FIGURA 10
Situação Fundiária de Roraima
(Fonte: FECOMÉRCIO - RR, 2003)

Tabela 4
Situação Institucional das Terras de Roraima

DESCRIÇÃO	ÁREA (KM ²)
Superfície total das terras	225.116,00
Pretendido pela FUNAI	104.018,43
Jurisdição do IBAMA	38.271,28
Jurisdição do Exército	2.737,50
Áreas com restrições	19.337,00
Áreas alagadas	13.394,00
Áreas montanhosas	5.943,00
Áreas livres para gestão	60.751,79

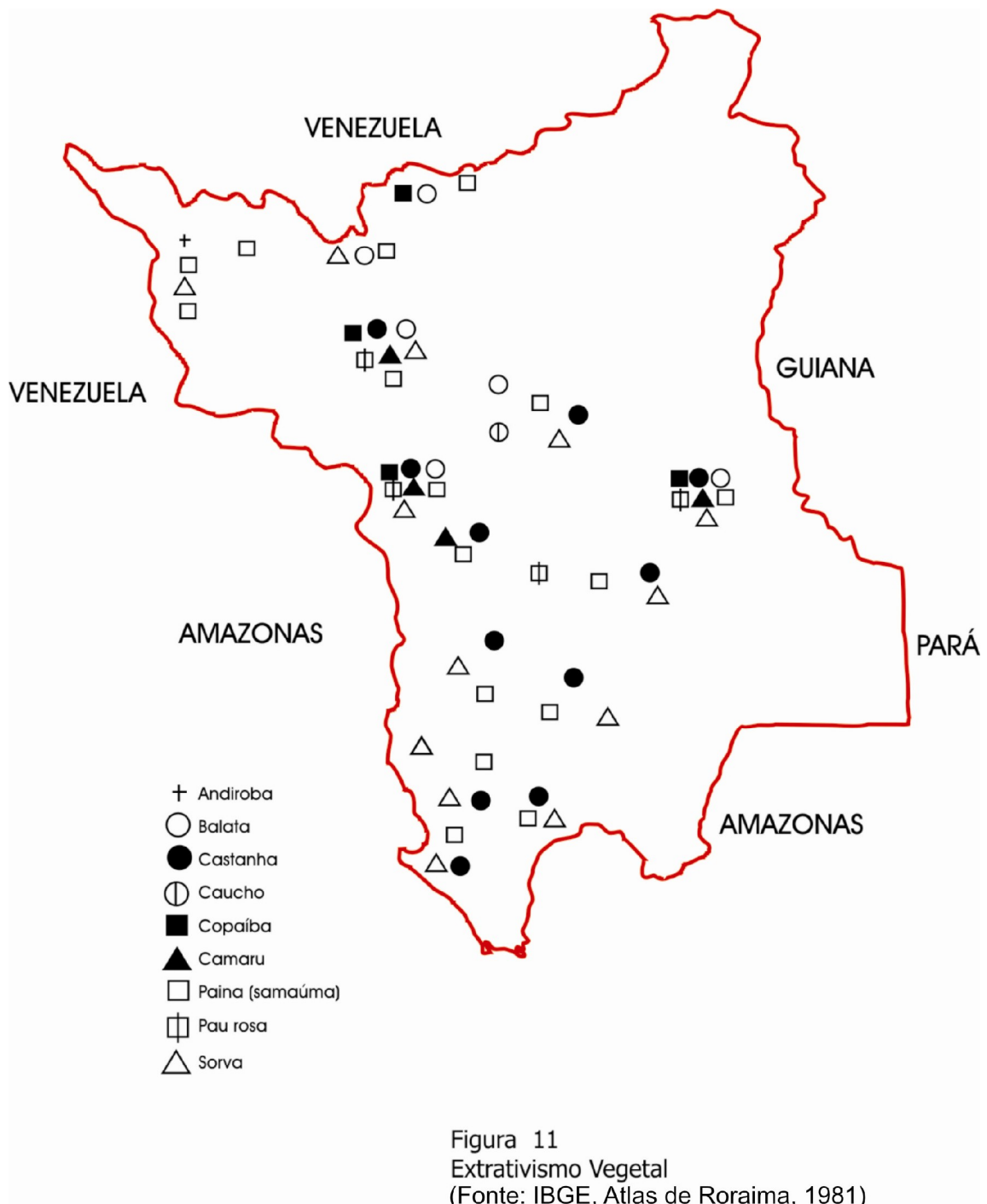
FONTE: *Roraima, Economia e Mercado*. Dados Econômicos e Sociais FECOMÉRCIO-RR, 2003. p.24.

No que tange ao extrativismo vegetal, a Amazônia durante séculos viveu dessa atividade. Em Roraima, no Baixo Rio Branco, toda a produção era extrativa, já mencionada. Ressalta-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, extraiu-se muita borracha. O seringal Barauaninha, era o mais importante¹²⁷.

O Território Federal do Rio Branco, ao contrário das outras unidades da federação que se encontram localizadas na região Amazônica, não teve na sua economia baseada apenas na indústria extrativa vegetal como: borracha, castanha e madeiras (figura 11). A pecuária e a indústria extrativa mineral constituíam as outras duas fontes de suas riquezas. É mister salientar que o ex-Governador, o Capitão Clóvis Nova da Costa, em 1948, teceu o seguinte comentário sobre a economia do Território: “Conquanto as bases fundamentais da economia territorial sejam diferentes, na sua natureza das do resto da Amazônia brasileira, as formas de exploração se assemelham. Alicerça-se a economia riobranquense na indústria pastoril e na lavra diamantífera mas do que na produção agrícola e vegetal”¹²⁸. O fato de o Território Federal do Rio Branco independer da produção gumífera e da indústria extrativa vegetal, não exime das práticas rotineiras que constituem a tradição da economia amazônica.

¹²⁷ GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. p. 210.

¹²⁸ Ibidem. p. 164.



Em Roraima existe uma grande diversidade de madeiras de lei já mencionado, principalmente no Baixo Rio Branco e na região Montanhosa. Ressalta-se que até a década de 60 a madeira não constituía significativa fonte de riqueza econômica, pela falta de braços e de estradas. Entretanto, nas décadas de 50 e 60 já havia indústrias de beneficiamento de madeira para atender o setor da construção civil. Porém, fazendo uma analogia da produção de madeira em tora com outros Estados da Amazônia Legal, a produção de Roraima era insignificante. Informa-se ainda que esta atividade concentra-se a maior parte no estado do Pará, que detém mais de 90% da produção amazônica, secundado de longe, por Rondônia e Mato Grosso, com 4,5% e 3,3%, respectivamente¹²⁹.

Tal situação vai se alterar substancialmente a partir da década de 70, com a construção das BRs 174 e 210. A partir daí, ao contrário dos demais produtos extrativos, as madeiras passaram a ser uma atividade econômica rentável. Além de abastecer o mercado interno, são comercializadas também para Manaus e para a Venezuela. A caferana (*Picrolemma pseudoffea*), o cedro (*Cedrela fissilis*) e o louro (*Cordia trichotoma*) são as preferidas desse comércio¹³⁰.

Atualmente na Amazônia e conseqüentemente em Roraima, a extração da borracha, praticamente inexistente¹³¹. Destaca-se a madeira em tora, a lenha, o carvão vegetal e a castanha-do-pará, extraídas predominantemente ao sul. A população que desenvolve a atividade de coleta de produtos na floresta ou mesmo a extração de madeira é em grande parte, composta de agricultores e colonos. Trata-se de atividades complementares. Boa parte das madeiras fornecidas às serrarias são vendidas pelos colonos que desmatam para fazer o roçado. Conforme a tabela 5, a madeira em tora apresentou o maior crescimento da produção no ano de 1988 a partir daí apresentou declínio. A diminuição provavelmente deve estar ligada às restrições dos órgãos ambientais. Atualmente existe um paradoxo a madeira figura na pauta das exportações de Roraima como o principal produto e enfrenta a sua maior crise de produção. A Venezuela aparece como o principal mercado consumidor seguido dos Estados Unidos, China, Japão, Holanda e Espanha, que também estão na lista de grandes compradores de madeira.

¹²⁹ *Anuário Estatístico do IBGE*, 1989.

¹³⁰ *ATLAS de Roraima*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 24.

¹³¹ Segundo dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura do IBGE de 2001, em toda região norte a quantidade de látex produzido é de apenas 4.368 ton., proveniente a maior parte do estado do Acre, em torno de 55%.

Tabela 5
Extração Vegetal no Estado de Roraima 1988-1990

Ano	Castanha (ton.)	Carvão Vegetal (m ³)	Lenha (m ³)	Madeira em Tora (m ³)
1988	1609	34	61.329	56.003
1989	805	175	69.364	37.273
1990	-	28.316	30.827	33.607

Fonte: SILVA JR. *Roraima o Brasil do Hemisfério Norte - Diagnóstico Científico e Tecnológico para o Desenvolvimento*. Manaus: Humberto Calderaro- AMBTEC, 1994. p. 373 .

2.5.2.2 Setor Secundário

O setor industrial de Roraima é sustentado pelas micro e pequenas empresas, constituídas em sua maioria, por firmas individuais e por sociedades com cotas de responsabilidade limitada. Sua participação na formação produtiva de Roraima passou de 3,77%, em 1970, para 24%, em 1991. Apesar deste crescimento, o setor ainda é considerado incipiente. Uma das maiores dificuldades é a falta de mão-de-obra especializada. Há uma predominância dos sub-setores de construção civil, de terraplenagem, de alimentação e do setor moveleiro ou madeireiro. Estes últimos possuem um relativo potencial de desenvolvimento, considerando-se que existe um mercado promissor na Venezuela¹³².

Atualmente em Roraima existem 958 indústrias, a maior parte localizada em Boa Vista. No interior destacam-se, os municípios de Rorainópolis, Caracará e Mucajaí, principalmente no ramo madeireiro e moveleiro. De acordo com os dados fornecidos pela Federação das Indústrias do Estado de Roraima – FIER, as atividades industriais concentram-se, principalmente nos setores da construção civil e terraplenagem (38,9%), produtos alimentares (15,9%), madeireiro (9,5%), mobiliário (7,5%), metalúrgico (7,4%), editorial e gráfico (5,3%) e outras atividades (15,5%). Não obstante, convém mencionar que existem 91 indústrias de madeiras e 72 do ramo mobiliário. Os principais produtos da indústria madeireira são: madeiras serradas, laminadas, esquadrias; e do setor mobiliário são: cadeiras, camas, cômodas e guarda-roupas¹³³. É mister salientar que a infra-estrutura para o desenvolvimento do setor industrial de Roraima foi consolidado com o fornecimento da energia de Guri (Venezuela), bem como a pavimentação da BR 174 já mencionada.

¹³²Federação do Comércio do Estado de Roraima. *Roraima Economia e Mercado: dados econômicos e sociais*. Boa Vista: Fecomércio, 2003. p. 85.

¹³³Ibidem. p. 85-86.

2.5.2.3 Setor Terciário

Em Roraima, é predominante o setor terciário com alta participação do serviço público. Isso é evidenciada, em parte, pelo fato de que, desde o princípio, tem-se mantido uma forte ligação de atrelamento e dependência com os outros poderes, principalmente com o poder federal. Pode-se analisar inicialmente esta dependência quando ainda era parte da Capitânia de São José do Rio Negro, bem como em fase posterior, na condição de município do estado do Amazonas, que por sua vez estava subordinado ao governo do Grão-Pará. Com a criação do Território Federal do Rio Branco, foi mantida a sua dependência externa. Finalmente com a implantação do Estado, não se rompeu esta dependência, à medida que a autonomia financeira é apenas parcial, pois mantém ainda uma forte dependência econômica da União¹³⁴: 90% da sua receita total. Roraima apresenta o menor pólo industrial do Brasil.

O setor comercial de Roraima é aquele tradicional, que importa seus produtos de capitais mais desenvolvidas como São Paulo, Fortaleza, Manaus, dentre outras. Esses produtos são revendidos principalmente no comércio de Boa Vista. Esta atividade fica restrita ao comércio de confecções, gêneros alimentícios, calçados, veículos, produtos eletrônicos, eletrodomésticos e outros bens de revenda. O mercado interno de Roraima é considerado restrito, principalmente a capital que, pela demanda pouco oferece em escala industrial para a produção. Por essas razões as indústrias em Roraima são de beneficiamento primário, como as de madeira, agroindustriais, etc¹³⁵.

No tocante ao PIB de Roraima, a maior parte provém da atuação do Governo em todas as esferas, quer como principal empregador quer como investidor ou como custeador da máquina administrativa. A participação do setor serviços no PIB/1985 foi de 25,58%, a partir daí revela uma ascendência com os anos subsequentes. A título de exemplo: no ano de 1998, o PIB da administração pública se elevou para 40,51%. Nesse contexto, é reconhecida a fragilidade econômica denominada como “economia do contracheque”. Considera-se também a implantação administrativa do Estado de Roraima a partir de 1991. Em face do exposto, convém mencionar que a maior parte da população economicamente ativa de Roraima

¹³⁴RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém, 1996, p. 61.

¹³⁵Federação do Comércio do Estado de Roraima. *Roraima Economia e Mercado: dados econômicos e sociais*. Boa Vista: Fecomércio, 2003. p. 91.

concentra-se, no setor terciário, com 63%. O setor primário emprega 23% e o secundário 14%¹³⁶.

Ao analisar-se as exportações de Roraima no período de 1988/1998, fica evidente a frágil estrutura econômica, caracterizada pelos números de sua pequena exportação, que foi de US\$ 536.000 para o ano de 1988; a partir daí apresentou um desempenho superior; US\$ 3.465.000 em 1992 e em 1996 US\$ 7.116.140. O ano de 1997 apresentou US\$ 2.582.893, registra-se grande queda no valor das exportações, em virtude da diminuição da produção mineral em diamantes e ouro, tendo este último produto deixado de comparecer na pauta de exportação do Estado. O que, talvez seja resultado da expulsão dos garimpeiros em terras indígenas, ou do desvio da produção¹³⁷. Em 1998, o valor das exportações, comparado com os dois últimos anos anteriores mencionados, houve ainda uma redução para US\$ 2.482.126. Convém ressaltar que o segundo item da pauta de exportação foram os produtos madeireiros, em 1996, com montante US\$ 864.947; e em 1997 com US\$ 684.747. Comparados os anos, a diminuição provavelmente deve estar ligada às restrições dos órgãos ambientais já mencionada. Em 1998, a madeira passou a ser o principal produto da pauta de exportação, atingindo a soma de US\$ 1.091.502¹³⁸. Atualmente, a madeira continua sendo o principal produto das exportações do comércio exterior de Roraima.

Por fim, pelos dados aqui expostos, Roraima apresenta uma economia incipiente e em estágio de formação. Até pouco tempo, o isolamento territorial e a carência de energia elétrica eram tidos como entraves ao desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, em parte considera-se tais problemas solucionados. Diante disso, atualmente o Estado necessita de políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento do setor econômico. O principal óbice parece ser a falta de regularização fundiária, o que impede principalmente investimentos no setor agropecuário. No que tange à indústria, considera-se a baixa densidade demográfica, pois o mercado interno é restrito. Faz-se, também necessário buscar outros mercados no Brasil e no exterior. No que tange ao mercado externo, Roraima já está integrado fisicamente com a Venezuela e com a Guiana.

¹³⁶Estado de Roraima – SEPLAN. *Síntese Estatística*, 2001. p. 31.

¹³⁷BENCHIMOL, Samuel. *A Exportação da Amazônia Brasileira*. Manaus: Valer, 1998. p. 141.

¹³⁸Estado de Roraima – SEPLAN. Op. cit., 2001. p. 28.

Há de se admitir que Roraima possui uma grande quantidade de recursos naturais. Apresenta, também, nítida vocação agropecuária, grandes potencialidades em recursos minerais e florestais, já mencionados. A economia de Roraima é considerada incipiente, uma vez que se encontra estagnada há décadas. Para sobreviver, necessita de transferências de recursos federais para manutenção dos serviços públicos e apoio à iniciativa privada.

2.5.3 Aspectos Sócio-Demográficos

O crescimento populacional de Roraima apresentou um quadro que se mostrou tímido até a década de 1970. A partir daí, as taxas de crescimento registraram um elevado índice. No censo de 1950, o Território Federal de Roraima possuía uma população de 18.116 habitantes, passando a 215.950 habitantes, em 1991 (tabela 6). Atualmente a população é de 357.302 habitantes (IBGE, Censo 2003).

Tabela 6
População de Roraima 1950/1991

Censos	1950	1960	1970	1980	1991
Roraima	18.116	28.304	40.885	79.159	216.950

Fonte: IBGE, 2000.

Apesar do dinamismo populacional alcançado a partir dos anos 80, o estado de Roraima está inserido dentre as unidades federais com mais baixa densidade demográfica em relação ao Brasil e à região norte, conforme a tabela 7. É mister salientar que no auge da frente garimpeira, houve um vertiginoso crescimento da população de Roraima, a partir da segunda metade da década de 80. Aumento relacionado ao “boom” do garimpo e o incentivo de políticos locais para trazer mais uma leva de migrantes. Conseqüentemente, com o fluxo maior de pessoas, surgiram diversos bairros periféricos sem infra-estrutura e, obviamente, sem condições de moradia.

Tabela 7
Densidade Demográfica
(hab/Km²)

Ano	Roraima	Região Norte	Brasil
1950	0,08	0,51	6,10
1960	0,13	0,72	8,23
1970	0,18	1,00	10,24
1980	0,34	1,64	13,98
1990	0,93	2,63	17,10

Fonte: Secretaria do Estado do Planejamento, Indústria e Comércio/Estado de Roraima, 1990.

Esta baixa densidade demográfica apresentou um desequilíbrio em relação à sua distribuição espacial. O município de Boa Vista, a capital de Roraima, tem uma tendência à urbanização, uma característica emblemática de Roraima, nos últimos 40 anos. A maior concentração populacional está no núcleo urbano da capital. No interior, caracteriza-se a predominância da população rural sobre os núcleos urbanos. A exceção fica com o município de Caracaráí.

Como já foi mencionado anteriormente, o processo migratório de Roraima renovou-se a partir de 1970, quando Boa Vista constituía o único núcleo de características urbanas de Roraima. Predominou a migração nordestina, não só para a agricultura, mas também para os cargos públicos. Esse movimento esteve vinculado ao PIN (Programa de Integração Nacional), promovido pelo Governo Federal, particularmente com a abertura, em 1975 da Perimetral Norte (BR-210), que atravessa o sul de Roraima e a BR 174 (Manaus - Boa Vista - BV-8)¹³⁹. Com a promulgação da Constituição de 1988 e com a transformação do Território Federal em Estado Membro da Federação, a corrente migratória foi impulsionada pela busca de novos empregos públicos.

O início da década de 90 foi marcado pelo sonho do enriquecimento rápido com os garimpos de ouro e de diamantes. Roraima continuou a receber um grande contingente populacional. O expressivo crescimento deveu-se em grande parte à mobilidade da população migrante. Entretanto, as restrições impostas ao garimpo em terras indígenas na década de 90

¹³⁹ SOUZA, Carla Monteiro. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2001. p. 53-54.

diminuíram esse fluxo. Os que permaneceram deslocaram-se para os assentamentos rurais promovidos pelo INCRA, principalmente no sul de Roraima.

Com relação à procedência dos migrantes, têm-se a predominância do estado do Maranhão, seguido do Pará e do Amazonas. Dentre os municípios de Roraima, o destino dos migrantes continua sendo preferentemente, Boa Vista, que recebe o maior número de migrantes em razão de apresenta melhores condições econômicas e de infra-estrutura física e social.

A seguir, vem Rorainópolis, município de atividade econômica voltada para a extração vegetal, a pecuária e a agricultura. Em tese, as razões históricas e econômicas que delineiam o perfil desta população pode ser definida como heterogênea, composta por brasileiros oriundos do norte ao sul do país, somados ainda aos primeiros habitantes indígenas que são presença marcante em Roraima. Cabe mencionar que, ao contingente da política de colonização dirigida, juntam-se fazendeiros e madeireiros, que participam da apropriação de terras de Roraima.

Para Silveira e Gatti¹⁴⁰, antes da abertura das rodovias, já se verificava uma migração espontânea para Roraima por via fluvial. Com a construção da BR 174 e do trecho roraimense da BR 210, centenas de migrantes foram atraídos para a região e vários povoados foram surgindo na parte sudeste e sul de Roraima, observando-se também um crescimento da posse integral da terra, surgindo a figura do migrante-posseiro. Os projetos de assentamentos rurais desenvolvidos no sul de Roraima confirmaram a sua importância, em termos demográficos. O sul cresceu entre 1980/1991 a uma média anual de 12,04%, sendo que no sudeste, que abrange os municípios de São Luís e São João da Baliza, a taxa média de crescimento foi de 16,28%. O município de São João da Baliza de 1.531 habitantes, contados em 1980, registrou 10.002 habitantes em 1991, verificando-se um crescimento médio anual de 18,60%. A parte norte apresentou taxa média de crescimento populacional ligeiramente inferior, 9,04%, estando concentrados nos municípios de Boa Vista e Alto Alegre¹⁴¹.

Se por um lado, o processo de ocupação humana de Roraima sempre foi muito dependente da iniciativa oficial, por outro apresenta alto grau de espontaneidade. Os fluxos

¹⁴⁰SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. In: *Boletim Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropológica, 1988. p. 52.

¹⁴¹BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 139.

migratórios para a região podem estar associados à disponibilidade de terra e oportunidade de empregos no setor público. Acrescente-se a isso tudo, um elenco de incentivos oficiais, a fim de atenuar as pressões fundiárias de outros estados do país, tendo como resultado o crescimento demográfico.

Não obstante, convém traçar um breve panorama da população indígena em Roraima. A presença indígena é uma característica da população, principalmente do alto rio Branco, não só da paisagem, onde se alternam malocas, sítios, vilas e povoados, mas também do ponto de vista econômico, uma vez que muitos deles exercem as atividades econômicas da região. Os índios possuem diferentes grupos lingüísticos: a) **Karib** – Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Maiongong, Wai -Wai e Waimiri – Atroari; b) **Aruak** – Wapixana; c) **Yanoma** ou **Yanomam** – Yanomami, Sanumá ou Sanoman, Ninam (Xirixána, Xirianá, Yauarí) e os grupos de línguas isoladas - Maku¹⁴² (figura 12).

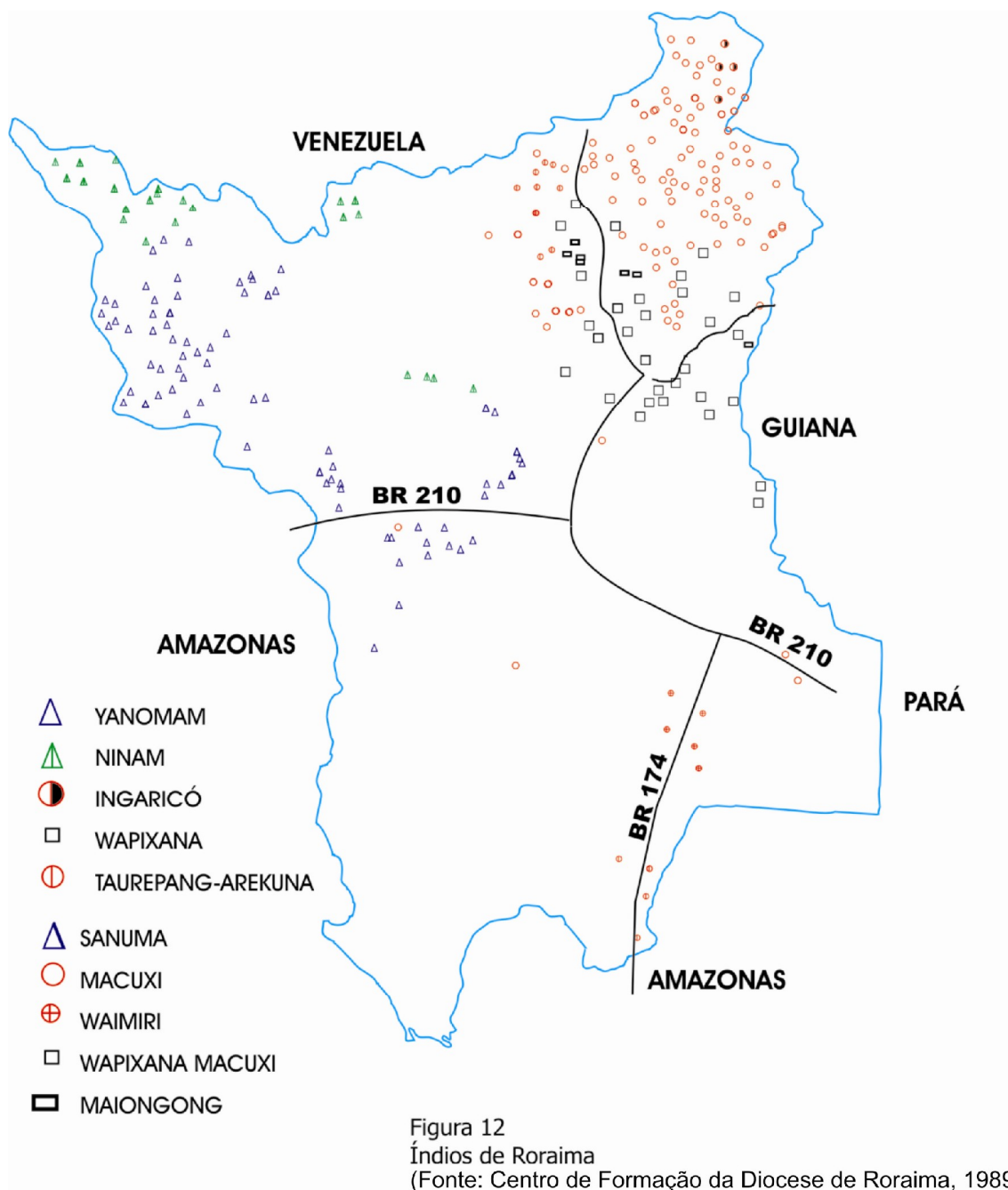
A microrregião de campos e savanas do rio Branco receberam os primeiros colonizadores oficiais para desenvolvimento da pecuária. Os índios aí residentes foram os primeiros a sofrerem a absorção da cultura do colonizador, o que favoreceu sua desintegração. Os índios, ainda hoje, como no passado, trabalham como mão-de-obra nas fazendas de Roraima ou migram para a cidade de Boa Vista, residindo na periferia urbana.

De todas as etnias, os Macuxi são os mais numerosos. Sua população é estimada em 11.598 pessoas¹⁴³. Historicamente acredita-se que teriam chegado por aqui ainda no século XVI, para disputar espaço com os Wapixana. A etnia Macuxi, já bastante aculturada, vive em malocas, aldeias ou comunidades formadas por casas unifamiliares, localizadas, sempre, próximas de um curso d'água.

No tocante aos Taurepang, se localizam na montanha a oeste da vila de Pacaraima, próximo à BR 174, fronteira com a Venezuela. Não são originários da região que ocupam atualmente, pois participaram da mesma migração com os Macuxi. Estes índios são Adventistas do Sétimo Dia, e migram continuamente para a Venezuela. Em Roraima formam 3 malocas: Bananal, Boca da Mata e Sorocaima. São em torno de 300 a 400 índios.

¹⁴²SILVA, Orlando Sampaio. Os Grupos Tribais do Território de Roraima In: *Registro de Antropologia*, USP – São Paulo, 1980, v. 23, p. 71 - 89.

¹⁴³FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista: DLM, 2000. p. 32.



Não obstante, segundo Migliazza, houve uma diminuição na população dessa etnia considerando que constantemente, migram do território brasileiro para o território venezuelano¹⁴⁴.

Os Ingarikó vivem no extremo norte de Roraima, e suas terras fazem limites ao norte com a Venezuela e a Guiana. Ainda hoje continuam arredios e por isso são tidos como agressivos. A cifra atual está em torno de 500 índios. São agricultores, coletores e ainda trabalham no garimpo em suas terras¹⁴⁵.

Os Wapixana constituem o segundo maior povo indígena de Roraima, com cerca de 4.200 índios: com 700 destribalizados e 3.500 vivendo em 26 malocas. Há muita migração Wapixana da Guiana para o Brasil, pois costumam trabalhar nas fazendas de gado ou em Boa Vista. São identificados por não falarem o português e sim o inglês e sua língua nativa. Em Boa Vista, trabalham em serrarias, na construção civil e em comércios; as mulheres, como empregadas domésticas nas casas das famílias citadinas¹⁴⁶.

Os índios Yanomami são uma das mais expressivas etnias existentes em Roraima. Possuem ramificações também no Amazonas e na Venezuela. Em Roraima, vivem nas florestas da serra de Pacaraima e no alto dos rios Mucajaí, Uraricoera e Catrimani. O Território dos Yanomami é rico em ouro e cassiterita (serra dos Surucucus). Em 1990, foi criada uma reserva indígena para os índios com 9.500 Km², o Parque Nacional dos Yanomami. São aproximadamente 9 mil pessoas no Brasil.

Já os índios Waimiri-Atroari, habitam o sul de Roraima. Em 1976, seu território foi cortado pela BR 174. O tráfego pela referida BR só é permitido das 06:00 às 18:00 h (exceto para as linhas de ônibus). Esta etnia possui aproximadamente 1.600 pessoas, conforme dado levantado pela FUNAI em 1992. Uma outra etnia, os Maiongong localizam-se às margens do rio Auarís na serra do Parima, vivem nas malocas Auarís e Uaicás no noroeste de Roraima. São aproximadamente 280 indivíduos. Seu território se estende até a Venezuela através do rio Orinoco¹⁴⁷. No que diz respeito aos índios Wai-Wai, habitam o sudeste de Roraima, seu

¹⁴⁴FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista: DLM, 2000. p. 33.

¹⁴⁵Centro de Informação da Diocese de Roraima. *Índios de Roraima. Coleção histórico-antropológica*, nº 1. Boa Vista: Editora Coronário, 1989. p. 64.

¹⁴⁶Ibidem. p. 71-73.

¹⁴⁷FREITAS, 2000. op. cit., p. 35.

território foi cortado pela BR 210 (Perimetral Norte). Possuem três aldeias com aproximadamente 350 índios¹⁴⁸.

No que diz respeito à educação, quando foi instalado o Governo do Território, era assunto de plano secundário, existindo apenas 4 escolas primárias. Diante deste descaso o índice de analfabetos apresentava-se alto, mesmo considerando a pequena densidade demográfica. Criada e organizada a divisão de educação, seu objetivo principal era expandir a educação. No ano de 1946, além do grupo escolar Lobo D'Almada, escolas supletivas noturnas, escola Professor Diomedes Souto Maior e do curso particular São José nesta capital, o Território mantinha, no interior, duas escolas reunidas e quatro isoladas. Esse era o panorama da educação em 1946. Já em 1947, foram criadas 10 novas escolas no interior¹⁴⁹.

A partir de 70 o Território Federal de Roraima passou por uma série de transformações econômicas e sociais, em decorrência de medidas tomadas pelo Governo, no sentido de melhor integrá-lo ao resto do país. Tais transformações repercutiram em diversos setores de atividades, entre os quais se inclui o setor educacional que, a partir de 1973 passou à esfera da Secretaria de Educação e Cultura. Esta dinamização, ou seja a melhoria e expansão do setor educacional beneficiou sobretudo a área urbana, especialmente a Capital que em 1970 reunia 40,9% da população de Roraima.

O ensino superior foi iniciado em 1973, com os cursos de Estudos Sociais e Letras, ministrado pela Universidade Federal de Santa Maria. Não obstante, convém salientar que muitos roraimenses obtiveram seu diploma de Ensino Superior em outros Estados. O Governo territorial manteve duas casas de estudantes, em Manaus e outra em Belém, além de manter uma política de concessão de bolsas de estudos¹⁵⁰. A efetividade do ensino superior em Roraima é recente: somente em 1990 é que se deu a implantação da Universidade Federal de Roraima.

Atualmente Roraima tem uma rede física satisfatória. O sistema estadual de Educação é composto por órgãos e estabelecimentos federais, estaduais, municipais e privados. Fazendo analogia com a realidade brasileira, no que tange ao índice de

¹⁴⁸BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 86-87.

¹⁴⁹CAVALCANTI, Araújo. *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio e Cia., 1949. p. 280.

¹⁵⁰ATLAS DE RORAIMA. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 36.

analfabetismo, a educação em Roraima esta acima da média nacional, pois apenas 7% da população é considerada analfabeta e deste, metade está em idade escolar o que ocorre notadamente na zona rural de 70 a 80% desse índice¹⁵¹.

Em 1944, com a instalação do Governo Territorial, foi implantada a Divisão de Saúde e a Divisão, assolava o Território, desde a Capital até seu mais afastado núcleo demográfico. O índice dessa moléstia em uma cidade de baixa densidade demográfica era alarmante. Porém baixou após um trabalho de combate aos inúmeros mosquitos vetores da malária. Teve destaque no Governo também o combate à tuberculose e a lepra, embora não fossem doenças generalizadas¹⁵².

Com relação à maternidade e a infância, o Governador Capitão Ene Garcez dos Reis considerou ínfimo o coeficiente de natalidade e a elevadíssima mortalidade infantil ao criar essa Divisão. A mesma dispunha apenas de 2 médicos, um obstetra e o outro pediatra, atendendo a população no ambulatório e a domicílio¹⁵³.

O problema da saúde constitui antes, um problema social mais amplo que envolve a implantação de infra-estrutura básica, campanhas de esclarecimento da população, serviços profiláticos, além de um atendimento médico-hospitalar eficiente. Nesse sentido, o Território somente a partir dos anos 70 é que vai ser dotado de uma infra-estrutura básica de serviços sanitários, mas que até os dias atuais continuam insatisfatórios, limitados praticamente à Capital. Dentre as endemias, a malária continua sendo considerada a de maior incidência. Outra doença endêmica que ocorre em Roraima muito embora restrita ao norte é a oncorcerose. É mister salientar que no Território, a princípio, só havia um atendimento hospitalar era o Hospital Nossa Senhora de Fátima, da Prelazia de Roraima (entidade religiosa com fins filantrópicos)¹⁵⁴. Embora exista uma multiplicidade de órgãos ligados ao setor saúde, há enorme desequilíbrio entre ofertas do serviço de saúde e a complexidade sempre crescente da demanda a estes serviços. Roraima não foge à regra do Brasil.

A saúde pública, atualmente é prestada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Dispõem de 102 unidades, incluindo postos de saúde, centros de saúde, hospitais,

¹⁵¹SILVA JR, Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima. *Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 166.

¹⁵²CAVALCANTI, Araújo. *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio e Cia., 1949. p. 268.

¹⁵³Ibidem. p. 266.

¹⁵⁴ATLAS DE RORAIMA. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 38.

hemocentros, pronto-socorro, etc. As doenças mais comuns registradas são malária, dengue, hepatite, leishmaniose, tuberculose, hanseníase, etc. Nos últimos anos houve maior empenho no combate ao mosquito da dengue, o que surtiu efeitos satisfatórios, principalmente no município de Boa Vista¹⁵⁵.

Ao concluir este capítulo, percebe-se os reflexos da geopolítica brasileira, em primeiro lugar cita-se a criação dos Territórios Federais em áreas de fronteiras. Dessa forma as políticas públicas implementadas em Roraima, estavam ligadas a ocupação efetiva. Em segundo, a partir de 1964, verifica-se uma transformação no que tange as políticas de integração nacional, principalmente a BR 174. Porém, o atual Estado apresenta uma estrutura produtiva pouco diversificada, embora possua elevado potencial econômico, dada a grande quantidade de recursos naturais. Roraima continua, até os dias atuais, com uma forte dependência financeira do poder federal, entretanto a sua emancipação política tenha ocorrido em 1988. Impõe-se desse modo um grande desafio aos governantes, promover o seu desenvolvimento apoiado no desenvolvimento sustentável.

¹⁵⁵ Federação do Comércio do Estado de Roraima. *Roraima Economia e Mercado: dados econômicos e sociais*. Boa Vista: FECOMÉRCIO, 2003. p. 45.

Capítulo 3

O Extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima

Esse capítulo tem o objetivo de analisar o extrativismo vegetal da mesorregião sul de Roraima (destaca-se esse espaço geográfico em função de sua cobertura vegetal ser semelhante a da floresta tropical, com vegetação tipicamente amazônica propícia ao extrativismo). Com a finalidade de compreender a dinâmica desse processo, que foi desencadeado na Amazônia e, conseqüentemente, no Território Federal do Rio Branco, hoje Roraima, apresenta-se os fundamentos, econômicos, políticos e sociais que vigoraram de 1943 a 1988. Nesse período, destacam-se o extrativismo da borracha, da castanha, da sorva, da balata e das madeiras. Analisa-se ainda, as relações estabelecidas entre o extrativismo vegetal e o movimento de expansão da frente pioneira no pós-70, em razão do recrudescimento da estratégia de ocupação do Governo Federal.

3.1 Sítio de Estudo

A área de estudo dessa pesquisa foi definida a partir da “Divisão do Brasil em “meso” e “microrregião”. Desse modo, conforme o IBGE, o conceito de organização abrange diferentes estruturas espaciais, as quais resultam da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial. As mesorregiões, que se desmembram em microrregiões, são estabelecidas com base nesse conceito de organização espacial. Entende-se por mesorregião uma área individualizada, numa determinada unidade da federação, que apresenta formas de organizações do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial¹.

Tendo esses conceitos como parâmetro, a pesquisa se apoiará na mesorregião sul de Roraima² que compreende as microrregiões de Caracará e do sudeste de Roraima. A área

¹CLEMENTE, Ademir. *Economia Regional e Urbana*. São Paulo: Atlas 1994, p. 23.

²IBGE – *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE 1995-1996, p. 228.

delimitada para análise abrange, desse modo, quatro municípios: Mucajaí, Caracaraí, São João da Baliza e São Luiz³. (Figura 13).

3.2 A Paisagem Física

Conforme o RADAMBRASIL, a mesorregião sul apresenta uma cobertura vegetal não homogênea, uma vez que há vários tipos de vegetação: Mosaico Floresta Tropical Densa, Floresta Tropical Aberta e Vegetação Herbáceo-Arbustiva, na qual estão incluídas as formações pioneiras e as áreas de tensão ecológica. A grande variação fisionômica prende-se às variações topográficas, que influem nas características do solo, que vão desde os mais ou menos arenosos, profundos ou rasos, inundados periodicamente, aos encharcados permanentemente ou de terra firme. Os diferentes tipos de vegetação englobados numa unidade correspondem a uma fisionomia complexa – o mosaico. Este mosaico compreende formas florestais por vezes constituídas de árvores de grande altura, vegetação arbórea do tipo caatinga (campinas/campiranas), com árvores esparsas, vegetação arbórea de árvores pequenas e finas com altura máxima de 15m. São também incluídos no mosaico os tipos de contato entre florestas e formações abertas, que podem se apresentar em formas de inclusões ou formas ecotonais⁴.

A cobertura vegetal da mesorregião sul dispõe de um grande potencial de madeira. As espécies de maior presença são: abio folha vermelha (*Priurella prieurili*, D.C.), andorinha (*Banara guianensis*, Aubl.), envira preta (*Guatteria poeppigiana*, Mart.), muiratinga (*Maquira sclerophyla*, (Ducke), C.C.Berg.), muirapixuna (*Martiodendron excelsa*, Ducke), macucu (*Licania heteromorpha*, Bth.), saboarana (*Swartzia laevicarpa*, Aamsh.), tatapiririca (*Tapiririra guianensis*, Aaubl.), tanimbuca (*Terminalia amazonica*, (Gmel), Exell), cedro (*Cedrela fissilis*), cupiúba (*Goupia glabra*), dentre outras. Ainda existem espécies produtoras de: sorva (*Couma utilis*), balata (*Mimusops bidentata*), castanha (*Bertholletia excelsa*), látex (*Hevea Benthamiana*), maçaranduba (*Manilkara elata*)⁵.

³Convém esclarecer que em 1994, o Governo Estadual criou mais três municípios na mesorregião sul: Iracema, com terras desmembradas dos municípios de Caracaraí e Mucajaí; Caroebe, com terras desmembradas no município; São João da Baliza e Rorainópolis com terras desmembradas do município de São Luiz.

⁴Projeto RADAMBRASIL/DNPM-Rio de Janeiro, 1975, p. 373.

⁵IBGE – Atlas de Roraima / Fundação Instituto de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro: IBGE 1981, p. 18.

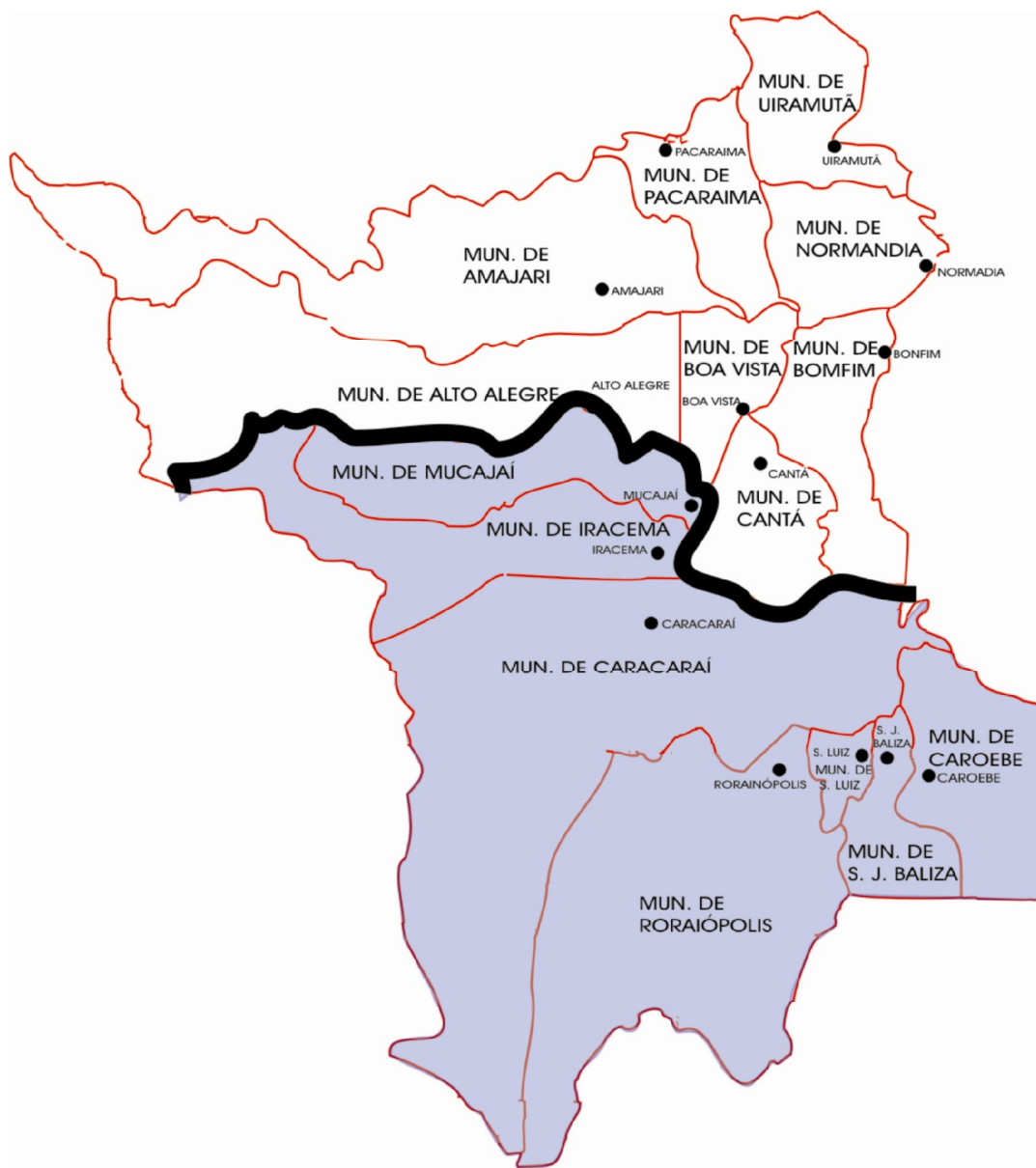


Figura 13
Mesorregião Sul de Roraima
(Fonte: IBGE, 1995)

Como já foi apresentado anteriormente, segundo KÖPPEN (Af, Am e Aw) existem três grupos climáticos: ao sul, a região é caracterizada pelo domínio de florestas tropicais úmidas com relevo de planície e baixos platôs. O tipo climático predominante é o “Af”, que possui um elevado índice de precipitação anual (>2.000mm), com pouca variação ao longo dos anos. A variação entre os meses também é pequena, embora seja possível identificar meses com o índice pluviométrico abaixo da média, principalmente entre agosto e outubro. A amplitude térmica mensal deste tipo climático não ultrapassa os 5°C. A região fica abaixo da linha do equador e é influenciado principalmente por um sistema de circulação atmosférica denominado *massa de ar equatorial* ou *circulação perturbada do oeste*. Esta corrente de circulação provoca chuvas abundantes ao longo de quase todo o ano devido a presença de forte umidade (vapor d’água) e freqüente condensação de massas de ar⁶ (Figura 14).

Considerando a bacia hidrográfica de Roraima já mencionada na pesquisa, convém destacar as principais bacias do sul de Roraima, assim como os diversos tipos de solos. No município de Mucajaí encontram-se ao Norte os rios Couto de Magalhães, Mucajaí e Apiaú, este com várias cachoeiras, dentre elas a do Cachimbo, a do Garimpo e a da Missão. Ao Sul, estão os rios Apiaú e Catrimani, com as cachoeiras Alagação, Encanto e Poraquê. A Leste, o município é banhado pelo rio Branco. No que tange ao relevo, é bastante diversificado. Suas terras abrangem desde as várzeas direitas das margens do rio Branco até as serras do Parima e do Urucuzeiro, com altitudes que atingem a mais de 1000m⁷.

No município de Caracará, a bacia do rio Branco é composta pelos rios Ajanari e Xeruiní. O regime hidrográfico da bacia do rio Branco é definido por um período de cheias, nos meses de março a setembro, com a maior elevação no mês de junho. No período seco, que se estende de outubro a fevereiro, as águas baixam consideravelmente, impossibilitando a navegação. A navegabilidade no Baixo Rio Branco é definida pelo regime pluviométrico, realizada somente nos baixos cursos e principais afluentes, durante o período de maior precipitação. Nesse período, o acesso é constante, menos às embarcações de 75 toneladas de capacidade, cuja navegação fica restrita ao período chuvoso. O solo é representado por uma cobertura sedimentar de baixa fertilidade: *podzol hidromorfo*, *areia quartzosa hidromorfo* e *latossolo amarelo*. Somente o último é encontrado nas partes mais elevadas da região, sendo aproveitável para a agricultura⁸.

⁶INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus – 1997, p. 329.

⁷SEBRAE/RR – *Diagnóstico Sócio e Econômico de Mucajaí*. Boa Vista, 1998. 2ª ed. p. 12-13.

⁸SEBRAE / RR – *Séries Diagnósticos Municipais* – Município de Caracará, 2000. p. 12.

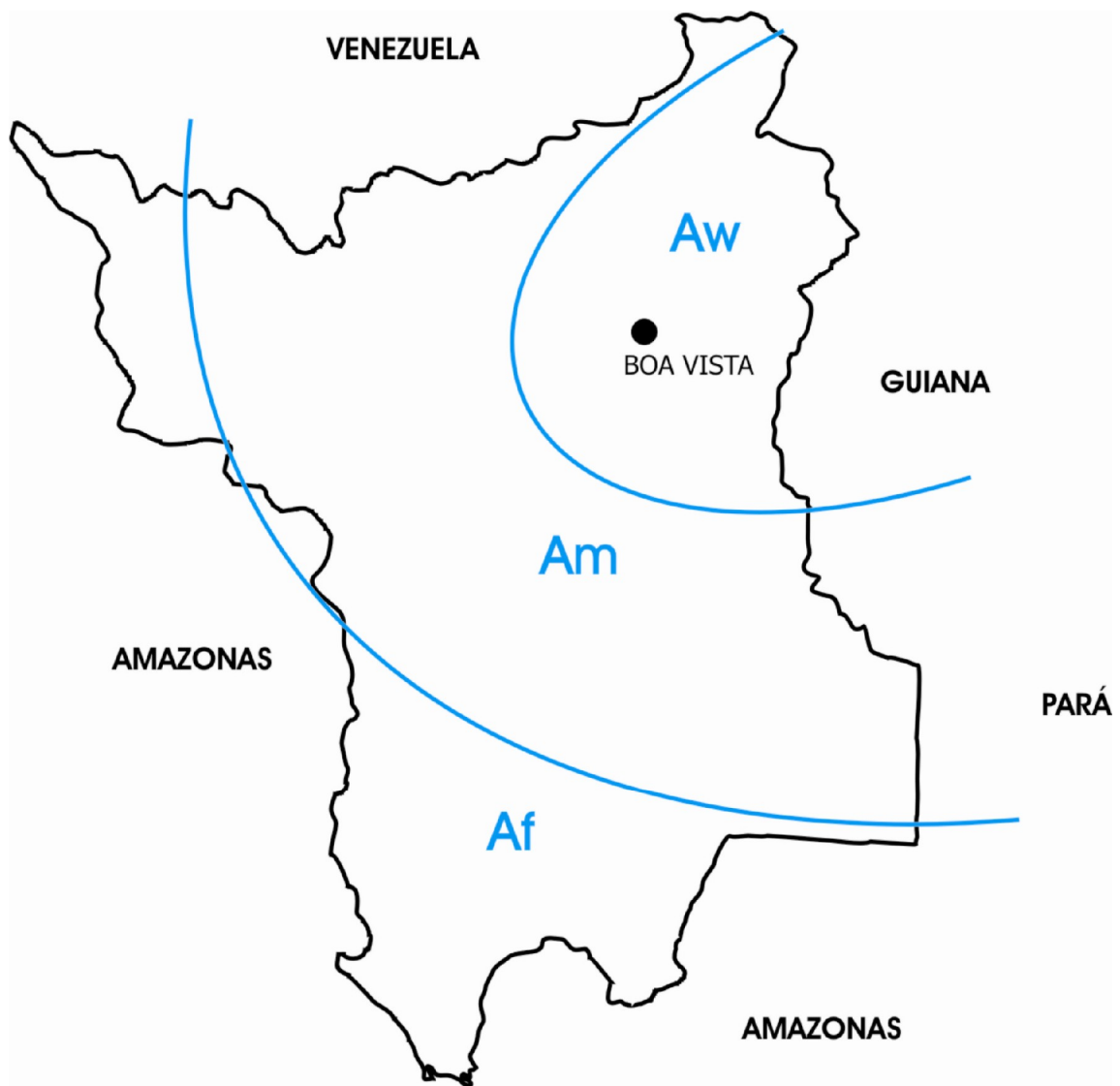


Figura 14
Clima de Roraima
(Fonte: IBGE, Atlas de Roraima, 1981)

O relevo do município é formado por uma extensa superfície de aplainamento, consequência do alto estágio de erosão de rochas pré-cambrianas com guinas do embasamento cristalino. Nele, as altitudes variam de 80 a 160m, decaindo em direção à calha do rio Negro, no Amazonas⁹.

Com relação ao município de São João da Baliza, sua hidrografia é composta pelos rios Jauaperi e Anauá. O rio Jauaperi segue ainda em direção a noroeste, recebendo águas de cursos menores, dos quais se destaca o rio Trairão. Os solos são do tipo Podzólicos de cor vermelho-amarelos e Latossolo de cor vermelho – amarelo. Predomina superfície plana em aproximadamente 80% do território; o relevo ondulado, de colinas e vales, corresponde a aproximadamente 10% do território. As vertentes de declives fortes ocupam os 10% restantes da formação geofísica¹⁰.

O município de São Luiz possui um relevo de superfície plana com 60% de seu território e apresenta relevo forte e fracamente ondulado (40%). A bacia hidrográfica que abastece o município é formada pelo rio Anauá e seus afluentes, e pelo rio Branco e seus afluentes. O solo é assim caracterizado: Latossolo Amarelo; Terra roxa estruturada; Podzólico vermelho-amarelo; Pinhoso Sílico; Glei pouco úmido sílico e Areia Quartzosa¹¹.

3.2 A Geopolítica e os Municípios: Mucajaí, Caracaraí, São João da Baliza e São Luiz

Não obstante, é na evolução histórica do dinamismo brasileiro para a Amazônia que se revela o fator militar. Para Wagley, o crescente interesse dos países sul-americanos por essa região não é de natureza exclusivamente geopolítica, mas também econômica. Segundo o autor:

Todas as nações Amazônicas têm trabalhado agitadamente sobre os seus “espaços vazios”. Por medo da expansão de seus vizinhos e mesmo pelos desígnios imperialistas dos poderes mais distantes. A Bolívia perdeu território para o Brasil na virada do século. O Equador já havia perdido território amazônico para a Colômbia. E o Brasil, com a maior extensão territorial amazônica e com uma larga história de transgressões territoriais de seus vizinhos, preocupou-se por mais um século com a “cobiça” de outras nações sobre o seu território amazônico. Temendo a usurpação, estabeleceu “territórios federais” para melhor controle de áreas estratégicas como as fronteiras... (Wagley 1984:10)

⁹SEBRAE/RR - *Séries Diagnósticos Municipais* – Município de Caracaraí, 2000. p. 12.

¹⁰SEBRAE/RR – *Séries Diagnóstico Municipais de São João da Baliza*, 2000. p.12.

¹¹Idem, *Séries Diagnóstico Municipais de São Luiz*, 2000. p.12.

É mister salientar que, desde as tentativas de internacionalização da Amazônia no séculos XIX e XX, foram consolidados elementos nacionalistas que marcaram os esforços de ocupação da região. Convém destacar a reação nacionalista de Getúlio Vargas, expressa no “Discurso do Rio Amazonas”, no qual afirma a soberania brasileira sobre a Amazônia e informa sobre a decisão de reforçar a presença militar na região. A criação dos Territórios ocorreu em 1943¹². No contexto explicitamente geopolítico das políticas territoriais para a Amazônia nota-se que o Território Federal do Rio Branco não fugiu à regra dos programas implementados pelo Governo Federal para ocupar a área¹³. Após a criação do Território, foram implementadas colônias agrícolas a fim de abastecer Boa Vista de produtos hortifrutigranjeiros e de aumentar o contingente populacional.

As transformações mais profundas, entretanto, somente vão ocorrer durante os anos 70 e são expressas pelos dados demográficos e a criação na década de 80 de novos municípios. O INCRA desempenhou um papel importante no processo de colonização da mesorregião sul, sendo responsável pelo surgimento de inúmeros núcleos populacionais, principalmente ao longo da BRs 174 e 210. A exploração dos recursos naturais nessa área, como se percebe, é um processo antigo e essencialmente extrativista, ao qual se agrega também a exploração do homem amazônico. As populações indígenas, por exemplo, deixaram inúmeras provas da sua presença; muitos povos foram reduzidos à escravidão e exterminados, excetuando os Wai-Wai e Waimiri-Atroari.

Atualmente, quinze municípios fazem parte da evolução político-administrativa de Roraima, dentre os quais sete estão localizados na mesorregião sul. Dentre esses, destacam-se os quatro que foram criados no período de recorte da análise desse trabalho.

Em meados da década de 70, nasceu a sede do município de Mucajaí, decorrente da instalação de uma unidade do 6º BEC às margens do rio Mucajaí, a qual estava encarregada de construir a BR-174, que iria ligar Boa Vista ao porto de Caracarái. No governo de Hélio Campos, o acampamento militar foi acrescido de moradias para as famílias dos operários,

¹²PINTO COELHO, Pedro Mota. *Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992. p. 105.

¹³A geopolítica reaparece com toda força nas políticas territoriais do regime militar. Num documento governamental que antecedeu o Programa de Governo, chamado “Diretrizes de Governo” (1967), essa preocupação do Estado com a Amazônia é abordada claramente. Ele previa, em sua página 38, que as políticas de ocupação da região deveriam perseguir um duplo objetivo: “a preservação das fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao todo nacional”. In. COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 65-66. Ainda sobre esta questão ver Golbery do Couto Silva com os livros intitulados *Aspectos Geopolíticos do Brasil e Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*.

quando floresceu no local um pequeno núcleo comercial, estimulado pela parada obrigatória dos viajantes que esperavam pela balsa. Até sua elevação à categoria de município em 1º de julho de 1982, através da Lei Federal nº 7009, era conhecida como Vila de Mucajaí, a antiga colônia agrícola Fernando Costa, criada em 1951, já mencionada. Atualmente possui como vilas principais: Apiaú e Tamandaré. A população residente por domicílio demonstra que Mucajaí possui uma população de 13.308 habitantes, segundo o censo de 1991 do IBGE. A atividade agrícola ocupa aproximadamente 88 mil hectares das terras do município. Na qualidade de ex-colônia agrícola, sua produção está voltada para subsistência e o excedente para a comercialização, em Boa Vista. Na pecuária se destaca a criação de gado bovino, porém seu desenvolvimento é limitado pelo baixo índice de capitalização dos pecuaristas e pela insuficiente assistência técnica no manuseio da criação. No que tange ao parque industrial, destaca-se o ramo madeireiro, capaz de atender a demanda de Roraima e do exterior. O beneficiamento de grãos e a produção de peças de pedra-sabão completam a lista das atividades industriais¹⁴. A população residente por domicílio demonstra que Mucajaí possui uma população de 13.308 habitantes, segundo o censo do IBGE para o ano de 1991.

O município de Caracará foi constituído pela Lei Federal nº 2.495 de 28 de maio de 1955. Está situado na rota de ligação entre Manaus e Boa Vista. É a cidade roraimense de maior movimento fluvial. A localização estratégica desse município favoreceu o aparecimento de povoados e o conseqüente crescimento demográfico, resultado do processo de transporte de gado até Manaus, já mencionado. No Município, destacam-se as vilas: Novo Paraíso, Petrolina do Norte, Lago Grande, Santa Maria do Xeruiní, Vista Alegre, Terra Preta, São José, Apuruí, Caicubí, Cachoerrinha e Panacarica. De acordo com os dados do IBGE, em 1991 foram registrados 8.900 habitantes. No que tange aos aspectos gerais, a zona se configurou como exportadora de matérias-primas, que vão desde as drogas do sertão, à extração do látex e da madeira. Mas é na madeira que o município tem a sua principal fonte de receita. Ressalte-se a extração de andiroba (*Carapa guianensis*), louro-preto (*Nectandra mollis*), cedro (*Cedrela fissilis*), castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), dentre outras. Os principais tipos de madeira comercializados são: Angelim-ferro (*Angelim*), Cupiúba (*Goupia glabra*) e Caferana (*Picrolemma pseudoffea*)¹⁵.

¹⁴SILVA JR., Tércio. *Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnóstico Científico e Tecnológico e para o Desenvolvimento*. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima Manaus: Umberto Calderaro, 1994. p. 125-128.

¹⁵SEBRAE/RR – *Séries Diagnósticos Municipais* – Município de Caracará-2000. p. 11-35.

A agricultura é predominante de subsistência, mas com algumas exceções podem ser citadas, em determinadas áreas, as lavouras de arroz, de mandioca e de milho. No que tange à agropecuária, é pouco desenvolvida, mas avalia-se haver um grande potencial para o desenvolvimento da atividade. O município destaca-se como o principal produtor de pescado. Dentre as espécies de maior comercialização estão: piraíba (*Brachyplatistoma filamentosum*), tucunaré (*Cichla ocellaris*) e aracu (*Leporinus*). O setor industrial do município é considerado frágil, sendo a maioria das empresas de pequeno porte. A maioria das indústrias está centradas no ramo madeireiro, em decorrência principalmente da disponibilidade de matéria-prima existente na região. Os produtos oferecidos são: tábuas, pranchas e pernamancas¹⁶.

No início da década de 80, com a abertura da Perimetral Norte (BR-210), a região que compreende hoje o município de São João da Baliza passou a receber colonos vindos principalmente do Sul e do Nordeste do País. O município foi criado em 1º de julho de 1982, pela Lei Federal nº 7.009, envolvendo além da sede, várias outras povoações e localidades, quase todas ao longo da rodovia, desmembradas do município de Caracará. Atualmente a agricultura ainda é considerada incipiente, havendo cultivos de milho, arroz, feijão e mandioca. Em relação à pecuária, destaca-se a criação de gado bovino, com sustento de pastagens artificiais. O parque industrial é reduzido, sendo que todas as empresas são de pequeno porte, atuantes dos ramos de panificação, artefatos de cimento e serraria¹⁷. No ano de 1991, a população residente no referido município era 10.143, de acordo o censo demográfico do IBGE.

O município de São Luiz foi criado pela Lei nº 7.009, de 1º de julho de 1982. Assim como aconteceu com todos os municípios roraimenses que surgiram na época, tal emancipação político-administrativa atendeu à política de ocupação e integração da Amazônia Legal ao resto do país. Trata-se de uma política implementada pelos governos militares, através do investimento da expansão das fronteiras agrícolas nacionais¹⁸.

O nome da localidade é uma homenagem à capital do Maranhão, terra natal da maioria dos pioneiros da colonização. Atualmente a pecuária se destaca com a criação de gado bovino, porém o baixo nível de capitalização dos pecuaristas é um dos principais problemas para o não desenvolvimento da atividade em caráter empresarial. No município, as unidades industriais formais, discriminadas por ramo de atividade, são: serrarias, marcenarias

¹⁶SILVA JR., Tércio. op. cit., p. 110.

¹⁷SEBRAE/RR – *Séries Diagnósticos Municipais* – Município de São João da Baliza – 2000. p. 11.

¹⁸Ibidem.

e padarias¹⁹. No entanto, a indústria madeireira é uma das mais promissoras, considerando as grandes reservas florestais²⁰. A população residente no município, de acordo com o censo demográfico do IBGE, foi de 8.558 habitantes para o ano de 1991.

3.3 O Extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima

Para que se possa abordar a contento o processo histórico do extrativismo vegetal ocorrido na mesorregião sul de Roraima, torna-se indispensável, *a priori*, realizar uma análise mais ampla sobre a Amazônia, que durante um longo período de sua história teve como principal atividade produtiva o extrativismo vegetal.

Durante o período colonial, o suporte da economia amazônica foi a coleta das “drogas do sertão”, dentre as quais destacava-se o cacau, produto de maior volume da pauta de exportação. Entretanto, foi a partir da primeira metade do século XIX que a produção gumífera iniciou uma trajetória ascendente, voltada para o atendimento das necessidades do mercado internacional. Em 1912, a economia da região foi direcionada para a coleta da castanha (fim do ciclo da borracha), que se tornou, por algum tempo, o principal produto da Amazônia. Otávio Velho assegura que a infra-estrutura da borracha foi toda aproveitada para a exploração da castanha, o que tanto permitiu que a área se recuperasse da crise quanto evitou o êxodo da mão-de-obra²¹. De 1940 até 1945, a economia da região foi caracterizada por um novo surto da borracha, em função da Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, a região sobreviveu às custas de outros produtos que o mercado nacional demandava, tais como juta, pimenta-do-reino, arroz, algodão e alguma pecuária²².

Sobre o período mais recente, que se estende de 1967/70 em diante, pode-se afirmar que a economia foi marcada, sobretudo, pelas políticas do Governo Federal. Nesse período, os interesses das grandes empresas se voltaram para a mineração, para a extração e para o beneficiamento dos diversos tipos de madeiras, mas também de pecuária de corte, dentre outras fontes de menor importância. Dessa forma, o capital passava a ingressar na produção agropecuária e mineira amazônica. Nesse momento, a região avança rumo a uma nova etapa da sua história.

¹⁹SEBRAE/RR. *Séries Diagnósticos Municipais*. Município de São Luiz –2000. p. 11-26.

²⁰Convém mencionar que para a exploração das florestas, faz-se necessário um planejamento de manejo florestal.

²¹VELHO, Otávio Guilherme. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972. p.48.

²²CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 41-51.

Não obstante, ao se fazer uma analogia do extrativismo vegetal da região amazônica com a do Baixo Rio Branco²³, circunscrita ao sul de Roraima, constata-se que essa atividade é praticada desde o período colonial. Foi ao final do século XIX que primeiro se registrou a coleta do látex e da castanha na região. Ao percorrer o vale do rio Branco, em 1906, Jacques Ourique registrou que:

Na barra do rio Xeruiní, situado logo acima do Catrimani, existe o maior barracão de seringueiros de todo o rio Branco[...] na margem oriental, pouco abaixo está a boca do rio Anauá, igualmente explorado por Lobo d'Almada [...] atualmente em consequência da exploração dos seringais encontrados nas suas margens e nas de seus afluentes, é percorrido até um pouco acima da foz do rio Baraúna. Nas enchentes dá navegação a pequenos batelões até as cachoeiras superiores, porém na estiagem a navegação é a canoa. Sendo os poços que se formam ao longo de seu leito, riquíssimos em peixes e tartarugas, o que serviu de chamariz aos seus primeiros povoadores [...] na zona de transição do Baixo para o Alto Rio Branco, nada de novo há registrar, com relação as outras regiões análogas do Amazonas. Mais ou menos abundantes e dilatados se vão encontrando os seringais, já em parte explorado até o trecho das cachoeiras, e, por todos os lados as mesmas madeiras e essências das zonas alagadiças deste vasto e rico Estado. Nas terras firmes e altas, por toda a extensão do imenso vale, a fertilidade é extraordinária, produzindo sem muitas dificuldades e até algumas espécies espontaneamente: anil, cacau, tabaco, canela, pimenta, baunilha, cumaru, copaíba, piaçaba, salsa, urucú, etc.(OURIQUE, Jacques, 1906, p.4).

O registro mostra a riqueza da floresta natural, destacando em abundância os seringais e as consideradas drogas do sertão. Jacques Ourique tinha o objetivo de tornar conhecidos esses produtos da floresta, a fim de trabalhar e pesquisar sobre suas utilidades para possível industrialização, quer no Brasil quer no exterior.

Pouco depois, em 1924, a expedição de Hamilton Rice registrou que o vale do rio Anauá parecia conter muita borracha. Por esse rio, pode-se atingir o alto Jauaperi, rico em balata (*Mimusops bidentata*) e em borracha (*Hevea*). Registrou também que, entre o rio Negro e a Cachoeira Caracarái, havia duas localidades que funcionavam como ponto de troca e de acesso aos cursos dos afluentes do rio Branco: os arraiais de Santa Maria e de Nossa Senhora do Carmo²⁴. Os produtos eram transportados e comercializados por regatões²⁵.

²³De acordo com o capítulo 2, a região do Baixo Rio Branco (388 km de extensão), compreende o trecho que vai desde a foz do rio Negro até Vista Alegre, em Caracarái.

²⁴RICE, Hamilton. *Exploração da Guiana Brasileira* – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978. p. 24.

²⁵Os regatões adquiriam os produtos extrativos: castanha, peles, látex, etc., e vendiam sal, café, ferramentas, bebidas, medicamentos, munição, etc. tratava-se de um comércio movente, cuja localização era acessar os clientes ribeirinhos ao longo do rio. In: BARROS, Nilson Crócia. *Roraima Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Ed. da UFPE, 1995. p. 57.

A mesma expedição identificou, ainda, que na região do Catrimani havia colheita de salsaparrilha (*Zazaparilla*). No povoado de Vista Alegre existia um posto de comércio da empresa J.G. ARAÚJO²⁶.

Em 1924, Eggerath também registrou que a floresta ribeirinha da mesorregião sul “é luxuriante como poucas” e que possui “belíssimos exemplares de samaumeira” (*V. sumaumeira*) e “matas densas de açazeiros” (*Euterpe oleracea*). O autor corrobora os seus diversos antecessores que identificaram tratar-se de uma zona de borracha, de balata, de castanha, de óleos vegetais, tais que a copaíba, e diversas madeiras preciosas. A copaibeira (*Copaífera langsdorfii*), por exemplo, cujo óleo é dos mais valiosos e que cresce abundantemente na região, é lembrada apenas para lenha. Todos tratam apenas da borracha (*Hevea brasiliensis*), da balata (*Mimusops bidentata*), da castanha (*Bertholletia excelsa*), cuja colheita e extração não oferecem dificuldades e sim lucros certos. À época, considerava-se serem quase inesgotáveis, no rio Branco, os mananciais da borracha e da balata²⁷.

No que tange aos habitantes do Baixo Rio Branco, à época da criação do Território Federal do Rio Branco, pode-se afirmar que ganhavam a vida por meio do extrativismo vegetal. Esses habitantes procuravam, nas margens do rio Branco ou de seus afluentes principais, lugares que apresentassem as seguintes vantagens: facilidade de transportes, garantia de existência de produtos alimentícios (peixes: pirarucu, tambaqui e caça), existência de madeiras próprias para as construções, etc²⁸. Esta é a razão pela qual as cabeceiras dos altos rios do Território são quase sempre inexploradas, em contraste com ocorrência de adensamentos demográficos constatado na foz dos rios mais importantes ou nos pontos de passagem obrigatória das embarcações fluviais.

²⁶Convém esclarecer que Joaquim Gonçalves de Araújo (J. G. Araújo) era proprietário de uma casa comercial em Manaus de importação e exportação de borracha, balata, castanha, piaçaba, guaraná, materiais para construção, artigos para pesca, armas e munições, estivas em gerais, pólvora, motores agrícolas e industriais, querosene, gasolina, óleos, graxas, pneumáticos, materiais fotográficos e cinematográficos, usina de lavagem mecânica de borracha, navegação e criação de gado, fábrica de biscoito, massa, chocolates, doces e máquinas de escrever. Esse português fundou a empresa em 1877 e atuou no ramo empresarial em toda região amazônica. Notadamente nos anos 20 do século passado J. G. Araújo foi responsável pela instalação da primeira fábrica de beneficiamento de borracha no Amazonas, a *Brasil Hévea*. In: LOUREIRO, Antônio José Souto. *Tempos de Esperança*. (1917-1945). Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994. p. 152.

²⁷EGGERATH, D. Pedro. *O Valle e os Índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1924. p. 19.

²⁸MARTINS, Antônio. *O Território Federal do Rio Branco*. Discurso Proferido na Câmara dos Deputados no dia 7 do outubro de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, p.151.

Nas transações comerciais estabelecidas pelos regatões pouco se usava moeda, sendo feitas através do escambo²⁹. Nesse compasso, durante décadas o abastecimento do Vale do Rio Branco foi feito por Manaus. Em sentido inverso, toda a produção extrativa era levada para esta capital. Os roteiros de viagens pelo rio Branco de então destacavam os seguintes núcleos demográficos:

- 1) Santa Maria do Boiaçu – um adensamento de quase 100 pessoas explorando rios e igarapés das proximidades;
- 2) Rio Xeruiní – quase 150 pessoas;
- 3) Foz do Rio Catrimani – mais ou menos 160 pessoas, vivendo na ilha do mesmo nome;
- 4) São José do Anauá – situado na boca do rio do mesmo nome, com cerca de 200 habitantes;
- 5) Caracará e Vista Alegre – os dois maiores adensamentos do Baixo Rio Branco, respectivamente. Caracará era o núcleo demográfico mais importante, com cerca de 400 habitantes. Vista Alegre se encontra a 10Km, à jusante de Caracará e tinha, aproximadamente 80 habitantes³⁰.

Com exceção dos moradores de Caracará e Vista Alegre, que se encontravam mais ou menos agrupados, os demais eram considerados nômades: viviam afastados uns dos outros, há dias e dias de distância a ser percorrida de canoa, num insulamento doloroso.

O Baixo Rio Branco é a região coletora mais antiga de Roraima e até a década de 80 baseava sua produção quase exclusivamente no extrativismo vegetal, que se estendia da boca do rio Ajarani para jusante. Ainda hoje depende do tráfego fluvial, haja vista que não foi atingida pela rede rodoviária de Roraima. Seus portos principais são Boiaçu e São José do Anauá. A seringa foi o principal produto exportado pelos referidos portos. O Posto Fiscal de Boiaçu registrava não só a exportação de borracha, mas também de sorva (*Couma utilis*) e de balata (*Mimusopsis bidentada*), coletada em áreas vizinhas, inclusive em terras pertencentes ao estado do Amazonas³¹. Atualmente, o referido posto está desativado.

²⁹Convém esclarecer que foi somente no século XIX que se generalizou o uso da moeda metálica no Brasil. E isso nas regiões litorâneas, pois no interior ainda por muitos anos continuou o uso do escambo para quase todas as relações econômicas, como pagamentos de serviços, de mercadoria, de salários e pagamentos dos impostos. O governo Português proibiu por muitos anos a circulação na Colônia, de moedas cunhadas em Portugal, e não permitia que elas fossem cunhadas no Brasil. Essa medida visava claramente evitar a sangria de dinheiro da Metrópole para a colônia. In: AMED, Fernando José e NEGREIROS, Plínio José Labriola. *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Sinafresp, 2000.

³⁰MARTINS, Antônio. *O Território Federal do Rio Branco*. Discurso Proferido na Câmara dos Deputados no dia 7 do outubro de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, p. 151-152.

³¹IBGE. *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro.1981. p.24.

3.3.1 A “Batalha da Borracha” e o Território Federal do Rio Branco (Roraima)

Na década de quarenta, a Amazônia continuava sendo um mundo mítico e desconhecido, não somente para os americanos, mas também para os brasileiros. O mesmo se dava no que diz respeito à avaliação do potencial do Vale Amazônico e à criação dos mecanismos para a operacionalização da “Batalha da Borracha”. Para os tecnocratas do Rio de Janeiro e de Washington a Amazônia representava o país da *Hevea* nativa, a matéria-prima vital, cujo emprego em larga escala viabilizada a guerra e oferecia a possibilidade de vencê-la.

Milhares de dólares foram empregados nesta empreitada. Um grande número de cientistas, de comerciantes experimentados e de técnicos de campo da RDC (*Rubber Development Corporation*) viajaram, entre 1941 e 1945, pelas margens e exploraram as florestas próximas às nascentes do rio Amazonas, desde a Venezuela e a Colômbia até o Peru, a Bolívia e o Brasil. Em seus registros, catalogados nos arquivos nacionais dos Estados Unidos, estão incluídas as notas sobre o terreno, a vegetação, a vida dos índios, as instituições comerciais, o desenvolvimento agrícola, as condições sanitárias, os costumes políticos, o regime de fertilidade do solo, o transporte fluvial dentre outros aspectos importantes³².

Com base no acordo Cartográfico Brasil-Estados Unidos, referências geocartográficas do IBGE, datadas de 1943, dão conta de que foi realizado, pela Força Aérea Norte-Americana, o recobrimento de “aerofotografias” da parte leste do Território Federal do Rio Branco. Foi empregado o sistema “trimetrogon” que permitiu obter maior exatidão do mapeamento planimétrico e forneceu informações sobre a cobertura vegetal dos campos do Rio Branco³³. O referido mapeamento fazia parte da estratégia política norte americana face à Segunda Guerra Mundial³⁴. Conjectura-se que os Estados Unidos tinham a intenção de implantar mais uma base de apoio, nesse momento no Território.

Nos relatórios da RDC sobre as diversas regiões da Amazônia, são descritos, com abundância de detalhes, o mapa de cada região e o roteiro de cada viagem, bem como a

³²MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha e Suas Conseqüências para o Vale Amazônico*. Cadernos UFAC – Série “C”- Estudos e Pesquisa n°1. Universidade Federal do Acre. 1998. p.105.

³³IBGE- *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro. 1981. p.10.

³⁴Convém mencionar o depoimento do primeiro governador do Território Federal do Rio Branco, Capitão Ene Garcez: “[...] O governador não tinha meios de transporte para nada. Se quisesse ir a algum lugar, ia no avião do Major Williams, um americano baseado em Georgetown, capital da Guiana. A Guiana, na época era uma base de reabastecimento americano durante a Segunda Guerra Mundial. Os aviões vinham do Estados Unidos, reabasteciam na Guiana e em Natal (no Brasil), e daí seguiam para África. O Major Williams ficava em Georgetown para dar apoio estratégico de saúde [...]”. In: FREITAS, Aimberê. *A História Política de Roraima*. 1946-1985. Manaus: Umberto Calderaro, 1993. p. 36.

incidência da borracha, do caucho e de congêneres. São descritas também as técnicas de coleta empregadas, o número de seringueiros na ativa e o quanto a região seria capaz de comportar; os sérios problemas que afetam estes extratores, como o alto custo de vida, a precária assistência sanitária e falta de um serviço regular de correios, etc³⁵.

Através do decreto-lei n.º 4.523, de 25 de junho de 1942, foi criada a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, C.C.A.W. Subordinada ao Ministério da Fazenda, tinha o encargo principal de coordenar, superintender e auxiliar as atividades das muitas entidades brasileiras para operacionalizar a *batalha da borracha*³⁶. Como se pode depreender do referido decreto-lei, tratava-se, na realidade, de um órgão de alto nível e com plenos poderes do governo brasileiro para superintender e implementar os Acordos de Washington. De fato, foi através dessa entidade que, durante o prazo de vigências desses Acordos (1942-1947), o governo brasileiro conduziu sua política de produção de borracha. Ressalta-se nesse movimento, o recrutamento da mão-de-obra.

A fim de promover o recrutamento dos soldados da borracha, o Governo Federal decidiu tornar mais atraente o engajamento dos novos trabalhadores, equiparando o extrativismo gumífero ao serviço militar, conforme se depreende do Decreto- Lei nº 5.225, de 1º de fevereiro de 1946. O trabalhador alistava-se por dois anos, como “soldado da borracha”, fazendo jus a um pequeno salário durante a viagem. A militarização do recrutamento dos seringueiros foi, não obstante, incapaz de minorar as agruras do trabalho extrativista³⁷.

É bastante ilustrativo o modo que as Associações Comerciais do Amazonas e do Pará definiam as características “desejáveis” para um seringueiro:

Por pouco que pareça, o exercício da profissão do seringueiro exige certo número de qualidades especiais. Antes do mais, deve ele ser capaz de viver isolado no interior da floresta, o que constitui particular disposição de espírito. Deve possuir certa facilidade de improvisar, para se bastar a si mesmo com os escassos recursos da floresta. Deve ser suficientemente saudável para não enfermar em sua barraca, úmida e sem conforto, no centro da mata. Deve ter suficiente resistência física, para um caminhada de 20 quilômetros, diária, suportando carga, nos meios alagadiços. E, deve finalmente, contar com habilidade manual indispensável no “corte”, pois um seringueiro desajeitado, canhestro, é fraco produtor do leite da seringa³⁸.

³⁵MARTINELLO, op. cit., p. 109.

³⁶Idem, p. 118.

³⁷PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil*. Ed: Hucitec, 1984. p. 98.

³⁸ANDRADE, Almir. *Contribuição a História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1950. p.49.

O Governo recorria a toda sorte de expedientes para convencer os futuros membros do “exército da borracha”. Assim, o recrutamento no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em São Paulo e em Porto Alegre passou a ser feito nos xadrezes policiais. O Nordeste foi a região que forneceu maior contingente para o recrutamento, por causa da miséria, da ausência de perspectiva, das seguidas secas e, ademais, pelo espírito migrante do nordestino³⁹. É com base nos depoimentos dos ex-soldados da borracha, que corrobora-se a propaganda que o Governo Federal fazia para os nordestinos se engajarem no exército da borracha. Em entrevista concedida a Pedro Martinello, Raimundo de Oliveira declara que:

[...] Geralmente, eles não diziam como era a Amazônia. Só apenas diziam que a gente vinha trabalhar na produção da borracha porque o produto estava sendo empregado como esforço de guerra, então, que nós poderíamos vir para a produção da borracha, como também ir para a guerra. Aqueles que viessem para a produção da borracha, não iriam para a guerra. Como eu tinha muita vontade de conhecer a região amazônica, me alistei para vir. Já próximo à minha vinda, fui sorteado para o exército⁴⁰.

Em outro depoimento, colhido por Samuel Benchimol, Francisco Prata relata que:

Eu vim porque endoidei. Não precisava vim ao Amazonas. Estava no Rio de Janeiro muito bem, quando um primo meu entusiasmou para eu vir pro Amazonas, que era a terra para se ganhar muito dinheiro. Faz oito anos que eu estou aqui agora. Tenho sofrido um bocado. Logo quando cheguei foi condutor de bonde. Parece que eu ainda estou aqui por um castigo[...] Já estive no Acre. A vida lá é muita doída, triste como nunca vi. Só os cantos dos macacos, os pios dos passarinhos e os esturros de onças perto do tapiri. Quem vivi no inferno se acostuma com os cães. E por isso eu tive que me acostumar... Mas a seringa é a alma do Amazonas... Sem dinheiro não volto para o Ceará. O Amazonas é que é terra para se ganhar dinheiro⁴¹.

Da perspectiva da seca nordestina, outro migrante estabelecido no Amazonas:

³⁹ Segundo Roberto Santos, as principais razões explicativas do direcionamento do fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia foram: o preconceito do trabalhador nordestino de ir para o sul, em virtude da existência de trabalho escravo nos cafezais de São Paulo; a possibilidade de tornar-se produtor não sujeito que lhe era acenada; ilusão de enriquecimento rápido; propaganda e arregimentação realizada por prepostos de seringalistas nas cidades de Fortaleza, Recife e Natal; subsídios dos governos do Amazonas e Pará concedidos para o transporte de imigrantes para a colonização agrícola, que em última análise favoreciam as zonas de extração da borracha; facilidade do transporte de cabotagem até o ponto de Belém; a quebra da resistência dos senhores de terra do nordeste ao deslocamento da mão-de-obra, diante de uma situação de calamidade pública. In: SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, p. 107-108.

⁴⁰ MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha e Suas Conseqüências para o Vale Amazônico*. Cadernos UFAC – Série “C”- Estudos e Pesquisa n°1. Universidade Federal do Acre. 1988. p.235.

⁴¹ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia- Um pouco-Antes e Além- Depois*. Manaus: Umberto Calderaro,1977. p. 305.

[...] Quando chega a seca o jeito é emigrar. Por isso tive que vim com os meus recursos que ainda tinha, do interior até a capital (Fortaleza) para me alistar no exército da borracha. Se não fosse a seca não viria ninguém não. A seca vem se multiplicando: 1915 é filha de 1919, 19 é filha de 32, 32 de 36 e a de 1942 é o pai de todas... Não há que se agüente desse modo... Em Belém, trabalhei numa empreitada. Em 30 dias derrubei uma mata danada e pus fogo nela. Estou disposto pra tudo. Vou destinado a Rio Branco, a seringá⁴².

Em Roraima, o depoimento de D. Maria Almeida sobre o motivo da sua vinda para o Território Federal do Rio Branco:

Nós somos do Rio Grande do Norte, mas já estávamos morando no Piauí só sofrendo... papai saiu para a rua e quando voltou havia se alistado para trabalhar como soldado da borracha. Chegou em casa e disse, junta, junta e bota os quase nada que estamos indo para Manaus. Antes de chegarmos em Manaus, ficamos na hospedaria de Belém,⁴³ e lá morria muita gente que chegava doente do Acre... na verdade o nosso itinerário era o estado do Acre, mas eu não queria ir, por causa das doenças...então, papai achou melhor virmos para o Rio Branco, entretanto fomos trabalhar na Colônia Agrícola de Fernando Costa, atual município de Mucajai⁴⁴.

Pode-se observar o esforço de reconstrução de parte do passado, mostrando a forma como se deu a vinda dos migrantes para Amazônia, a fim de participarem do exército da borracha. Essas narrativas da memória estabelecem interessante relação com os acontecimentos da história descrita pelos meios oficiais. O depoimento abre a possibilidade de um resgate descritivo e analítico de um momento vivido e ainda não suficientemente interpretado. Nesse sentido, os depoimentos orais podem complementar as fontes documentais escritas, permitindo, assim, compreender melhor determinados acontecimentos da história.

No que tange à entrada de soldados da borracha em Belém do Pará, toma-se como base o “Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia”. Os trabalhadores chegados a Belém entre outubro de 1943 e setembro de 1945 perfazem um total de 15.611. O destino destes trabalhadores era, em sua grande maioria, o

⁴²BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - Um pouco-Antes e Além- Depois. Manaus*: Umberto Calderaro, p. 301-302.

⁴³Convém esclarecer que as hospedarias se assemelhavam a campo de prisioneiros, alimentos deteriorados, assistência médica deficiente, viagens que se arrastavam por um, dois e até três meses para atingir o seringal e, uma vez lá, condições de trabalho sub-humanas, completavam um quadro que pouco se diferenciava da situação que prevaleceu durante o último quartel do século XIX. Nem mesmo os beneficiários - seringalistas e aviadores-desse novo influxo de mão-de-obra poupavam críticas aos seus organizadores. Alegavam que a falta de critério com que o governo promovia a mobilização de trabalhadores, dava ensejo a que “um verdadeiro exército de rapazolas, mal-saídos da infância, se alistem e encham as hospedarias de imigrantes(...) Não pretendemos dizer, com isso, que não se tenham recrutado homens feitos e robustos, mal solicita-os, a uns e a outros, uma propaganda que faz do seringal um paraíso e os desilude a vida de árduo labor que ali os espera. In. ANDRADE, Almir. *Contribuição à História Administrativa do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro. José Olimpio, 1950. p. 49.

⁴⁴Entrevista já mencionada na pesquisa, capítulo 2.

estado do Amazonas: 9.865, o que representa 63,2% do total. Com destino para o município de Boa Vista, registra-se a entrada de apenas 61 trabalhadores. A mesma fonte informa que, dos 9.865 soldados da borracha transferidos para Manaus, 203 vieram para Boa Vista. Assim, a região recebeu um total de 264 trabalhadores⁴⁵.

Sob outro ângulo, Samuel Benchimol analisa a entrada de migrantes no estado do Amazonas, que continuavam a aparecer com a mesma imprecisão do passado. Exatamente no período crítico da borracha, entre 1941 e 1945, o Departamento Estadual de Estatística organizou a entrada e a saída de passageiros pelo Porto de Manaus e contabilizou o total de 152.138 pessoas. Desse total, 74.022 procediam de outros estados, 76.988 do interior do Amazonas e 1.128 do estrangeiro. Os números apontam ainda que 74.220 viajaram em primeira classe, 107 em segunda classe e 77.311 em terceira classe. Como o SEMTA e o CAETA (Serviço e Comissão de Administração e Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia)⁴⁶ somente forneciam passagem gratuita na terceira classe, e como os passageiros que viajaram nessas condições foram em número de 77.311, pode-se conjecturar que a entrada de trabalhadores nordestinos na Amazônia Ocidental foi da ordem de cerca de 75.000⁴⁷.

Nos registros de saída do Porto, no período em foco, saíram 78.642 homens e 39.426 mulheres, números que confirmam o desequilíbrio entre os sexos típico de toda corrente migrante. Partiram para o interior 72.278 pessoas e, como as estatísticas informam a entrada 74.022 indivíduos de outros estados, provavelmente nordestinos, isto vem confirmar o prognóstico de que Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima receberam 75.000 migrantes durante o segundo período da borracha. Outro aspecto a considerar é que entraram em Manaus 152.138 pessoas e saíram apenas 118.068. Restaram em Manaus 34.070 pessoas. Data daí o reinício do crescimento demográfico da cidade, com a chegada dos novos migrantes⁴⁸.

⁴⁵RELATÓRIO da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Rio de Janeiro, Dezembro de 1945. p. 65.

⁴⁶A atuação dos Órgãos Federais proporcionavam passagens gratuitas no vapor Lóide Brasileiro, e ainda se encarregavam de deslocar os nordestinos para os centros de “recepção” e hospedarias em Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco a partir daí partiam para os seringais. In: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - Um pouco-Antes e Além- Depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.* p. 248.

⁴⁷Para fins administrativos, dividiu-se a Amazônia Brasileira em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. A divisão foi estabelecida pelo Artigo 1º, parágrafo 4 do Decreto 291, de 28-02-67. Amazônia Ocidental Brasileira abrange os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Mato Grosso num total de 2.184.724 km². Amazônia Oriental compreende os Estados do Pará, Amapá e as partes amazônicas dos Estados de Goiás, Maranhão e Tocantins, com 2.804.917 Km². In: D’ALBUQUERQUE, Albertina Costa Rego e MARINHO, Helyde Albuquerque. *Amazônia Brasileira: Aspectos Geográficos e Históricos.* Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. Volume I – Amazônia Ocidental, 1999. p. 17.

⁴⁸BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - Um pouco-Antes e Além- Depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.* p.249-250.

Ao se fazer um cotejo das duas fontes sobre a entrada de migrantes no Território Federal do Rio Branco, chama-se a atenção para o fato de que a primeira fonte informou que 264 trabalhadores se deslocaram para o Território e que a segunda não permitiu precisar o número exato de entrada, mas registrou um afluxo de migrantes. Assim, conclui-se que o Território Federal do Rio Branco recebeu um contingente contributivo para sua “ocupação e desenvolvimento”, não fugindo à regra dos outros estados da Amazônia.

3.4.2 A produção extrativa vegetal: borracha, castanha, balata e sorva

No Território Federal do Rio Branco, assim como aconteceu em toda a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial, extraiu-se muita borracha no seringal Barauninha, localizado no rio do mesmo nome. O ano de 1943 foi marcado por uma produção maior, registrando o Barauninha 125 “estradas”. O seringal era administrado por dois fiscais, a fim de não deixar o seringueiro matar o pé de *Hevea*. Convém ressaltar que além desse grande seringal existiram outros nos rios Anauá, Água Branca do Univini, Jauaperi e Jufari⁴⁹.

Cada seringueiro do Barauninha cuidava de duas “estradas” cada uma possuindo, em média, 300 seringueiras. O trabalho do seringueiro tinha início às 6 horas da manhã, quando partia para a “estrada” com sua faca, a fim de sangrar as “árvores”, voltando às 11 horas para colher o leite depositado nas tigelinhas. Finalmente, às 14 horas começa a faina da defumação⁵⁰. O corte adotado era o tipo “bandeira”. Faz-se, primeiramente, o eixo da bandeira, e depois, os cortes laterais.

A produção extrativa vegetal no Território Federal do Rio Branco de 1943 obteve um melhor desempenho comparado com os demais anos. Esses números corroboram os dados apresentados por Antônio Teixeira Guerra. No entanto, estima-se que no ano de 1945 a borracha fina obteve uma produção maior em comparação com os demais anos.

⁴⁹GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1952. p. 210.

⁵⁰Para um estudo mais específico sobre os processos de trabalho nos seringais amazônicos, dando conta questões como “aviamento”, “barracão”, “tapiri”, “centro”, “margem”, “regatão”, “casas aviadoras”, etc., a partir de diferentes abordagens, é possível elencar uma série de estudos, entre os quais destaca-se: Pedro Vicente Costa sobrinho. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental*. 1992. Samuel Benchimol. *Amazônia um Pouco – Antes e Além Depois*. 1977. Eunice Mariano Coêlho. *Acre: O Ciclo da Borracha (1903-1945)*. 1982. Euclides da Cunha. *A Margem da História*. 1975. Cláudio de Araújo Lima. *Coronel de Barranco*. 1970. Pedro Martinello. *A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e Suas Consequências para o Vale Amazônico*. 1988. Arthur César Ferreira Reis. *O Seringal e o Seringueiro*. 1953. Carlos Correia Teixeira. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal*. 1980. Leandro Tocantins. *O Rio Comanda a Vida: Uma Interpretação da Amazônia*. 1972. José Alípio Goulart. *O Regatão: Mascate Fluvial da Amazônia*. 1968. Etc.

A ausência de dados estatísticos não permite analisar a produção de castanha para os anos 1944 e 1945. A castanha era oriunda, sobretudo dos rios Anauá, Catrimani, Jufarí e Xeruiní. Grande parte dessa produção, principalmente a do Jufarí e Xeruiní, era escoada como procedente de Manaus.

Tabela 8
Exportação dos Produtos Vegetais / Território Federal do Rio Branco – 1943/1945

Produtos	(1943)	(1943)	(1944)	(1944)	(1945)	(1945)
	Peso em Kg	Valor Cr\$	Peso em Kg	Valor Cr\$	Peso em Kg	Valor Cr\$
Balata em bloco ..	66.891	767.908,68	62.917	1.047.105,66	7.651	128.285,00
Borracha fina	6.962	85.160,98	7.891	93.885,86	13.243	155.086,00
Castanha	15.000	17.400,00	-	-	-	-
Massaranduba	4.918	42.393,161	-	-	-	-
Rosadinha	127	1.371,60	215	2.323,00	-	-
Sernambi	3.373	34.492,03	1.036	102.747,36	585	4.973,00
Total	97.271	948.726,45	72.059	1.246.061,88	21.479	288.344,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística do Estado do Amazonas. *Prejuízos do Amazonas com a Criação dos Territórios do Rio Branco a Guaporé*. 1946, p. 174. Para os anos de 1943/1944 e Antônio Martins, *O Território Federal do Rio Branco*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 07 de outubro de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947 para o ano de 1945, p.13.

Conforme atesta Guerra, a floresta densa do Baixo Rio Branco não possuía a *Hevea brasiliensis*, mas sim a *Hevea bentamiana*, que fornece uma borracha “fina, elástica, resistente e dura, aproximando-se muito do produto da *Hevea brasiliensis*”. A sorva (*Couma utilis*) e a balata (*Mimusopis bidentada*) são também árvores produtoras de látex, mas de qualidade inferior⁵¹. Mas, foi em função da qualidade do látex⁵², sobretudo, que o extrativismo vegetal não se destacou como a principal atividade econômica do Território⁵³.

⁵¹Convém esclarecer que a balata, a massaranduba e a rosadinha são espécies de látex obtidos a partir de diversas árvores amazônicas.

⁵²Registra-se que a borracha produzida não era homogênea, de acordo com o seu acabamento, apresentação, resistência, impermeabilidade era classificada em três tipos: *borracha fina* – a de melhor qualidade e mais alto valor comercial; *entre – fina* - obtida do látex que não trabalhado imediatamente alcançava um estado grumoso ao ser elevado à defumação; *sernambi* – eram as espécies de qualidade inferior porque feitas com resíduos de látex que caíam ao solo e se misturavam com a terra. In: PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. *A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. O Brasil Republicano: Estrada de Poder e Economia (1889/1930)*. São Paulo: Difel, 1985. p. 293.

⁵³GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1952. p. 135.

Em 1945, o Japão se rendia e, conseqüentemente, encerrava-se a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, as Forças Armadas, com o apoio de ponderáveis setores da opinião pública, sob as ordens dos generais Gois Monteiro, Alcio Souto e Cordeiro de Farias, depuseram Getúlio Vargas a 29 de outubro, após quinze anos de governo forte. Assumiu interinamente o ministro José Linhares, que realizou eleições a 02 de dezembro, quando foi eleito Eurico Gaspar Dutra, cujo governo iniciou-se a 31 de janeiro de 1946. Com o fim da Guerra e a libertação dos seringais asiáticos do domínio japonês, desfazia-se a motivação da permanência dos americanos na Amazônia. Apesar disso, as classes empresariais conseguiram fazer com que os Acordos de Washington fossem mantidos em vigor até junho de 1947, garantindo a colocação do produto no mercado internacional por mais um tempo⁵⁴.

Todos desvaneceram-se do sonho da instalação de seringais plantados quando, em 24 de dezembro de 1945, foi publicado o Decreto nº 8440, que estabelecia normas para a aquisição do acervo da Companhia Ford Industrial do Brasil pelo Banco de Crédito da Borracha S/A. Vendida pelo preço de U\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil dólares), equivalentes a Cr\$ 5.000,000,00 (quinhentos milhões de Cruzeiros), a transação iniciava o esvaziamento da Fordlândia e de Belterra⁵⁵, esperanças não concretizadas.

Não obstante ao utilizar a história oral, tem-se a possibilidade de resgatar a experiências dos trabalhadores do extrativismo vegetal e lançar luz sobre alguns pontos obscuros desse episódio. As pesquisas na área permitem instituir um campo documental que tem-se perdido com o falecimento dos seus narradores. É importante observar que, em Roraima, até os dias atuais, ainda podem ser encontrados atores sociais da batalha da borracha. Dentre esses a que se pode encontrar, destaca-se o ex-seringalista José Mendes de Souza, que indagado sobre a atividade econômica no sul de Roraima, apresentou o seguinte depoimento:

⁵⁴LOUREIRO, Antonio. *Tempos de Esperança*. 1917-1945. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994. p.91.

⁵⁵Idem, *ibidem*.

[...] eu nasci no antigo Território Federal do Rio Branco só que meus documentos são de Manaus, por que naquela época era mais fácil ir para Manaus do que ir para Boa Vista. Eu sou mesmo oriundo do Baixo Rio Branco, meu pai era nordestino, meu avó cearense e possuía uma área muita grande nessa região. Trabalhava com mais de cem pessoas nos seringais. O primeiro trabalho veio com a Primeira Guerra mundial e depois continuou-se com a extração dos diversos tipos de borracha [...] eu me lembro que havia um grande movimento de navio, hoje é uma tristeza [...] havia muito dinheiro [...] muitos soldados da borracha vieram para o Baixo do Rio Branco e até hoje tem muitos velhinhos por aí [...] eles tem direitos de uma aposentadoria de dois salários mínimos que já é uma ajuda, são analfabetos, não ganharam nada. Foi uma evasão de produtos naturais da floresta para o estado do Amazonas. O seringueiro colhia o leite e levava para a sua barraca no acampamento do seringal, essa barraca chamava *tapiri* (construção feita com galhos de árvores e coberta de palha), onde eram preparados as *pelas bolas* de borracha coagulada e defumada. As *pelas* são levadas para a sede do seringal (barracão), onde são pesadas e, posteriormente, transportadas para os grandes centros (Manaus) onde são beneficiadas [...] a produção funcionava da seguinte maneira: os patrões (seringalistas) eram os que tinham dinheiro. Meu pai tinha um armazém enorme, para aviar os fregueses [...] eles abasteciam seus trabalhadores do extrativismo com tecido, fumo, açúcar, jabá, era muita coisa [...] na década de 40, existia duas vilas no Baixo Rio Branco: A de Catrimani, onde eu nasci, e São José do Anauá. As vilas se formavam em decorrência dos rios que nas margens continham produtos do extrativismo, aí nessa vila meu avó assentou uns 60 nordestinos. Na vila de São José do Anauá a mesma coisa. O transporte da borracha era feitos através dos regatões, que nós podemos dizer *shopping flutuante* eles tinham de tudo e trocavam por borracha [...] os seringalistas ganhavam muito dinheiro, era o ouro, existia o Banco da Borracha, cheguei a ir lá em Manaus com o meu tio, vender borracha [...] meu pai vendia a borracha para os gringos, eram firmas ricas, inglesas, alemãs, todas eram estrangeiras [...] também extraíram muita madeira, levavam de jangada para o Amazonas, em torno de 25 000 toras de louro, de cedro e de ucuúba. Atualmente eu acho que é o único produto que está no mercado do extrativismo vegetal [...] hoje eu estou até vendendo umas áreas no Baixo Rio Branco⁵⁶.

É possível destacar alguns elementos importantes da narrativa. A princípio as informações confirmam a influência dos migrantes nordestinos na colonização do Território. A seguir o depoente recupera lembranças que dão conta de que houve grande movimentação na região através do comércio da borracha desde a Primeira Guerra Mundial. Trata-se, de um depoimento carregado de emotividade. Com nostalgia recorda os dias de glória ao revelar que “no auge desta atividade havia muito dinheiro” e que, atualmente, “a região é uma tristeza”. Ao remeter ao passado, o depoente procurou reconstruir lembranças dos familiares, contrastando essas lembranças dos tempos de riqueza com a situação atual, em que, depois de tanta abundância, veio a crise. Ressalte-se que com o fim da *batalha da borracha* esta atividade foi perdendo mercado e conseqüentemente os seringais foram desativados. Como se percebe, passado e presente estão articulados em toda a perspectiva de existência do sobrevivente, ex- seringalista da borracha. O depoente ainda corrobora as fontes escritas no que tange ao mercado atual do extrativismo vegetal, pois o produto em destaque é a madeira.

⁵⁶Entrevista gravada em Boa Vista – Roraima, com José Mendes de Souza no dia 04 de novembro de 2004.

Convém ressaltar que, a fim de analisar os diversos aspectos da vida de um seringal, as entrevistas realizadas são de suma importância para que se possa confrontar as informações das fontes escritas com as fontes orais. O ex-seringueiro Raimundo Nonato Dias, amazonense, residente em Roraima desde 1942, ao ser indagado sobre a vida no seringal, assim mencionou:

O dia-dia de um seringueiro é acordar cedo, ainda de madrugada, fazer o café e ir para a estrada. Em cada picada vai se fazendo um corte com uma faquinha e vai embutindo uma tigela, o leite vai descendo. O seringueiro corta umas 100 a 110 árvores, lá pelas três da tarde volta para retirar as tigelas, e escorrer o leite dentro de um saco plástico. Ao retornar ao *tapiri* inicia-se o processo da defumação. Confecciona-se as bolas de borracha... que após seis meses era pesada e entregue aos seringalistas. A forma de pagamento era através do sistema de aviamento. A alimentação era basicamente a caça que encontrávamos nas estradas. A doença mais acometida era a malária, eu mesmo peguei várias vezes. Muitos seringueiros morreram de malária, não tinham medicamentos... O medicamento que tinha nesse tempo era a tebrina ou quinino. Não havia médico, era a natureza o médico, raiz e folha de pau era com que agente se curava. Trabalhei no rio Negro, no rio Nini e no rio Catrimani... Passei dois anos dentro do rio Jauaperí no Baixo Rio Branco, sem sair cortando balata... Éramos quarenta pessoas, dez pelo menos morreram. Perdemos dez homens, isso já não foi mais no seringal e sim no balatal, com a doença do beri-beri. No que se refere a propriedade da terra não existia documento era de quem chegasse primeiro⁵⁷.

Neste depoimento o seringueiro atribuiu à vida no seringal no contexto de suas experiências, ao contar sobre as dificuldades enfrentadas, as condições do trabalho árduo, a exploração vivida pelo sistema de aviamento e a vulnerabilidade às doenças da floresta. Ressalte-se, ainda, a forma de apropriação das terras, que eram definidas pelas marcas do trabalho de quem chegasse primeiro. Os próprios limites eram estabelecidos pela ocupação, a partir do estabelecimento do seringal. Ao confrontar essas memórias com as fontes escritas, fica patente que a não existência de documentação das propriedades fundiárias era reflexo da atividades predatórias desenvolvidas, pois à medida que as zonas de coleta empobreciam não havia interesse de obter o domínio permanente. Esta forma de apropriação foi emblemática das atividades extrativas.

A seguir, mais um depoimento do ex-seringueiro Raimundo Xavier de Carvalho, acreano. Atualmente é pequeno comerciante no município de Caracaraí. Sobre a atividade extrativista no vale do rio Branco, relatou:

⁵⁷Entrevista gravada em Boa Vista - Roraima no dia 16 de dezembro de 2004, com o ex-seringueiro Raimundo Nonato Dias.

Eu vim do Acre com toda minha família, para o Amazonas e depois na década de quarenta para o Rio Branco, a gente trabalhava com borracha, sorva, balata e couro de jacaré, já tínhamos experiência desde o Acre. Em 1944, eu cortei borracha no Javali e o produto era entregue ao patrão, que tinha fornecido o mantimento, não tinha como escapar, a borracha tinha que ser vendida para o dono do seringal. Na beira do rio Branco passava os regatões que aviavam os ribeirinhos na subida do rio e na volta vinham recebendo o produto. Eles também compravam peixe seco, pirarucu, tartaruga, couro de jacaré e de onça. A vida do seringueiro era muito sofrida não é bom nem lembrar, muitas vezes eu ficava lá pensando “meu Deus será que eu vou viver dessa vida que é tão sacrificada?”. Passei quatro anos dentro de um seringal trabalhando com o meu pai e meu irmão. Ao analisar o borrador (caderno do patrão) chamei o meu irmão e disse: “meu irmão eu vou embora daqui, eu não vim para morrer trabalhando. Isso aqui pra mim não tem futuro”. Ele falou: “tá mais eu não vou não. Eu vou ficar aqui com o meu pai”. Eu disse: “então fique, que eu vou embora”, pois nunca se tirava saldo, acabava de extrair a borracha, terminava o verão, entrava o inverno, se cortava a madeira e entregava ao patrão e ainda ficava devendo. Via também a hora de morrer por lá, como muitos companheiros que pegaram doenças, morreram e ficaram dentro da mata. As doenças eram muitas, quando fui morar em Santa Maria do Boiaçu eu perdi uma filha de malária e outra desapareceu no rio Branco. Aí eu me desgostei e vim morar em Caracará⁵⁸.

Por meio da história oral, pode-se observar o modo pelo qual o depoente remete às suas origens de seringueiro: ele relembra da vinda do Acre com a família, quando se dedicavam à extração da borracha. Sua fala deixa transparecer certo sentimento de desilusão, uma vez que é carregado de lembranças tristes e de desesperança. O sistema de aviamento o impediu de realizar seus sonhos. O extrativismo rudimentar e a insalubridade da região o marcaram profundamente e essas marcas ainda se fazem presentes na atualidade. Nesse passo, deve-se chamar a atenção para o fato de que os objetivos das entrevistas de história oral não se limitam apenas a recuperar o tempo passado por meio da memória; volta-se também, de acordo com o depoimento, para a inserção de questões do presente.

A partir de 1945 a produção da borracha na Amazônia mantém-se praticamente estagnada, girando em torno de 32 mil/t por ano. A região perdeu a liderança das atividades econômicas, porque o extrativismo expedicionário deixou de ser atividade rentável e compensadora, uma vez que o processo de trabalho era primitivo e arcaico⁵⁹. A vida extrativa da região somente se normalizou com a retomada da produção da castanha, cuja extração fora suspensa em 1942, sob alegação de que tomava a Praça dos Navios⁶⁰ e dificultava o transporte da borracha. Tratam-se de prejuízos incalculáveis, aqueles acumulados durante os três anos em que a coleta da castanha esteve proibida.

⁵⁸Entrevista gravada com Raimundo Xavier de Carvalho em Caracará – Roraima no dia 27 de outubro de 2004.

⁵⁹ANDRADE, Manuel Correia. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 198.

⁶⁰Convém esclarecer que a Praça dos Navios era o espaço reservado para o transporte da borracha nos navios.

Em janeiro de 1946, noticiava-se a extinção do SAVA (Serviço de Abastecimento do Vale Amazônico) e da CAETA (Comissão de Administração de Encaminhamentos de Trabalhadores para a Amazônia)⁶¹. Como já foi registrado, tratam-se de órgãos de apoio ao esforço de produção da borracha para guerra. Na prática, isso significava que o seringueiro perdia também benefícios, tendo de viver, a partir daí, às suas expensas.

Ao mono-extrativismo da borracha, sucedeu uma economia diversificada, voltada principalmente para o consumo dos próprios produtores. As culturas de subsistência proliferaram destacando-se a mandioca, o arroz, o feijão e o milho. Colônias agrícolas foram fundadas nos arredores das cidades. Em sua maioria, eram aglomerados de agricultores sem qualquer organização. O seringueiro já era familiarizado com a floresta e também a, no inverno (período da entressafra), se deslocar para a colheita de ouriços nos castanhais. Sendo assim, desde logo demonstrou interesse por essa exploração. A castanha foi, de fato, em certas áreas, a atividade que mais contribuiu para a economia Amazônica, principalmente no Pará.

No Território Federal do Rio Branco, o declínio da exploração da borracha motivou a coleta da castanha (*Bertholletia excelsa*), principalmente nos anos de 1946 e 1947. Ao se preterir o seringal, iniciou-se a coleta da castanha no Cojubim⁶². Seu *habitat* natural é a mata de terra firme. Muito apreciada pelo valor nutritivo de suas sementes, a castanheira fornece o “fruto cápsula” (ouriços), que contém de 12 a 25 amêndoas ou castanhas.

O processo econômico de produção da castanha, cuja coleta se realiza nos meses de inverno, tem início em maio e vai até o mês de setembro, e apresenta os seguintes elementos sociais básicos: o extrator - que coleta os ouriços e retira as castanhas neles contidas, o produtor - que compra as castanhas e entrega aos empresários industriais⁶³, que garantem o beneficiamento (descascamento, secagem e embalagem). A exportação é controlada por firmas exportadoras localizadas em Belém (Pará) e Manaus (Amazonas). Dentre os maiores compradores, atualmente, destaca-se os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha.

⁶¹LOUREIRO, Antônio José Souto. *Tempos de Esperança* (1917-1945). Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994. p. 91.

⁶²GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1952. p. 210.

⁶³SOMBRA, Raimundo Nascimento. *Fundamentos Histórias e Geografias do Amazonas*. Manaus: Prisma, 1994. p. 103.

No castanhal, geralmente de quinhentos a seiscentas árvores, a “colocação”⁶⁴ era feita por acampamento, sendo que alguns eram constituídos por seis castanheiros ou mais. No entanto, cada um produzia para si. O sistema de aviamento no castanhal era feito semanalmente. Se o castanheiro não conseguisse saldar suas dívidas por qualquer motivo, ia às vezes trabalhar no fabrico da sorva, na época de verão⁶⁵. É mister salientar que no caso de extratores de castanha, eles não tinham nos castanhais sua moradia efetiva, entrando neles apenas nos períodos da safra. Desse modo, combinavam essa atividade com a pequena agricultura, a coleta de fruto, de essências florestais ou de peles de animais silvestres ou mesmo com a pesca. Trata-se de uma população que não era especializada ou mesmo dedicados a uma única atividade⁶⁶. Fazendo cotejo com os seringueiros, podemos apontar aí uma diferença entre as atividades de ambos os ciclos.

A produção da castanha no Território Federal do Rio Branco nos períodos de 1946/1950 e 1957/1961, assim pode ser resumidas:

1960.....	227.000 Kg
1961.....	786.000 Kg
1946.....	235.300 Kg
1947.....	721.200 Kg
1948.....	824.000 Kg
1949.....	926.800 Kg
1950.....	239.890 Kg
1957.....	841.000 Kg
1958.....	927.000 Kg
1959.....	202.000 Kg

De acordo com os dados, destaca-se o ano de 1958 como o de maior produção, com 927.000 Kg de castanha. A produção da castanha é extremamente variável, de região para região, de ano para ano, como toda atividade extrativista. Dentre os estados da Amazônia, o Pará lidera a produção com 17.974.000 Kg no ano de 1961: o município de Marabá é o

⁶⁴Colocação é o acampamento temporário na floresta para exploração dos produtos extrativos. In: AUBERTIN, Catherine et al. *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 208.

⁶⁵GUERRA, Antônio *Teixeira. Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.1952. p.213.

⁶⁶LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 1992. p.49.

principal produtor⁶⁷. Já o Território Federal do Rio Branco figura com a menor produção da região Amazônica⁶⁸, com pouco significado econômico. Atualmente, são os municípios de maior produção São João da Baliza e São Luiz, cidades localizadas em áreas próximas ao rio Anauá⁶⁹. A castanha continua sendo escoada para o mercado de Manaus, até os dias atuais.

Sobre a coleta da castanha, segue abaixo o depoimento de Alvacyr de Paula Souza de Matos, amazonense, moradora do Baixo Rio Branco e ex-proprietária de um castanhal no rio Xeruiní:

[...] Em torno de 1950, eu e meu marido tomávamos conta do castanhal... Nós aviávamos as pessoas para extraírem sorva e castanha. A produção era vendida para Manaus, e de lá ia para os Estados Unidos [...] Trabalhava uns 100 homens nessa atividade, incluía ainda a “pele de fantasia”⁷⁰ [...] Se ganhava muito dinheiro, havia um intenso comércio desses produtos. Quando nós precisávamos de dinheiro, telegrafávamos para o senhor Isaac Bezegri. Ele mandava na hora, pois tínhamos muito crédito [...] No castanhal, o meu marido despachava os “fregueses” para trabalharem dentro da mata e havia data marcada para eles retornarem com as castanhas. As castanhas eram lavadas e embarcadas no nosso barco grande que ia direto para Manaus... A colheita era feita no inverno, tempo da chuva [...] A castanha vendida não era no ouriço [...] Já estava trabalhada, vendíamos por hectolitro [...] Uma lata grande de castanha variava na época como se fosse hoje de R\$ 5,00 a R\$ 10,00. A sorva tinha uma grande procura se faziam os bloquinhos, e vendíamos para Manaus, lá encaixotavam e mandavam para os Estados Unidos. Pois era da sorva que se faziam o chiclete. Um dia veio aqui na minha casa, um americano que tinha chegado dos Estados Unidos para mostrarmos a árvore da sorva. Como o meu marido estava muito doente, eu saí com ele numa caminhoneta até na mata, para um rapaz subir e extrair a sorva. Eles tiraram retrato e levaram para os Estados Unidos. Com a morte do meu marido em 1984, eu vendi tudo. Parei de trabalhar com a sorva, com a castanha com tudo. A concorrência era muito grande, e eu não tinha uma pessoa de confiança para tomar conta, a gente vendia os produtos nos regatões [...] Tempo depois, a sorva caiu de preço e a castanha também [...] a crise chegou [...] nem aposentada eu sou⁷¹.

A depoente tece a apresentação de suas memórias num tom de tranquilidade e revelador de que se trata de uma vivência que ultrapassa as barreiras da individualidade. Lembra com nostalgia de “que ganharam muito dinheiro com a coleta da castanha e da

⁶⁷Convém esclarecer que o município de Marabá faz parte do “polígono dos castanhais” – denominação dada a área de terra localizada no Sul do Pará, abrangendo parte dos municípios de São João do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas, São Geraldo do Araguaia e Xinguara, com aproximadamente 1.694.568 ha (excetuando áreas dos rios Tocantins e araguaia), caracterizada pela maior concentração de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), conforme estimativa da Sudam/ Idesp 1990 em mapa do polígono. A safra anual de castanha no Pará, em quase a sua totalidade procede dessa área. In: LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 1992. p.47.

⁶⁸ALMEIDA, Carlos Pinto. *Castanha do Pará - Sua Exportação e Importância na Economia Amazônica*. Rio de Janeiro, 1963. p. 23.

⁶⁹BARROS, Nilson Cortez Crócia. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995. p. 104.

⁷⁰Convém esclarecer que a “pele de fantasia” eram as peles de jacaré, veado, pirarucu, lontra e caititu., o barco vinha de Manaus comprar essas peles no Rio Branco, no período relatado não havia proibição.

⁷¹Entrevista gravada com a senhora Alvacyr de Paula Souza de Matos no município de Caracará no dia 27 de outubro de 2004.

sorva”, como ocorreu com tantos outros que desfrutaram daquele momento de fausto comercial. “Saudades dos tempos áureos do extrativismo da castanha e da sorva”. Também nesse depoimento, um período de fartura e de abundância contrasta com um presente de dificuldades. É nesse contexto que a depoente narra a dura morte do marido e lamenta a perda do patrimônio e que até o presente não conseguiu se aposentar. Em outro ponto da narrativa, a depoente informa que em 1960 a firma J. G. Araújo havia alugado um castanhal no rio Anauá e que também compravam castanha de outros coletores da região. Essa afirmação corrobora as informações de Antônio Loureiro, contidas em *Tempos de Esperanças*.

No que tange às gomas não elásticas produzidas em Roraima, convém mencionar que foram oriundas de áreas de campinas e de campinaranas, particularmente a balata, a sorva, a sorvinha e a coquirana. São matérias-primas para a fabricação das gomas de mascar. Atualmente este extrativismo desapareceu, pois esse tipo de látex está sendo substituído por produtos sintéticos. Na estrada que vai de Caracaraí a São João da Baliza, ainda se pode perceber os resquícios dessa atividade, aí se pode percorrer grande trechos de formações abertas, entre os Vales do rio Branco e do rio Anauá, resultantes do cultivo desses produtos⁷².

No Território Federal do Rio Branco, a extração da balata (*Mimusops bideutata*) parece datar do início do século XX, mais precisamente por volta de 1907. Pode-se afirmar que era feita em pequena escala, por causa do baixo preço no mercado de Manaus. A técnica de extração adotada pelos balateiros é diferente da técnica de extração dos seringueiros. O balateiro laça a árvore e, com o auxílio das esporas, vai subindo e dando cortes inclinados com o facão, de maneira que o látex flua normalmente para a base, onde coloca-se um saco que recolhe todo o leite. A balateira permanece cinco a seis anos para dar “recorte”, quando pode ser explorada em outra safra. Um balateiro sangra diariamente de cinco a oito árvores, colhendo de doze a quinze quilos do produto. A atividade de extração se verifica nos últimos quatro meses do inverno⁷³. Diferentemente da borracha, as principais zonas de produção da balata produzida no estado do Amazonas provinham do Baixo Amazonas, do rio Negro e do rio Branco, esta última localizada em Roraima. Entretanto, a sua produção constava como se fosse produzida no Amazonas. A modo de exemplo, para o período de 1917/1928 a produção registrada do Rio Branco foi da ordem de 584.800 Kg⁷⁴.

⁷²IBGE - *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro, 1981. p.24.

⁷³GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 1952. p. 211-212.

⁷⁴LOUREIRO, Antônio. *Tempos de Esperanças*. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1995. p.97-98.

De acordo com a tabela 9, em 1950 a exploração da balata alcançou considerável crescimento, quando o quilo chegou a Cr\$ 35,00. A partir daí deu-se o declínio em função da sua substituição por produtos sintéticos. Não obstante, convém ressaltar novamente o depoimento do ex-seringueiro Raimundo Nonato Dias ao fazer referência a produção da balata no rio Jauaperí. A sua narrativa faz uma comparação do valor da balata com a borracha, afirmava que (no final da década de 40): “com a balata dava para ganhar um bom dinheiro. Pois se a bola da borracha tivesse 60 Kg ela ia ficar em 45 Kg (pois no seu látex contém água). Já a balata não quebra, se tiver um bloco de 30 Kg, daqui a dez anos se você pesar novamente ela vai dar 30 Kg”⁷⁵.

Tabela 9

Território Federal do Rio Branco - Produção de Látex 1946/1950

Especificação	Unidade (Kg)	1946	1947	1948	1949	1950
Borracha	Kg	23.730	16.230	16.661	10.044	28.309
Balata	Kg	21.559	36.401	23.900	14.000	58.124
Sernambi	Kg	2.269	2.229	1.973	1.412	5.438
Sorva	Kg	34.097	12.410	17.035	4.600	34.512
Coquirana	Kg	13.680	21.766	12.087	806	12.094

Fonte: Estudo Geográfico do Território do Rio Branco, 1957. p. 213.

Além da balata, explorava-se também a sorva (*Couma utilis*), cuja extração se dá no verão. O trabalho de produção da sorva inicia-se com a “rasqueta”⁷⁶: ao riscar a árvore começa a sangria. Na parte inferior, coloca-se uma lata de 200 litros que fica embutida na “árvore” para colher o látex. Alguns pés de sorva chegavam a produzir quinze a dezesseis quilos de látex por dia. A sorveteira é cortada de dois em dois anos. Além da balata e da sorva tem-se ainda a coquirana (*Ecchinusia balata* Ducke). Tanto a balata (*Mimusopsis bidentada*) quanto a coquirana são empregadas na confecção de correias de transmissão e artigos impermeáveis, nos quais não seja necessária a vulcanização⁷⁷. Comparando a produção extrativa de látex no Território Federal do Rio Branco com a das demais unidades federadas que se encontram na Amazônia, percebe-se que estas são de menor volume.

⁷⁵Depoimento já citado.

⁷⁶Rasqueta é uma lâmina própria para cortar a sorveira, fabricada pelo próprio extrator.

⁷⁷GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1952. p. 212-213.

Não obstante, convém ressaltar que a descoberta de substitutos industriais exerceu influência sobre vários produtos extrativos. A substituição da borracha se processou com grande intensidade. Os chicles sintéticos reduziram o volume e o valor das gomas não elásticas. Além disso, o limite do estoque de recursos extrativos e a incapacidade de regeneração adequada das áreas exploradas impossibilitavam o atendimento do crescente consumo. Assim, a elevação dos preços passou a estimular o desenvolvimento de substitutos sintéticos e o processo de domesticação de essências extrativas. Pode-se dizer que a substituição do recurso extrativo pelo produto sintético pôde ocorrer em função de três causas básicas: a escassez do recurso natural, considerando seu quase esgotamento; a redução no custo de produção do substituto, decorrente do aprimoramento tecnológico; e a incapacidade do setor extrativo em atender à crescente demanda do produto considerado⁷⁸.

A partir da década de 70, o setor extrativo da madeira da Amazônia tem apresentado elevadas taxas de crescimento. Até então, as grandes reservas florestais do Território Federal de Roraima, compreendidas na zona tipicamente amazônica, ao longo da região montanhosa, não puderam, em consequência de uma série de obstáculos, ser racionalmente aproveitadas. Apesar da existência de madeiras de lei, de excelente qualidade, a extração desse produto não obedecia a nenhum processo sistemático. A exploração destinava-se somente à construção civil, à construção naval e à lenha para combustão, sem representar expressão econômica em nível comercial. A exploração da floresta era feita de forma empírica e primitiva, por falta de instrumentos adequados para o trabalho, além das dificuldades de transporte e da deficiência de braços. Eis as causas principais que impediram a exploração das reservas florestais do Rio Branco⁷⁹, sob bases racionais, até a abertura da BR-174 na década de 70.

3.4.3 A Geopolítica Militar e o Extrativismo Vegetal pós-70

Considera-se que o avanço do capital na Amazônia se deu a partir da segunda metade dos anos 60, caracterizado pela inserção vigorosa da economia nacional no mercado mundial e, internamente, pela expansão da indústria e pela modernização tecnológica da agricultura. Convém ressaltar que, a nível nacional, o fortalecimento do setor industrial havia acontecido pela aliança ao capital estrangeiro, ocorrida desde o mandato de Juscelino Kubistchek⁸⁰. O Estado assumira o papel de coordenador e regulador da economia e, mesmo, o de grande

⁷⁸HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia*. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. p. 29-30.

⁷⁹Depoimento do Capitão Clóvis da Costa. Anais da Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. p.259.

⁸⁰LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 1992. p.64-65.

investidor nacional. O desenvolvimento era apresentado como uma consequência da entrada do capital produtivo estrangeiro. Esse tipo de economia dependente revela uma economia controlada por grupos econômicos oligopolizados. Em alguns casos “manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno”⁸¹.

A expectativa do governo brasileiro com a abertura da economia ao capital estrangeiro era a de que fosse expandido e consolidado o parque industrial brasileiro e mercado interno fosse ampliado. Nesse contexto, a Amazônia não poderia permanecer como uma ilha isolada da economia nacional e acreditava-se que, por sua grande extensão territorial e pela abundância de recursos naturais, certamente novos e promissores investimentos de capitais estrangeiros e nacionais seriam capitados⁸².

Por outro lado, os motivos de “Segurança Nacional” exigiam a ocupação da Amazônia pelo capital, antes que os seguimentos populares do campo o fizessem ou que estrangeiros entrassem nela pelas fronteiras políticas. Assim a ocupação da Amazônia teve sempre dois vetores: o econômico – aliança e apoio ao capital –, e geopolítico – defesa da fronteira e ocupação do vazio demográfico⁸³.

O desenvolvimento nacional exigia uma política de interiorização e de valorização da enorme massa continental. O General Golbery do Couto e Silva formulou propostas geopolíticas que visavam à integração definitiva e ao desenvolvimento de todo o espaço territorial brasileiro. Mereceram particular atenção a Amazônia e o Centro-Oeste, carentes de infra-estrutura, de transportes, de comunicações e de povoamento. A atenção maior foi dada para a imensa área do interior e, nesta, mais especificamente à Amazônia.

No tocante, a estratégia para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, vê-se uma ação combinada partindo das três frentes: da foz do rio para o interior, descendo pelas vias do Planalto Central e declinando das escarpas andinas e do sistema guiano. Um esforço conjunto internacional, cada qual levando povoamento e progresso econômico e social. Na extensa fronteira Norte, nas regiões de povoações vizinhas, de nacionalidade diferentes, sugeriu-se a criação de “áreas interiores de intercâmbio fronteiriço”, onde seria incentivada pelos governos limieiros uma política de livre cooperação econômica e

⁸¹CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970. p.125-127.

⁸²Os projetos desenvolvimentistas implantados na região estão analisados no capítulo 2.

⁸³LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 1992. p.68-69.

social, seguindo o modelo das cidades geminadas na fronteira Sul (Santana do Livramento e Rivera, Uruguaiana e Los Libres)⁸⁴ (Figura 15).

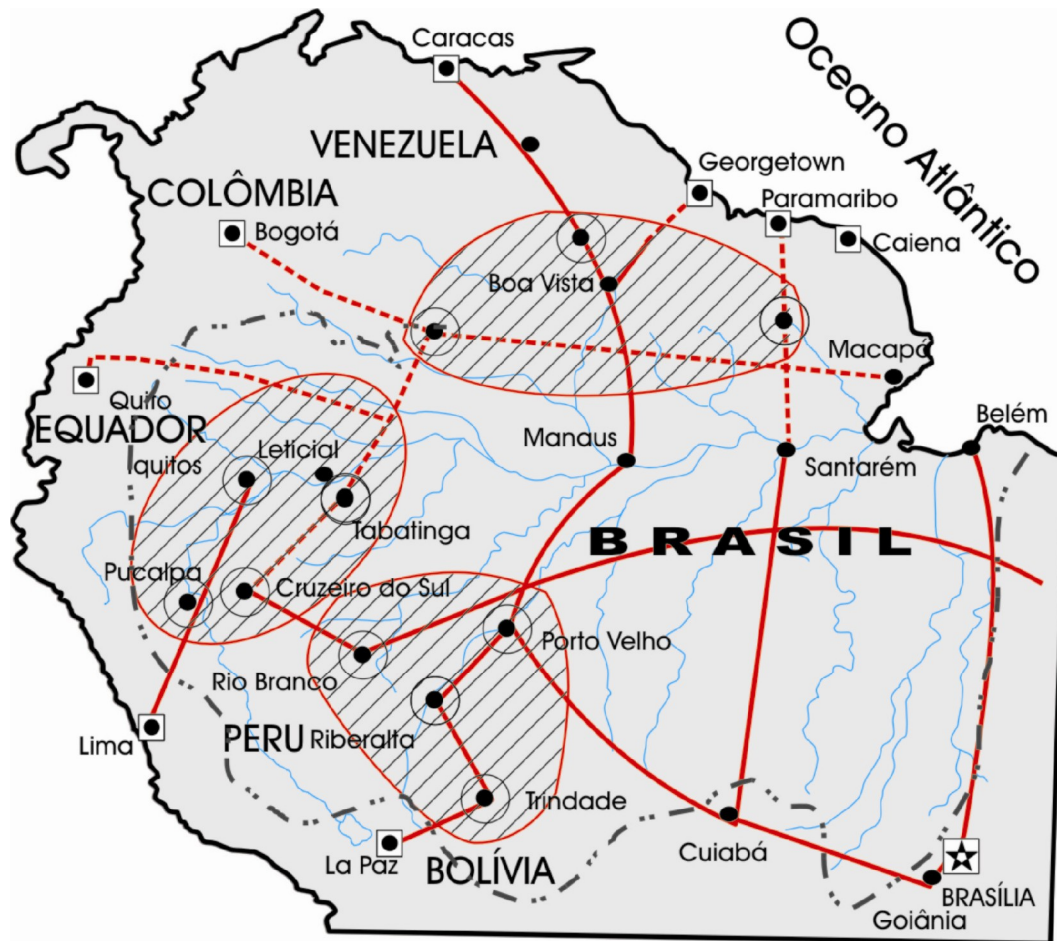
Em meados da década de 1970, o governo militar deu início à implementação dos projetos que visavam a integração da Amazônia ao território brasileiro, principalmente em áreas de fronteiras políticas, através da construção de estradas em regiões afastadas e de difícil acesso e da criação de núcleos de colonização, através do PIN e do INCRA, respectivamente. Neste período, em decorrência da construção das BRs-174 e 210, o Território Federal de Roraima passou a ser palco de um intenso movimento, principalmente na mesorregião sul do Território. O Plano de Integração Nacional (PIN), já mencionado no cap. 1, financiou a construção de estradas, bem como outros projetos desenvolvimentistas tais como o Programa Polamazônia de Pesquisa e Extração Mineral, o estabelecimento de empresas agrícolas e a construção de barragens geradoras de hidroeletricidade.

É mister salientar mais uma vez mais que a transferência da sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus significou deslocar o pólo de irradiação de ação governamental militar para a Amazônia Ocidental. Com essa mudança um novo esforço de cooperação para o desenvolvimento foi acrescentado: vieram os batalhões de engenharia de construção, os grupamentos de engenharia e, assim, surgiram novas colônias destinadas a fixar o homem brasileiro nas regiões fronteiriças. Assim, foi organizado o Comando Militar na Amazônia:

- ☞ Um Quartel General em Manaus - Am;
- ☞ Uma Companhia de Comando e Serviços – Manaus – Am;
- ☞ Seis Batalhões de Engenharia e Construção:
 - ☞ O 1º., em São Gabriel da Cachoeira – Am.
 - ☞ O 5º., em Porto Velho – RO;
 - ☞ **O 6º., em Boa Vista – RR;**
 - ☞ O 7º., em Cruzeiro do Sul – AC;
 - ☞ O 8º., em Santarém – PA e
 - ☞ O 9º., em Cuiabá – MT⁸⁵.

⁸⁴MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade: A Geopolítica Brasileira* – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p.88-90.

⁸⁵SOUZA, João Mendonça. *A Manaus – Boa Vista (Roteiro Histórico)*. Manaus. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977. p. 274.



Planejadas - - - - -
 Existentes ————

Figura 15
 ÁREAS INTERIORES DE
 INTERCÂMBIO FRONTEIRIÇO E
 SISTEMA RODOVÁRIO
 PLANEJADO PARA A
 VERTEBRAÇÃO DA
 PAN-AMAZÔNIA
 (Fonte: Mattos, 1980)

O trecho da BR-174 – MANAUS-CARACARAÍ faz parte da rodovia MANAUS-FRONTeira BRASIL/VENEZUELA, a qual, após percorrer 971Km, interligando a capital do estado do Amazonas à capital do estado de Roraima, encontra o MARCO BV-8, na fronteira com a VENEZUELA, transformando-se, a partir daí, na estrada TRANSCONTINENTAL BV-8 (B de Brasil, V de Venezuela e 8, número dos respectivo marco de fronteira). Através das rodovias federais BR-060, BR-319 e BR-174, com uma extensão de 4.462 Km, a BV-8 liga Brasília (BR) a Caracas (VE) representando, o ponto de vista rodoviário, um grande passo para a definitiva consolidação da rede viária SULAMERICANA e do sistema PAN – AMERICANO de rodovias, uma vez que se terá obtido a integração, por rodovias, da rede viária de cinco nações: BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI E VENEZUELA⁸⁶.

A construção das BRs 174 e 210, em Roraima, ficou a cargo do 6º Batalhão de Engenharia e da empresa Paranapanema, respectivamente. Várias outras rodovias também tiveram sua construção a cargo da engenharia militar entre as quais se destacam Porto Velho – Rio Branco, Rio Branco – Cruzeiro do Sul e Cuiabá – Santarém⁸⁷.

3.4.3.1 A Colonização Recente no Sul de Roraima

Para Octavio Ianni a colonização espontânea de trabalhadores rurais da Amazônia configura uma espécie de reforma agrária. Com o término da construção Belém- Brasília, em 1960, a criação da Sudam e do Basa, em 1966, a criação do INCRA em 1970, e a construção de rodovias transamazônicas, em 1970/78, acelerou-se e estendeu-se a expansão do capitalismo na Amazônia. Desenvolveu-se uma corrida à terra por parte de grileiros, latifundiários, fazendeiros e camponeses. Para o autor, os camponeses e operários do campo, em muitos lugares, estavam, na prática, realizando uma reforma agrária espontânea, de fato⁸⁸. As estradas construídas por motivos geopolíticos e econômicos favoreceram a movimentação de um grande contingente de trabalhadores de reserva, alocados até então em outras partes do País. Apesar da política governamental de colonização dirigida oficial e particular, continuou-se a realizar a reforma agrária em muitas áreas da Amazônia.

⁸⁶SOUZA, João Mendonça. *A Manaus – Boa Vista (Roteiro Histórico)*. Manaus. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977. p. 274.

⁸⁷MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980. p.99.

⁸⁸IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p.141.

Sob o contexto da integração nacional, o estado de Roraima manteve-se relativamente isolado até a abertura da estrada Manaus–Caracará (BR-174), inaugurada em 1977. Até então, todo o transporte era feito praticamente por via fluvial. Com a construção parcial da Perimetral Norte (BR-210), a ocupação expandiu-se ainda mais para os *hirdelands* (Figura 16). Nesse momento, passaram também a surgir pequenos núcleos de posseiros e de colonos, dirigidos pelo INCRA e pelo Governo do Território, ao longo dos trechos já construídos das BRs 174 e 210⁸⁹. A colonização recente em Roraima é emblemática da geopolítica do governo central em “povoar e proteger suas fronteiras”, através do sistema de rodovias, projetadas com uma ideologia de poder. A esta ideologia foram somados os projetos de assentamentos rurais para uma ocupação agrícola e pecuária, como parte da política de colonização oficial.

Foi desse modo que se formaram e desenvolveram as pequenas cidades ao sul e sudeste de Roraima, oriundas principalmente de assentamentos agrícolas. Assim, observa-se que a chegada de colonos se deu simultaneamente à chegada de fazendeiros, comerciantes, funcionários e outros. Desde que o poder público iniciou a construção de estradas, teve início a migração para essas áreas até então desconhecidas. A busca de “terras virgens”. A população excedente do nordeste, principalmente maranhenses, mas ainda dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, passaram a buscar terras na Amazônia e, conseqüentemente, o sul de Roraima. Os colonos de origem italiana, alemã ou polonesa possibilitaram a utilização de tecnologia mais avançada para a agropecuária. Com o apoio governamental, criaram uma organização espacial até então inexistente nesta área, em função da não existência de uma rede de transporte.

⁸⁹SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. *Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização*. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica 4 (1). 1988. p.49.

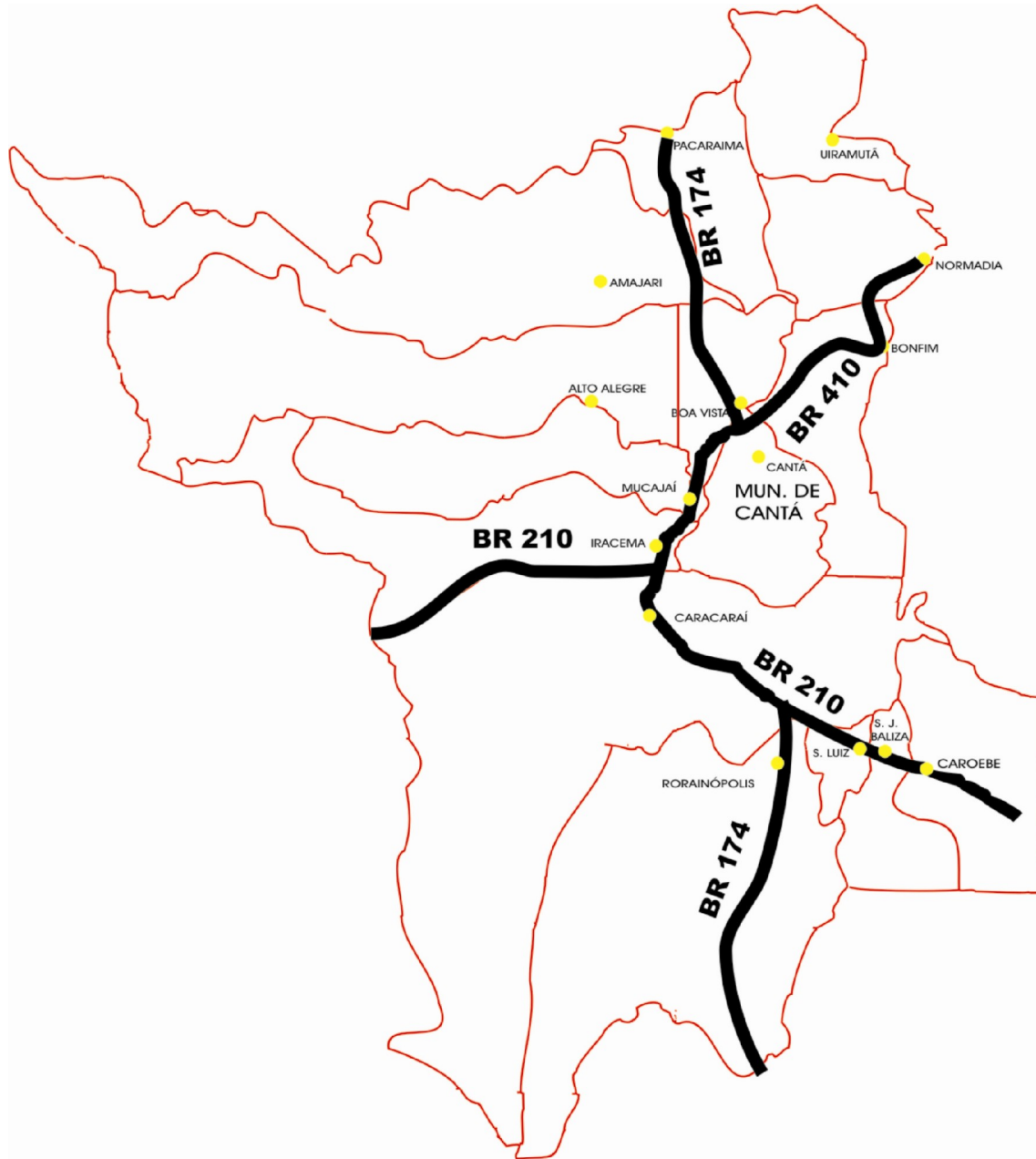


Figura 16
Rodovias Federais de Roraima
(Fonte: Freitas, 2001)

É mister salientar que ocorreu a partir da conclusão da BR-174 um processo de colonização espontânea, mesclado com a colonização oficial. É nesse contexto que menciona-se os seguintes depoimentos:

É o homem sem terra que chega todos os dias para os lados do oeste amazônico, à procura de um pedaço de chão para plantar e viver. O lavrador pobre, vindo principalmente do sul, onde o progresso valorizou cada metro de terra. Sem chances de, um dia, comprar alguns alqueires para si, este homem lança-se à aventura da colonização da Amazônia. Parte em busca das “terras de graça”, dadas pelo governo, de que ouve falar. Leva muitos filhos e nenhum dinheiro. Os mais afortunados conseguem um lote do INCRA, que só começarão a pagar quando as suas terras estiverem produzindo. Mas nem todos tem sorte⁹⁰.

Cheguei em São João da Baliza em 1985, vindo do Maranhão. Meu pai comprou este lote de um outro colono [...] nós produzimos arroz, banana, milho e mandioca para fazer a farinha [...] a castanha nós coletamos no período da safra e vendemos para Manaus a lata por R\$ 7,00 reais [...] dá um dinheirinho para fazer o rancho [...] falta estradas para escoar melhor a produção [...] os políticos locais não tem interesse em ajudar os agricultores [...] precisamos de financiamento para trabalharmos mecanizados [...] pois trabalhamos na agricultura de forma rudimentar [...] ⁹¹.

Sou mineiro, mas vim de Rondônia, onde já trabalhava com agricultura [...] cheguei em 1985 em São João da Baliza com a minha família, tenho 71 anos, comprei um lote de terra autorizado pelo INCRA que me concedeu o título definitivo de 130 ha [...] inicialmente plantei cacau e não deu certo, depois plantei banana e não deu certo [...] hoje só trabalho com capim, virei pequeno fazendeiro [...] planto o arroz, legumes e mandioca somente para a despesa da família [...] ⁹².

No primeiro depoimento, evidencia-se o sonho dos colonos em adquirir “terras”. Chegam com seus familiares para ocupar, morar, lavrar e criar, incentivados pelas políticas, nem sempre cumpridas, do Governo Federal para ocupar e desenvolver a Amazônia. O segundo depoimento corrobora a estatística de que em Roraima a maior parte dos colonos são oriundos do Maranhão. Relata a associação da agricultura com a coleta da castanha-do-pará (extrativismo vegetal), a fim de aumentar a renda dos colonos. Por outro lado enfatiza as dificuldades encontradas no próprio modelo da colonização, como as precárias vias de escoamento (estradas) e ainda as condições políticas, como a falta de crédito agrícola acessível ao produtor⁹³. O narrador avalia bem as causas que o fizeram migrar e as

⁹⁰Valdir Sanches. “*Os Novos Colonos*”, Jornal da Tarde. São Paulo. 4 de janeiro de 1977. p.16.

⁹¹Entrevista realizada com o colono Edson de Souza Almeida no município de São João da Baliza, em 10 de novembro de 2004.

⁹²Entrevista realizada com o Sr. José Pedro Porfirio no município de São João da Baliza, em 10 de novembro de 2004.

⁹³Convém esclarecer que a política agrícola para os assentamentos pressupõe de disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que nem sempre os colonos possuem quando iniciam suas atividades na terra

dificuldades de produzir nesse novo espaço, em que há terra mas há poucas condições. O último depoimento retrata o desejo da maioria dos colonos de se tornarem pecuaristas. Não obstante se trate da questão de obterem um melhor rendimento financeiro, a questão tem também um componente relacionado com a ascensão social. A agricultura é vista neste sentido como passagem, suporte necessário, capaz de os tornar bem sucedido.

Segundo Barros, há diferenças na intensidade da exploração da pecuária e da agricultura. A pecuária se concentra mais no município de São Luiz. A formação de pastagens valoriza a terra, impedindo o avanço da “juquirá”. Fazer pastagem significa tornar a terra pronta para receber animais quando o colono puder tê-los. Ele também pode alugar os pastos. A valorização do lote é medida, dentre outros fatores, pela disponibilidade de pastos⁹⁴. Dentre os diversos depoimentos tomados, os colonos abordam a associação da produção da agricultura com a pecuária. Mas constata-se que a caça, a pesca e o extrativismo vegetal têm ajudado também, em parte, na manutenção das famílias.

Há uma grande quantidade de projetos de assentamentos rurais em Roraima. Os referidos projetos são resultado de uma política de colonização que teve sua origem nos programas oficiais ou espontâneos, depois regularizados por programas governamentais⁹⁵. O Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (ITERAIMA) administra 13.531 lotes distribuídos entre 1.959 famílias residentes até o ano de 1997⁹⁶. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsável pelas questões agrárias do país, deu início à fase dos programas de assentamento humano dirigido, principalmente entre o final dos anos 70 e o início dos 80. Até 1997, o INCRA administrava 21 projetos com 7.938 lotes distribuídos, com capacidade de assentamento para 16.162 famílias⁹⁷.

Quanto à ocupação no sul de Roraima, destacam-se três grandes programas de assentamento realizados pelo INCRA: o PAR (Programa de Assentamento Rápido) - JAUAPERI e os Programas de Assentamento Dirigido – ANAUÁ E JATAPÚ, ao longo das BRs 174 e 210. (Figura 17).

conquistada (a maioria de baixa fertilidade). A aquisição de tratores, equipamentos, créditos e fertilizantes tornar-se indispensável para o desenvolvimento de suas culturas agrícolas.

⁹⁴Barros, Nilson Cortez Crocia. *Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife. Ed. Universitária. Universidade Federal de Pernambuco. 1995. p.233.

⁹⁵MOURÃO, Gersa. *Colonización Reciente y Asentamientos Rurales en el Sureste de Roraima, Amazonia Brasileña: Entre la Política y la Naturaleza*. Tesis Doctoral. Universidade de Valladolid. Espanha. 2003. p.221.

⁹⁶DINIZ, Alexandre. *A Evolução da Fronteira em Roraima. O Caso das Condições I, II e III*. In: *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. (org.) Alves, Cláudia Lima Esteves. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 1998. p.160.

⁹⁷INCRA – Superintendência de Roraima – *Controle Gerencial de Famílias Assentadas anterior a 1997*. Boa Vista – RR.2002. p.01.

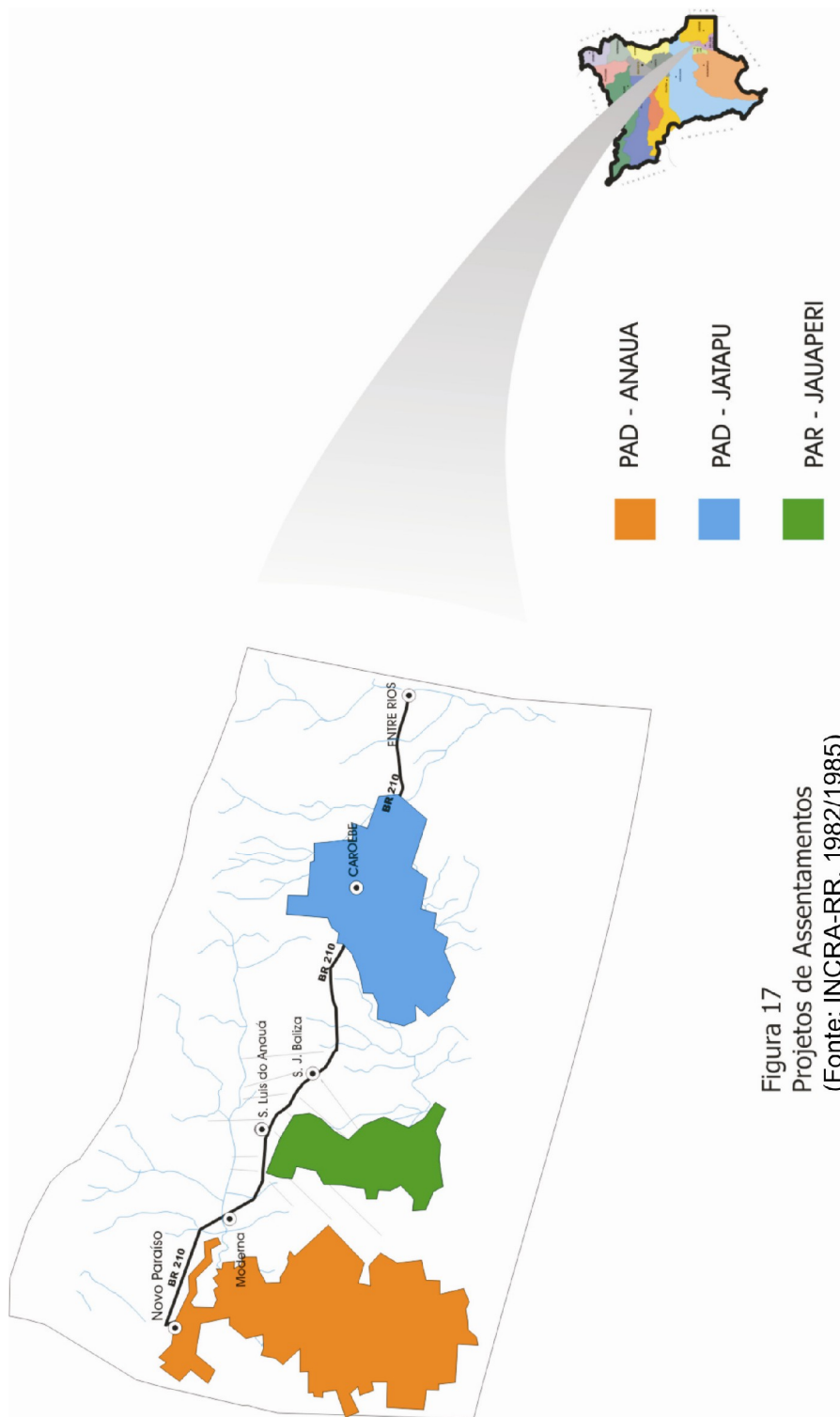


Figura 17
Projetos de Assentamentos
(Fonte: INCRA-RR, 1982/1985)

A partir destes núcleos várias pequenas vilas agrícolas foram se formando, como São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Rorainópolis (Vila do Incra), todas embriões das chamadas “cidades pioneiras”⁹⁸. Não obstante, o PAD-ANAÚÁ foi criado em 1979 com uma área de 807.900 ha, abrangendo os municípios de Caracará e de São Luiz do Anauá. Com capacidade de assentamento para 4.840 colono, o núcleo do projeto foi denominado de Vila do INCRA⁹⁹. Em 1985, por causa do grande fluxo migratório para região, o projeto foi expandido, visando a beneficiar imediatamente as famílias que chegavam continuamente. O programa proporcionava a titulação e o acesso a créditos e a incentivos oficiais.

O projeto consta com uma infra-estrutura física de 184 Km de estradas, 1.445 parcelas medidas e demarcadas, 13 escolas, 2 postos de saúde e 3 núcleos urbanos¹⁰⁰. Considerando a existência de terras desocupadas ao sul de Roraima no ponto de entroncamento da Perimetral Norte com a BR- 174; Manaus, Caracará e Boa Vista, e atendendo aos anseios da geopolítica brasileira, foi que o INCRA implantou e administrou o respectivo projeto que deu origem ao atual município de Rorainópolis.

Localizado à margem esquerda da BR-210 (Perimetral Norte), na gleba Branquinho, localizada entre os rios Jauaperí e Jatapú, foi criado em 1983 o projeto de assentamento JATAPÚ, com uma área de aproximadamente 271.524 ha. O INCRA considerava indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional a implantação desse projeto na faixa de fronteira com a República Cooperativa da Guiana. Assim, englobou as colônias agrícolas de Entre Rios e parte de São João da Baliza. Previa o assentamento de 3.000 famílias oriundas do nordeste e do centro-sul do país, com lotes aproximados de 60 ha. É o atual município de Caroebe.

O uso potencial da terra de acordo o Projeto RADAMBRASIL, apresenta as seguintes potencialidades : 1) Exploração de madeira: está intimamente relacionada às áreas de ocorrência da Floresta Densa, tem distribuição generalizada na área, ocupando 65% da mesma. Apresenta grande variedade de espécies, dentre as quais destacam-se pelo expressivo valor econômico: angelim (*Hymenolobim excelsum*, Duke), ucuuba (*Virola melinini*, Benoist), andiroba (*Carapa guianensis*, Aube), maçaranduba (*Manilkara huberi* (Duke)

⁹⁸BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. *Ocupação Humana em Roraima II. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de Desenvolvimento e o Crescimento Desordenado*. IN: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropológica. Belém, 1993. p.181.

⁹⁹SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. *Notas Sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização*. IN: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica 4 (1). 1988. p.53.

¹⁰⁰INCRA – *Proposta para Expansão do PAD Anauá*. Boa Vista – RR, 1975. p.03.

Stande); 2) criação de gado em pasto plantados: as condições naturais das terras dessa área apresentam capacidade muito reduzida para a exploração agropecuária, devido principalmente à baixa fertilidade dos solos; 3) extrativismo vegetal: na distribuição espacial e significação econômica dos produtos extrativos na área, avaliou-se o aproveitamento das árvores produtoras de goma não elástica (Balata e Maçaranduba); castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B.K); açaí (*Euterpe aleracea* mart.) e babaçu (*Orbignya martiana* B. Rodrigues)¹⁰¹.

Outro projeto criado ao longo da Br-210 é o de JAUAPERI. Criado em 1982 nas terras do municípios de São Luiz e de São João da Baliza, com área total de 312.491 ha, com lotes de 60 e 100 ha, conta com 1.531 famílias assentadas. Na realidade, estas famílias já estavam assentadas na área, produzindo alimentos e explorando madeiras. O INCRA atuou na regularização fundiária dos assentados e dos que viriam a ser. O período de 1981 a 1985 caracterizou-se pela chegada de um grande número de migrantes através da BR- 174. Em torno de 42% do total se dirigiu para as colônias nas margens das BRs 174 e 210¹⁰². Nos anos 80, Roraima passou a se chamar de “o novo eldorado”. Os médios e altos cursos dos rios Anauá, Jauaperi e Jatapu se tornaram o grande destino dos migrantes rurais.

A aptidão agrícola dos referidos projetos de assentamentos gira em torno das culturas de arroz, feijão, milho, mandioca, banana e pastagens para criação de gado semi-extensiva. Os produtos são utilizados para o consumo próprio e o excedente são comercializados para Manaus e Boa Vista.

Os colonos utilizam o sistema tradicional de roças: broca, derrubada e queima. Inicialmente, faz-se um aceiro de derrubada, ao redor da área a ser beneficiada; depois do aceiro, vem a broca, que consiste no ato de cortar a vegetação rasteira e os cipós que se localizam entre as árvores frondosas, preparando terreno para a derrubada. Estas operações são realizadas com o uso da foice e do facão. Após a broca, espera-se um período de vinte dias para que o mato seque. Nesse intervalo os colonos entregam-se a outra atividade temporária, como, por exemplo, a coleta da castanha. O processo de derrubada da mata densa é o mais complexo, sendo identificadas através de uma estrutura de armação das árvores. Nas florestas brocadas, pode-se distinguir pequenos blocos de árvores, cujas copas encontram-se entrelaçadas por uma espessa rede de cipós. Na derrubada, busca-se sempre pelas árvores de

¹⁰¹INCRA – *Proposta de Criação do Projeto Jatapú*. Boa Vista – RR, 1982. p.33-37.

¹⁰²BARROS, Nilson Crocia. Paisagem, homem e natureza no vale do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: SOUZA, Adélia; SANTOS, Milton et.al. (Orgs.) *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 2002. p.208-209.

maior porte, que estejam enganchadas as árvores menores. Nas laterais das mais frondosas são feitos cortes profundos para facilitar a queda. Após a derrubada o agricultor espera em torno de 40 dias até que as árvores sequem, antes de serem queimadas. Após a queimada realiza-se a coivara, que consiste numa operação de empilhamento de galhos e de troncos de árvores não queimados¹⁰³.

Por fim, preparada a terra os agricultores iniciam o plantio, para o qual utilizam de uma pequena parte da safra anterior, guardada como reserva de sementes para o plantio da roça seguinte. Alguns agricultores, atestam receber anualmente do governo estadual sementes para o plantio, entretanto a maior fonte de sementes é oriunda da própria safra do ano anterior. Nesse contexto do preparo das roças, convém salientar que praticamente todos os colonos vendem aos madeireiros as árvores que são derrubadas no sistema tradicional, entretanto a legislação ambiental do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) só permite o colono desmatar 20% do seu lote de terras.

Sob a frente pioneira em 1985, no que tange aos produtos extrativos na grande mesorregião sul de Roraima, a coleta da borracha declinou em importância, tendo sido registrado apenas 400 toneladas, computadas dos municípios de Caracará e de São Luiz, não fugindo a regra da Amazônia¹⁰⁴.

De acordo com a tabela 10, a coleta da castanha, concentrada nos municípios de São Luiz e de São João da Baliza, apresentou um aumento em sua produção de 265 toneladas, em 1975, para 1.609, em 1988. Esse quadro deixa evidente que as BRs 210 e 174 propiciaram a coleta em áreas anteriormente de difícil acesso. Convém mencionar que a produção de carvão não apresentou um crescimento neste período. Considera-se que foi utilizado apenas para cocção de alimentos. Entretanto, só vai apresentar crescimento a partir de 1989, quando é utilizado também como fonte de renda para os colonos. O colono combina a formação de roças (agricultura) e a expansão do pasto (pecuária), com a venda de madeira para as serrarias e a coleta de castanha.

O final dos anos de 1970 e início de 1980 foram de intensa exploração de madeira. Evidencia-se pelos dados de 1980 a produção de 72.857m³ de madeira em toras. Já em 1985, registrou-se uma queda na produção para 39.920m³. Neste ano, a Venezuela impôs restrições

¹⁰³DINIZ, Alexandre. A Evolução da Fronteira em Roraima. O Caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Cláudia Lima Esteves. (Org.) *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 1998. p.165-166.

¹⁰⁴IBGE. Censo Agropecuário de Roraima, 1985.

a importação de madeira local. O sul de Roraima contribuiu com algo em torno de 85% da produção madeireira: Caracaraí com 4.150m³, Mucajaí com 3.917m³, São João da Baliza com 8.320m³ e São Luiz com 18.135m³¹⁰⁵. Entre as madeiras destacam-se o angelim (*Hymenolobium sp*), o cedro (*Cedrela odorata*) e a maçaranduba (*Manikara elata*).

Tabela 10

Território Federal de Roraima - Produção Extrativa Vegetal –1975/1988

Anos	Carvão Vegetal m ³	Lenha (m ³)	Madeira em Tora (m ³)	Castanha – do Pará (ton.)
1975	196	138.000	1.015	265
1976	-	-	9.954	-
1977	-	-	14.700	-
1978	-	63.091	28.034	-
1979	-	-	29.234	-
1980	-	-	72.857	406
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
1985	52	67.936	39.920	1.521
1986	34	54.005	44.142	926
1987	36	65.635	48.212	815
1988	34	61.329	56.003	1.609

Fonte: IBGE, censo de vários anos.

Convém mencionar que no município de São João da Baliza existe atualmente uma pequena Cooperativa dos Extrativistas – COOPEX - RR. Ao perguntar sobre as atividades desenvolvidas o representante da entidade assim respondeu:

¹⁰⁵Convém esclarecer que os Municípios de Boa Vista, de Alto Alegre e de Bonfim produziram respectivamente 3.360m³, 1.108m³ e 930m³.

O objetivo desta cooperativa é trabalhar com agricultura e o extrativismo vegetal [...] nós trabalhamos com a extração do óleo de andiroba [...] da copaíba e com o beneficiamento da castanha (bombons, biscoito e paçoca) [...] na entressafra da castanha trabalhamos com a banana, feita a massa para mingau, doce e banana frita salgada, e com o coco trabalhamos com a extração do óleo e do leite incluímos ainda o cupuaçú que vai dar uma safra muito boa em 2005. O nosso mercado é a cidade de Boa Vista e Manaus [...] já temos contato para vender a castanha beneficiada para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A lata da castanha in natura vende-se hoje por R\$ 12,00 reais, já a lata beneficiada custaria R\$ 120,00 reais¹⁰⁶.

O depoente, após ir visitar, conhecer e analisar experiências bem sucedidas de cooperativas extrativistas em outros estados da Amazônia, como por exemplo no Acre e no Amazonas, vem somando esforços para administrar a COOPEX – RR, com o intuito de agregar valores aos produtos naturais, ou seja, a fim de aumentar a renda dos colonos cooperativados e, ainda, de trabalhar a preservação do meio ambiente.

Não obstante, ao analisar o processo de colonização no sul de Roraima, constatou-se a existência de diferentes modalidades de ocupação do espaço. A concepção de frente pioneira compreende, implicitamente, a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Portanto, a frente pioneira nesse contexto é mais do que o deslocamento da população para novos territórios. A frente pioneira é, também, a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, rotineiras, tradicionalistas e mortas. A frente pioneira representa o novo modo de ser e viver dos colonos, apoiados nas novas concepções de vida e de mudança social¹⁰⁷.

Entendido como área de fronteira, o sul de Roraima constitui um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias e, portanto, gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. Nesse contexto, a fronteira passa a ser entendida como espaço onde o processo de colonização pode instituir novas relações sociais. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica à ocorrência de movimentos de ocupações.

É possível, ainda, interpretar o sentido da Fronteira não mais como sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. Tampouco se restringe a um processo de colonização agrícola. O elemento distintivo da situação de fronteira não é o

¹⁰⁶Entrevista gravada com o presidente da COOPEX, João Faustino, em 10 de novembro de 2004, no município de São João da Baliza.

¹⁰⁷MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec. 1997. p.153.

espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra¹⁰⁸. Além disso, constituiu-se, historicamente, em categoria fundadora da geopolítica do Estado, no que diz respeito aos movimentos de ocupação territorial, bem como de segmentos sociais. Influenciadora da ação desenvolvimentista tornou-se, ao mesmo tempo, objeto de reflexão no interior do pensamento social¹⁰⁹.

Ao contrário de outros estados da região amazônica e do Brasil em geral, em Roraima evidencia-se grande disponibilidade de terras, apesar da questão institucional em que se encontra atualmente a situação fundiária. Constitui-se, dessa maneira, uma esperança de assentamento para agricultores sem-terras. Porém, considera-se que a atual política das colônias agrícolas deve ser revista, em face aos altos índices de abandono contemporâneo dos lotes.

3.4.3.2 O extrativismo vegetal: a extração de madeira

A atividade extrativista sempre esteve presente no processo de ocupação e de colonização da Amazônia, particularmente em Roraima. Os maiores pólos de produção madeireira da Amazônia encontram-se atualmente situados no estado do Pará, onde se distribuem ao longo de estradas federais, em especial da Belém–Brasília, nos municípios de Paragominas, Marabá, Parauapebas e Tucuruí. Também destacam-se as microrregiões de Furos do Marajó e do Baixo Amazonas, com destaque para o município de Santarém. É importante destacar que os centros mais expressivos de produção madeireira estabeleceram-se em pontos que atendiam a duas condições fundamentais: a abundância de mata primária e a possibilidades de escoamento por via rodoviária¹¹⁰. Tais condições corroboram a asserção de que em Roraima a atividade de extração de madeira deslanchou a partir da abertura da BR-174, a qual deu acesso à floresta densa.

A tabela 11 apresenta a velocidade com, após a abertura das rodovias federais, a produção madeireira da região amazônica cresceu: de 3,13%, em 1960, para 26,82%, em 1987.

¹⁰⁸BECKER, Bertha K. Significância da Fronteira: Uma Interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (Org.) *Fronteiras*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1988. p.66-67.

¹⁰⁹OLIVEIRA, Ana Gita. *O Mundo Transformado: Um Estudo da "Cultura de Fronteira" no Alto Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995. p.123.

¹¹⁰LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: Cejup, 1992. p.303.

Tabela 11
 Brasil e Região Amazônica
 Produção de Madeireira 1960/1987
 segundo principais estados produtores da região.

Unidade de Federação	Produção m ³		% em relação ao Brasil		Variação 87/60 (%)
	1960	1987	1960	1987	
Brasil	11.052.855	93.679.451	-	-	747,56
Amazônia	345.441	25.122.410	3,11	26,84	11.748,58
Pará	323.314	22.037.214	2,91	23,53	6.757,19
Rondônia		2.551.623	-	2,73	-
Acre	8.043	292.252	0,07	0,32	3.377,95
Amazonas	14.084	241.321	0,13	0,26	1.613,44

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960. Anuário Estatístico do Brasil (1989).

Como se percebe, é diferente a importância econômica dessa atividade para cada um dos estados da região amazônica. Para Rondônia os produtos madeireiros representam mais de 60% do produto industrial¹¹¹. Em Roraima, os produtos madeireiros respondem atualmente por mais de 80% da exportação do Estado¹¹².

Mesmo com as estatísticas sobre produção de madeira, torna-se difícil determinar a contribuição isolada da atividade de extração de madeira para o desmatamento da Amazônia (volta-se a tratar dessa questão no capítulo 4). Algumas estimativas apontam, no entanto, para uma contribuição entre 4% e 20%. Não obstante, sabe-se que a extração madeireira exerce papel importante na penetração e capitalização das demais atividades econômicas da região, dado seu caráter pioneiro no processo de implantação de pastagens ou de outras atividades agrícolas.

Foi com a melhoria da infra-estrutura de transportes rodoviários e com o avanço da ocupação da região, especialmente da agricultura e da pecuária extensiva, que a atividade madeireira expandiu-se e passou a ocupar papel decisivo em algumas áreas, tais que o Sul/Sudeste do Pará, Rondônia e Roraima. Nessa fase, a atividade ganhou novas características, tornando-se mais predatória, com a introdução das motosserras. As características da atividade madeireira na Amazônia variam muito de acordo com as condições de acesso à região, ou seja, depende da disponibilidade de meios de transportes e da

¹¹¹Anuário Estatístico do IBGE – 1989.

¹¹²Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. *Exportação Brasileira. Roraima. Principais Produtos Exportados* – Boa Vista - Roraima, 24 de fevereiro de 2005. p.01.

demanda local de madeiras em toras. Essas duas variantes determinam o grau de seletividade da exploração da floresta¹¹³.

No pós-70, a mesorregião sul de Roraima teve um grande afluxo de migrantes. Juntamente com o processo de colonização, os migrantes buscaram consolidar valores econômicos, através da extração de madeira e da coleta de castanha. Mas a extração de madeira é a atividade mais praticada, apesar de apresentar menor intensidade em relação a outros estados da Amazônia. O setor tem conseguido se desenvolver até os dias atuais e tem-se destacado na economia de determinados municípios do estado de Roraima, como ocorre com Boa Vista, Mucajaí e Caracaráí. Segundo Mourão¹¹⁴, esse estado de coisas confirma o grande potencial madeireiro do sul do estado, que dispõe de grande variedade de madeira para o mercado nacional e internacional.

De acordo com o relatório de atividades da Escola de Engenharia de São Carlos, foram estudadas 18 espécies¹¹⁵ com propriedades muito satisfatórias e, por isso, consideradas compatíveis para emprego na construção civil, de modo geral, e na movelaria, de modo particular. A região é considerada uma “fronteira de povoamento e desenvolvimento” na qual faz-se necessário aproveitar a madeira cortada para a formação de cultivos e de pastagens para gado. A partir daí, pode-se acreditar num desenvolvimento sustentável, sem necessidade de extração seletiva, posto que se trata de uma região de fronteira extremamente periférica e de pouca identidade no cenário econômico brasileiro, posta à margem dos pólos de desenvolvimento, como ocorre com os estados do Pará e de Rondônia.

A tabela 12 apresenta a produção extrativa vegetal de Roraima no período de 1991 a 2001. Apesar de o período não fazer parte do recorte temporal que constitui o objeto dessa pesquisa, considera-se importante a análise da sua produção. A produção de madeira sempre

¹¹³KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: EMBRAPA, 1994. p.95-96.

¹¹⁴MOURÃO, Gersa. *Colonización Reciente y Assentamientos Rurales en el Sureste de Roraima, Amazônia Brasileña: Entre la Política y la Naturaleza*. Tesis Doctoral. Universidade de Valladolid. España. 2003. p.228-229.

¹¹⁵Foram caracterizadas as seguintes espécies: Angelim Araroba (*Vataireopsis araroba*); Agelim Ferro (*Hymenolobium sp*); Angelim Pedra (*Hymenolobium petraeum*); Angelim Pedra Verdadeiro (*Dinizia excelsa*); Cafearana (*Andira sp*); Casca Grossa (*Vochysia sp*); Cedro Amargo (*Cedrela odorata*); Cedro Doce (*Cedrela sp*); Cupiúba (*Goupia glabra*); Cutiúba (*Qualea paraensis*); Ipê (*Tabebuia serratifolia*); Jatobá (*Hymenaea sp*); Louro Preto (*Ocotea sp*); Mandioqueira (*Qualea sp*); Quarubarana (*Erisma uncinatum*); Sucupira (*Diplotropis sp*); Tatajuba (*Bagassa guianensis*) e Umirana (*Qualea retusa*). In: *Potencial madeireiro de Roraima*. Pesquisa da EESC – USP. 1992.p.04. Entretanto, convém mencionar que a Secretária de Planejamento e Indústria do estado de Roraima pesquisou 25 espécies de boa qualidade aptas para uso. É mister ainda salientar que o universo das espécies de madeiras é bem maior do que já foi revelado, no entanto carece de estudos comprobatórios da utilidade dessas madeiras.

apresenta um mercado circunstancial, em face as flutuações do preço no mercado externo. Em 1995 houve um aumento da extração de madeira em toras, atingindo 80.035m³. A partir daí foi registrada uma queda constante na produção, em 2001 foram produzidos apenas 25.100m³. Em ainda em diálogo com o Secretário do Sindicato dos Madeireiros (SINDIMADEIRA-RR), o mesmo afirmou que são as restrições impostas pelo IBAMA que dificultam a extração de madeiras, deixando o mercado em crise atualmente.

Tabela 12
Produção Extrativa Vegetal-1991/2001 do Estado de Roraima

Ano	Carvão / ton.	Lenha / m ³	Madeira em tora/m ³
1991	104	53.640	35.897
1992	191	71.982	37.650
1995	434	96.400	80.035
2001	499	115.401	25.100

Fontes: IBGE – Censo Agropecuário de 1995. Anuário Estatístico do Brasil.

IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2001. Vol. 16.

Em Roraima, a exploração madeireira é ligada diretamente às condições climáticas. Praticamente a exploração é suspensa nos meses de maio a setembro, quando a densidade pluviométrica atinge a níveis de não-explorabilidade das florestas tropicais, devido ao solos, que atingem uma tal plasticidade que torna impossível a exploração. Segundo os serradores, a entrada de toras nos meses de inverno cai aproximadamente de 80 a 90% em relação aos meses de verão. Para evitar a falta de matéria-prima para consumo, as serrarias mais estruturadas fazem seu estoque regulador nos meses de seca. Esse tipo de estratégia é observada principalmente no município de Boa Vista, onde 100% das serrarias segue sua linha de produção sem muitos problemas. Alguns fatores influem negativamente na exploração florestal de Roraima, tais que: a elevada concentração de precipitação pluviométrica de maio a setembro; o pequeno número de estradas, sendo que as existentes não suportam o transporte de grandes cargas na época de chuvas; a utilização de maquinário inadequado para os trabalhos na estação das chuvas¹¹⁶.

¹¹⁶BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. (Coord.). *Análise da Indústria Madeireira do Território de Roraima*. Setor Florestal do Núcleo de Ciências Naturais, Boa Vista - Roraima, 1985. p.55.

O início dos trabalhos de exploração não se dá exatamente no término das chuvas, já que é necessário a estruturação das equipes de corte, montagem da infra-estrutura operacional e a necessidade de capital de giro para os outros custos. Então, na realidade, a exploração com plena capacidade vai de novembro a abril, voltando a ser interrompida com o início das chuvas. Esse comportamento faz com que os custos dessa operação encareçam. Para que essa situação seja invertida, torna-se indispensável a regularização do fluxo de entrada de toras, mesmo no inverno, com a modernização das técnicas de exploração, adaptação das máquinas e melhorias das estradas já existentes para que suportem a carga bruta. Caso contrário, as serrarias de Roraima terão sempre problemas durante aproximadamente seis meses do ano, por causa da estocagem de toras para o inverno¹¹⁷.

Segundo avalia a Sudam, existem certas restrições para a exploração econômica e a capacidade técnica de industrialização dessa atividade: a existência de reservas indígenas, a carência técnica para exploração, a partir de manejo sustentável e de volume de madeira por hectare relativamente baixo. Assim, é uma atividade que não permite a instalação de uma estrutura industrial sólida e permanente. Geralmente as empresas que exploram a madeira não dispõem programas de reflorestamento para seu próprio uso, adquirindo a madeira de terceiros¹¹⁸.

Sobre a extração e beneficiamento da madeira em Roraima, analisa-se o depoimento de um empresário, que ao ser indagado sobre esta atividade, assim mencionou:

¹¹⁷BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. (Coord.). *Análise da Indústria Madeireira do Território de Roraima*. Setor Florestal do Núcleo de Ciências Naturais, Boa Vista - Roraima, 1985. p.56.

¹¹⁸SUDAM. *Programas de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos/ Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Branco, Estado de Roraima*. Belém, 1991. p.15.

Sou natural de Santa Catarina, cidade de Caçador. Lá a indústria é toda em cima da madeira, pinho, e atualmente pinus reflorestado. Eu trabalhava com o meu pai, lá no sul [...], mas como ele não fez reflorestamento, chegou uma época que não tinha mais matéria-prima para trabalhar [...] Vim para Roraima há 18 anos, estou trabalhando na indústria de madeira, no município de Mucajaí [...] a matéria-prima aqui é oriunda principalmente das áreas dos colonos e de algumas fazendas [...] pois, se a gente não retirar e não utilizar essa madeira, não gera emprego, não gera imposto, e ela vai ser queimada [...] é muita madeira queimada, pois o IBAMA dificulta a comercialização [...] eu também trabalho com a extração da madeira, tenho um caminhão, skive e máquinas [...] o processo de extração consiste em um levantamento das espécies que tem na área demarcada [...] faz uma picada demarcando e numerando as árvores, é feito um inventário e apresentado ao IBAMA que concede autorização para o dono do terreno roçar e aí a gente tira a madeira [...] é um processo usado em todo Brasil. Primeiro o motosserra, aí uma skive que puxa. Leva para uma esplanada (local onde vai ser reunida as toras para poder carregar num caminhão) [...] existe outro processo que se usa no Brasil, no reflorestamento, as máquinas modernas cortam as árvores e seguram [...] a madeira da minha empresa é comercializada 95% para a exportação, agregamos valor [...] a espécie de maior valor econômico é o Ipê, maçaranduba, angelim em pedra e sucupira [...] a gente comercializa para a Venezuela, Estados Unidos e Europa [...] a produção é escoada pela BR – 174 até Manaus, de lá para o porto de Itacoatiara vai de navio para a Europa [...] não existe escassez de matéria-prima [...] matéria-prima têm demais, tem todo dia gente querendo vender [...] só que não se pode nem pensar em comprar nada, por que se não for legal não se pode vender nada [...] os compradores querem saber a origem da madeira [...] o IBAMA fiscaliza aqui na saída e lá no porto antes de embarcar para os diversos países [...] a sociedade vê o madeireiro como destruidor da natureza que só sabe derrubar [...] entretanto, a gente gera emprego, renda e divisas para o país [...] eu possuo dois reflorestamento, o IBAMA passou a exigir a partir de 1997¹¹⁹.

Uma das características dos madeireiros em Roraima é que todos são praticamente oriundos da região sul do Brasil, com tradição no extrativismo vegetal, como é o caso em questão. O depoente corrobora os dados das fontes oficiais de que a maior parte da madeira utilizada nas indústrias é proveniente das áreas de colonização. Informa ainda que, até o presente, não existe déficit da matéria-prima. Observa-se também que o reflorestamento é um processo bem recente, imposto pelo IBAMA. Praticamente toda sua produção é beneficiada, indo 95% para o exterior. Nesse contexto, a rentabilidade econômica é considerada boa.

Por fim, concluí-se que realmente foi a partir da construção da BR-174, Manaus/Boa Vista, e de parte da BR-210 (Perimetral Norte) que se verificou a expansão da atividade madeireira. O fluxo de migrantes acarretou o surgimento das colônias agrícolas, surgindo daí a principal fonte de matéria-prima (madeira). O colono dirige-se ao madeireiro e vende as árvores de valor no trecho que pretende desflorestar.

A recente atividade madeireira em Roraima se expandiu, a princípio, em face ao mercado venezuelano, grande consumidor de caferana e de madeira branca, fina e mole, amplamente utilizada na construção civil daquele país. Os custos com o transporte correm por

¹¹⁹Entrevista concedida em 10 de novembro de 2004 pelo empresário Fernando Ross no município de Mucajaí.

conta do comprador. As cidades de Upata, Guasipate, Puerto Ordaz e Barcelona são os principais centros importadores¹²⁰. Isso criou as condições para que fosse instalado um parque madeireiro no distrito industrial de Boa Vista que, embora incipiente, proporciona emprego para 2.750 pessoas. Com capacidade estimada de processamento para 180.000 m²/ano de toras, o faturamento potencial do setor é de U\$ 20.000.000,00/ano. Contudo, a potencialidade da ocupação econômica do parque madeireiro com a utilização de recursos naturais não está sendo totalmente aproveitada por duas razões: a primeira diz respeito à resistência ao cumprimento da lei quanto à reposição florestal e a segunda é decorrente do mercado exterior, que tem imposto muitas restrições às madeiras que não dispõem do chamado Selo Verde¹²¹.

Considerando a já referida debilidade da base produtiva de Roraima, cabe ao setor da indústria madeireira contribuir com o desenvolvimento regional maximizando sua exploração, não apenas em toras de madeira *in natura*, mas beneficiada em móveis, cabos de ferramentas, compensados, pranchas, etc., ou seja, agregando valor, no caso o pólo madeireiro já mencionado. No entanto, faz-se necessário o manejo florestal a fim de conservar a floresta. É imperioso buscar o equilíbrio com o meio ambiente, através de um desenvolvimento sustentável.

3.4.3.3 Programa de Integração Nacional: A BR 174 -- Os Índios Waimiri-Atroari e Wai-Wai

De acordo com a ideologia de “Segurança e Desenvolvimento”, que o governo militar impôs ao Brasil (tratado no capítulo 1), a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe a existência de um mínimo de segurança e estabilidade das instituições¹²². Nesse contexto, para que se pudesse garantir a defesa do território brasileiro, tornava-se vital ocupar e desenvolver economicamente os espaços vazios, não apenas para obter um aumento da produção, mas, sobretudo, como elemento básico da própria defesa. A primeira medida a ser tomada era a abertura de estradas por onde passassem as tropas, para a defesa, e as mercadorias, para projeção do Poder Nacional¹²³. Em 1967, a grande prioridade

¹²⁰IBGE. *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro, 1981. p.28.

¹²¹FREITAS, Aimerê. *Geografia e história de Roraima*. Boa Vista: DLM, 2000. p.45.

¹²²OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não Integrar – Políticas Públicas e Amazônia*. 2 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. p.29.

¹²³Convém esclarecer que por “projeção do Poder Nacional” entendia-se a criação de áreas de influência política – com tratados de cooperação e outras ações diplomáticas – e, especialmente, econômicas, pelo incremento do

era a construção das rodovias BR-319 e BR-174, ligando, respectivamente, Porto Velho a Manaus e Manaus a Boa Vista. A ligação dessas estradas tinha como ponto fundamental a vinculação rodo-administrativa a Brasília, que pelo plano rodoviário nacional é representada pelas estradas radiais, convergindo para o centro das decisões políticas do Brasil.

As diretrizes da política rodoviária da Amazônia podem ser resumidas a partir das falas do General Afonso de Albuquerque Lima, Ministro do Interior do governo de Costa e Silva, que afirma que “esvaziamento da Amazônia Ocidental implica, de fato, no comprometimento da segurança nacional, pois os seus efeitos afetariam a própria Federação Brasileira, despertando cada vez mais a cobiça internacional para tão vasta área”. Também pode ser apreendida a partir da conclusão da ESG em estudo sobre a Amazônia: “É preciso consolidar a BR-14 (Belém-Brasília) e promover a sua pavimentação. O mesmo deve ser feito com as rodovias Brasília-Acre e Cuiabá-Porto Velho. Essa deve prosseguir até o Rio Branco, capital do Acre, Cruzeiro do Sul e à fronteira do Brasil e Peru. As estradas projetos Brasília-Dianurum, Cachimbo-Manaus, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Manaus-Roraima devem ser construídas”¹²⁴. Dessa forma o PIN (Plano de Integração Nacional), iniciado no governo Médici, financiou a construção de estradas, bem como outros projetos desenvolvimentistas. Sobre os Programas, Ramos assim se manifestou:

O impacto da construção de estradas e da implementação de projetos de desenvolvimento em larga escala na Amazônia, está documentado em numerosos casos. As estradas construídas pelo PIN infringiram territórios de não menos do que 96 grupos indígenas (56% do número total da Amazônia). Os outros 65 grupos indígenas estão localizados numa faixa de 100 Km de uma ou outra estrada¹²⁵.

A construção das referidas BRs faziam parte de um projeto geopolítico de integração territorial e de controle das fronteiras. Os territórios dos índios Wai-Wai e Waimiri-Atroari foram atingidos, nos anos 70, pela construção dos trechos Caracará-Manaus, da rodovia BR-174, e do trecho Caracará-rio Jatapu, da BR-210. Os contatos com os índios Waimiri-Atroari só foram estabelecidos após a abertura das estradas. A FUNAI reconheceu a área desse povo com cerca de 2.585.911 ha, que recobrem parte da mesorregião sul de Roraima e parte do estado do Amazonas. O outro grupo indígena do sudeste de Roraima surpreendido pela frente pioneira pós 1975, os Wai-Wai, possuem uma extensão de 3.300 Km², localizados no extremo

comércio internacional em condições vantajosas com os países vizinhos. O objetivo era criar uma dependência desses países com o Brasil, que funcionasse como elemento de dissuasão de qualquer eventual sentimento hostil, transformando-os ainda em uma espécie de primeira linha de defesa do território brasileiro.

¹²⁴Conferência do General Albuquerque Lima no Curso de Altos Estudos de Problemas Brasileiros na ESG, em 1 de agosto de 1967.

¹²⁵RAMOS, A.R. 1984. *Frontier Expansion and Indian People*. In: SCHIMINK, M.G. & WOOD, C. H. (eds.). *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville, University of Florida Press. p.148.

oeste do município de Caracaraí, em pequena parte do norte do município de São Luiz e de considerável parte do município de São João da Baliza, na fronteira com a Guiana¹²⁶.

Em 1976, de acordo com Silva, os referidos índios mantinham contatos eventuais com os colonos da frente pioneira. Não tendo sido registrados animosidades no momento do encontro, os indígenas chegavam até a fazer trocas de produtos: com isso, foram se acostumando com roupas, utensílios e outros objetos dos colonos. A BR-210 corta ao meio a área de perambulação tanto dos Wai-Wai, quanto dos Waimiri-Atroari, que são acostumados a fazerem longas caminhadas, ou deslocamentos de canoas para se visitarem¹²⁷.

Em 1974, os primeiros 45 Km da Perimetral Norte foram ocupados por fazendeiros, posseiros e madeireiros, quando passou a existir uma acelerada interação com os indígenas. A partir daí se impôs uma indefinição cultural. A estrutura de ocupação do território pelos grupos indígenas sofreu, então, graves alterações. O lento e espasmódico contato mantido durante décadas com os seringueiros e castanheiros não conseguiu modificar de modo sensível esse padrão. Observa-se uma justaposição de elementos culturais diferentes, solidificada pelo tempo, na utilização dos produtos naturais, na habitação, na alimentação, nas armas, nos meios de transportes, etc. As roças de banana, mandioca, macaxeira, batata-doce e, mais recentemente de frutas, criadas por influência de missionários e compradores, são atualmente instaladas em locais itinerantes, o que não ocorria antes da construção das referidas BRs¹²⁸.

No entanto, pouco a pouco os índios foram-se tornando dependentes das linhas de náilon, anzóis, painéis de metal, ferramentas de aço, material de higiene, medicamentos farmacêuticos, fornecidos por peões, FUNAI, militares, missionários, colonos, criadores de gado, etc. Os missionários católicos oferecem os produtos mencionados acima em troca de artesanato indígena, de serviços e de outras mercadorias na missão Catrimani¹²⁹. Concomitantemente, foi reduzida a mortalidade indígena, em face da assistência médica prestada pelas missões religiosas e a FUNAI.

¹²⁶BARROS, Nilson Cortez Crocia. *Roraima, Paisagem e Tempos na Amazônia Setentrional*. Recife. Ed. Universidade Federal de Pernambuco. 1995. p.85-86.

¹²⁷SILVA, Orlando Sampaio. *Os Grupos Tribais do Território de Roraima*. Revista de Antropologia n°23. 1980. São Paulo. p.82-83.

¹²⁸CIDR. *O Crepúsculo do Povo Yanomami: História e Cultura dos Índios Yanomami da Bacia do Rio Catrimani*. Roraima. Boletim n° 13, Janeiro 1988. p.06.

¹²⁹Idem, p.74.

Assim, em razão da dependência em relação a tratamento de saúde, ao desejo de adquirirem roupas, bebidas, relógios, e objetos em geral, bens sem os quais não sabem mais viver, as malocas foram-se aproximando das áreas de criação de gados, de extração de madeiras, das obras viárias, das vilas e das cidades¹³⁰. Aos poucos, os índios foram-se descuidando do cotidiano das suas roças, da coleta, da pesca e da caça, que também começaram a rarear pelos efeitos da colonização.

A organização do trabalho passou a ser conduzida pelos novos interesses, aos quais alguns índios se adaptaram. Alguns povos procuraram criar e estender suas próprias redes de comércio e, por decisão cultural, aumentar suas produções¹³¹. Essas alterações aconteceram com mais profundidade nos campos e savanas de Roraima, com os Wapixana e Macuxi.

3.4.3.4 O Extrativismo Vegetal como Estruturador das Relações Sociais

Segundo Charles Wagley¹³², o aviamento era o principal elemento estruturador das relações sociais na Amazônia. O aviamento é termo cunhado na Amazônia para designar um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito, já apresentado no capítulo 1. O sistema começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha (final do século XIX e início do XX) que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. No entanto, após o ciclo, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos rígidos, mas continuou sendo dominante em várias esferas da produção.

Pode-se dizer que, a princípio, destacava-se no seringal um tipo de simbiose produtiva homem/floresta. Além do seringueiro que cortava a árvore da seringa, do caucheiro que abatia a árvore do caucho da qual tirava o leite, do balateiro que sangrava a árvore da balata, existiam ainda várias pessoas engajadas em tarefas ancilares, em associação íntima com as espécies vegetais e animais. Foi a partir do surgimento do seringal que quase inteiramente se transformou o processo produtivo que refletiu diretamente no modo de vida das populações. O regime oniprodutivo aristocratizou a figura do patrão, aviltou a do seringueiro e estimulou a expansão do latifúndio. O seringalista foi a personalidade mais

¹³⁰BARROS, Nilson Crócia. Paisagem, homem e natureza no vale do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: SOUZA, Adélia; SANTOS, Milton et.al. (Orgs.) *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 2002. p.206.

¹³¹Idem, p.206-207.

¹³²WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1957. p.146.

marcante que surgiu na Amazônia. Era uma figura paralela em riqueza à do senhor do engenho, de quem imitou muitos modismos, fato explicável pela origem das populações, que vieram do Nordeste para a Amazônia. A bem da verdade, o seringueiro, embora livre fisicamente, constituía-se num escravo moral do patrão, pela rígida dependência econômica e, em alguns casos, num genuíno escravo, vítima de castigos corporais¹³³. Fazendo uma analogia entre o dono do seringal com o senhor de engenho podem ser identificados, em ambos, um poder absoluto, centrado no modo de vida patriarcal e na ostentação de uma aristocracia.

Quanto ao coletor de castanha, caracteriza-se pela extrema pobreza e pela impossibilidade de melhorar de vida, ou seja, pela fixidez social. Em dezembro, ele aluga os seus serviços a um “patrão”, dono de castanhal, que o coloca num ponto da mata, onde deverá coletar os frutos. Como nos seringais, existe a predominância do regime dos “barracões”, onde o trabalhador deve abastecer a sua parca dispensa através do sistema de “aviamento”, cujo débito será descontado de sua produção. Mas, por maior que seja sua coleta dificilmente poderá superar o alto preço do aviamento¹³⁴. Fazendo um cotejo entre os seringueiros e os apanhadores de castanha, considera-se que este último constitui uma categoria social diferenciada, por não se prender a uma ocupação permanente como a do seringueiro. E, inversamente ao que ocorre com esse último, os coletores de castanhas só trabalham durante o inverno. O sistema básico de relações sociais envolvidos na exploração da castanha prosseguiu na mesma linha anteriormente seguida pela borracha – o aviamento.

É bom ressaltar que na atividade extrativa do Território Federal do Rio Branco (Roraima), via de regra predominava o sistema de aviamento, segundo o qual o trabalhador permanecia isolado no interior da floresta, sendo, por um lado, aviado pelo próprio “patrão” (seringalistas e donos de castanhais), e, por outro lado, dependendo da figura do “intermediário”, ambos mantinham contato com os centros consumidores. Para Souza, esse sistema não articulou suficientemente o desenvolvimento capaz de articular recursos econômicos e, não surgiram lideranças que disputassem o poder político com os próceres ligados ao comércio e à pecuária, que comandavam Boa Vista, o único centro político-administrativo de toda região¹³⁵. Com isso, corrobora-se o sistema de aviamento na

¹³³TOCANTINS, Leandro. *Amazônia, Natureza Homem e Tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.103-104.

¹³⁴LARAIA, Roque de Barros e DA MATA, Roberto. *Índios e Castanheiros – A Empresa Extrativa e os Índios do Médio Tocantins*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1978. p.92.

¹³⁵SOUZA, Carla Monteiro. *Notas Sobre a Formação Sócio-Econômica de Roraima*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a. 161,n.408, pp.21-590, jul./set. 2000. p.310.

mesorregião sul e, por conseguinte, não se formou como em outros estados da Amazônia, uma aristocracia baseada no extrativismo vegetal, como ocorreu no Pará, no Amazonas e no Acre.

Segundo Aramburu, o aviamento une o mundo do caboclo (interior), por mais isolado que esteja, à sociedade regional e nacional, e em última instância, ao mercado mundial. Paradoxalmente, tratava-se da maneira de introduzir esse mundo na divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, a principal barreira ao desenvolvimento e à modernização da vida e das relações sociais na Amazônia. Por intermédio dos comerciantes os caboclos entram em contato com uma sociedade mais ampla. Assim, não apenas pelos produtos trocados, o comerciante funciona como um receptor–transmissor de informação e torna-se, desse modo, peça fundamental aos olhos do senso-comum. A troca entre o comerciante e o freguês se dá sem a mediação da moeda: é um sistema de escambo em que a moeda serve apenas como referência de valor. Nesse sistema de crédito sem dinheiro, o escambo anula os princípios do capitalismo ao acabar com um dos seus fundamentos: a liberdade de compra e venda¹³⁶.

Por conseguinte, o elemento fundador do sistema de aviamento era a formação de uma moralidade especial, aquela que liga o patrão ao freguês mediante poderosos laços de fidelidade e deveres morais mútuos. A fidelidade comercial do freguês é uma relação baseada nas obrigações morais que os patrões tem para com seus clientes em caso de dificuldade. A relação entre o comerciante e o freguês é central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil, mas também estabelece uma relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em caso de perigo (doenças, carestias, etc.), em troca de uma relação comercial monopolista¹³⁷. Ao analisar novamente a entrevista realizada na mesorregião sul de Roraima, percebe-se na fala da protagonista do extrativismo vegetal, a ex-proprietária de um castanhal, Senhora Alvacyr de Paula de Souza Matos a forte relação de fidelidade e poder entre o patrão e freguês.

No que diz respeito aos conflitos e tensões, pode-se afirmar que eles existiam em todos os níveis da rede de aviamento, variando desde pequenas trapaças banais até a violência declarada. O seringueiro era a principal vítima de tais fraudes e dos maus-tratos. O

¹³⁶ARAMBURU, Milkel. *Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico*. Revista Brasileira de Ciências Sociais n°25 – junho, 1994. p.83.

¹³⁷Idem, *ibidem*.

seringueiro possuía alguns meios de auto defesa. Destaca-se, particularmente, a quebra de fidelidade do seringueiro na venda da borracha a um regatão e não ao seu patrão habitual. Consta-se aí uma violação da relação patrão–cliente que os aviadores consideravam comum, pois a oferta ao regatão era sempre preferível, caso o pagamento fosse feito em dinheiro ou sob forma de alguma mercadoria rara.

O conflito surgia com mais frequência como reação às tentativas do aviador de criar vínculos de endividamento entre ele e seus aviados. Era comum que o comerciante adiantasse ao seringueiro recém chegado ferramentas, remédios, víveres, a preços altamente inflacionados, de modo que o mesmo já ficava inicialmente endividado com o patrão. Esse “abuso” era de tal modo disseminado, que representava um traço essencial no negócio da borracha, ainda que muitos seringueiros lutassem constantemente para limitar suas obrigações para com o aviador¹³⁸. O patrão, de sua parte, tirava uma série de vantagens pelo fato de ser credor do seringueiro.

É com base em Euclides da Cunha e em outros inúmeros visitantes e viajantes que pode-se afirmar que a economia extrativa da Amazônia permitia que o seringueiro fosse ludibriado e reduzido a um virtual *status* de “escravidão por dívidas”. Por outro lado o patrão era um “escravo” das casas comerciais das grandes cidades, que os ameaçavam com a execução de sua hipoteca ou com o embargo de seu ativo, caso ele deixasse de saldar a conta das mercadorias adiantadas a créditos. E nem mesmo a casa aviadora escapava, frequentemente em débito com as firmas importadoras ou com comerciantes estrangeiros, necessitando de caixa, eram obrigadas muitas vezes a vender sua borracha aos exportadores a preços menores do que desejavam¹³⁹. Nesse contexto, a Amazônia como um todo era a terra do crédito, mas de pouquíssimo capital.

Contudo, é mister salientar que o reflorescimento da economia extrativista durante a Segunda Guerra Mundial, ensejou novas transformações na empresa seringalista, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho. O Estado, ao intervir diretamente na produção, instaurando o monopólio estatal da compra e da venda da borracha, determinou, por meio de pressão internacional, a regulamentação das relações de trabalho no interior do seringal.

¹³⁸WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência. 1850-1920*. São Paulo. Edusp. 1993. p.36.

¹³⁹Idem, p.36-38.

Esse movimento migratório que deslocou trabalhadores para se incorporar ao seringal como força de trabalho durante a chamada Batalha da Borracha (1942-1945) diferenciou-se dos demais movimentos migratórios ocorridos nos fins dos séculos XIX e começo do XX. Os primeiros movimentos migratórios foram de trabalhadores do campo oriundos, em sua maioria, dos sertões do nordeste, onde eram desconhecidos qualquer direito ao indivíduo pobre e a única vontade prevalente era a do coronel. Já o movimento migratório de 1942 incorporou trabalhadores urbanos de várias profissões, já conhecedores dos seus direitos e, portanto, arredios às brutais relações de exploração que haviam caracterizado historicamente o regime de trabalho no seringal¹⁴⁰. As condições de trabalho a partir desse momento passaram a ser questionadas e o abandono dos postos de trabalho foi observado com maior frequência.

Na verdade o tipo de trabalhador que a elite empresarial da Amazônia queria não se coadunava com a figura do “arigó”¹⁴¹, mais ou menos arredio e conhecedor de seus mínimos direitos. Aos coronéis de barranco, comerciante, e dirigentes da região, interessavam as massas rurais atrasadas do sertão do Nordeste. O caráter submisso, a natureza ordeira e servil do trabalhador rural, embrutecido pelas relações de dependências vigentes no nordeste, eram requisitos indispensáveis para o homem que saía da tutela do coronel do sertão, pela via da seca, para o trabalho compulsório nos seringais¹⁴².

Conquanto, uma das formas de intervenção do Estado nas relações de produção da economia da borracha durante a batalha da borracha, foi através do Banco da Borracha e de agências oficiais americanas, na tentativa de quebrar o tradicional sistema de aviamento.

¹⁴⁰COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo. Cortez, 1992. p.49-51.

¹⁴¹Arigó – era o apelido dado aos cearenses que chegavam na Amazônia, que preferiam ficar na cidade, andando ao léu, com o seu uniforme típico do “soldado da borracha”: calça frouxa de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande, e a “peixeira” à ilharga. Andavam aos bandos à procura de emprego, de estância para morar, do boteco para beber, e das festas e dos “arrasta – pés”, dos bairros pobres, onde iam à procura da diversão; não raro transformavam – nas em cenas de bebedeiras, de valentia e de “pega -para- capar”. Por isso o povo local os apelidou de arigós. Quando os avistavam, os conheciam de longe: nos gestos, nos modos de andar, falar e vestir. Os arigós passaram dificuldades de toda a sorte. Eram homens marcados e armados. A convivência ia aos poucos, desfazendo o mito, mas criando a lenda. Muitos deles recebiam o apelido sorrindo, como prova de sua coragem, de seu machismo e de seu próprio destino. Poucos, no entanto, entenderam a função histórica que estavam representando, anonimamente, no drama amazônico da Batalha da Borracha. Foram eles, os “arigós”, os insubmissos, os rebeldes, os contestadores que se recusavam a partir para morrer à míngua no seringal, entregues à sua própria sorte na solidão da floresta. In: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1997. p.361-362.

¹⁴²COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo. Cortez, 1992. p.74.

Afastando o comércio aviador e exportador do processo, financiou e aviou os seringais e as operações de recebimento e exportação da borracha.

Ao procurar eliminar a intermediação do comércio fornecendo mercadorias diretamente ao seringalista, as agências oficiais tencionavam baratear os preços das mesmas e assim reduzir os custos da reprodução da força de trabalho na empresa extrativista da borracha. A nova ordem tinha, também, a função de estimular o aumento da produtividade do trabalho e, naturalmente, seria mais um fator de retenção do trabalhador no seu posto de trabalho, motivando-o pela ambição de ganho. Não obstante, as elites empresariais da Amazônia reagiram de modo violento a essa intervenção estatal, questionando os alicerces dessa nova política em nome da própria sobrevivência da economia da Amazônia. Martinello relata as várias formas de protestos esboçadas pelas elites, inclusive a própria constatação do fracasso dessa política:

“as tentativas faliram durante a guerra para acabar com o tradicional sistema comercial que vigiam na Amazônia, optando pela venda de suprimentos diretamente ao extrator [...] o tradicional sistema de crédito e as relações sociais entre os seringalistas e as casas aviadoras, e entre o seringalista e o extrator - seringueiro, eram por demais sólidas e arraigadas para que pudessem ser substituídas num passe de mágica [...] a formação de cooperativas e a extensão do crédito diretamente ao seringueiro viriam eliminar o seringalista – comerciante e a segurança que ele, de qualquer maneira representava. Ademais, tanto o caboclo amazonense como o sertanejo nordestino não se achavam preparados para substituir um patrão de carne e osso por uma impessoal agência governamental. Além do mais, tais agências não possuíam dias santos, nem promoviam as festas e bailes domingueiros nos quais os seringueiros davam vazão a uma vida social”¹⁴³.

Ainda sobre essa questão do fracasso da tentativa de alterar as velhas relações, Martinello aborda um importante texto do diplomata Walter Walmsley, segundo secretário da Embaixada dos Estados Unidos:

Não existe em lugar algum civilizado um quadro mais negro que se possa escolher para que se possa descrever aquilo que se chamou de corrupções e exploração [...] o comércio fluvial é o sistema arterial dessa feudal organização social [...] a Amazônia é uma cadeia de intermediários, todos se saciando no sangue dos pobres extratores. Dinheiro nada significa para o seringueiro enterrado vivo no interior do seu esqualido barracão. O que ele necessita na verdade é de alimentos e remédios que o mantenham vivo e do álcool para livrá-lo do desespero [...] se um seringueiro for creditado com um preço compensador pela sua borracha, é debitado por um preço maior ainda pelos suprimentos que lhe são vendidos [...] é inútil tentar chegar diretamente ao seringueiro como pretendíamos fazer. Assim nós planejamos no vácuo, em uma larga escala, sem sequer conhecer as condições locais e esperando que um homem cuja a mão direita foi cortada, nos ofereça a esquerda¹⁴⁴.

¹⁴³MARTINELLO, Pedro. *“A Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial, e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1978. p.278.

¹⁴⁴MARTINELLO, Pedro. *“A Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial, e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1978. p.279-280.

Nesse contexto, a intervenção estatal buscou desarticular o velho sistema de aviamento, quebrando a cadeia de relações comerciais que se estendia desde as casas comerciais de Belém e Manaus e se interiorizava no seringal, manifestado nas relações de dependência entre patrão e freguês-aviado. As ações reguladoras das relações de trabalho pareciam formas eficazes para motivar a entrada de migrantes; fixar o homem na Amazônia e aumentar a produtividade do trabalho, deixando o produtor livre das relações dependentes e compulsórias de trabalho, que antes eram vigentes nos seringais. Desse modo, a intervenção do Estado tentou regular as relações de trabalho através de um contrato padrão, criou condições para que o trabalhador, ciente dos seus direitos, se rebelasse contra as imposições do patrão, negando-se a fazer o que não foi acordado entre as partes. Não obstante, essa política de abastecimento, com vistas a prover de modo direto o produtor, fracassou e, assim, revigorou o sistema de aviamento que em sua quase integralidade sobreviveu, apesar das crises¹⁴⁵.

No depoimento do ex-seringalista José de Souza Mendes, já citado anteriormente, percebe-se que seu pai era proprietário de um armazém aviador dos seus “fregueses” e que havia, paralelamente, a figura do regatão competindo com o patrão no abastecimento dos seringueiros. O depoente destaca que chegou a ir vender látex com seu tio ao Banco da Borracha, com sede em Manaus. Evidencia-se aí a presença da política do governo ao comprar a borracha, na tentativa de desarticular o velho sistema tradicional de aviamento.

Considera-se que, durante a Segunda Guerra Mundial, poucas foram as mudanças ocorridas na sociedade tradicional dos seringais. Uma delas refere-se à tomada de consciência do seringueiro dos fatos do mundo extraflorestal. O rádio pode ser apontado como o instrumento que contribuiu para a reformulação de alguns itens da lei da selva. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 3 de fevereiro de 1980, João Batista de Freitas revela aspectos interessantes dessa realidade: um seringueiro do rio Juruá, confidenciou: “Seringueiro que se preza não dorme hoje sem mulher e rádio de pilha”. A referência à mulher tem um fundo sociológico: na grande época da borracha (1880-1914) o seringueiro viu-se privado, por contingências sociais e econômicas, da companhia feminina, ocorrendo muitos crimes pela posse de uma rara mulher que estivesse disponível. Outro seringueiro, ainda no Juruá, confessou ao jornalista: “Aqui, agora, o que o rádio diz é lei para o seringueiro”, achando que o rádio disputa, às vezes, “com o esturro da onça, os gritos das

¹⁴⁵COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo. Cortez, 1992. p.90-91.

araras e a algazarra dos japós, a primazia de fazer o maior barulho na mata”. O rádio tornou-se importante estabilizador social: o lazer e a informação grátis.

No interior amazônico, as técnicas de produção quase sempre permanecem as mesmas de dois séculos atrás. Os produtos explorados são praticamente os mesmos, igual também são as técnicas herdadas dos índios, de derrubada da mata, da coivara, da queima para preparar o roçado, etc.¹⁴⁶. O extrativismo sempre imperando e o homem perdido na floresta, sem assistência, sem associação sem receber o mínimo que a civilização pode oferecer, transmitindo de pai para filho a herança da rotina das técnicas de trabalho obsoletas.

A fim de corrigir essa típica situação de subdesenvolvimento foi que o Governo federal criou em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)¹⁴⁷. A partir daí o aviamento vem-se sujeitando as mudanças, uma vez que tem sucumbido às relações estritamente mercantis. Segundo concebe esse órgão, a interiorização de rede bancária criaria possibilidades para o estabelecimento do crédito formal, e o aparecimento de “atravessadores” na cena econômica que levaria a concorrência comercial a floresta, corroendo o monopólio do aviador. O “atravessador” interferia nas relações estabelecidas, pagando à vista pelos produtos extrativos ou agrícolas, dessa forma, introduzindo dinheiro na economia interiorana e aumentando por sua vez a liberdade de compra e venda do produtor. Nesse contexto o “atravessador” era visto pelos estudos nos anos 50 e 60, como uma figura progressista por que acabava com o monopólio pré-moderno do aviamento. Focalizavam assim o aviamento e sua relação com o desenvolvimento e a modernização da Amazônia¹⁴⁸. Contudo, apesar dessa visão o aviamento continuou existindo em seus traços fundamentais. O crédito formal nunca chegou aos pequenos produtores. Os “atravessadores” flexibilizaram e fragmentaram em grande medida o sistema comercial, mas a necessidade de crédito para a produção mercantil fez com que acabassem entrando no sistema de aviamento.

A partir dos anos 60, se instaura uma nova organização social na Amazônia, as medidas desenvolvimentista implantadas na região, tem na construção das estradas seu eixo de estruturação. A nova fase de modernização é apoiada no grande capital. Se antes o capital comercial, o regatão por exemplo, convivia com o caboclo ribeirinho, agora o capital

¹⁴⁶Convém esclarecer que esta técnica já foi mencionada nesta pesquisa. Ver Colonização Recente em Roraima.

¹⁴⁷TOCANTINS, Leandro. *Amazônia, Natureza Homem e Tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.154.

¹⁴⁸ARAMBURU, Milkel. *Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico*. Revista Brasileira de Ciências Sociais nº25 – junho, 1994. p. 84.

financeiro e industrial irá disputar com ele os recursos naturais. Essa opção de integrar a região via estradas e pela terra firme gerou conseqüências sociais e ecológicas, particularmente em relação aos desmatamentos, aos avanços da pecuária e de empresas madeireiras, bem como ao destino das populações que já ocupavam a região.

As elites dominantes regionais amazônicas venderam suas terras, seus seringais e seus castanhais ou, ainda, como comerciantes, se associaram, mais uma vez de maneira subordinada ou marginalmente, aos novos protagonistas da ocupação do espaço regional. O grupo Bemol de Manaus talvez seja um dos melhores exemplos de setores comerciais tradicionais que conseguiram se associar ao novo padrão. O Grupo J. G. Araújo, também de Manaus, já citado neste trabalho, representa um exemplo contrário: poderosíssimo desde o primeiro grande ciclo da borracha, praticamente deixa de existir nesse novo padrão de organização do espaço social que se inicia em finais dos anos sessenta¹⁴⁹.

Com a desativação dos seringais, as grandes extensões de terras requeridas por essa atividade extrativista transformaram-se numa mercadoria de baixo custo, constituindo, já na década de 70, um atrativo a mais para os empresários do centro-sul. Desse processo, resultaram as seguintes conseqüências: a) reavivamento da pequena unidade agrícola familiar, constituída pelos seringueiros e por seus familiares, que puderam, então, transforma-se em agricultores, uma vez que o seu patrão, o seringalista, havia abandonado a extração da borracha; b) com a desativação dos seringais, muitos dos ex-seringueiros migraram para os centros urbanos e se transformaram em diaristas, biscateiros, passando a desenvolver outras atividades não-permanentes; c) propiciou um êxodo para a Bolívia, já que a região de fronteira era rica em seringais produtivos e ali eles podiam trabalhar¹⁵⁰.

A estrada significou, nesse contexto, acessibilidade. Entretanto, embora a estrada estivesse aberta a todos, nem todos dispunham das mesmas condições sociais e do poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade. As populações tradicionais da região, que viviam de uma agricultura de subsistência associada à pesca ou ao extrativismo de algum produto da floresta, seja borracha, castanha ou mesmo madeira, sofrerão com a crise que pôs fim ao subsídios que mantinham as elites tradicionais. A venda ou mesmo o abandono das propriedades desses setores dominantes tradicionais da região para os sulistas, implicou uma mudança radical no uso da terra e dos recursos naturais por parte desses novos

¹⁴⁹GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001. p.102-103.

¹⁵⁰OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo: Brasilienses, 1983. p.294-295.

protagonistas. Se na crise vivenciada com a queda do velho seringalismo, no início do século XX, essas populações tiveram tempo de se adaptar às novas circunstâncias, a rapidez do impacto estava associada ao próprio padrão tecnológico, no qual a velocidade estava determinada pelos circuitos industriais e financeiros nacionais e internacionais, que impulsionavam essa nova dinâmica¹⁵¹. Dessa forma, é que a floresta passa a ser derrubada ainda mais indiscriminadamente.

Por fim, é com assente nas concepções da ESG (Escola Superior de Guerra), que postulava uma estruturação interna para a Amazônia, que procede-se à análise em curso. A referida região demandava por uma constituição sólida de infra-estrutura material, a partir da organização do binômio território-população, através de atividades voltadas para o planejamento, para a construção de redes de transportes, de obras de defesa e de núcleos coloniais pelo interior.

Percebe-se que todas as mudanças estruturais verificadas na região foram forjadas no bojo do projeto nacional para a acelerada modernização da sociedade e do território nacional, implementado entre 1960-1985. A Amazônia assumiu prioridade, sendo foco de uma política de rápida ocupação de seu território. A ocupação se fez sempre, historicamente, a partir de iniciativas externas. Gradativamente, cresceu a preocupação nacional com a valorização e a integração regional. As raízes desta preocupação reside no planejamento governamental com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território.

Roraima, mais especificamente a mesorregião sul, não ficaram a parte. A referida mesorregião participou das mudanças estruturais, principalmente no que se refere à infraestrutura física e o surgimento das cidades pioneiras; no campo econômico, as mudanças ainda estão em fase de desenvolvimento, ou seja, em processo de luta pela sua integração. No período em análise, percebe-se que o extrativismo vegetal da borracha cedeu lugar para o extrativismo madeireiro, em face da implementação das diversas políticas governamentais e da nova demanda do mercado externo por produtos naturais (madeira). Não obstante, a castanha ainda permanece no mercado regional até os dias atuais. Observa-se, também, que esta nova organização política e econômica afetou a organização do espaço social¹⁵². No pós-

¹⁵¹ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001. p.104-105.

¹⁵² O espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um

70, a mesorregião sul de Roraima apresentou uma taxa de crescimento populacional maior que a mesorregião norte. Dessa forma, os projetos de assentamentos rurais se destacaram em termos de importância demográfica, junto à pecuária semi-extensiva e às madeiras. Foi através da ocupação humana, principalmente nessa área, que ocorreu a explosão demográfica de Roraima da década de 80. É nesse contexto que a mesorregião sul se destaca no atual estado de Roraima, uma vez que possui características próprias, (físicas, estrutural, populacional e atividade econômica) com diferenças acentuadas.

produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto *funcional*. O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. De acordo com Lefévre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. In: LEFÉVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976. p.29-30.

Capítulo 4

As Repercussões Socioambientais do Extrativismo Vegetal na Floresta Amazônica: a mesorregião sul de Roraima

O presente capítulo tem por objetivo analisar as repercussões socioambientais do extrativismo vegetal e das atividades correlatas na mesorregião sul de Roraima. Nesse contexto, por um lado destaca-se o desmatamento relacionados a diversos fatores: abertura das estradas, colonização, pecuária e madeireiros. Por outro lado, dá-se ênfase ao Manejo Florestal como alternativa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e, por conseguinte, para Roraima.

4.1 O Contexto Histórico

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente vincula-se diretamente ao debate sobre a relação homem-natureza, que marca toda a civilização ocidental. Segundo Corrêa¹, que aborda a questão pelo viés da geografia humana, por meio ambiente entende-se um conjunto de aspectos interligados. Em primeiro lugar, é o resultado material da ação humana, tratando-se da segunda natureza, transformada pelo trabalho social. A materialidade social assim criada constitui, de um lado, um reflexo dos conflitos sociais e, de outro, é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que gera novas tecnologias, novos meios de produção de ambientes. Os campos agrícolas, caminhos e habitat rural são exemplos típicos e clássicos dessas criações pelo homem. Em segundo lugar, o meio ambiente não pode deixar de incluir o homem, mas um homem qualificado pelas suas relações sociais, mitos, símbolos, utopias e conflitos. Afinal toda conceituação que exclua o homem em sua complexa plenitude é falha, incompleta, pois alija o agente que simultaneamente é produtor e usuário do meio ambiente, mas também, algoz e vítima.

¹CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.154-156.

Como se percebe, esse conceito de meio ambiente confunde-se com o de meio geográfico, estando muito além, portanto, dos limites das ciências da natureza. Entretanto, foi a partir das grandes mudanças decorrentes da revolução industrial que se alterou profundamente a relação entre os homens e a natureza: quando esta passou a ser concebida principalmente como fornecedora de recursos naturais passíveis de se integrarem aos sistemas de produção e consumo.

A questão ecológica² tem-se tornado, no momento, um tema emblemático para a mais recente produção científica. No processo da construção do consenso mundial em torno da necessidade de considerar a crise ambiental como um problema planetário, os cientistas sociais têm desempenhado papel importante para tornar o tema uma das questões mais importantes para a humanidade do século XXI³.

Os países desenvolvidos centrais acionaram grupos de cientistas sociais – e estes, por sua vez, seus institutos e grupos de pesquisa nas universidades – para a elaboração dos documentos das principais conferências mundiais sobre a temática, além de utilizarem tanto cientistas naturais quanto os cientistas sociais na elaboração e implementação das políticas ambientais globais. Diversos autores (Sachs (1992), Herculano (1992), Altvater (1995), Almeida (1998), Viola e Leis (1995)) mencionam o destaque que a questão ambiental passou a ter a partir da década de 60. Afirmam que o problema se impõe internacionalmente a partir do crescimento do movimento ambientalista nos Estados Unidos. Na década de 70, essas preocupações temáticas se estendem para o Canadá, Europa Ocidental, Nova Zelândia e

²Segundo Benchimol, ecologia é parte, seguimento e conteúdo da ciência do meio ambiente, pois esta assume um caráter genérico universal, abrangente, histórico. A ecologia está voltada mais para o estudo dos ecossistemas como unidade de paisagem regional, abrangendo bacias hidrográficas, climas, solos, vegetação e fauna que agem, interagem e reagem dentro de um ciclo, processo e fluxos de sucessão, energia, ciclagem de nutrientes e mecanismos de controle que permitem o relativo equilíbrio e homeostase do sistema (estabilidade e convivência dinâmica do organismo vivo em relação às várias funções e à composição do diversos fluxos e sistemas). A ciência ou as ciências do meio ambiente são mais universais e complexas, pois além de conterem o estudo dos ecossistemas ecológicos abrangem uma grande variedade de aspectos econômicos, sociais e culturais que permeiam e integram o mundo físico e biológicos adjacente. A distinção entre ecologia e meio ambiente é necessária ser feita, a fim de melhor quantificar e qualificar os problemas do relacionamento homem-natureza. BENCHIMOL, Samuel. Eco-92: Boarealismo ecológico e tropical ambiental. In: COSTA, José Marcelino Monteiro (coord.). *Amazônia: Desenvolvimento ou Retrocesso*. Belém: CEJUP, 1992. p. 30-31.

³Sobre esta questão ver Marcionila Fernandes. *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo com Base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife-Pernambuco.p.45.

Austrália, culminando com a sua extensão para América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Ásia⁴.

A crise ambiental planetária tem sido definida, principalmente, por meio das mudanças climáticas, como o aumento de temperatura decorrente do efeito estufa. Além destes, outros aspectos são considerados significativos: perda da biodiversidade, devastação da floresta tropical, extinção de animais silvestres, exaustões e contaminações dos solos, das águas doces e a poluição dos mares. Ao lado destas, ainda são considerados problemas decorrentes do aumento da população e da urbanização e do uso de energias com base em recursos não renováveis⁵. Muitas são as iniciativas, a partir da década de 70 iniciadas pelos países desenvolvidos centrais a fim de construir uma mobilização internacional para o enfrentamento da questão do meio ambiente.

A criação pela ONU (Organização das Nações Unidas), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) é o reconhecimento da perspectiva internacional através da qual deve ser tratada a questão ambiental. O marco cronológico da questão ecológica no mundo é 1972, quando veio à luz o Relatório Meadows (1972), discutindo sobre o “Limites do Crescimento”. Apresentado pelo Clube de Roma, em 1972, trata-se de um documento de inspiração malthusiana, e tem como principal ponto a necessidade de chamar a atenção mundial para os problemas que poderiam advir da continuação dos padrões de crescimento populacional e industrial, tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais⁶.

Meadows et al. propõe o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial para alcançar a estabilidade econômica e ecológica. A tese do crescimento zero, significava um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica indireta a todas teorias do desenvolvimento industrial que se basearam nela. As

⁴VIOLA e LEIS, H. R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, D. J.; P. F. (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. 2º ed. Campinas: UNICAMP. (Coleção Momento). 1995, p.75

⁵FERNANDES, Marcionila. *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo com Base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife - Pernambuco. p.122-123.

⁶FREITAS, Marcílio e SILVA, Marilene. *Estudos da Amazônia Contemporânea Dimensões da Globalização*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000. p.08-09.

críticas às teses de Meadows et al. surgiram conseqüentemente entre os teóricos que se identificaram com as teorias do crescimento⁷.

Destaca-se também o Relatório da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominado “Nosso Futuro Comum” ou o “Relatório Brundtland”, de 1987, uma vez que propõe o reexame das questões críticas do meio ambiente e do desenvolvimento e formula propostas para o seu enfrentamento, indicando novas formas de cooperação internacional como possível solução para essas questões. No entanto, deve-se salientar que sua contribuição fundamental foi a elaboração de conceito de desenvolvimento sustentável, que procura abrigar as dimensões econômicas, sociais e políticas da questão. O desenvolvimento sustentável é definido e apresentado como uma alternativa de superação dos modelos de desenvolvimento econômicos anteriormente praticados, pois incorpora a dimensão ambiental sugerindo políticas com perfil preventivo de longo prazo⁸. Mais adiante retorna-se a essa questão.

Ainda sobre as Conferências ambientais, convém destacar o papel da Conferência Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro. A Agenda 21 Global é um plano resultante do referido programa de ação para o desenvolvimento sustentável do século XXI, que considera a complexa relação entre desenvolvimento e meio ambiente em uma variedade de áreas. Essa Agenda inclui ainda uma declaração de objetivos e metas, bem como um elenco de estratégias e ações a serem seguidas. A Conferência significou o primeiro passo de um longo processo de entendimento entre as nações sobre medidas concretas que possam reconciliar as atividades econômicas com a necessidade de proteger o planeta e assegurar um futuro sustentável para todos os povos. Ressalta-se os principais resultados da Rio-92⁹.

⁷BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.30.

⁸VIEIRA e WEBER. (orgs.). *Gestão dos Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997. p.19.

⁹A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, com a participação de governos de 178 países, aprovou cinco principais documentos. *Declaração do Rio de Janeiro*: com 27 princípios fundamentais sobre o meio ambiente e sua proteção; o direito ao meio ambiente saudável; o desenvolvimento sustentável; a participação popular e a cooperação internacional. Na realidade, ela reafirma a Declaração da Conferência de Estocolmo de 1972. In: KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: EMBRAPA, 1994. p.23.

No que tange as iniciativas governamentais visando a uma política de meio ambiente no Brasil, pode-se afirmar que eram consideradas pouco expressivas até 1987. Do ponto de vista institucional, havia sido criado, em 1967, o IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal) e, em 1981, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)¹⁰. O art. 6º do referido Sistema define, que os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pelas proteção e melhoria da qualidade ambiental constituirão o SISNAMA. Ainda no ano de 1981, foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que, dentre as diversas competências assumidas, deve-se ressaltar: assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, por meio do Secretário do Meio Ambiente, as diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais¹¹.

Em 1988, foi institucionalizado no Brasil um programa de política: o *Programa de Defesa do Complexo de Ecossistema da Amazônia Legal*, denominado de Projeto Nossa Natureza¹². Destaca-se, ainda, a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), em 1989, órgão federal responsável pela implementação do Programa Nossa Natureza. Dessa forma, emergiram diversas instituições para responder aos problemas ambientais nacionais, principalmente na Amazônia brasileira. Na origem dessas ações estavam embutidas as pressões políticas das organizações ambientalistas internas e externas e o próprio papel das instituições dos sistemas das Nações Unidas e do Banco Mundial¹³.

¹⁰A Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, foi a precursora / geradora da maior parte do que atualmente compõe o sistema brasileiro de gestão ambiental. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e, dá outras providências.

¹¹DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 3º ed. São Paulo: Gaia, 1994. p.274-278.

¹²Dentre as finalidades e objetivos do Programa Nossa Natureza destaca-se:

- a) promover as condições necessárias para a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que assegurem o racional desenvolvimento da região através da conservação dos recursos naturais renováveis, que evite os impactos ambientais que possam comprometer o equilíbrio ecológico e prejudicar física e/ou socialmente as populações locais, em especial a nativa.
- b) Delinear linha gerais prioritárias de pesquisa, considerando os problemas ambientais e o processo de desenvolvimento econômico-social da Amazônia Legal, de modo a consubstanciar a adequação, articulação e operacionalização do “programa Nossa Natureza”. (Relatório final da Comissão Executiva do Programa Nossa Natureza, 1999).

¹³FERNANDES, Marcionila. *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo com Base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife- Pernambuco.

Observe-se que a Constituição Federal do Brasil de 1988 prescreve no seu artigo 225: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo as presentes e futuras gerações”. A Constituição Federal Brasileira reconheceu o Direito Ambiental como um ramo derivado do Direito à vida, conseqüentemente, como integrante dos direitos fundamentais do homem. A referida Constituição dedicou um capítulo especial para tratar da questão ambiental¹⁴.

Convém mencionar que a Amazônia brasileira era concebida como espécie de rito de passagem de uma Amazônia que impulsionava o desenvolvimento econômico a despeito das radicais transformações econômicas e socioambientais e do modo de vida das populações tradicionais para a emergência de uma Amazônia ecológica. Considerando principalmente a sua alta biodiversidade, os ambientalistas de todo o mundo voltaram-se para a Amazônia, num processo de mobilização em torno da defesa do meio ambiente amazônico e das populações locais¹⁵. Estudos realizados, dentre os quais aqueles vinculados ao Projeto Flora Amazônica e Radambrasil, dos quais participaram pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos, têm demonstrado a riqueza da vegetação nessas áreas.

É mister salientar que, a partir de meados dos anos 80, começou a surgir outro tipo de ambientalismo ligado às questões sociais. Esse movimento surgiu no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar, e conseqüentemente pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza. A grande destruição da floresta Amazônica, seja pela devastação de seringais ou pela construção de barragens, deu origem ao que foi denominado de *ecologismo social*, que luta para manter acesso aos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologia alternativas. Ele é representado pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pelos movimentos indígenas etc.¹⁶.

¹⁴RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A Questão Ambiental Amazônica: Caracterização e Políticas. In: ARAGÓN, Luís. (org.) *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA. (Série Cooperação Amazônica 7), 1991. p.94-95.

¹⁵FERNANDES, Marcionila. *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo com Base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife - Pernambuco. p.246;247

¹⁶DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. p.130

O Movimento Nacional dos Seringueiros teve início na década de 70, quando se aguçou o conflito de terras no Acre: organizou os primeiros embates, por meio dos quais os seringueiros organizados se antepunham às máquinas que derrubavam as florestas e ameaçavam seu modo de vida. Em 1985, foi estabelecido o Conselho Nacional de Seringueiros, que tinha como estratégia a criação de *reservas extrativistas*¹⁷. Partindo de um movimento pela posse efetiva da terra e do modo de vida tradicional, passou a contar também com o apoio de grupos ambientalistas e organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Em 1986, foi criada a *Aliança dos Povos da Floresta* que englobava também as populações indígenas. O estabelecimento das reservas extrativistas implica desapropriação de vastas áreas pelo INCRA, a fim de implantar várias “colocações” com cerca de 300ha por família. As áreas dessas reservas são exploradas pelo extrativismo vegetal (látex, castanha, pupunha etc.), caça e agricultura itinerante¹⁸.

Segundo Philip Fearnside as reservas são administradas comunalmente. As famílias retêm o direito de explorar os recursos em seus territórios extrativistas tradicionais (as “colocações”) dentro das reservas, apesar de não serem parceladas em lotes individuais. A terra não pode ser vendida ou transformada para fins de usos não florestais, mesmo que se permita o desmatamento de pequenas áreas para a agricultura de subsistência (não superior a 5ha por família). A criação dessas reservas se baseia também, na organização local dos seringueiros e em programas de educação, saúde, cooperativismo, comercialização e pesquisa de sistema alternativos de manejo da floresta¹⁹.

Convém ressaltar que as referidas reservas ganharam notoriedade internacional depois do assassinato, em embate com fazendeiros, do líder Chico Mendes, em 1988. O Movimento dos Seringueiros se expandiu não só no Acre, onde já em 1980 cerca de 80% dos municípios tinham organizações de seringueiros, mas para outros estados, como Amapá, Rondônia e Amazonas, abrangendo dez assentamentos extrativistas, quatro reservas extrativistas, que juntas cobriam 3.052.527ha e beneficiavam cerca de 9.000 famílias em 1989²⁰.

¹⁷Ver Capítulo 1.

¹⁸ALLEGRETTI, M. *Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica*. Curitiba: IEA, 1987. p. 36.

¹⁹FEARNSIDE, Philip Martin. Extractive Reserves in Brazilian Amazonia. In: *Biociencia* 39(6), June.1989.

²⁰CIMA. *Subsídios Técnicos para a Elaboração do relatório Nacional do Brasil para CNUMAD*. Brasília, 1991.

A principal característica da reserva extrativista é o resgate da importância do homem, numa nova perspectiva de se ocupar o espaço amazônico, em inter-relação com a conservação do meio ambiente, no qual são levados em consideração os aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos. Por se tratar de uma proposta que surgiu da base, das reivindicações rurais, ela leva em consideração a diversidade de formas de ocupação na Amazônia (índios, ribeirinhos, seringueiros, trabalhadores agro-extrativista, etc.). Hoje, na região as reservas extrativistas apresentam-se como o espaço em que os grupos de trabalhadores rurais podem construir ou reconstruir as suas relações sócio-econômica com o respectivo meio ambiente²¹.

A RESEX (reserva extrativista) é uma figura jurídica *sui generis* de conservação ambiental combinada à exploração econômica, destinada especialmente às populações tradicionais e por elas gerida. Ela distingue-se da concepção tradicional de unidade de conservação de espécies vegetais e animais porque prevê a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações extrativistas, ou seja, garante a presença humana.

4.1.1 Desenvolvimento Sustentável

A expressão desenvolvimento sustentável vem merecendo grande destaque nos dias atuais nos diversos fóruns de discussão, sejam eles acadêmicos, políticos, científicos ou empresariais, quando se discute o desenvolvimento das economias industriais modernas. Como já foi mencionado, esta expressão foi popularizada a partir do Relatório Brundtland ou do documento conhecido como *Nosso Futuro Comum*, título dado ao Relatório resultante do já referido trabalho de uma equipe de especialistas em diversas áreas de conhecimento criada pela ONU.

Entretanto, o surgimento da noção de desenvolvimento sustentável, não se deve exclusivamente as preocupações da ONU com o futuro global, ameaçado com os rumos do desenvolvimento. Essa noção possui raízes históricas nos movimentos ambientalistas que buscavam uma proposta alternativa de desenvolvimento ante os riscos da degradação do meio

²¹BENATTI, José Heder. A Posse Agrária Alternativa e a Reserva Extrativista na Amazônia. In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. (Orgs.) SILVEIRA, Isolda Maciel e D'INCAO, Maria Angela. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.555-557.

ambiente, ganhando força à medida que se incorporavam à discussão as preocupações de cunho social.

A relevância que esse tema tem assumido no contexto de uma economia mundial cada vez mais globalizada, cujo progresso econômico tem gerado graves distúrbios na biosfera, tem feito surgir múltiplas formas de interpretação. Essas diferenças têm servindo aos mais diversos interesses políticos-ideológicos, gerando propostas diversificadas com vistas à implementação do desenvolvimento sustentável. Tal multiplicidade de interpretações da concepção do desenvolvimento sustentável tem sido responsável pela inclusão da temática relativa ao meio ambiente, até então desconsiderada nas políticas de desenvolvimento²².

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, sem dúvida, uma conotação positiva, voltada para diversas ações, pois, tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO e outras entidades internacionais adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Esse tripé virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos da natureza mais variada no campo eco-sócio-econômico dos países periféricos²³.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo, da economia. Isso não quer dizer que, como resultado de um desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico²⁴ deva ser totalmente abandonado. Com isso, admite-se, antes, que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras e que, nesse contexto, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

Na prática o modelo de desenvolvimento sustentável sempre se expressou como um projeto internacional de gestão de recursos naturais das áreas mais importantes do planeta. A

²²SOUZA, André Luiz Lopes. *Desenvolvimento Sustentável, Manejo Florestal e o Uso dos Recursos Madeiros na Amazônia: desafios, possibilidades e limites*. Belém: UFPA/ NAEA, 2002. p. 27.

²³BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, Pe: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p.34-35.

²⁴BINSWANGER, Hans Cristoph. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2º ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p.41.

partir das evidências empíricas, vigora, em áreas ecológicas, uma nova dinâmica que tem como base o controle e a gestão do recursos naturais dos grandes nichos ecológicos. Essa dinâmica de gestão, monitoramento e controle dos referidos recursos é reconhecida como ação capaz de produzir um desenvolvimento sustentável, o que facilita a sua implementação sem qualquer questionamento sobre os seus objetivos e finalidades como políticas ambientais globais. Diante do problema da escassez dos recursos e da necessidade de manter a ordem econômica em vigência, é necessário que se construa, tal como está previsto na Agenda 21, uma rede científica e política para fomentar o debate sobre a necessidade de estabelecer normas valores e práticas sociais com a finalidade de evitar, segundo aquele documento, as catástrofe ecológicas previstas.

Talvez a construção do discurso ambientalista sobre a Amazônia seja, nesse momento, o projeto mais importante no âmbito das políticas ambientais globais. Por meio da receptividade e da integração de falas das instituições internacionais e nacionais, pode-se “transformar” a região em área ecológica de “interesse global”. Essa fala, que estabelece uma reconfiguração da região, se reproduz, com efeito multiplicador, sobre a prática social dos vários segmentos da Amazônia, criando as condições para uma nova Agenda (ecológica) Amazônica.

O esverdeamento da Amazônia²⁵ se fez a partir da ação das organizações não governamentais (ONG's) que, articuladas com um conjunto de instituições regionais, nacionais e internacionais, têm contribuído para tecer o discurso ecológico, visando à gestão dos recursos naturais sob a égide do conceito de Desenvolvimento Sustentável. A forma privilegiada para a hegemonização do discurso a respeito da internacionalização da Amazônia é a constituição de uma rede de relações institucionais para a execução de projetos de aplicação do modelo de Desenvolvimento Sustentável, incluindo desde instituições internacionais como o BIRD, ONU, Comunidade Européia, Grupo dos 7, passando por associações, sindicatos de pequenos produtores rurais e entidades indígenas, cooperativas e associações de pescadores, associações de coletores e extratores, reservas extrativistas, federações, associações de classes e Universidades.

As instituições internacionais e os governos dos países do Norte participam da política ambiental global, que visa ao desenvolvimento sustentável, na condição de

²⁵Utiliza-se a expressão para nominar uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, (Pós-80).

propositores das referidas políticas e na condição de doadores. Eles destinam, de acordo com o seu PIB, um valor financeiro, na forma de ajuda para atender os países do Sul, no que diz respeito às políticas direcionadas à promoção do Desenvolvimento Sustentável. Dentre as várias atuações, no Brasil, na área ambiental, o Banco Mundial também gerencia um outro fundo, criado em 1992, para dar suporte financeiro ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais – PPG7²⁶, intitulado Rain Forest Trust Fund. O objetivo do Fundo é dar suporte financeiro para viabilizar a gestão do Programa, cujo objetivo enunciado é de conservar a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono para atmosfera e promover maior conhecimento das atividades sustentáveis na Amazônia e na Mata Atlântica²⁷.

Contudo as políticas ambientais, efetivamente não respondem aos problemas ecológicos reais, mas buscam manter a hegemonia do modelo de sociedade dominante a partir do controle do meio ambiente. São muito mais determinadas pelas relações de poder e de um certo ordenamento pragmático do meio ambiental, do que pelos problemas reais que as sociedades podem enfrentar com os limites ecológicos.

²⁶O PPG7 é um programa de cooperação ambiental patrocinado pelos sete países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália, França, Canadá e Inglaterra) que mantém 150 projetos, programas e subprogramas implantados com recursos desses países. Cerca de 65 mil pessoas são beneficiadas pelos projetos dirigidos às populações locais, sendo 50 mil indígenas e 100 mil comunitários (os quais cerca de mil na Mata Atlântica e 5000 mil extrativistas). Para os implantadores do programa, a experiência tem demonstrado que é possível desenvolver a Amazônia conservando-se os recursos naturais e explorando suas peculiaridades em benefício de seus habitantes. In: ORTIZ SARABIA, Raul H. *Educação Ambiental na Região Amazônica e Desenvolvimento Sustentável*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999. p.101-102.

²⁷FERNANDES, Marcionila. *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo com Base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife - Pernambuco. p.186-189.

No entanto, o que parece estar em jogo na construção do debate sobre os problemas ambientais e sobre as eventuais estratégias de seu enfrentamento é, antes, a disputa²⁸ pelo controle dos recursos naturais renováveis e não renováveis²⁹ do mundo.

4.2 As Repercussões Socioambientais

A área em estudo representa a parte verdadeiramente amazônica do atual estado de Roraima, constituída de matas integrantes da imensa floresta equatorial. À época da criação do Território, as riquezas florestais não puderam concorrer com a atividade mais lucrativa que absorvia a maioria dos habitantes no Alto Rio Branco. Comparado com a pecuária, a produção extrativa significava trabalho rudimentar, com baixa rentabilidade, executado dentro

²⁸Amazônia brasileira continua até os dias atuais despertando os interesses externos em função de sua exuberância e riqueza das florestas tropicais, pelas suas bacias hidrográficas, num objeto de intensa disputa pelos povos do mundo desenvolvido. Tal questão, põem em discussão os direitos geopolíticos da nação brasileira sobre o seu território, a partir de uma argumentação construída em torno da planetarização da crise ambiental e da necessidade de criar condições para um desenvolvimento sustentável. Ainda sobre essa questão convém destacar a obra *A Intercionalização da Amazônia* (1982), de Arthur César Ferreira Reis que descreve bem esse processo ao sintetizar o olhar de europeus e americanos que, por meio de livros e tratados escritos sobre a Amazônia, no século XIX, construíram um discurso exaltando os valores regionais de maneira a favorecer os interesses de seus países, os quais procuravam expandir seus domínios para as regiões novas. Tal polêmica persiste em torno das condições geopolíticas da Amazônia, traduzidos nos circuitos políticos e colóquios científicos internacionais, no questionamento a respeito da definição da Amazônia como uma área brasileira ou internacional. Samuel Benchimol, em seu livro *Integração Amazônica*, (1988), enfatiza que a Amazônia é um símbolo da preocupação mundial em relação à biodiversidade. Têm surgido diversos mitos amazônicos. Convém mencionar, alguns desses mitos, segundo Castro: 1- “A devastação da Amazônia é imensa e constitui a maior tragédia da História”. (Time International – 18/9/1989); 2 – “É vergonhosa a violação da Amazônia pelo Brasil, só comparado ao Apartheid” (Bangkok Post – 10/3/1989). 3 – “O Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia” (François Mitterrand – Presidente de França, 1989). 4- “A Amazônia é o pulmão do mundo” (Houston Post – 23/3/1989). 5 – “A Amazônia é responsável pela sobrevivência da espécie humana” (Debate no Senado nos Estados Unidos, 1989). 6 – “Cerca de 25% da selva Amazônica já havia sido derrubada em 1988” (Denis Mahar – Economista do Banco Mundial – 1988). 7 – Só a intercionalização pode salvar a Amazônia” (Grupo de Cem - México, 1988). 8 – “A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo” (Debate no Parlamento Italiano – 1988). 9 – “Ao contrário do que se pensa os brasileiros, a Amazônia não é deles, e sim de todos” (Senador A. Gore – Estados Unidos – 1998). 10 – “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos Organismos Internacionais competentes” (Mikhail Gorbachev– 1989). In: CASTRO, T. *Amazônia: problemática geopolítica*. Ministério da Aeronáutica: I Seminário do projeto SIVAM, Amazônia atualidades e perspectivas. Rio de Janeiro, Anais CCSIVAM, 1999.

²⁹Convém esclarecer que os recursos naturais, segundo uma classificação antiga e bastante conhecida, são separados em duas categorias: Recursos naturais renováveis – neste grupo se enquadrariam os seres vivos, animais e vegetais, na qual a sua exploração teoricamente seria perpétua, desde que a taxa de exploração seja igual à velocidade de sua recuperação; Recursos naturais não renováveis – apresentam um estoque finito e tendem ao esgotamento à medida que são explorados. A rigor, mesmo os recursos naturais renováveis podem ser não – renováveis, dependendo da extensão do período para a sua recuperação. Quando se abate uma árvore na Amazônia, cuja idade ultrapassa centenas de anos, na prática dificilmente pode-se aceitar como sendo recurso renovável. Por outro lado, os recursos naturais não – renováveis, através da reciclagem, podem apresentar uma taxa de recuperação parcial, como seria o aproveitamento do ferro velho, do papel usado, etc. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Empresa de Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: EMBRAPA, 1993. p.54.

de condições difíceis, com brutais sacrifícios e pesada carga de miséria dos coletores³⁰. Os habitantes da referida região viviam a ilharga do rio Branco e de seus afluentes extraindo produtos florestais de valor econômico. Os núcleos populacionais são dispersos, vivendo praticamente isolados, com exceção de Vista Alegre e Caracaráí.

No interior dos seringais, esses migrantes viam desmoronar rapidamente seu sonho de riqueza e sentiam-se empurrados compulsoriamente para um avassalador processo de desagregação social. Certamente essa situação marcou profundamente a formação dessa categoria. Não é difícil imaginar a angústia daqueles nordestinos, ao se sentirem de repente introduzidos num meio ambiente totalmente desconhecido, cheio de mistérios, hostil, privados do convívio social habitual e, sobretudo, submetido ao rígido sistema da empresa seringalista que nada deviam ao sistema escravista.

Essa experiência para os seringueiros deve ter sido apavorante e, conseqüentemente, deve ter tido forte influência no processo de formação da categoria. Como era de se esperar, é natural que se verifique na população que teve o seu gênero de vida baseado no extrativismo predatório, a existência de uma sociedade instável: não havia nos homens que penetravam a mata em busca dos produtos florestais, o desejo de fixar uma sociedade. Dominava-os, antes, a procura de uma riqueza a ser alcançada em breve espaço de tempo. Foi o que se verificou: a dispersão do povoamento, a instabilidade desse povoamento e o baixo nível de vida que o gênero extrativista coletor impôs.

O extrativismo vegetal, é resultante do anseio de associação do homem com a floresta. Na mesorregião sul de Roraima, evidenciou-se, a princípio, que a tarefa exclusiva do seringueiro era o corte: aniquilava³¹ as árvores, como já foi mencionado neste trabalho, de modo análogo às demais regiões da Amazônia. O depoimento do ex- seringalista José Mendes ilustra bem essa questão. Mas, foi a grande demanda pelo látex que exigiu a criação de novas

³⁰Para muitos estudiosos da Amazônia, a região mantém-se paupérrima devido a essa base econômica arcaica: ao extrativismo, que exprime o atraso de suas forças produtivas frente a etapas alcançadas em outras regiões do país e do mundo, onde o homem se arma de ciência e de técnica para construir sua economia.

³¹Os processos extrativistas na Amazônia podem ser classificados em dois grandes grupos quanto a sua forma de exploração: Extrativismo por aniquilamento ou depredação, que ocorre quando a obtenção do recurso econômico implica a extinção dessa fonte, ou quando a velocidade de regeneração for inferior à velocidade de exploração extrativa. Trata-se, por exemplo, da extração da madeira, do pau-rosa ou do palmito, e de caça e pesca indiscriminadas. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: EMBRAPA, 1993. p.04.

técnicas, menos agressiva à floresta: o extrativismo de coleta³². O seringueiro era levado, compulsoriamente a manter uma postura preservacionista em relação às seringueiras, sob pena de serem expulsos da *colocação*. Pois, certamente, lhes garantia maior produção e, conseqüentemente, maiores lucros, além de possivelmente ensejar mecanismos inibidores de uma possível fixação do homem à terra. Exigia-se, que todas as atividades estivessem voltadas para a extração do látex.

Tal política adotada pelos seringalistas refletia diretamente na crise de alimentos naturais que, de modo agudo, se faz sentir em todos os seringais³³. Tudo isso porque esta atividade impedia que o seringueiro fizesse um roçado, semeasse a terra e colhesse o mínimo para a sua manutenção. Dessa forma retardava veemente a agricultura. No que diz respeito ainda aos alimentos, duas conseqüências: uma econômica e outra biológica. A primeira, os seringais eram abastecidos principalmente de alimentos em conserva: carne-seca, chouriço, ervilhas, atum, doces enlatados, leite condensado, etc. A maioria dos gêneros eram importados do estrangeiro, muito poucos os nacionais, vindo do Sul ou do Nordeste, fazendo parte do sistema lucrativo do aviamento já referido nesta pesquisa.

A segunda conseqüência apresentou uma dupla feição biológica e sócio-ecológica. Foram as doenças, como o beribéri, que perturbaram o equilíbrio orgânico do homem. Era uma avitaminose, causada pela falta de alimentos frescos e de verduras, fontes de vitaminas e sais minerais. As populações pagaram bem caro por seu descaso à terra (agricultura) e aos animais de criatório, o beribéri ceifou um grande número de vidas, por culpa exclusiva da subordinação quase soberana do homem à seringueira. Nesse contexto destaca-se o depoimento do ex- seringueiro Raimundo Nonato Dias, já mencionado neste trabalho, ao relatar que, no rio Jauaperí, no Baixo Rio Branco, morreram pelo menos dez homens de seu *acampamento* ao coletar balatas.

³²Extrativismo da coleta é fundamentado na coleta de produtos extrativos produzidos por determinadas plantas e animais. Como exemplo desse grupo estão a seringueira, a castanha-do-pará, etc. No caso em que a velocidade de extração for igual à velocidade de recuperação, o extrativismo permanecerá em equilíbrio. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: EMBRAPA, 1993. p.04.

³³Entretanto, convém esclarecer que também fazia parte da dieta alimentar dos extratores, a caça. Pois, muitos seringueiros levavam consigo uma espingarda em percurso diário pelas estradas de borracha, poderia ocasionalmente abater uma paca (*Agoiti paca*), uma cutia (*Dsyprocta aguti*), uma ave, uma anta (*Tapyrus terrestris*) etc. Dessa maneira a caça, muitas vezes, fornecia à alimentação um reforço, já que é relativamente pobre em carne.

Por aí se pode perceber as conseqüências do monoextrativismo criando condições desfavoráveis a alimentação humana. Exemplo que bem ilustra a teia ecológica dos seringais. Outra ocorrência do ciclo letal de endemias regionais clássicas, por assim dizer, possui, também, nítido comportamento ecológico. O hematozoário, causador da malária, chegou em Belém via transoceânica, e os navios a vapor levaram, Amazonas acima, o anófele já contaminado. Esses navios consumindo apenas quatro, ou cinco dias de viagem até Manaus, asseguravam o ciclo de existência do mosquito, pronto, assim, a transmitir e irradiar a febre palustre. A Amazônia, diz-se atualmente, é o paraíso dos mosquitos³⁴, do carapanã, especialmente, um inseto anofelino com duas fases distintas de vida: a da água, onde são depositados os ovos e se desenvolvem as larvas e pupas, e a fase alada e terrestre, durante a qual ocorre a temida picada do anófele. Se contaminado transmite à vítima o plasmódio fatídico. Inseto excessivamente reprodutivo³⁵.

Entende-se a relação ecológica: o homem, o pântano, o mosquito, a doença, a morte. Para enfrentar a ameaça sempre latente, armou-se, além da terapêutica do quinino, em grande voga na época do seringal, do recurso do mosquito, envolvendo a rede de dormir (o carapanã é, por excelência, inseto noturno), de telas nas portas e nas janelas, fechadas a partir das seis da tarde. E se procurava acabar com as poças d'água estagnada perto das residências. Mas nem todo o carapanã está infectado. A relação ecológica do mosquito, incluindo a sua biologia especial, é que causa surpresas desagradáveis à vida humana nos seringais, nas cidades, nas povoações, nos assentamentos rurais, em toda parte³⁶.

³⁴Braudel menciona que a malária trata-se, de uma verdadeira doença do meio geográfico. O homem é o agente principal de todo esse processo. Não restam dúvidas de que os surtos de malária estão relacionados diretamente com os períodos em que o homem abandona nos seus esforços de conquista da terra, o recrudescimento do paludismo pode ser considerado como uma conseqüência. É certo que também pode detectar-se na história da malária épocas de maior ou menor virulência, tendo-se possivelmente registrado um agravamento no fim do Império Romano, e um outro a partir dos finais do século XV. Entretanto, há uma recrudescência do mal durante o século XVI, devido talvez ao fato do homem afrontar cada vez mais o velho inimigo em seu próprio terreno: os baixios. Registra-se efetivamente em todo século XVI, em certa medida já no século anterior, um forte movimento de busca de novas terras para a agricultura. Nada mais nocivo que o desbravar de terras infestadas: colonizar a planície significa freqüentemente encontrar lá a morte, como se verifica pelo número de vezes que, em pleno século XIX, foi necessário repovoar as aldeias do Mitidja, no início do processo de colonização que significou um penoso esforço de conquista da terra à febre. Custa muito caro a colonização interna que no século XVI se processa por todo o Mediterrâneo, nomeadamente Itália. In: BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1983. p. 78-81.

³⁵TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. 2º ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1982. p.45.

³⁶Ibidem. p. 110-113.

Tal enfermidade é uma constante na Amazônia. Em Roraima, a incidência de malária ocorre tanto nos meios rurais quanto nos urbanos³⁷. Atribui-se a disseminação aos fatores climáticos e sociais (desmatamentos, garimpos, etc.). Tais atividades levam ao descontrole quase total da doença. A mesma é considerada como um dos principais obstáculos ao extrativismo e à colonização no sul do estado. Ao analisar os depoimentos dos ex-seringueiros Raimundo Nonato Dias, Raimundo Xavier de Carvalho e Maria Batista de Almeida (migrante) relatam respectivamente: “[...] a doença mais acometida era a malária, eu mesmo peguei várias vezes [...]”; “[...] as doenças eram muitas, quando fui morar em Santa Maria do Boiaçú, eu perdi uma filha de malária [...]”; “[...] vimos muitos casos de doenças também, aqui teve febre amarela e malária, no município de Mucajaí [...]”.

Não obstante, a sociedade que se estabeleceu no sul de Roraima, à época da Segunda Guerra Mundial, era marcada por um gênero de vida baseado na coleta. Criou-se um estilo de vida regional falso para os donos de seringais, tão logo os preços declinaram. O fausto de então transformou-se, e o nível de vida declinou. Observa-se nos depoimentos do senhor José Mendes de Souza, ex-seringalista, e de Alvacir de Paula Souza de Matos, ex-proprietária de castanhal, respectivamente: “[...] eu me lembro que havia muito movimento de navio, hoje é uma tristeza [...] havia muito dinheiro [...] os seringalistas ganhavam muito dinheiro era o ouro [...]; [...] se ganhava muito dinheiro [...] tempo depois, a sorva caiu de preço e a castanha também [...] a crise chegou [...] nem a aposentada eu sou. Contudo, após a Batalha da Borracha a maioria dos ex-seringueiros saíram em busca de trabalho, fora do extrativismo, pois o sistema de aviação, os espoliava. Parte tornaram-se pescadores, funcionários públicos, pequenos comerciantes, aposentados como soldado da borracha, mas muitos não conseguiram a referida aposentadoria.

É mister salientar que Araújo Cavalcanti em sua obra *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*, de 1945, chamava a atenção para a preservação ambiental. Abordava que “a riqueza natural da Amazônia, como óleos, fibras, látex, madeiras constituem matérias primas essenciais. Em cada incursão humana na floresta, o serviço ficava resumido na derrubada das mais preciosas madeiras de construção, sem o conseqüente replantio; corte quantas vezes mortal, destruição dos lagos piscosos e guerra contra os

³⁷A título de exemplo, dados do ano 2000, da Fundação Nacional de Saúde/Epidemiologia de Roraima, mostram que houve uma tendência de crescimento constante no período de 1978 a 1988. O número de casos de malária foi de 140.438.

quelônios nas praias antes da desova . Pois já é tempo de se pensar e fazer algo novo e produtivo. O homem amazônico vive fora da sua realidade. Ele acredita que a floresta é recurso inesgotável, e em sua ambição de preços fabulosos não tem censo de proteção nem da flora e nem da fauna”³⁸. Sugeriu ainda ao primeiro governador do Território a criação de um Parque Nacional, situado na Ilha de Maracá, onde a natureza não seja devastada, mas ao contrário, conservada, aumentada e estudada por meios racionais³⁹.

Esta referida obra ainda faz apelo para que a indústria extrativa do Território Federal do Rio Branco não fique restrita ao aproveitamento irracional de essências e de produtos florestais, haja vista que a quantidade de madeira de valor econômico é imensa. Mas o empirismo, a ausência de crédito, a falta de aparelhamento adequado e a deficiência dos meios de transporte conspiram contra a exploração racional das florestas riobranquenses. Muito pior do que isso, a ganância e a incultura dos moradores da região, a voracidade de forasteiros ignorantes, cegados pela ambição desmedida, já começam a produzir os resultados nefastos do vandalismo impratiótico das derrubadas⁴⁰.

Não obstante, a tarefa de convencer o homem amazônico para a necessidade de mudança de técnicas de trabalho não será fácil e demandará ainda muitos anos. O baixo nível educacional e sanitário das populações, agravado pela dispersão num território quase sem limites, que cria um grave problema do isolamento social, são corolários imediatos do extrativismo. As estruturas e atitudes que derivam de relações sociais, econômicas, sócio-ecológicas e culturais são produtos de vários tempos distintos, mas inter-relacionados. Homem e Natureza identificaram-se com esses vários tempos e essas várias gerações, para condicionarem, no espaço físico-social amazônico, uma sociedade pluralmente ecológica, coexistindo com esses vários tempos e essas várias gerações. Daí a necessidade da harmonia

³⁸CAVALCANTI, J. M. dos Santos Araújo. *Organizações e Administração dos Territórios Federais*. Artigo publicado na Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro, abril, 1945.

³⁹A sugestão do técnico Araújo Cavalcanti foi concretizada no governo de Ramos Pereira ao ser implantada em 29 de abril de 1978, na Ilha de Maracá a Primeira Estação Ecológica do Território com uma área de 101.312 ha. In: FREITAS, Aimerê. *A história política e administrativa de Roraima: de 1943 a 1985*. Editora Umberto Calderaro Ltda – Manaus, 1993. p. 191.

⁴⁰Menciona-se à guisa de exemplo que os processos adotados na exploração da balata no Baixo Rio Branco consistia na sangria da árvore, mesmo deixando-a em pé, ficava inutilizada para qualquer aproveitamento ulterior. O sistema de extração do látex, por meio de sulcos transversais e descendentes, em toda a espessura da casca, abertos a facão sobre toda a extensão da haste ou caule, é demasiado esgotante. In: OLIVEIRA, Avelino Inácio. *Bacia do Rio Branco*. Boletim nº 7. Ministério da Agricultura, Serviço Geológico e Mineralógico, Rio de Janeiro, 1929.

qualificada nos mesmos processos, como se fossem instrumentos de um trio de cordas, todos em boa afinação, saudavelmente correlacionados.

Na Amazônia e, por conseguinte, no estado de Roraima, a maior repercussão socioambiental do extrativismo vegetal se traduz em desmatamento. Começa na década de 70 uma nova fase do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima, com a construção das BRs 174 e 210. A história de ocupação da região está associada à presença de diferentes tipos de atores sociais e a atividades econômicas que se sucederam no tempo, refletindo as transformações na paisagem e as perdas significativas da cobertura vegetal. Colonos, fazendeiros e madeireiros começaram a entrar e a se fixar no sul de Roraima. Estradas secundárias e perpendiculares foram abertas, adentrando nas florestas e, ao mesmo tempo, foram surgindo assentamentos rurais e pequenas cidades. As madeiras até então não constituíam bem econômico. A partir daí vai ocorrer um deslanchamento desta atividade, sob a vigilância do órgão controlador e fiscalizador - IBAMA-RR.

4.2.1 A Problemática do Desmatamento

É mister salientar sucintamente a problemática do desmatamento na América do Sul e na Amazônia brasileira. A derrubada da floresta de forma indiscriminada constitui a principal ameaça para as florestas da América do Sul. Em toda a referida região, a maior parte dos 645 000 Km² de florestas que se perderam entre 1980 e 1990 (a maior perda da floresta ocorreu nesses 10 anos) foram eliminadas para implantação de projetos de assentamentos rurais e de desenvolvimento agrícola. Ainda assim, a América do Sul conserva vastas áreas de florestas tropicais intactas. A derrubada indiscriminada constitui o principal perigo para cerca de 70% de toda floresta tropical da América do Sul. A exploração de fontes energéticas, o minério e as novas vias de acesso estão invadindo e ameaçando toda região. À guisa de exemplo, na Venezuela e na Colômbia é limitado estritamente a derrubada para a exploração madeireira. Entretanto, a maior problemática ambiental da Venezuela está relacionada com a derrubada indiscriminada para a extração de ouro e diamantes, bem como a exploração petroleira⁴¹.

⁴¹SIZER, Nigel, BROWN, Paige, et al. *Las Últimas Fronteras Forestales: Ecosistemas y Economías en el Límite*. Instituto de Recursos Mundiales: Iniciativa sobre Fronteras Forestales. World Conservation Monitoring Centre World Wildlife Fund. Washington, USA, 1997. p.25.

Atualmente, o Brasil possui cerca de 3,6 milhões de Km² de florestas, ocupando o terceiro lugar na lista dos países com maior área florestal densa do mundo, perdendo apenas para a Rússia e o Canadá. No entanto, em termos de florestas tropicais, o Brasil é o país com maior cobertura de florestas tropicais (equivalente a uma área três vezes superior à existente na República Democrática do Congo), o que garante o segundo lugar no ranking mundial para este tipo de florestas. A maioria das florestas tropicais brasileiras estão concentradas na região amazônica, visto que a Mata Atlântica se encontra reduzida a cerca de 100 mil Km², menos de 8% de sua cobertura original. Dos poucos mais de 6 milhões de Km² que se estima ser hoje a área total da Floresta Amazônica na América do Sul, 60% estão em território brasileiro⁴².

A dimensão da Bacia Amazônica e a sua grande heterogeneidade ambiental são fatores determinantes para a existência de uma expressiva diversidade biológica já mencionada. Além da riqueza natural, a Amazônia abriga um expressivo conjunto de povos indígenas e de populações tradicionais, que incluem seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, babaqueiras, entre outros, o que lhe confere destaque em termos de diversidade cultural. Trata-se de um fantástico patrimônio socioambiental.

Contudo, de forma geral, as estimativas de desmatamento para a Amazônia têm variado de fonte para fonte e de acordo com as metodologias utilizadas, dependendo principalmente, da inclusão ou não das áreas desmatadas em períodos anteriores e da consideração ou não da área total, incluindo todos os tipos de vegetação ou somente alguns tipos de cobertura florestal, tais como floresta densa e cerrados⁴³. Neste campo, a ironia da história une as duas pontas da linha do tempo, une extremos: de um lado, os laboratórios mais avançados que a ciência já desenvolveu e do outro, os conhecimentos das populações tradicionais, que permitem a identificação dos princípios ativos escondidos na complexidade dos ecossistemas tropicais.

Os dados oficiais, elaborados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre o desmatamento na Amazônia mostram que ele é extremamente alto e está crescendo. Já foram eliminadas cerca de 587 mil Km² de florestas na região (gráfico 01), uma área

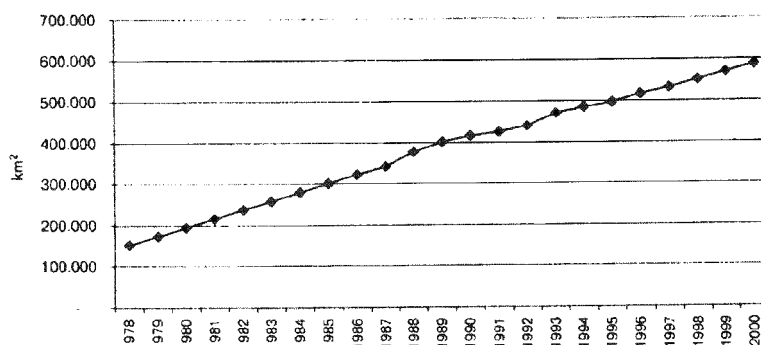
⁴²CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Artigo-Base sobre os Biomas Brasileiros. In: CAMARGO, Aspácia, CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.121.

⁴³KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: EMBRAPA, 1994. p.82.

equivalente à superfície da França e a média anual dos últimos sete anos é da ordem de 17,6 mil Km².

GRÁFICO 01

Evolução da área desmatada na Amazônia (Inpe 2002)



Fonte: Camargo, Aspásia, Copobianco, João Paulo, at. al. (org). Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós Rio-92 São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Página 123

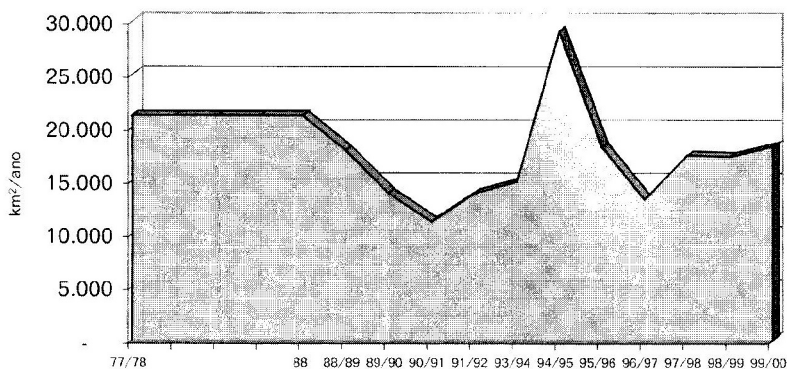
O gráfico n° 02, permite avaliar o período crítico, ocorrido na década de 80, internacionalmente conhecido como a “década da destruição”, devido aos altíssimos índices de desmatamento verificados na Amazônia, com uma média anual estimada em 21.130 Km². Comparado com o ano de 1991, houve uma queda significativa na taxa de desmatamento, chegando a 11.130 Km²⁴⁴. Outro aspecto importante a destacar é que o desmatamento na Amazônia não ocorre de forma dispersa, mas se concentra na área conhecida como o “arco de desflorestamento”(figura 18) e nas fisionomias florestais. Dessa forma, embora em termos de área total o Bioma ainda esteja relativamente bem conservado, há regiões dos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia em que a floresta foi quase completamente eliminada e o processo de fragmentação é tão grave quanto na Mata Atlântica⁴⁵.

⁴⁴Contrariando as expectativas criadas pela Rio - 92, quando o governo brasileiro assumiu compromissos de manter a trajetória de reduções do desmatamento regional, o ritmo voltou a crescer, atingindo seu recorde histórico no ano de 1995, quando foram desmatados quase 30 mil Km². A partir de então, os números vêm mantendo uma tendência de alta, sendo que os últimos dados referentes ao ano de 2000 e 63,8% em relação a 1991 (Inpe 2002). A situação é no entanto, mais grave. In: CAMARGO, Aspásia, CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.123.

⁴⁵CAMARGO, Aspásia, CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.121-124.

Gráfico 02

Evolução da taxa média de desflorestamento bruto na Amazônia (Inpe 2002)



Fonte: Camargo, Aspásia, Copobianco, João Paulo, et al. (org). Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós Rio-92. São Paulo: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Página 124

O desmatamento da Amazônia brasileira está aumentando explosivamente como resultado conjunto de uma intensa migração para a região e dos modos de desenvolvimento que maximizam o impacto da população sobre a floresta⁴⁶. O processo normalmente começa com a abertura oficial ou clandestina de estradas que permitem a expansão humana e a ocupação irregular de terras e a exploração predatória de madeiras nobres. Posteriormente, converte-se a floresta explorada em agricultura familiar e em pastagens para a criação extensiva de gado, especialmente em grandes propriedades, sendo este fator responsável por cerca de 80% das florestas desmatadas na Amazônia Legal. Destacam-se também as especulações de terra ao longo das estradas e o crescimento das cidades⁴⁷.

Ainda no contexto da problemática ambiental, segundo a revista VEJA, atualmente ocorre a maior seca dos últimos quarenta anos na Amazônia: grandes rios, lagos e várzeas atingiram o nível mais baixo, não passam de pequenos córregos de lama. Lugares onde comunitários costumavam usar barcos e canoas, agora podem simplesmente passar andando ou de bicicleta, grandes barcos estão presos no barro seco, que costumava ser o leito dos rios. Milhares de peixes mortos, cidades e comunidades completamente dependentes dos rios estão padecendo com falta de remédios, combustível, água potável e comida.

⁴⁶FEARNSIDE, Philip Martin. Desmatamento e Desenvolvimento Agrícola na Amazônia Brasileira. In: *Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois*. Belém: Cejup: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p. 207.

⁴⁷FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo e ALMEIDA, Samuel. O Desmatamento da Amazônia e a Importância das Áreas Protegidas. In: *Dossiê Amazônia brasileira I*. Revista Estudos Avançados. Publicação da Universidade de São Paulo, 1987. p.157.

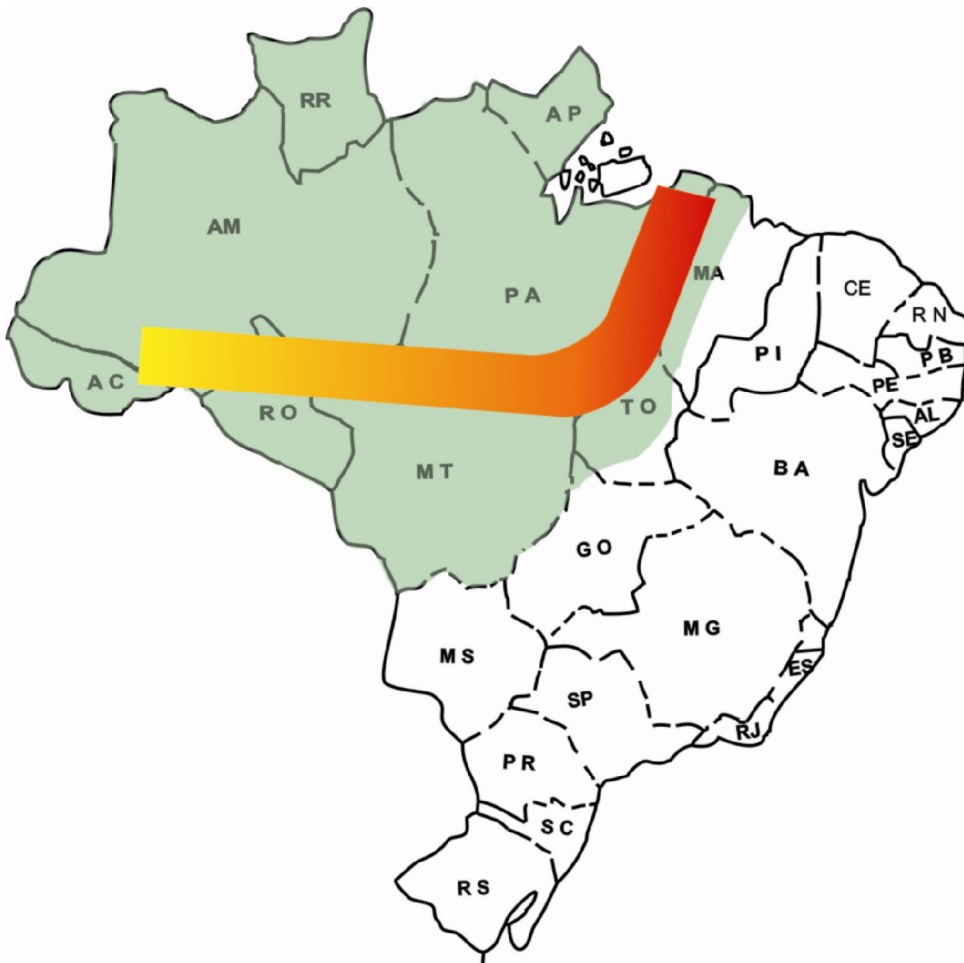


Figura 18
ARCO DO DESFLORESTAMENTO
(Fonte: Capobianco e Camargo, 2002)

Tais problemas provocam efeitos devastadores na economia e no meio ambiente. Pode ser o começo de uma crise da floresta em larga escala. No que tange à amplitude do impacto da indústria madeireira no interior da mata, há a exigência de que sejam tomadas providências imediatas, a fim de garantir o funcionamento do setor e sua correta fiscalização. A fúria das motosserras, o avanço das fronteiras agrícolas e o descontrole da política ambiental já fizeram com que a Amazônia perdesse 18% de sua cobertura original. Hoje, 4% dessa área desmatada não serve para nada: a terra nua e arrasada não é mais cultivada e nem serve como pasto para o gado. O Ministério do Meio Ambiente anunciou a segunda maior taxa de desmatamento da história da selva brasileira. Entre os anos de 2003 e 2004 sumiram do mapa 26 140 Km² de mata – área equivalente a mais de dezessete vezes o tamanho da cidade de São Paulo. De acordo com o último levantamento do IBAMA, o Mato Grosso e o Pará respondem pelas maiores áreas de desmatamento na Amazônia entre 2003 e 2004⁴⁸.

Roraima, atualmente, comparado com outros estados da região amazônica, ainda possui um dos menores índices de desmatamento, resultado de que não possui uma grande população e uma floresta equatorial tão produtiva quanto a dos outros estados. De acordo com esta pesquisa, a indústria madeireira se abastece de matéria-prima florestal oriunda do desmatamento (colonos), que é uma fonte não-sustentável. Não obstante o crescimento do desmatamento ilegal está relacionado com a restrição imposta pelo IBAMA a partir de 2003, quando esse órgão passou a exigir a documentação de propriedade ou de posse para autorizar o desmatamento juntamente com o cadastro no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária, memorial descritivo e mapa das propriedades ou título definitivo. Anteriormente a esta data era emitida somente a autorização para desmatar, com base no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Quando se passou a ser mais rigoroso com a documentação, o desmatamento ilegal tornou-se preocupante, porque o ideal seria ter o controle das áreas desmatadas e, conseqüentemente, dos produtos florestais que estão saindo dessas áreas, o que poderia reduzir os descaminhos.

Torna-se necessário efetivar políticas públicas que priorizem a questão ambiental, principalmente no que tange ao desmatamento sem autorização. Deve-se dar atenção especial aos órgãos no sentido de melhorar sua estrutura, que sem recursos financeiros e humanos ficam praticamente impossibilitados de fazer frente ao controle e fiscalização. Um fator que impulsiona o desmatamento ilegal ou legal é que não se tem um modelo tecnológico para

⁴⁸Revista Veja: 8 de junho, 2005. p.126-127.

agricultura convencional. Dentre os municípios de Roraima, atualmente o Cantá é o que mais desmata através de autorização emitida pelo IBAMA, pois possui projetos de assentamentos relativamente novos e madeira para ser extraída⁴⁹.

Para Phillip Fearnside, Roraima apresenta características únicas. Trata-se de um estado pequeno (em termos amazônicos) e está longe do grande avanço da população e da pecuária, cultivada ao longo do “arco de desmatamento” que se estende de Belém até Rondônia⁵⁰. Contudo, os dados em análise são de 1988/1993⁵¹. Segundo Agostinho⁵², no ano de 1988 a cobertura vegetal de Roraima apresentou alteração entre 1,35 e 1,45 % da área total. No entanto, o INPE apresenta, para esse mesmo ano, a taxa de 0,97% de desflorestamento no estado⁵³. Em termos absolutos (Km² x 10³), a área acumulada desmatada em Roraima era de 3,6 em 1989; 3,8 em 1990; 4,2 em 1991 e 4,5 em 1992⁵⁴. A tendência está relacionada diretamente aos inúmeros projetos de assentamentos rurais implantados pelo INCRA e pelo Governo Estadual. Por essas características, considera-se Roraima como uma espécie de “fronteira interna” do Estado nacional, como um espaço aberto, porém controlado. O Estado intervém sobre as relações sociais nesse espaço⁵⁵ e, nesse sentido, a fronteira é um sistema espacial ainda em vias de estruturação.

Atualmente pode-se aferir ao estado de Roraima, de acordo com os últimos dados divulgados pelo INPE que as áreas desmatadas equivalem a menos de 5% do total da área

⁴⁹Folha de Boa Vista, 26 de outubro. p.10.

⁵⁰Convém esclarecer, segundo o INPE, que para toda Amazônia Legal o índice de desflorestamento aumentou, 1978 – 152.200 Km²; 1991 – 456.400 Km²; 2000 - 587.727 Km². Os estados do Pará e do Maranhão são os que tiveram a maior taxa de desmatamento nos anos 70. No período recente são os estados Pará, Mato Grosso e Rondônia.

⁵¹Convém esclarecer, segundo a pesquisadora da EMBRAPA – RR, Maristela Ramalho Xaud que desde 1989 o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), através do Projeto Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira), calcula anualmente a taxa de desmatamento da Amazônia Legal Brasileira utilizando imagens de satélite. O objetivo principal do Prodes é estimar a taxa anual e a extensão do desmatamento bruto da Amazônia por estado e por imagem. In: Folha de Boa Vista, 06 de janeiro de 2006. p.02.

⁵²AGOSTINHO, Jaime. *Subsídios à Discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2001. p. 198.

⁵³Apenas 3% da atividade de desmatamento da Amazônia no período 1992/94 foi feito em Roraima. Estimativas de desmatamento anunciadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em 25 de julho de 1996 indicam que a taxa anual em Roraima subsequentemente declinou para 0,3 x 10³ Km² para 1991-1992 e 0,2 x 10³ Km² para 1992-1994 (em contraste com a tendência na Amazônia Legal como um todo, que apresentou um aumento da taxa no período 1991-1994).

⁵⁴FEARNSIDE, Philip Martin. Roraima e o aquecimento global: balanço anual das emissões de gases do efeito estufa provenientes da mudança de uso da terra. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrózio; FERREIRA, Efreim Jorge Gondim e CASTELLÓN, Eloy Guillermo. *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1997. p.337-339.

⁵⁵VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1979. p.101.

florestal do estado, representando pouco mais de 1% de toda área desmatada na Amazônia⁵⁶. Contudo, as causas do desmatamento em Roraima são diferentes daquelas do sul do Pará, do Mato Grosso e de Rondônia: pecuária e extração de madeiras. Em Roraima, o principal processo está ligado à colonização no sul de Roraima, uma vez que as taxas de desmatamento estão ligadas mais diretamente aos níveis de migração. Convém destacar que o período mais intenso de migração ocorreu de 1980 até 1988. A abertura de vias de penetração na década de 70 foi a porta de entrada dos migrantes para a ocupação das terras novas. Para os madeireiros, a presença dos colonos significou a garantia para a localização de espécies de madeiras de valor e a própria fonte desse recurso florestal. Afinal, nesse período o objetivo do Governo Federal ainda era o de integrar e povoar a Amazônia.

No entanto, convém ressaltar que após esse período apresentou-se, em geral, um declínio de expansão migratória para o sul de Roraima, que pode estar associado à diversos fatores: à exaustão da maioria das madeiras nobres como a *Bertholetia excelsa* (castanha-do-Pará), à falta de manutenção das estradas, à degeneração progressiva das pontes de madeira e ao declínio dos picos da atividade garimpeira, dentre outros motivos menores⁵⁷.

Dentre as categorias sociais abordadas nesse trabalho, os colonos seguidos dos proprietários de fazendas, são os maiores responsáveis pelo desmatamento. Portanto, a sustentabilidade dos assentamentos rurais também depende de fatores como cultura ecológica e orientação econômica. O desmatamento predatório praticado por colonos pode provocar alterações na formologia do solo, além de outros problemas como o assoreamento dos rios, a baixa na piscosidade dos cursos d'água e ainda o desequilíbrio da fauna. Os efeitos combinados de degradação do solo e de uma demanda cada vez maior por terras agrícolas, acarretam um ciclo de destruição de floresta, com plantio casual e especulação imobiliária. Outro fator concorrente diz respeito ao fato de que, em alguns assentamentos, os colonos após o primeiro ano vendam seus lotes para pequenos fazendeiros. Isso ocorre porque os projetos de colonização apresentam ainda hoje uma situação lamentável.

O caráter recente do estabelecimento dos assentamentos rurais tem implicações ambientais. Além de portadores de um conhecimento ecológico limitado da floresta, os

⁵⁶Folha de Boa Vista, 06 de janeiro de 2006. p.02.

⁵⁷CROCIÁ, Nilson Barros. *The Frontier Cycle: A Study on the Agricultural Frontier Settlement in the Southeast of Roraima, Brazil*. Working paper 4. Department of Geography, University Durham. EUA, 1994.

colonos concentram seus esforços em cultivos impactantes para o ambiente natural, principalmente as culturas intensivas e perenes que implicam na remoção da cobertura florestal. Comparado com as regiões de ocupação tradicional, tal intensidade do uso e modificação da cobertura vegetal são bastante expressivas. Corrobora-se com Prothero⁵⁸ que, ao abordar os assentamentos rurais, ensina que, como acontecem em terras inabitadas, cuja ecologia não é totalmente conhecida, acabam por apresentar um alto risco para a saúde dos que nele habitam. Esses riscos se manifestam de diversas formas: malária, febre amarela, infecções respiratórias e gastrointestinais. No último caso, trata-se do resultado direto da falta de saneamento. A febre amarela e a malária estão relacionadas a construção de estradas e com as clareiras abertas, que promovem e aumentam o contato dos homens com os parasitas.

Some-se a isso o fato de que, na ausência de uma cultura ecológica específica da região, a população de migrantes deixa de se beneficiar de uma série de recursos naturais de que o “caboclo” faz amplo uso, tais como ervas medicinais, frutas e tubérculos selvagens, cipós e outros materiais de construção. Ademais, não compartilhando de um conhecimento da floresta que se traduza não apenas em técnicas de manejo, mas também em uso mais amplo do ambiente socializado, pratica a caça, a pesca e o abate de madeiras nobres sem a preocupação de preservar para seus descendentes. Não há, enfim, um passado econômico no local – daí a busca de investimentos em curto prazo e de caráter depredatório, como a exploração de madeiras nobres e a criação de gado em áreas de desmatamento. Convém esclarecer que os colonos encontram na madeira uma fonte de renda inicial. Pois os Governos Municipais, Estaduais e Federais deixam uma lacuna no que tange ao desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos rurais. Os colonos sofrem com a falta de elementos básicos para a sua sobrevivência.

Não obstante, a criação dos assentamentos implicou, de alguma forma, na redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a quem não teve oportunidade em seus lugares de origem. Para Barraclough, o setor madeireiro abriu a floresta para os assentamentos rurais e conseqüentemente para a exploração de madeira e de outros produtos de interesse dos mercados interno e externo⁵⁹. Nesse sentido, evidencia-se a simbiose entre os assentamentos e

⁵⁸PROTHERO, R. Mansel. *Resettlement and Health: Amazonia in Tropical Perspective*. In: ARAGÓN, Luis (org.). *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1991. p.161.

⁵⁹BARRACLOUGH, Solo. *The Struggle for Land in the Social Dynamics of Deforestation*. In: PAVÃ, Crodowaldo (coord.). *Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia*. Volume I. São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 47.

as madeireiras, não obstante a experiência de luta pela terra, a existência do assentamento como espaço de referência para políticas públicas. A precariedade da infra-estrutura entre outros fatores, faz com que os assentamentos se tornem ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses. Em função do aumento populacional gerado, tem-se verificado algumas vezes, modificações na paisagem rural e urbana dos municípios, a exemplo do que ocorre em Mucajaí, Caracaraí, São Luiz e São João da Baliza. Essas modificações apresentam-se no padrão de distribuição da população, no traçado das estradas, no padrão produtivo, que às vezes leva até a criação de novos municípios, como é o caso de Iracema, Caroebe e Rorainópolis.

Sob a ótica social, os programas de assentamentos do INCRA: o PAR (Programa de Assentamento Rápido), JAUAPERI e os Programas de Assentamento Dirigido, ANAUÁ E JATAPU⁶⁰, localizados ao longo das BRs 174 e 210, são também geradores de novas formas de sociabilidade, mesmo quando se trata de situações em que os assentados são famílias que já viviam na área. A criação do assentamento impõe novas formas organizativas e muitas vezes implica rearranjo espacial de famílias; também provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, reativando laços de solidariedade, desfazendo outros, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos. Os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem: para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial, alimentares.

Sob o efeito do impacto dos respectivos assentamentos, sobretudo pela sua capacidade produtiva e organizativa, os assentados ganharam em muitos lugares reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram “forasteiros” ou “arruaceiros” (em especial nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra). Observa-se a existência dos assentamentos como unidades territoriais e administrativas, que são referência para políticas públicas, resultam numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federais. Desse modo, ao mesmo tempo em que podem ser vistos como “*ponto de chegada*” de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se “*ponto de partida*” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer, desde a organização do lote e a construção do local de

⁶⁰Sobre os respectivos assentamentos ver Capítulo 3.

moradia, até toda a infra-estrutura coletiva e de serviços necessária à viabilização econômica e social das novas unidades de produção familiar criadas.

O desdobramento mais evidente desse processo de ativação de demandas é o aparecimento de candidaturas a cargos públicos. Esse processo é índice do interesse pela disputa política e da busca pela ocupação de espaços onde se façam ouvir, tais como a participação em conselhos, em associações, em sindicatos e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dessa forma, os assentamentos podem ser vistos como espaços que intensificaram a participação dos trabalhadores do campo nos espaços públicos, passando a pesar, em algumas situações de forma decisiva, nas disputas políticas locais e regionais.

Nos municípios é comum colonos se candidatarem a cargos eletivos: muitos concorrem para o cargo de vereadores das Câmaras Municipais. Outro aspecto social das condições de vida apontado pelos assentados, foi o sentido da nova condição, em que o acesso à terra faz com que o assentado se sinta senhor de seus próprios passos e capacitado a controlar a sua vida. Por mais dificuldade que enfrentem e que a pobreza ainda seja generalizada, o acesso à terra provocou rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado. Porém, é evidente a precariedade da situação no que diz respeito aos serviços de saúde e de educação, à infra-estrutura, ao acesso à assistência técnica etc., indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação latifundiária e, por outro, forte continuidade em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro.

No sul de Roraima, atualmente, embora a saúde e a educação não tenham se expandido como o esperado, não se pode afirmar que o mesmo tenha acontecido com as telecomunicações. Fax e linhas internacionais e nacionais estão disponíveis nos diversos municípios da região, assim como também as antenas parabólicas. Na BR – 210 e nas vicinais o assentamento ocorreu em forma de esqueleto e de ambos os lados, a floresta tem sido substituída por grama, depois de transcorridos três anos de colheita de milho, arroz e macaxeira. Porém, em muitos casos, esse período tem sido diminuído para um ano ou até

abolido. A criação de gado tem intensificado a concentração de terra em dois ou mais lotes, notando-se, desse modo, certa diferenciação social⁶¹.

Em análise comparativa, constata-se que em Roraima a pecuária apresenta dois tipos: a mais tradicional, a pecuária extensiva, cultivada em áreas com utilização de 6ha/animal, e a mais recente ou seja, a pecuária em áreas desmatadas com pastagens cultivadas de 1ha/animal⁶². Contudo, no que diz respeito à repercussão ambiental, a pecuária tradicional é bem menos impactante e bem mais sustentável que a pecuária recente. Nas pastagens cultivadas em áreas de desmatamento chegam à degradação entre 7 e 10 anos, já nas áreas de pastagens nativas a natureza original permanece pouco modificada, apesar da antiguidade da exploração pecuária. O caráter sustentável da pecuária tradicional se associem igualmente a uma cultura ecológica de tipo tradicional “cabocla” fruto de uma histórica familiaridade com o ambiente natural e com as suas técnicas exploratórias de baixo impacto. Entretanto, a produtividade comparativamente baixa da pecuária tradicional e os baixos lucros, têm colocado em desvantagem com a pecuária recente.

Para enfrentar essas dificuldades alguns pecuaristas tradicionais começaram a instalar pastagens cultivadas nas áreas de floresta de terra firme, dando curso ao processo de substituição ecológica iniciado pelos pecuaristas recentes. Tal mudança traz a necessidade de novos insumos (fertilizantes, defensivos químicos, combustíveis fósseis) e novas técnicas (melhoramento genéticos das pastagens e dos rebanho). Com isso, entra em decadência as condições de trabalho baseadas no antigo *sistema de quarta*, passando a ser um sistema assalariado. Como alternativa a este cenários cada vez mais presente e estimulados pelos governos estaduais, alguns fazendeiros do Mato Grosso e do Pará têm-se voltado para a exploração do turismo ecológico, buscando sustentabilidade ecológica. Mas essa alternativa até o presente não incluiu o estado de Roraima.

Assim, pode-se afirmar que a organização social da produção dos pecuaristas tradicionais obedece a uma lógica que é determinada pelo conhecimento dos recursos naturais, pelas possibilidades concretas de utilização dos mesmos e principalmente, pelas necessidades de reprodução social. O espaço e o tempo possuem aqui uma dimensão na qual

⁶¹CROCIA, Nilson Barros. *The Frontier Cycle: A Study on the Agricultural Frontier Settlement in the Southeast of Roraima, Brazil*. Working paper 4. Department of Geography, University Durham. EUA, 1994. p. 13.

⁶²Convém esclarecer que a pecuária tradicional localiza-se na mesorregião norte e a pecuária recente localiza-se na mesorregião sul de Roraima.

este tipo de pecuária não destrói as condições dos recursos naturais e na qual os desgastes provocados pela sua utilização não atingem o limite para sua recomposição.

Deve-se considerar que a maior produtividade da pecuária recente depende ou da expansão constante da fronteira agrícola (pois a degradação das pastagens, como se viu acima, se dá no curso de uma década), ou da renovação das pastagens, o que exige investimentos bastantes altos. Neste sentido, as vantagens econômicas representadas pela pecuária em áreas de desmatamento são limitadas no tempo e implicam altos custos ecológicos, tais como poluição do ar pela liberação de gás carbônico, pela perda de biodiversidade, de funções ecossistêmicas da floresta de regulação de climas e balanços hídricos locais⁶³. Este tipo de pecuária é emblemática na mesorregião sul de Roraima.

O desmatamento causado pelo fazendeiro recente foi originado de uma política de ocupação de “vazios demográficos e econômicos” através da concessão de terras e de incentivos fiscais por parte do poder público; já no caso do trabalhador rural que se estabeleceu como posseiro nas frentes de expansão agrícola, utilizando-se do desmatamento como forma de legitimar sua ocupação, trata-se principalmente de uma tomada espontânea de posse, cuja expressão é a área desmatada, que passa a ser vista como benfeitoria na tentativa de garantir o direito de ocupação. Contudo, dado o caráter doméstico de sua produção, tanto o posseiro quanto o pecuarista recente não deslocam os resultados de sua atividade para a sua região de origem. Nesse sentido, a região de origem é a fonte de parceiros na formação dos novos núcleos que vão-se estabelecendo nas frentes de expansão agrícola a partir dos anos 70 na mesorregião sul de Roraima.

Em fins de 1970 e início de 1980, segundo Hemming os exportadores de madeira superaram a exportação de carne em Roraima. A maioria da madeira que deixava o estado era uma madeira leve, chamada caferana (*Picrolemma pseudoffea*), a qual crescia próxima a cidade de Caracaraí, no sul de Roraima⁶⁴. A indústria madeireira tem-se desenvolvido, apesar dos problemas que apresenta em relação à conservação da floresta. Ainda assim, destaca-se por sua importância para a economia do Estado, haja vista que é o principal produto da pauta

⁶³MARÇAL, Mônica dos Santos e GUERRA, Antonio José Teixeira. Processo de Urbanização e Mudanças na Paisagem da cidade de Açailândia (Maranhão). In: GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista (Orgs.). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. p.286.

⁶⁴HEMMING, John. Settlement in Northern Amazonia: The Case of Roraima. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1991. p.193-200.

de exportação de Roraima. Em termos de impactos sociais, as pesquisas têm demonstrado essa importância em relação à geração de renda e de emprego para a população. Estima-se que a indústria de produtos florestais madeireiros na Amazônia seja responsável por 220 000 empregos⁶⁵. Em Roraima, o setor emprega, atualmente, 2800 diretamente e, indiretamente, 10000 pessoas. Há de se considerar, ainda, a crise instalada no setor, por falta de matéria-prima⁶⁶.

Assim, o setor industrial madeireiro continuará a ser um componente de importância fundamental para a criação de estratégias de uso sustentável da floresta⁶⁷. Novas estratégias, por conseguinte, são necessárias para combinar a conservação da floresta tropical com o desenvolvimento econômico. Ou seja, o que fica é a necessidade de que sejam desenvolvidas estratégias para o Manejo Florestal Sustentável.

4.2.2 Manejo Florestal Sustentável

De acordo com Clara Pandolfo, faz-se necessário trazer para o contexto dessa discussão a ênfase no fato de que o estabelecimento de uma Política Florestal para a Amazônia terá que obrigatoriamente considerar que esse é, atualmente, um segmento produtivo da maior importância: a região e que responde por mais de 50% de madeira produzida no país, sendo que o estado do Pará contribui com 85% dessa produção⁶⁸. Ultimamente a exportação de madeiras da região vem sofrendo sérias restrições em

⁶⁵JOSHI, M. Impact of International Tropical Timber trade on the Amazon Rainfo Rest. In: *WORKSHOP FOREST POLICIES AND SUSTAINABLE DEVEOPMENT IN THE AMAZON*. Rio de Janeiro: Cadernos FBDS, 1997. p.157.

⁶⁶Dados fornecidos pelo Sindicato de Madeireiros de Roraima, em 16/11/2005, Boa Vista – RR.

⁶⁷Convém ressaltar que apenas 20% das 3 000 madeireiras que atuam na Amazônia respeitam as leis ambientais e trabalhistas do país. Dessas, só 15 exercem suas atividades com o padrão de excelência que preenche todos requisitos internacionais. Não cortam árvores raras ou jovens e respeitam o intervalo de 25 anos para explorar uma mesma área, medida que permite a regeneração da floresta. Por seguirem esses princípios, receberam o Certificado Forest Stewardship Council (FSC) um tipo de ISO 9000 das madeireiras conhecidas como selo verde. Contudo uma das dificuldades apontadas pelos madeireiros para o corte legal de árvores é o IBAMA que protela a concessão de novas autorizações, a título de exemplo lembro o caso da Gethal Amazonas, que chegou a fechar as portas. Outras empresas desistiram de esperar pelo IBAMA a Orsa Florestal, conseguiu na Justiça uma liminar que lhe garante o corte legal de madeira. Assim, explora a maior área de manejo sustentado da Amazônia, graças a uma medida judicial. Nesse sentido, acredita-se que o IBAMA dificulte a concessão de autorizações a fim de preservar a floresta. Mas o efeito é o oposto. Ao impedir que as empresas sérias prosperem, o órgão abre espaço para as devastadoras. Hoje, 2 400 madeireiras cometem atrocidades na floresta. Desmatam, derrubam espécies ameaçadas e usam métodos que destroem, pelo menos metade da área onde atuam. Só estão em operação porque o IBAMA não tem fiscais suficientes. O incentivo à ilegalidade produziu estímulos negativos até na população ribeirinha, que aderiu ao comércio ilegal de madeira. In: *Veja*: 9 de novembro de 2005. p.66-67.

⁶⁸PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: Ocupação, Desenvolvimento e Perspectivas Atuais e Futuras*. Belém: CEJUP, 1994. p.156.

decorrência de pressão de ambientalistas. Impõe-se, dessa forma, a racionalização dessa atividade, conduzindo-a sob planejamento e supervisão técnica, de modo a garantir a maximização de seu valor econômico e sem agressão ao meio ambiente.

Uma forma de dar outros rumos à exploração madeireira seria viabilizar uma modalidade de atuação através do manejo florestal⁶⁹. Na Amazônia, as primeiras pesquisas sobre manejo foram introduzidas por silvicultores da FAO, nas décadas 50/60, na Estação Experimental de Curuá – Una do Centro de Tecnologia Madeireira da SUDAM. Após 30 anos de observação dessa técnica, o método desenvolvido oferece hoje respaldo técnico suficiente para uso em escala econômica. Esta metodologia desenvolvida é a alternativa mais segura para conter os desmatamentos⁷⁰.

Dessa forma, o manejo florestal sustentável pode ser definido como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo. Apesar de todos esses anos de experiência com o manejo florestal, essa atividade não conseguiu alcançar regularidade como sistema de uso de terra nos países de florestas tropicais. Na prática o que se tem verificado é uma queda constante do estoque de madeira tropical, paralelamente ao aumento das áreas degradadas, em função da utilização desses recursos em bases ecologicamente não sustentáveis.

Convém esclarecer que um sistema de manejo florestal aplicado à produção madeireira envolve um conjunto de atividades relacionadas com os processos de extração da madeira e com os sistemas silviculturais aplicados para garantir as futuras safras. Enfim, o manejo florestal constitui o conjunto de atividades desenvolvidas antes, durante e após a exploração madeireira, com vistas a garantir a máxima eficiência da colheita com mínimos

⁶⁹As florestas plantadas e as florestas manejadas oferecem diferentes tipos de produto e a madeira oriunda de reflorestamento não substitui a madeira tropical amazônica. Por isso, essas atividades não são competitivas podendo ser consideradas complementares. De um lado os reflorestamentos, a base de espécies de desenvolvimento rápido constituem uma importante fonte alternativa de fornecimento de madeira para usos comuns em serraria, mas sobretudo destinam-se a suprir indústrias de celulose ou à produção de carvão para siderurgia. De outro lado, a floresta amazônica fornece principalmente madeiras nobres de alta qualidade própria para o uso industrial, sobretudo para movelaria fina. In: PANDOLFO, Clara. *A Questão Florestal na Amazônia Brasileira. Resumo dos Documentos Técnicos. Simpósio Internacional sobre Cenários de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Alternativas Econômicas e Perspectivas de Cooperação Internacional*. SUDAM: Belém, 1992. p.112-113.

⁷⁰PANDOLFO, Clara. *Amazônia Brasileira: Ocupação, Desenvolvimento e Perspectivas Atuais e Futuras*. Belém: CEJUP, 1994. p.182.

danos à floresta remanescente, de forma que novas safras sejam extraídas, em ciclos regulares e infinitos de exploração⁷¹.

Diversos autores têm afirmado a quase inexistência de manejo sustentado operando em escala comercial na Amazônia. É mister salientar a necessidade de um planejamento completo das operações da exploração, a fim que se possa criar condições adequadas para uma exploração sustentável. As operações de exploração florestal nas florestas tropicais são raramente precedida de um procedimento de manejo⁷².

Não obstante, as principais operações do processo de exploração florestal são a derrubada e o arraste de toras. Quando realizada essas duas atividades de forma inadequada, há maior quantidade de danos ecológicos e ineficiência técnico-econômica, que caracterizam a exploração tradicional em relação ao manejo tradicional. A derrubada planejada pode evitar ou reduzir consideravelmente os danos à população remanescente, garantindo, assim, estoque para futuras safras. Além dessas vantagens, esse manejo pode facilitar as operações posteriores de arraste das toras e o aumenta do aproveitamento das árvores abatidas, podendo, ainda, reduzir o risco de acidentes no trabalho⁷³. Enfim, pode-se assegurar que apesar do grande avanço na área do manejo florestal, ainda não se pode falar de um modelo ideal para as condições da Amazônia, apesar de já existirem subsídios suficientes para modificar o uso predatório dos recursos na região.

É mister salientar também que o manejo florestal sustentável não se resume a uma viabilidade técnico-científico. O manejo florestal articula e integra pelo menos três componentes: o ecológico, o econômico e o social. O princípio do manejo florestal em bases sustentadas é o ajuste do ritmo da intensidade da floresta à capacidade de reposição natural do estoque, ou seja: o volume da biomassa extraída deverá ser tal, no final de um determinado

⁷¹SOUZA, André Luiz Lopes. *Desenvolvimento Sustentável, Manejo Florestal e o Uso dos Recursos Madeireiros na Amazônia Brasileira: Desafios, possibilidades e limites*. Belém – UFPA/ NAEA, 2002. p.109-110.

⁷²Segundo Homma, o desinteresse pelo manejo florestal, está relacionado com os recursos madeireiros da floresta que são abundantes e baratos, levando à prática de apenas extrair as maiores e melhores madeiras, em curto período de tempo. A indução ao manejo sustentado poderá ser feita de forma que os recursos florestais fiquem escassos artificialmente, permitindo a exploração apenas em áreas de vocação madeireira e proibindo a transferência das indústrias madeireiras instaladas nesses locais para novas regiões. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*. Brasília: EMBRAPA. Belém, 1998. p.166-167.

⁷³SOUZA, André Luiz Lopes. *Desenvolvimento Sustentável, Manejo Florestal e o Uso dos Recursos Madeireiros na Amazônia Brasileira: Desafios, possibilidades e limites*. Belém – UFPA/ NAEA, 2002. p. 111-113.

ciclo; o incremento volumétrico deverá ser suficiente para repor o que foi retirado, permitindo dessa forma, nova intervenção para a extração daquele recurso natural, sem prejudicar o potencial da floresta de fornecer uma colheita similar no futuro.

Por fim, destaca-se que o maior desafio do manejo florestal é garantir então que as florestas forneçam, ao mesmo tempo, os benefícios financeiros resultantes da comercialização dos produtos florestais e os benefícios socioambientais decorrentes dos serviços realizados corretamente. Em Roraima, atualmente, de acordo com as informações prestadas pelo IBAMA, três planos de manejos florestais foram indeferidos. Apenas um foi aprovado e dois planos estão em fase de análise.

4.2.3 Reservas Extrativistas: tendências atuais

Como já foi tratado no capítulo 1, os diversos produtos não madeireiros da floresta oferecem alternativas de usos desses produtos para as diversas comunidades locais da Amazônia. As populações locais valorizam a floresta em função da ampla variação de produtos madeireiros e não madeireiros. Quanto mais a floresta for mantida intacta, mais ela pode servir como fonte para diversas finalidades, como produtos medicinais, alimentícios, caça, extrativismo e confecção de pequenos objetos artesanais, entre outros usos. Algumas dessas atividades têm sido desenvolvidas tradicionalmente em condições de baixa pressão sobre os estoques dos recursos.

À guisa de exemplo, lembramos que no sul do Estado, a floresta amazônica abre espaço para o artesanato feito com produtos da floresta, a exemplo do que ocorre em Santa Maria, Sacáí, Cachoeirinha, Canaeni, Lago Grande, Terra Preta, Caicubi, Itaquera, Panacarica, que são comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco, antigas sedes de castanhais. Nesses lugares, a sobrevivência foi trocada por sacas de ouriços até quando o produto declinou no mercado. Os empregados passaram a ser desnecessários, excluídos. A partir daí passaram a agregar valores aos produtos da floresta em forma de artesanato. Desse modo, encontraram no artesanato uma fonte de renda substituta.

Isso favoreceu uma retomada do amor pelas cestarias de Arumã e o respeito pelos cipó nativos, pelo ouriço de castanha, de tucumã, de jarina, de açai, pela fibra de buriti da região. Herança indígena local, os traçados, as fibras coloridas com urucum (*uru'ku vermelho*)

são fixadas com resina da floresta. A produção artesanal de barcos e de miniaturas também faz parte da tradição. Afinal, como já foi referido, o rio é a estrada, a veia que liga as comunidades⁷⁴. Por fim, essas alternativas de uso de bens não-madeireiros não despertam, geralmente, interesses para as indústrias madeireiras, mas podem ser de grande importância como fonte de desenvolvimento para as comunidades locais, uma vez que podem gerar empregos diretos e indiretos, graças ao processamento e comercialização desses bens e de seus derivados.

A criação de reservas extrativistas para a exploração de produtos não madeireiros vem sendo colocada, nos últimos anos, como uma alternativa para conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental da Amazônia, desde que muitos desses produtos possam a ser explorados sem destruir a cobertura florestal, de acordo com o que já foi referido nesta pesquisa.

Dessa forma, essas reservas constituem um tipo de unidade de conservação de uso sustentável com objetivo duplo: preservação ambiental e atendimento de uma demanda social local, destinada à exploração dos recursos naturais em sistemas (praticamente naturais) pelas populações que ali moram, de forma a manter sua conservação; ou seja, de forma sustentável, sem desmatamento⁷⁵. Nesse sentido convém destacar a proposta de criação de uma reserva extrativista na região do Baixo Rio Branco, ao sul de Roraima, que se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Contudo, está proposta é recente, fora do período de análise desta pesquisa. Mas, torna-se importante cita-la por ser a primeira unidade de conservação do tipo Reserva Extrativista (RESEX), com fins de promover o desenvolvimento da área e das populações ali residentes. A localização da área é no extremo sul do atual município de Rorainópolis, com aproximadamente 250 000ha. Estão inseridas nestas áreas Santa Maria Velha, Tupanaruca, Remanso, Paraná da Floresta, São José da Floresta, Itaquera e Samaúma (Figura 19).

⁷⁴SEBRAE – RR. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima. Catálogo de produtos do Artesanato de Roraima. Boa Vista – RR, 2005. p.26-30.

⁷⁵KITAMURA, Paulo Choji. Políticas Ambientais para a Amazônica: uma avaliação crítica. In: Sudam. Resumo dos Documentos Técnicos. *Simpósio Internacional sobre Cenários de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Alternativas Econômicas e Perspectivas de Cooperação Internacional*. Belém: SUDAM, 1992. p.144-145.

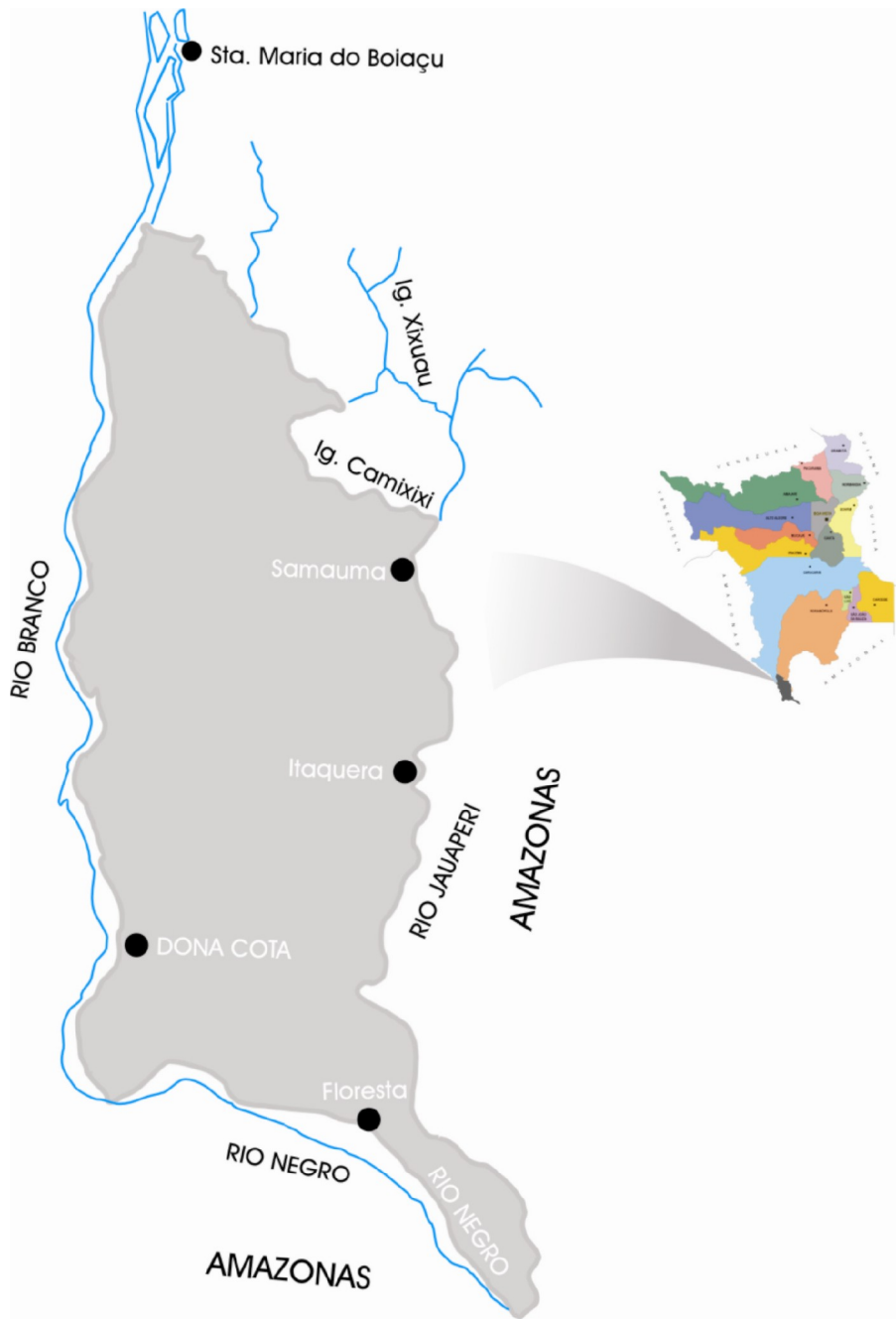


Figura 19
Área Proposta para criação da reserva extrativista
Rorainópolis - Roraima
(Fonte: IBAMA-RR, 2002)

No que diz respeito aos aspectos socioeconômicos, a população local tem suas moradias situadas em comunidades ou distribuídas isoladamente ao longo das margens dos rios Branco e Jauaperi, seguindo o padrão de ocupação tradicional da região, onde os rios são as principais vias de acesso e usados estrategicamente para defesa e manutenção do espaço territorial. Normalmente as casas são do tipo palafita, o que garante maior proteção durante o período de cheias dos rios. Madeira e palha são as principais matérias-primas disponíveis na região usadas para a construção de casas, em geral feitas pelos próprios moradores. Cada núcleo familiar tem seus espaços e limites marcados por trilhas que levam até as áreas de coleta, de pesca e de roçado⁷⁶.

A região possui uma grande diversidade de espécies produtoras de frutos comestíveis que já têm uma expressão econômica no mercado internacional como a castanha do Brasil (*Bertholettia excelsa*), outros que atingem o mercado nacional/ regional como o Açaí (*Euterpe oleracea*) e vários outros como bacaba (*Oenocarpus bacaba*), patuá (*Jessenia bataua*), sorva (*Couma utilis*), taperebá (*Spondia lutea L.*) e tucumã (*Astrocaryum tucuma*), com grande aceitação no mercado local / regional. Plantas têxteis, como Samaúma (*Ceiba pentandra*), produtoras de látex, como Seringueira (*Hevea brasiliense*), Caucho (*Castilla ulei*) e balata (*Manikara bidentata*), produtoras de fibra e cipós, espécies ornamentais e essências abundantes na região⁷⁷. Percebe-se que a atividade extrativista em comunidades tradicionais, representadas pela coleta de frutos, peixes e animais silvestres, está ainda associada à agricultura familiar, pois, são fontes fundamentais de renda.

A floresta é considerada uma das maiores riquezas da Amazônia, juntamente com a biodiversidade. Por se tratar de um recurso renovável, pode perpetuar-se em benefício de toda a humanidade. Basta que sua industrialização seja racionalmente auto-sustentada. O grande paradoxo é que os recursos madeireiros existem em grandes estoques e devem ser extraídas em benefício da sociedade amazônica, gerando riquezas e empregos. A médio e longos prazos, a solução inevitável será de promover plantios dessas essências madeireiras mais nobres, a fim de atender a crescente demanda.

⁷⁶Estudo Socioeconômico da Região do Baixo Rio Branco – Jauaperi. Área Proposta para a Criação de Reserva Extrativista. IBAMA – RR, 2002. p.13.

⁷⁷Idem. p.18.

Comunga-se com Mórán ao asseverar que, na realidade, o desmatamento tem sido uma transferência de riqueza da União para empresários nacionais e estrangeiros. A região reflete atualmente os mesmos padrões de concentração de renda e concentração de terra que o resto do Brasil. Esses padrões estão associados à pobreza, ao analfabetismo e à precária saúde da maioria dos brasileiros⁷⁸. Como se percebe, é triste a condição de reprodução da pobreza num espaço de abundância e de riquezas incalculáveis, como é o da Amazônia.

⁷⁸MORÁN, Emílio F., *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p.292.

CONCLUSÃO

Foi analisado, no desenvolvimento desse trabalho, o processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima, a partir da vertente da Amazônia brasileira, considerando que o estado de Roraima é parte integrante dessa região. O extrativismo vegetal está diretamente ligado à história da Amazônia. Não obstante, desde os tempos coloniais as políticas de ocupação sempre procuravam combinar as estratégias geopolíticas com a exploração econômica.

A investigação histórica permitiu perceber que a existência de políticas públicas na Amazônia é bastante pontual: a *Batalha da Borracha*, no período da Segunda Guerra Mundial, as concepções de Vargas sobre a Marcha para Oeste. Observa-se que a incorporação das “novas terras” marcou o avanço da *Frente Pioneira*, processo que se caracterizou como nova epopéia na construção do país. Destaca-se, nesse contexto, a criação dos Territórios Federais.

A partir de 1953, com a criação da SPVEA e a ampliação dos mecanismos de comunicação, iniciados com a Belém–Brasília, a situação econômica da região recebeu novo estímulo. A Transamazônica incorporou o princípio geopolítico estabelecido pelos militares de “Integrar para não entregar” e consolidou esse elemento novo na ocupação da terra firme amazônica. No plano externo, estradas de penetração nas florestas altas foram uma afirmação da soberania nacional contra a cobiça internacional.

Entretanto, infere-se que, de todas as medidas tomadas para a região, a pedra de toque da transformação foi realizada pelos Governos Militares pós-1964, quando se formou um quadro mais bem definido de perspectivas para o desenvolvimento local. Verificam-se alterações nas atividades econômicas, juntamente com a ampliação das ações visando à política rodoviária, de telecomunicações, de energia elétrica e de siderurgia.

O regime militar subverteu as tendências da SPVEA, ao transformá-la em SUDAM e ao estabelecer um planejamento tecnocrático e centralizador, enfatizando a segurança nacional e a modernização econômica. Com isso, as políticas públicas chegaram definitivamente à Amazônia. Mas seus efeitos se revelaram distanciados das aspirações de grande parte da população, que desejava melhores condições de vida, distanciavam-se das expectativas e sonhos de centenas de milhares de migrantes atraídos pela “nova Amazônia”. A ocupação tornou-se prioridade máxima para a geopolítica brasileira. A fronteira econômica deveria coincidir com a fronteira política, a fim de aliviar as tensões sociais do Brasil.

Esse processo induziu a uma rápida e intensa mobilização demográfica, revolucionando padrões tradicionais de relação entre a população e a terra. Correntes migratórias adentraram a região, chegando a causar conflitos, inchaço urbano e marginalização social. Nesse cenário, Roraima chegou a ser considerado o novo Eldorado, a última fronteira agrícola do país. Não ficou alheio às políticas de ocupação e de valorização da região. Entretanto, ficou à margem no âmbito econômico, se comparado com outros estados da Amazônia. Cita-se, à guisa de exemplo, o estado do Amazonas que, com a implantação da Zona Franca de Manaus, tornou-se hoje um dos principais centros industriais do Brasil.

Inicialmente, a estratégia para a ocupação do Território Federal do Rio Branco foi a colonização dirigida, incentivada pelo governo. A efetivação da colonização ocorreu a partir da década de 1970, com a construção da BR 174, ligando Manaus e Boa Vista à Venezuela. Observa-se um grande fluxo de migrantes, principalmente nordestinos, encantados com a possibilidade de obterem lotes de terra através da colonização oficial. Estradas e colonização faziam parte do projeto geopolítico brasileiro de integrar, ocupar e desenvolver a Amazônia brasileira e as transformações socioeconômicas efetivadas no Território Federal de Roraima aconteceram a partir dessa integração com o restante do Brasil.

Em função da abertura das BRs 174 e 210, que cortam o sul de Roraima, foram implantados diversos projetos de assentamentos rurais. Houve o surgimento de várias vilas decorrentes da colonização dirigida e espontânea, que atualmente tornaram-se municípios do estado de Roraima. Não obstante, junto com a chegada dos colonos, se deu, simultaneamente, a chegada de fazendeiros, de madeireiros e de comerciantes. Uma nova paisagem configurou-se nesse espaço territorial, até então pouco habitado por coletores e ribeirinhos, que viviam

praticamente da coleta e da pesca artesanal. Nesse sentido a colonização desempenhou papel determinante para essa mesorregião, expressando a realidade da nova ocupação cuja expansão e organização das referidas vilas foram essenciais à conformação de um espaço social.

A mesorregião analisada é a frente pioneira mais dinâmica de Roraima. Nela verifica-se que o extrativismo vegetal é uma atividade econômica antiga. Durante a vigência dos Acordos de Washington, nos idos de 1940, essa atividade foi estimulada na região através da chamada Batalha da Borracha. Os vários depoimentos tomados corroboram as fontes escritas no que diz respeito ao recrutamento da mão-de-obra, principalmente do Nordeste, e às precárias condições de sobrevivência nos seringais locais. As falas dos seringueiros permitiram um diálogo com o universo de significados de suas vidas, a fim de entrever experiências sociais. Eram homens pobres condicionados a um trabalho primitivo e espoliativo. Destaca-se a emoção de entrevistar o ex-seringueiro Raimundo Nonato Dias, meu pai. Muita coisa ele viu, sentiu e contou sobre a vida no seringal e no balatal.

Convém ressaltar também o depoimento de D. Maria Batista de Almeida, que relatou a sua vinda com a família do Rio Grande do Norte, para desbravar a Amazônia; viu nas hospedarias sérios casos de doenças tropicais, ficou chocada a ponto de fazer seu pai desistir de trabalhar no Acre. Ao chegarem no Território Federal do Rio Branco (Roraima), o governador Capitão Ene Garcez dos Reis estava cadastrando famílias para a implantação da colônia Fernando Costa. Após a assinatura do contrato com o governo, instalaram-se na referida colônia. Contudo a insalubridade era tão grave que fez com que as outras famílias abandonassem os lotes, restando apenas a família Almeida, por longos anos lutando contra a natureza para se manter num pedaço de terra. Compreende-se a saga desses pioneiros, principalmente dos nordestinos, que saíram da região de origem, onde era difícil a sobrevivência em decorrência da seca, para o meio da floresta onde tudo estava por fazer.

O extrativismo vegetal desempenha papel importante no âmbito da economia regional/local, desde os primórdios da colonização até os dias atuais. Percebe-se, nitidamente, uma mudança nos produtos extraídos da floresta entre os anos de 1943 a 1988. A extração de madeiras é o carro chefe do extrativismo vegetal, com grande demanda no mercado nacional e internacional, a borracha e as gomas não elásticas pouco a pouco foram perdendo a importância.

A exploração madeireira na mesorregião sul de Roraima foi facilitada pela abertura das grandes estradas (BRs 174 e 210) e pelo processo de expansão das *frentes pioneiras*, principalmente aquelas representadas por projetos de colonização (assentamentos rurais do INCRA). Nessas áreas, os madeireiros chegaram em busca de novos estoques de madeira, interagindo com fazendeiros e colonos, consumindo a madeira de áreas que seriam depois convertidas para agricultura e pastagem, participando na abertura de estradas secundárias que dão acesso aos novos estoques de madeira. As estradas abertas terminam por atrair mais colonos, e assim por diante. Essa atividade extrativa também gera conflitos, especialmente no que diz respeito às discussões socioambientais e fundiárias.

Entretanto, considera-se que a exploração madeireira no estado de Roraima ainda se dá em pequena escala, se comparada com outros estados da Amazônia e, como já foi visto, está integrada em grande parte à agricultura de subsistência, à pecuária e à extração de produtos não madeireiros da floresta. Esse tipo de exploração é de baixa intensidade, por não estar na área de influência de um pólo madeireiro em franca atividade, como por exemplo, o arco do desflorestamento. As condições de exploração e transportes são precárias e a fiscalização dos órgãos ambientais, em nível Federal, Estadual e Municipal, apresenta-se mais intensa.

Convém destacar que as análises aqui realizadas revelam a existência de terras para serem ocupadas em Roraima. Mas, não se pode negar que a questão fundiária se encontra ainda indefinida, inclusive em relação às várias terras indígenas. Em anos mais recentes, vários projetos de assentamentos foram implantados pelo INCRA e pelo governo estadual. Paradoxalmente, não se pode esquecer que persiste até os dias atuais a baixa densidade demográfica, talvez por estar sendo atribuído um caráter especulativo à terra e também por ela ser percebida como meio de acesso a outras formas de benefícios associados: estoque de madeiras tropicais, incentivos fiscais e créditos subsidiários.

Pode-se concluir, frente a essa problemática, ser necessário pensar nos pequenos agricultores e colonos. Parte dessa categoria na mesorregião sul de Roraima é responsável por grande parcela da produção de farinha, arroz, milho, banana e feijão que abastece o mercado de Boa Vista. Geralmente utilizam do processo de queimada e derrubada para a sua sobrevivência. Está colocada aí uma questão complexa, pois não se pode permitir grandes desmatamentos. Mas como é possível impedir colonos de procederem à derrubada da mata para plantar roças, visto que muitos vivem em condições de miséria?

A maioria dos colonos se depara com dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos lotes de terra, decorrentes em grande parte do descaso do poder público que não tem oferecido a necessária infra-estrutura social: saúde, educação, transporte, energia elétrica. Diante desse quadro, esta maioria procura estabelecer diversas estratégias de produção, como ficou claro nos depoimentos tomados, mesclando o extrativismo, a agricultura e, ainda, uma incipiente pecuária. Assim, os colonos atenuam as várias situações de exclusão social, além de contribuírem para o abastecimento e o desenvolvimento local, deixando evidentes os verdadeiros problemas ecológicos e sociais dessa mesorregião. Eis aí uma grande discussão; acredita-se que cabe ao homem o desafio de desenvolver suas atividades econômicas apoiado na prática do desenvolvimento sustentável.

No que tange ao desenvolvimento sustentável, trata-se de um desafio especial para a região amazônica, à medida que o Brasil se defronta com um teste decisivo da sua capacidade de exercer soberania sobre essa imensa região. Não há como aceitar a tese de uma limitação de nossa soberania, sob a alegação de que os recursos florestais e da biodiversidade na região constituiriam “patrimônio da humanidade”. Acredita-se que o grande desafio para a geopolítica da Amazônia está em como promover o desenvolvimento de uma região que é percebida, na escala global, como uma unidade de conservação a ser preservada e na escala nacional/regional, como espaço para diferentes alternativas, como, por exemplo, a expansão da fronteira agrícola. Atualmente, na Amazônia, a reversão da exploração dos recursos naturais de caráter predatório exige um novo perfil de desenvolvimento: socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente eficaz. A conjunção desses fatores de mudança redefine os estilos de vida, as éticas e as culturas. Modifica as dinâmicas político-econômicas e o espaço social.

É nesse quadro de transformações planetárias que emerge o conceito norteador do desenvolvimento sustentável, entendido como a busca de um processo capaz de atender às necessidades das populações presentes e futuras, com a conservação do patrimônio natural. Nesse contexto, a natureza assume novos significados, ao lado dos antigos. Ela continua a ser, para muitas populações o fundamento da sua vida material e cultural. Convém ressaltar que, apesar de o estado de Roraima estar ligado à região amazônica, essa discussão sobre o desenvolvimento sustentável ainda está muito incipiente.

Por fim, evidenciou-se que houve no período em análise na mesorregião sul de Roraima:

1) Mudanças nas figuras sociais do seringueiro, do balateiro e dos extratores tradicionais dessa mesorregião. Foram substituídos pelo colono, que passou a fornecer os diversos produtos da floresta, principalmente, a madeira. Junto ao processo de crescimento da extração madeireira, aumentaram rapidamente a exploração da pecuária e da lavoura e, conseqüentemente, o processo de devastação florestal. Esta discussão é emblemática, pois, juntamente com a falta de políticas públicas contundentes destinadas aos colonos, é necessário evitar o êxodo rural.

2) Expansão da frente pioneira, vários projetos de assentamentos foram implantados, como por exemplo, o Anauá, o segundo maior do Brasil, o Jatapú e o Jauaperi, que se transformaram em cidades de intensa migração. A referida mesorregião foi palco de diversas transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais. É mister salientar que, no que tange à demografia, a população migrante é originária de regiões diferentes e dispõe de poucos conhecimentos sobre o meio, o que é um agravante para a preservação ambiental.

3) Com a expansão da *frente pioneira* e com o crescimento populacional, as pressões sobre os recursos naturais fizeram-se sentir mais rápido. A supressão das políticas de apoio ao extrativismo reduziu a viabilidade desta atividade, independentemente do seu esgotamento ou não. Todavia, verifica-se que as políticas governamentais, que visavam à expansão da fronteira agrícola, continuam sendo efetivadas e, apesar das críticas, vão assumindo o grande desafio de promover o desenvolvimento sustentável da região, apoiado na extração ordenada da floresta.

4) Mesmo estando geograficamente longe do “arco do desflorestamento”, é preciso ter atenção, com o que acontece em Roraima. O Estado possui suas particularidades, sendo que as áreas desmatadas equívalem a menos de 5% do total da sua área florestal. Entretanto, a questão do desmatamento precisa ser monitorada. Esse percentual baixo está relacionado à abertura de estradas, de frentes pioneiras de ocupação, principalmente na mesorregião sul. Infere-se que no contexto do desmatamento, os colonos são os principais responsáveis, diferentemente de outros estados da Amazônia que apontam os fazendeiros e as madeireiras.

Permanecem questões abordadas nesta investigação que devem ser objeto de estudos posteriores, apontando para uma necessária continuidade. Assim, é recomendável uma pesquisa com os ribeirinhos do Baixo Rio Branco e com os índios da mesorregião sul, a fim de avaliar um leque de oportunidades tecnológicas que têm a seu dispor, articuladas com o extrativismo e com as modernas indústrias de biotecnologia, química e farmacológica, cujas formas organizacionais de produção são mais rentáveis e, conseqüentemente, melhorariam suas condições de vida. Os movimentos ambientalistas tentam colocar o extrativismo vegetal como a opção ideal de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, longe de ser um atraso.

Pode-se ainda concluir que a realização dessa pesquisa só foi possível face às opções teóricas e metodológicas interdisciplinares. Configurou-se que o processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima, foi uma atividade incentivada pelas práticas políticas do Estado brasileiro, envolvendo diversos atores sociais, principalmente no que tange a ocupação recente dessas “novas terras”. Não obstante, as repercussões socioambientais do extrativismo vegetal permitem colocar em evidência, numa sociedade capitalista, a necessidade de se trabalhar visando a prática do desenvolvimento sustentável. Com este pensamento, espera-se ter, de algum modo, contribuído para o conhecimento do estado de Roraima.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, J. *Subsídios à Discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2001.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ALLEGRETTI, M. *Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica*. Curitiba: IEA, 1987.
- ALMEIDA, Carlos Pinto. *Castanha do Pará - Sua Exportação e Importância na Economia Amazônica*. Rio de Janeiro, 1963.
- ALMEIDA, Edson de Souza. *Colono*. entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Santos Dias Magalhães, 10 de novembro de 2004, São João da Baliza – RR.
- ALMEIDA, Maria Batista de. *Colono*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Santos Dias Magalhães. 16 de outubro de 2004, Mucajaí - RR.
- ALMEIDA, Rômulo. O Acre na Economia Amazônica. In: *Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio*. Abril, 1942.
- ALZATE, Beatriz. Humanización Conceptual de la Frontera: El Caso Amazónico. In: *Revista de Antropología*. Vol. N. 1-2. Departamento de Antropología Universidad de Los Andes. Bogotá, 1989.
- AMADO, Janaina. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos (Org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- AMED, Fernando José e NEGREIROS, Plínio José Labriola. *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Sinafresp, 2000.
- ANDRADE, Almir. *Contribuição a História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1950.

ANDRADE, Manuel Correia. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
_____.; ANDRADE, Sandra Maria. *A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto, 1999.

ARAMBURU, Milkel. *Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico*. Revista Brasileira de Ciências Sociais n°25 – junho, 1994.

AUBERTIN, Catherine. (Org.). et al. *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

_____. *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____ e PINTON, Florence. Extrativismo e Desenvolvimento Regional. In: *A Floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. *Análise da Indústria Madeireira do Território de Roraima*. Setor Florestal do Núcleo de Ciências Naturais, Boa Vista, 1985.

_____. Ocupação Humana em Roraima. Uma Revisão do Equívoco da Recente Política de Desenvolvimento e o Crescimento Desordenado. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropológica 9 (2), 1993.

BARRACLOUGH, Solo. The Struggle for Land in the Social Dynamics of Deforestation. In: PAVÃ, Crodowaldo (coord.). *Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia*. Volume I. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *The Frontier Cycle: A Study on the Agricultural Frontier Settlement in the Southeast of Roraima, Brazil*. Working paper 4. Department of Geography, University Durham. EUA, 1994.

_____. *Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

_____. Paisagem, Homem e Natureza no Vale do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: SOUZA, Adélia; SANTOS, Milton et.al. (Orgs.) *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 2002.

BASTOS, Vânia Lomônaco e SILVA, Maria Luiza. *Para Entender as Economias do 3º Mundo*. Brasília: UNB, 1995.

BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. Significância da Fronteira: Uma Interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (Org.) *Fronteiras*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1988.

_____. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do Território*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

_____; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BENATTI, José Heder. A Posse Agrária Alternativa e a Reserva Extrativista na Amazônia. In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. (Orgs.). SILVEIRA, Isolda Maciel e D'INCAO, Maria Angela. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia um Pouco-antes e Além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

_____. Eco-92: Boarealismo ecológico e tropical ambiental. In: COSTA, José Marcelino Monteiro (coord.). *Amazônia: Desenvolvimento ou Retrocesso*. Belém: CEJUP, 1992.

_____. *A Exportação da Amazônia Brasileira*. Manaus: Valer, 1998.

BINSWANGER, Hans Cristoph. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2º ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BRAGA, Ramayana Menezes. *A Agropecuária em Roraima: considerações históricas, de produção e geração de conhecimentos*. Documento nº1. EMBRAPA/ Roraima, 1998.

BRASIL. *Anais da Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Depoimento do Capitão Clóvis da Costa. Rio de Janeiro, 15 de março de 1948.

_____. Boletim da Associação Comercial do Amazonas. *Ressurgimento do Amazonas*. Manaus, n 17, Dez/ 1942.

_____. *Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*. Rio de Janeiro, 1945.

_____. *Mensagem Apresentada no Congresso Nacional*. Presidente Eurico Gaspar Dutra. Rio de Janeiro, 1948.

_____. *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. Rodrigues & Cia., 1949.

_____. Conferência do General Albuquerque Lima no Curso de Altos Estudos de Problemas Brasileiros na ESG, em 1 de agosto de 1967.

_____. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília: Imprensa Nacional, 1974.

_____. PROJETO RADAM BRASIL/DNPM. Rio de Janeiro, 1975.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência de Roraima. *Proposta para Expansão do PAD Anauá*. Boa Vista – RR, 1985.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência de Roraima. *Proposta de Criação do Projeto Jatapú*. Boa Vista – RR, 1982.

_____. Controle Gerencial de Famílias Assentadas Anterior a 1997. Boa Vista: INCRA, 2002.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da extração vegetal e da silvicultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *A Organização do Espaço na Faixa Transamazônica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *ATLAS DE RORAIMA*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário de Roraima*, 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Estudo Socioeconômico da Região do Baixo Rio Branco – Jauaperi. Área Proposta para a Criação de Reserva Extrativista. IBAMA – RR, 2002.

_____. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.

_____. *Departamento Nacional de Pesquisas Mineraias*. DNPM, 1984.

_____. Projeto Calha Norte. Brasília, 1985.

_____. *Subsídios Técnicos para a Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para CNUMAD*. Brasília: CIMA, 1991.

_____. SUDAM. Programas de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos/ Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Branco, Estado de Roraima. Belém, 1991.

_____. Fundação Nacional de Saúde – Epidemiologia de Roraima /Malária, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

_____. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. *Reflexões sobre a História*. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Geohistória. *Entre Passado e Futuro e revista Contemporânea*. São Paulo, N. I – páginas 1-136, maio de 2002.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, Pe: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992.

_____. *A Escola dos Anales 1929 – 1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. *História e Teoria Social*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2002.

CALDEIRA, Teresa. Memória e Relato: A Escuta do Outro. In: *Revista do Arquivo Municipal*, 200, DPH do Município de São Paulo, 1992.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. Artigo-Base sobre os Biomas Brasileiros. In: CAMARGO, Aspácia, CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CARVALHO, Raimundo Xavier de. *Ex-seringueiro*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Dias Santos Magalhães, 27 de outubro de 2004, Caracarái – RR.

CASTRO, Iná Elias. *O Mito da Necessidade: o discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1982.

CASTRO, T. *Amazônia: problemática geopolítica*. Ministério da Aeronáutica: I Seminário do projeto SIVAM, Amazônia atualidades e perspectivas. Rio de Janeiro, Anais CCSIVAM, 1999.

CAVALCANTI, Araújo. Valorização Econômica da Amazônia. In: *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora e Obras Gráficas, 1945.

_____. *Organizações e Administração dos Territórios Federais*. Artigo publicado na Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro, 1945.

_____. *Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio e Cia, 1949.

CEDEPLAR, (UFMG). Migrações Internas na Região Norte – O Caso do Acre. In: *Relatório de Pesquisa*, Belo Horizonte, 1979.

CLAY, Jason W., et al. *Biodiversidade Amazônica: exemplos e estratégias de utilização*. Manaus: Programa de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico – INPA, 2000.

CLEMENTE, Ademir. *Economia Regional e Urbana*. São Paulo: Atlas, 1994.

Comércio Ilegal de Madeira na Amazônia. *Revista Veja*. 09 de novembro de 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Narrativa e História Oral. In: *Humanas*. Volume 19/20, N.1/2 - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 1996/1997.

_____. Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo: pertinência e possibilidades. Porto Alegre, *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, V. 28, n.jun/2002.

_____. Sobre a Atualidade de Vico. In: *Histórica: Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da PUCRS*, n. 4, Porto Alegre: APGH, PUCRS, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: Contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre*. São Paulo. Cortez, 1992.

COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

D'ALBUQUERQUE, Albertina Costa Rego e MARINHO, Helyde Albuquerque. *Amazônia Brasileira: Aspectos Geográficos e Históricos*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. Volume I – Amazônia Ocidental, 1999.

DEAN, Warren. *A Luta pela Borracha no Brasil: Um estudo de história ecológica*. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

Desmatamento na Amazônia. *Revista Veja*. 08 de junho de 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 3º ed. São Paulo: Gaia, 1994.

DIAS, Raimundo Nonato. *Ex-seringueiro*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Dias Santos Magalhães, 16 de dezembro de 2004, Boa Vista – RR.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DINIZ, Alexandre. A Evolução da Fronteira em Roraima. O Caso das Confianças I, II e III. In: ALVES, Cláudia Lima Esteves. *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças*. (Org.). Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 1998.

EGGERATH, D. Pedro. *O Valle e os Índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1924.

ESTEVES, Antônio. *A Ocupação da Amazônia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.

FEARNSIDE, Philip Martin. "Extractive Reserves in Brazilian Amazonia". In: *Biociencia* 39 (6), June, 1989.

_____. Desmatamento e Desenvolvimento Agrícola na Amazônia Brasileira. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 anos depois*. Belém: CEJUP – Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

_____. Roraima e o aquecimento global: balanço anual das emissões de gases do efeito estufa provenientes da mudança de uso da terra. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrózio; FERREIRA, Efreim Jorge Gondim e CASTELLÓN, Eloy Guillermo. *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editora Presença, 1985.

FERNANDES, Marcionila. *Implicações Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo com Base no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife- Pernambuco, 2000.

FERREIRA, Leandro Valle; VENTICINQUE, Eduardo e ALMEIDA, Samuel. O Desmatamento da Amazônia e a Importância das Áreas Protegidas. In: *Dossiê Amazônia brasileira I*. Revista Estudos Avançados. Publicação da Universidade de São Paulo, 1987.

FREIRE, José Bessa. *A Amazônia Colonial (1616-1798)*. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

FREITAS, Luis Aimberê Soares. *A História Política e Administrativa de Roraima. 1946-1985*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993.

_____. *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista: ed. Boa Vista, 1991. *Geografia e História de Roraima*. 5ª ed. Manaus: Gráfica Belvedere, 1997.

_____. *Geografia e História de Roraima*. 5ª ed. Manaus: Gráfica Belvedere, 1997.

_____. *Estudos Sociais: Roraima (Geografia e História)*. São Paulo: Corprint, 1998.

FREITAS, Marcílio e SILVA, Marilene. *Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos – Editora, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela Maria de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa história. In: GAUZELLI, Cesar Augusto Barcellos. et ali. *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

GUERRA, Antonio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

_____. Aspectos Geográficos do Território do Rio Branco. In: GUERRA, Antonio Teixeira. (Org.). *Coletânea de Textos Geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GUICHONNET, Paul y REFESTIN, Claude. *Géographie des Frontières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira*. São Paulo: Ática, 2001.

HEMMING, John. Settlement in Northern Amazonia: The Case of Roraima. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém:UNAMAZ/ UFPA, 1991.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extratativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: EMBRAPA, 1993.

IANNI, Octávio. *A Luta pela Terra*. São Paulo: Vozes, 1978.

_____. *Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF SYNTHETIC PRODUCERS INC., *Borracha Sintética: a história de uma indústria*. New York, 1973.

JOSHI, M. Impact of International Tropical Timber trade on the Amazon Rainfo Rest. In: *Workshop Forest Policies And Sustainable Deveopment In The Amazon*. Rio de Janeiro: Cadernos FBDS, 1997.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: EMBRAPA, 1994.

_____. Políticas Ambientais para a Amazônia: uma avaliação crítica. In: SUDAM. *Simpósio Internacional sobre Cenários de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Alternativas Econômicas e Perspectivas de Cooperação Internacional*. Resumo dos Documentos Técnicos. Belém: SUDAM, 1992.

- LACASSE, Jean Paul. Les Nouvelles Perspectives de Petude de Frontières Politique: Revue de Quelques Contributions Recentes. En: *Cachiers de Geographie de Quebec*. S. I. V. 18, 1974.
- LARAIA, Roque de Barros e DA MATA, Roberto. *Índios e Castanheiros – a Empresa Extrativa e os Índios do Médio Tocantins*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1978.
- LEFÉBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os Historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira*. 15ª edição. Brasília: Paralelo - UNB, 1999.
- LIMA, Araújo José F. A Exploração Amazônica. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, jun/set, 1943.
- LOUREIRO, Antônio. *Amazônia 10.000 anos*. Manaus: Metro Cúbico, 1982.
- _____. *Tempos de Esperança. (1917-1945)*. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1994.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: CEJUP, 1992.
- LUCKMANN, Donato. *História e Geografia do Município de Boa Vista*. Brasília: Lasercom, 1989.
- MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro: Graphos, 1986.
- MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. *Políticas de Desenvolvimento da Amazônia Brasileira – 1964/1985*. Dissertação de Mestrado. Universidad Catolica Andrés Bello. Caracas – Venezuela, 1995.
- _____. Fundamentos da Ocupação da Amazônia Colonial. In: *Revistas, Textos e Debates*. Publicação do Centro de Ciências Sociais e Geociência da Universidade Federal de Roraima nº5, 1997.
- MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARCANO, Elvia Elena Jiménez. *La Construcion de Espacios Sociales Transfroteirizos entre Santa Elena de Uairen – Venezuela e Vila Pacaraima/ Brasil*. Tese de Doutorado. Programa Conjunto de Doutorado Sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília – UNB, 1996.

MARÇAL, Mônica dos Santos e GUERRA, Antonio José Teixeira. Processo de Urbanização e Mudanças na Paisagem da cidade de Açailândia (Maranhão). In: GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista. (Orgs). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

MARROU, Henri-Irénée. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARTINELLO, Pedro. “A Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial: e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Cadernos UFAC – Série “C”- Estudos e Pesquisa n°1. Universidade Federal do Acre.1998.

MARTINS, Antônio. *O Território Federal do Rio Branco*. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, no dia 07/10/1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MATOS, Alvacyr DE PAULA Souza de. *Ex-proprietária de um castanhal*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Dias Santos Magalhães, 27 de outubro de 2004, Caracarái – RR.

MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

_____. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980.

_____. *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: ed. Biblioteca do Exército, 2002.

MEIRA, Márcio. Os Índios do rio Xié e a Fibra da Floresta. In: AUBERTIN, Catherine. et al. *A Floresta em Jogo: O Extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: UNESP, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. In: BECKER, Bertha K., MACHADO, Lia et al. (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do Território*. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

_____. Colonização Oficial na Amazônia: o caso de Altamira. In: BECKER, Bertha K., MACHADO, Lia et al. (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do Território*. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

_____. *O Papel da Colonização Dirigida na Expansão da Fronteira na Amazônia*. In: BECKER, Bertha K., MACHADO, Lia et al. (Orgs.). *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do Território*. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.

- MIRANDA NETO. *O Enigma da Amazônia: Desafio ao Futuro*. Belém: CEJUP, 1981.
_____. *O Dilema da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1986.
- MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação*. Porto Alegre, ano XXII, N. 37, março, 1999.
- MORÁN, Emílio F., *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- MOURÃO, Gersa. *Colonización Reciente y Asentamientos Rurales en el Sureste de Roraima, Amazônia Brasileira: Entre la Política y la Naturaleza*. Tesis Doctoral. Universidade de Valladolid. España. 2003.
- NORA Pierre. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 10, 1993. p. 9. tradução de Yara Aun Houry.
- NUNES, Osório. O Território do Rio Branco e a Valorização da Amazônia. In: *Anuais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*. volume 3. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio Rodrigues & Cia., 1994.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação Humana. In: SALATTI, Eneas. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, Ana Gita. *O Mundo Transformado: Um Estudo da “Cultura de Fronteira” no Alto Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.
- _____. *Integrar para não Entregar – Políticas Públicas e Amazônia*. 2 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, Avelino Inácio. *Bacia do Rio Branco*. Boletim nº 7. Ministério da Agricultura, Serviço Geológico e Mineralógico, Rio de Janeiro, 1929.
- OLIVEIRA, Laucides. *O Estado: Revista Diretrizes*. Boa Vista/Roraima. Ano I, nº2, jan./fev., 1991.
- ORTIZ SARABIA, Raul H. *Educação Ambiental na Região Amazônica e Desenvolvimento Sustentável*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- PANDOLFO, Clara. A Questão Florestal na Amazônia Brasileira. Resumo dos Documentos Técnicos. *Simpósio Internacional sobre Cenários de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Alternativas Econômicas e Perspectivas de Cooperação Internacional*. SUDAM: Belém, 1992.

_____. *Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.

PEREIRA, Fernando Ramos. *Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima 1975-1979*. Palestra proferida pelo Governador durante a realização da 9ª Reunião da CCMI. Brasília, 14 de fevereiro de 1976.

PETHEY, Beatriz Célia. Aspectos da Economia Amazônica à Época da Depressão. In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 1972.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil*. Editora: Hucitec, 1984.

PINTO COELHO, Pedro Mota. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1992.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. *Estudos de História do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2000.

PORFÍRIO, José Pedro. *Colono*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Dias Santos Magalhães, 10 de novembro de 2004, São João da Baliza – RR.

PORTILLO, Júlio. *Venezuela/Brasil: Relações Diplomáticas, 1942/1982*. Caracas: Editora Arte, 1983.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Direção). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*. EDUSC – Editora da Universidade Sagrado Coração. s/d.

PROTHERO, R. Mansel. Resettlement and Health; Amazonia in Tropical Perspective. In: ARAGÓN, Luís (org.). *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1991.

PUJOL, Davila José. *Sistema e Poder Geopolítico*. Buenos Aires: Corregidor, 1985.

RAMOS, A. R. Frontier Expansion and Indian People. In: SCHIMINK, M.G. & WOOD, C. H. (eds.). *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville, University of Florida Press, 1984.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Americana, 1972.

_____. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

_____. *O Seringal e o Seringueiro*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A Questão Ambiental Amazônica: Caracterização e Políticas. In: ARAGÓN, Luís. (Org.) *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA. (Série Cooperação Amazônica 7), 1991.

RICE, Hamilton. *Exploração da Guiana Brasileira*. São Paulo: EDIUSP, 1978.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém – Pará, 1996.

RORAIMA. *O Crepúsculo do Povo Yanomami: História e Cultura dos Índios Yanomami da Bacia do Rio Catrimani*, Roraima. Boletim, N. 13, Janeiro 1988.

_____. Centro de Informação da Diocese de Roraima. *Coleção histórico-antropológico*. nº 1. Boa Vista: Editora Coronário, 1989.

_____. *Revista Integração: Venezuela/ Brasil/ Guiana*. Boa Vista: Editora Integração Ltda., 1991.

_____. *Revista Integração: Venezuela/ Brasil/ Guiana*. N. 05.Boa Vista: Editora Integração Ltda., 1992.

_____. *Revista Integração*. Boa Vista /RR, setembro de 1993.

_____. *Pesquisa sobre o potencial madeireiro de Roraima*. Universidade de São Paulo, 1992.

_____. *Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia do Estado de Roraima*. O Brasil do Hemisfério Norte. Manaus, 1994.

_____. *Aspectos Sócio-econômicos e Desenvolvimento de Roraima*. Boa Vista: Superintendência Nacional do Abastecimento, 1992.

- _____. *Perfil do Estado de Roraima*. Boa Vista/ RR, 1998/1999.
- _____. *Síntese Estatística*. Estado de Roraima, 2001.
- _____. Federação do Comércio do Estado de Roraima. *Economia e Mercado: dados econômicos e sociais*. FECOR - Boa Vista, 2003.
- _____. SEBRAE/RR. *Diagnóstico Sócio e Econômico de Mucajaí*. Boa Vista, 1998. 2ª ed. 2000.
- _____. SEBRAE/RR. *Séries Diagnósticos Municipais*. Município de Caracaraí. Boa Vista, 2000.
- _____. SEBRAE/RR. *Séries Diagnósticos Municipais de São Luís*. Boa Vista, 2000.
- _____. SEBRAE/RR. *Séries Diagnósticos Municipais de São João da Baliza*, Boa Vista, 2000.
- _____. SEBRAE/RR. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Roraima. Catálogo de produtos do Artesanato de Roraima. Boa Vista – RR, 2005.
- _____. SEBRAE/RR. Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Roraima. Catálogo de produtos do Artesanato de Roraima. Boa Vista – RR, 2005.
- _____. Secretária de Planejamento e Coordenação. *Programação Preliminar. POLAMAZÔNIA/83*. Perfis dos Projetos. Boa Vista: Governo de Roraima.
- _____. *Economia e Finanças Públicas do Estado de Roraima*. Boa Vista: SEPLAN, 1991-1997.
- _____. Federação da Indústria e do Comércio. *Exportação Brasileira. Roraima: Principais Produtos Exportados*. Boa Vista: FIER, 24 de fevereiro de 2005.
- _____. Centro Internacional de Negócios de Roraima. *Empresas Exportadoras do Estado de Roraima*. Boa Vista: FIER, 2005.
- _____. Desmatamento em Roraima. Interpretando dados oficiais I. Folha de Boa Vista, 06 de janeiro de 2006.
- _____. Cresce o desmatamento ilegal em Roraima. *Folha de Boa Vista*, 26 de outubro, 2005.
- _____. Brasil e Venezuela farão “aliança pragmática”. *Folha de Boa Vista*, 11 de fevereiro de 2005.

_____. Lula inicia viagem a três países da América do Sul. *Folha de Boa Vista*, 14 de fevereiro de 2005.

ROSS, Fernando. *Empresário do ramo madeireiro*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Dias Santos Magalhães, 10 de novembro de 2004, Mucajaí –RR.

SANCHES, Valdir. “*Os Novos Colonos*”. São Paulo: Jornal da Tarde, 4 de janeiro de 1977.

SANTILLI, Paulo. *As Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio branco*. São Paulo: Lis Gráfica e Editora – NHII-USP (Núcleo de História Indígena e do Indigenismo), 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: HUCITC, 1997.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970-2000*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SEFFNER, Fernando. Teoria, Metodologia e Ensino de História. In: GAUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. et al. *Questões de Teoria e Metodologia de História*. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, J. R. Tércio. Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima: *O Brasil do Hemisfério Norte – diagnósticos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento*. Manaus: Umberto Calderaro, 1994.

SILVA, Marilene Corrêa. A Construção da Amazônia Lusitana. In: *Amazônia em Cadernos*. Museu Amazônico da Universidade do Amazonas. volume 1, nº1. dez; 1992.

SILVA, Orlando Sampaio. Os Grupos Tribais do Território de Roraima. In: *Registro de Antropologia*. Vol.23. São Paulo: USP, 1980.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos. (Org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Ênio. et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1979.

SILVEIRA, Isolda Maciel e GATTI, Marcelo. Notas sobre a Ocupação de Roraima, Migração e Colonização. In: *Boletim Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropológica, 1988.

SILVEIRA, Maria Rosa Godoy. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos. (Org.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SKIMDORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964/1983*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SIZER, Nigel, BROWN, Paige, et al. *Las Ultimas Fronteras Forestales*. Instituto de Recursos Mundiales: Iniciativa sobre Fronteras Forestales. World Conservation Monitoring Centre World Wildlife Fund. Washington, USA, 1997.

SOMBRA, Raimundo Nascimento. *Fundamentos de História e Geografia na Amazonas*. Manaus: Prisma, 1994.

SOUZA, André Luiz Lopes. *Desenvolvimento Sustentável, Manejo Florestal e o Uso dos Recursos Madeiros na Amazônia: desafios, possibilidades e limites*. Belém: UFPA/ NAEA, 2002.

SOUZA, Antônio Ferreira. *Roraima: Fatos e Lendas*. Boa Vista, 1976.

SOUZA, Carla Monteiro. *Algumas Reflexões sobre o Relacionamento da História com outras Ciências*. *Histórica Porto Alegre*, n. 2, 1977.

_____. *Notas Sobre a Formação Sócio-Econômica de Roraima*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 161, n.408, pp.21-590, jul./set. 2000.

_____. *Gaúchos em Roraima*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2001.

SOUZA, João Mendonça. *A Manaus – Boa Vista (Roteiro Histórico)*. Manaus. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977.

SOUZA, José Mendes de. *Ex-seringalista*. Entrevista gravada, concedida a Maria das Graças Dias Santos Magalhães, 04 de novembro de 2004, Boa Vista – RR.

SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

_____. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SUDAM. *Programas de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos*. Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Branco, Estado de Roraima. Belém, 1991.

TELES, João Agostinho. A Bandeira do Merconorte. In: *Coletânea de Artigos nº03 Aspectos Sócio-econômicos e Desenvolvimento de Roraima*. Superintendência Nacional do Abastecimento – Delegacia de Roraima, Boa Vista, 1993.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

_____. *Amazônia, Natureza Homem e Tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

THOMPSON, Paul. *1935 – A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

VIANNA MOOG, C. *O Ciclo do Ouro Negro, Impressões da Amazônia*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1936.

VIEIRA, Peixoto e KHOURY, A. *A Pesquisa em História*. 1989.

VIEIRA e WEBER. (Orgs.). *Gestão dos Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

VIOLA e LEIS, H. R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, D. J.; P. F. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. 2º ed. Campinas: UNICAMP. (Coleção Momento). 1995.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 1957.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, Lucimar Santiago. *Impactos Sociais e Ambientais na Agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso*. Brasília: EMBRAPA, 1994.

ALBERT, Bruce. Terra, Ecologia e saúde Indígena: o caso Yanomami. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrózio; FERREIRA, Efreim J. G.; CASTELLÓN, Eloy G. (ed.). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.

ALMEIDA Jr.; José Maria Gonçalves. *Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. Brasília: CNP, 1986.

ALMEIDA, Oriana. (Org.). et al. *A Evolução da Fronteira Amazônica: oportunidades para um desenvolvimento sustentável*. Belém – Pará: IMAZON/ Instituto do Meio Ambiente da Amazônia, 1996.

ARAGÓN, Luís E. et al. (Orgs). *Migrações Internas na Amazônia: Contribuições Teóricas e Metodológicas*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1986.

_____. *A Desordem Ecológica na Amazônia*. Belém: UNAMAZ /UFPA, 1991.

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva S. A., 2002.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil: Administração Pombalina*. Brasília: Editora da UNB, 1983.

BECKER, Bertha K. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do Território*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

_____. A Geopolítica na Virada do Milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da C. e CÔRREA, Roberto L.(Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. et al. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995.

_____. Significado Geopolítico da Amazônia: elementos para uma estratégia. In: PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial. v. 3, 1996.

BELTRÃO, Jimena Felipe. (Org.). *Ciências e Tecnologia: Desafio Amazônico*. Série Cooperação Amazônica. Belém: UFPA /UNAMAZ, 1992.

BENCHIMOL, Samuel. *Zênite Ecológico e Nadir Econômico e Social: Análise e propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2001.

_____. *Amazônia: Formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer, 1999.

BOJUNGA, Cláudio e PORTELA, Fernando. *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BLOCH, Marc. *Introducción a La Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1952.

_____. *A Terra e seus Homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*; tradução de Ilka Stern Colen; Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Ricardo. *Vivência Amazônica*. Belém: CEJUP, 1986.

BRAGA, Milcíades. *Geografia Econômica*. Belém: Banco da Amazônia, 1973.

BRANCO, Samuel Murgel. *O Meio Ambiente em Debate*. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1989.

_____. *O Desafio Amazônico*. Coleção Polêmica, 9ª edição. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. *Revista Ciência Política*. Órgão Oficial do Instituto Nacional de Ciência Política. Boletim Mensal, Fascículo III, V. III. Rio de Janeiro, outubro de 1941.

_____. *Plano Estratégico de Desenvolvimento 1968-70*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.

_____. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1971.

_____. *III Plano de Desenvolvimento*. Brasília: Imprensa Nacional, 1979.

_____. *Programação Preliminar POLAMAZÔNIA*, 1983.

_____. *Projeto Nossa Natureza – Relatório Final da Comissão Executiva*, 1999.

_____. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Período da Criação do Projeto – 01/01/1900. INCRA- Boa Vista/RR: Relatório, 2003.

_____. *Plano de Desenvolvimento da BR-174*. IBGE, s/d.

_____. *Unidades de Conservação em Roraima: Ilha de Maracá*. IBAMA - Boa Vista/RR: Folheto, 2004.

BRITTO, Luiz Navarro de. *Política e Espaço Regional*. São Paulo: Nobel, 1986.

BRITO, Sérgio. *Desafio Amazônico: o futuro da civilização dos trópicos*. Brasília: UNB – Universidade de Brasília, 1990.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 12ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

CAMARGO, Aspácia, CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. *Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo: ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. *O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas*. V. 4. Jaguariúna – SP: EMBRAPA, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. São Paulo: Editora Vozes, 1979.

_____. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal Limitadas, 1983.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, Delgado de.; CASTRO, Therezinha de. *Geografia Humana: política e econômica*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1967.

CASTRO, Iná Elias. (Org.). *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. ; GOMES, Paulo César da Costa e CÔRREA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Massacre da Natureza*. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1989.

COELHO, Maria Célia. Desenvolvimento Sustentável, Economia Política do Meio Ambiente e a Problemática ecológica na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel. (Orgs.). *Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

_____. SIMONIAM, Lúcia e FEUZL, Norbert. *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP /UFPA /NAEA, 2000.

COLLYER, Fernando. *A Farsa da Preservação da Amazônia*. Manaus: Umberto Calderaro, 1980.

COMA, Raymundo Garcia. *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

_____. *Região e Organização Espacial*. 7ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. A Geografia Física no estudo das mudanças ambientais. In: BECKER, Berta et. al. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo- Rio de Janeiro: Editora HUCITEC /Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.

COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. 2ª edição. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1989.

COSTA, José Marcelino Monteiro. *Amazônia: Desenvolvimento ou Retrocesso*. Belém: CEJUP, 1992.

CUNHA, Euclides. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, José Carlos C. da. (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Série Cooperação Amazônica. Belém: UNMAZ /UFPA, 1992.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. *O Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815): uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato grosso com a de outros naturalistas posteriores*. Belém: MPEG /CNP /SCT /PR, 1991.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIÈGUES, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel. (Orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

D'IANCO, Maria Angela et al. (Orgs.). *Diversidade Biológica e Cultural Amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FAISOL, Speridião. *O Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FALCON, Francisco José Calazaus. *A Época Pombalina*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FARIAS, Edilson Bentes. *Amazônia: os fatos e as hipóteses*. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

FEARNSIDE, Phillip Martin. Serviços Ambientais como Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Rural. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

FREITAS, Marcílio. et al. *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. V.1. Manaus: EDUA, 2005.

FILHO BAPTISTA, Olavo. *O Homem e a Ecologia: atualidades sobre os problemas brasileiros*. São Paulo: Editora Pioneira, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 20ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

GARRIDO, Joan del Alcázar. As Fontes Oraís na Pesquisa Histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, N. 25/26, set. 92/ago, 93.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOODLAND, Robert e IRWIN, Haward. *A Selva Amazônica: de inferno verde ao deserto vermelho?*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

GRANDI, Rodolfo; RENTE, Andréa e COSTA, Fernanda. (Orgs.). *Fundamentos para o Desenvolvimento da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

GRIMSON, Alejandro. (Org.). *Fronteras, Naciones e Identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires – Argentina: Ediciones CICCUS, 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HALL, Anthony. *Amazônia Desenvolvimento para Quem?: desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

HAUBERT, Maxime. *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HENRY, C.. Dominar ou “Contratar” a Natureza. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs.). *Gestão dos Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

HISTÓRIA Oral. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo, v.8, n.1, jan.-jun.2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Editora Schawarcz, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e na colonização*. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed., 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama.. *Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola*. São Paulo: Brasiliense, 1994.. Brasília: EMBRAPA, 1998.

III COLÓQUIO HISPANO PORTUGUÊS DE ESTUDOS RURAIS. Sociedade Portuguesa de Estudos Ruais. Vol.1. Lisboa: Ministério da Agricultura, 1995-1996.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KINOUCI, Marcelo Rodrigues; LAMBERTS, Andrea von der Heyde. *Estação Ecológica de Maracá*. Boa Vista: IBAMA, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Sérgio. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LEONARDI, Victor. Paes de Barros. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília: Paralelo; São Paulo: Marco Zero, 2000.

LÉNA, Philippe & OLIVEIRA, Adélia Engrácia. (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém - CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

LEROY, Jean-Pierre. *Uma Chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.

LESSA, Ricardo. *Amazônia: As Raízes de Destruição*. Série História Viva. São Paulo: Atual, 1991.

LOUREIRO, Antonio. *O Amazonas na Época Imperial*. Manaus: Loureiro Ltda., 1989.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, José de Souza. *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”*. São Paulo: Editoras HUCITEC, 1986.

MATTOSO, José. *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: A Ilusão do Paraíso*. São Paulo: Editora da USP, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edição Loyola, 1996.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: a cultural popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

NAZARÉ, Ramiro. *O Complexo Amazônico e sua Navegação Interior*. Belém: CEJUP, 1983.

OURIQUE, Jacques. *O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas*. Manaus: Gráfica Oficial, 1906.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. et al. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da Borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal*. São Paulo: HUCITEC, s/d.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

PORRO, Antonio. *As Crônicas do Rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 38ª Edição; São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PROCÓPIO, Argemiro. *Amazônia, Ecologia e Degradação Social*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. *Súmula de História do Amazonas*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, s/d.

_____. *Manaós e outras Vilas*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2º edição, 1999.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

Revista *Apuntes de Investigacion*. Año V. N. 7. Buenos Aires – Argentina: CECYP – Centro de Estudios en Cultura y Política, Fundación del Sur, s/d.

RIVAS, Alexandre e FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. (Orgs.). *Amazônia: uma perspectiva indisciplinar*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

ROCHA, Gerônimo Albuquerque et al. *Em Busca do Ouro, Garimpos e Garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

RORAIMA. CENTRO DE FORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA. *Índios de Roraima: Macuxi, Taurepang, Ingaricó e Wapichana*. Boa Vista: CIDR, 1989.

_____. *Índios e Brancos em Roraima*. Boa Vista: CIDR, 1990.

_____. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA. *Perfil da Indústria de Roraima*. Boa Vista: FIER /DAMPI, 2000.

_____. Decreto-lei. *Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado de Roraima*. 2ª edição. Boa Vista: SEPLAN / DEMA, 2002.

_____. CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DE RORAIMA. *Empresas Exportadoras do Estado de Roraima*. Boa Vista: FIER, 2005.

SALATI, E. et al. *Amazônia: Desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

SANTILLI, Paulo. Ocupação Territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrózio; FERREIRA, Efrem J. G. e CASTELLÓN, Elloy g. (ED.). *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.

_____. *Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. *Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas - PADEQ: Chamadas para apresentação de propostas de projetos para o componente*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SANTOS, Adair J. *História da Livre Iniciativa: no desenvolvimento socioeconômico do estado de Roraima*. Boa Vista: FECOMÉRCIO, 2004.

SANTOS, Breno Augusto. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: T. A. Queiroz Ltda., 1981.

SANTOS, José Vicente Tavares. *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*: Editora Contexto, 2005.

SILVA, Lenyra Rique da. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. 2ª edição – São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Marilene Côrrea. *Metamorfose da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo 1970/64*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida*. 9ª Edição; Manaus: Editora Valer, 2000.

TONINI, Hélio. *Espécies Florestais de Rápido Crescimento em Roraima*. Folder nº 006/2004. Roraima: EMBRAPA, 2004.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: Planejamento de Destruição*. Brasília: Editora da UNB, 1989.

VELHO, Otávio. *Colonização Dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

VIANA, Hélio. *História do Brasil*. Vol. I. São Paulo: Edição Melhoramentos, 1967.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

XIMENES, T. (Org.). *Cenários da Industrialização na Amazônia*. Belém: UNAMAZ, 1995.

ANEXOS

ANEXO A – Discurso do Rio Amazonas

(Proferido em Manaus pelo Presidente GETULIO VARGAS, em 10 de outubro de 1940, no banquete que lhe ofereceram o Governo e as classes conservadoras do Estado)

"Senhores:

Ver a Amazônia é um desejo de coração na mocidade de todos brasileiros.

Com os primeiros conhecimentos da Pátria maior, este vale maravilhoso aparece ao espírito jovem, simbolizando a grandeza territorial, a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão. É natural que uma imagem tão forte e dramática da natureza brasileira seduza e povoe as imaginações moças, prolongando-se em duradouras ressonâncias pela existência a fora, através dos estudos sábios, das impressões dos viajantes e dos artistas, igualmente dos presos aos seus múltiplos e indizíveis encantamentos.

As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça, e a sua história, feita de heroísmo e de viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta - foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas

nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar.

Do mesmo modo que a imagem do rio-mar é para os brasileiros a medida da grandeza do Brasil, os vossos problemas são, em síntese, os de todo o país. Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes.

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas técnicas provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar.

Apenas - é necessário dizê-lo corajosamente - tudo quanto se tem feito - seja agricultura ou indústria extrativa - constitue realização empírica e precisa transformar-se em exploração racional. O que a Natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a resistência do homem brasileiro já se revelaram, admiravelmente, nas "entradas e bandeiras do ouro negro e da castanha",

que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizado, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco apouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado.

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais a seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contacto apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir esses homens de resistência indobavel e de serena coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinarmente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra,

desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.

O empolgante movimento reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora.

Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.

O nosso Governo, tendo à frente o interventor Álvaro Maia, homem de lúcida inteligência e devotado amor à terra natal, há de aproveitar a oportunidade para reerguer o Estado e preparar os alicerces de sua prosperidade.

O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. Sei que estais prontos a concorrer com o vosso quinhão de

esforço, com a vossa admirável audácia de desbravadores, para a obra de reconstrução iniciada. Não vos faltará o apoio do Governo central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade.

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grande torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da terra, e, equiparado aos grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem no oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, com dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento perfeito.

Senhores:

O acolhimento afetuoso que tenho encontrado entre vós não só me toca o coração, porque já vos sabia leais e hospitaleiros, como fortalece, ainda mais, o meu sentimento de brasilidade.

Passou a época em que substituímos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens ricas e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade. Ao homem moderno, está interdita a contemplação, o esforço sem finalidade. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir.

Sois brasileiros, e aos brasileiros cumpre Ter consciência dos seus deveres, nesta hora que vai definir os nossos destinos de nação. E, por isso, concilo-vos a ter fé e a trabalhar confiantes e resolutos pelo engrandecimento da Pátria”.

**ANEXO B – TERMO DE ACORDO CELEBRADO ENTRE O TERRITÓRIO
FEDERAL DO RIO BRANCO REPRESENTADO PELA DIVISÃO DE PRODUÇÃO E
O SENHOR RAIMUNDO GIMINIANO DE ALMEIDA, AGRICULTOR**

Território Federal do Rio Branco

Termo de acôrdo celebrado entre o Governô do Território Federal do Rio Branco, representado pela Divisão de Produção e o Senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* agricultor.

Aos *17* dias do mez de março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco na séde da Divisão de Produção, órgão da administração do Território Federal do Rio Branco, presente os senhores Joaquim Cardoso Corrêa de Miranda, diretor em comissão daquela referida Divisão e o senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* agricultor combinaram por justo acôrdo o seguinte:

CLÁUSULA PRIMERA - O Governô do Território Federal do Rio Branco objetivando a instalação de núcleos agrícolas no intuito da obtenção de gêneros de produção vegetal necessários ao abastecimento alimentar da população do Território, autoriza ao senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* a exploração, para fins agrícolas, de uma área de *21.575* metros quadrados num lote de 20 hectares localizado à margem direita do rio Mucajá confinando, em uma de suas periferias, com a estrada de rodagem Bôa Vista - Caracará lado direito a ser ocupado, no corrente ano, com outros agricultores que, por idêntico instrumento do acôrdo presente, a ele forem encaminhados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ao senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* ficará assegurado a opção à compra de lotes rurais e urbanos no futuro Núcleo Colonial a ser instalado de acôrdo com o Decreto lei / Nº 6.117 de 16 de Dezembro de 1943.

CLÁUSULA TERCEIRA - Até que seja definitivamente organizado e instalado o Núcleo Colonial acima referido nos termos da legislação vigente, considera-se o uso da área de terras a ser cultivado pelo senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* como precário.

CLÁUSULA QUARTA - O Governô do Território Federal do Rio Branco, a título de auxílio para obtenção de primeira safra, de que fornecerá alimentação de gêneros essenciais durante o periodo de 150 dias

contados da chegada do senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* ao local do trabalho.

CLÁUSULA QUINTA - O Governo do Território Federal do Rio Branco, entrega, para pagamento, após a colheita a preço do custo, ferramentas e utensílios agrícolas ficando o senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* obrigado a assinar o respectivo recebimento cujo documento ficará a este anexado para os fins estipulados na presente cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - O Governo do Território Federal do Rio Branco se compromete, na medida de possível, prestar assistência médica gratuita e a fornecer medicação preventiva contra as doenças regionais. Não se comprometendo, entretanto, a indenizações de qualquer espécie no que se refira a acidentes de trabalho.

CLÁUSULA SETIMA - O senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* se compromete a ser futuro adquirente de lotes rurais e urbanos no Núcleo Agrícola a ser organizado e instalado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - O senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* se compromete a trabalhar para o cultivo da área de terras que for destinado nos termos da Cláusula Primeira deste acôrdo compreendendo se como tal todas as operações culturais desde o preparo do terreno até a colheita e preparo do produto para embarque.

CLÁUSULA NONA - Ao senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* fica proibido o trabalho em indústrias extrativas vegetais exceto lenha e carvão ou outras que a administração do núcleo autorizar.

CLÁUSULA DECIMA - O senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* se obriga a passar a residir com sua família no lote que lhe fôr concedido.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - O senhor *Raimundo Geminiano de Almeida* se obriga a não se ausentar do núcleo, exceto nos casos de doenças constatadas pela Divisão de Saúde, sem prévia autorização da Divi

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.